



RELATÓRIO DE GESTÃO  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

**2013**



Relatório de Gestão  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

2013

# **PARTE I** RELATÓRIO DE GESTÃO

# PARTE I

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em [www.refer.pt](http://www.refer.pt)

**Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE**

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

[www.refer.pt](http://www.refer.pt)

Capital Social: 451 200 000 euros

NIF: 503 933 813

## Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	3
SÍNTESE DE INDICADORES.....	5
A REFER EM 2013 .....	6
CONJUNTURA ECONÓMICA .....	14
ATIVIDADE .....	16
RESULTADOS E ESTRUTURA PATRIMONIAL.....	33
O GRUPO .....	43
GESTÃO FINANCEIRA E A DÍVIDA .....	47
APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	55

## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2013 foi um ano de desafios, que pôs à prova a capacidade do Grupo REFER de se “reinventar” e dar resposta, nomeadamente, às exigências resultantes das políticas orçamentais restritivas em vigor.

Cumprir a missão da REFER, da forma mais sustentável possível, foi e será a principal preocupação da Administração.

A necessidade de reduzir gastos e aumentar receitas levou à tomada de várias decisões, destacando-se a transformação organizacional da empresa e do próprio Grupo e a internacionalização. Simplificaram-se estruturas, clarificaram-se funções e focalizaram-se as empresas participadas no seu negócio principal. No seu conjunto, o Grupo evoluiu, progressivamente, para uma comunidade empresarial onde se promove a partilha de conhecimento, de recursos e serviços de suporte, onde existe um sistema e um controlo de gestão assente em princípios e referenciais comuns e que segue uma orientação estratégica concertada, para o alcance de objetivos coletivos.

Como instrumento facilitador desta convergência de esforços, surgiu o primeiro Plano do Grupo, para o triénio 2014-16, com os “grandes” objetivos bem definidos e as estratégias para os alcançar.

A acima referida internacionalização surge neste Plano, com essa clareza e já com metas quantificadas. Os resultados não são imediatos, embora 2013 já tenha registado algumas pequenas “vitórias”. O esforço que tem vindo a ser feito, de penetração nesse exigente mercado, será, certamente, premiado com mais resultados nos anos seguintes, visíveis, em particular, nas Participadas.

No cumprimento da sua missão principal, a REFER, enquanto gestora da infraestrutura ferroviária, continuou a investir na promoção de um caminho-de-ferro com elevados padrões de segurança e num convívio “saudável” com o meio envolvente. Só dessa forma conseguirá contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida dos passageiros e dos cidadãos. A atratividade do serviço de transporte ferroviário é uma das premissas do Grupo.

Nos resultados económicos, ainda há um caminho a percorrer, sendo, no entanto, clara a progressão para uma nova situação. O EBITDA da REFER, em 2013, foi negativo, em 23,6 milhões de euros, mas, apesar do ligeiro agravamento face ao ano anterior resultante da reposição do pagamento do subsídio de férias e de Natal consagrado no Orçamento Retificativo 2013 após a decisão do Tribunal Constitucional, a tendência continua a ser de melhoria.

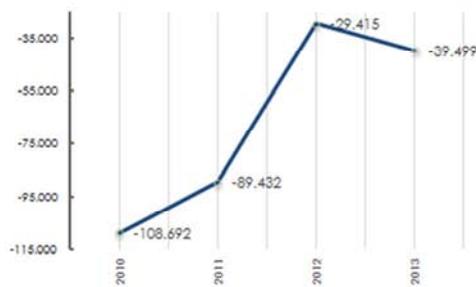
No que diz respeito ao investimento, que continuou a reduzir-se face a anos anteriores, situando-se nos 71 milhões de euros (custos totais), regista também uma transformação de abordagem, nomeadamente na racionalização e no recurso a fontes de financiamento não remuneradas.

A nomeação dos novos órgãos de fiscalização da empresa, torna oportuna uma nota de boas vindas e outra de agradecimento aos órgãos de fiscalização cessantes, pela forma como acompanharam a empresa e pela colaboração prestada.

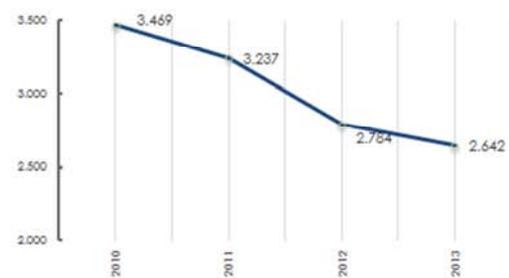
Por fim, não pode deixar de se agradecer a todos os colaboradores e *stakeholders*, cujo contributo, nas suas mais distintas e variadas formas e graus de importância, foi o verdadeiro responsável pela concretização das transformações referidas e é o garante da prestação de um serviço público ferroviário, que se pretende ser a opção de cada vez mais cidadãos e uma referência ao nível nacional e europeu.

## SÍNTESE DE INDICADORES

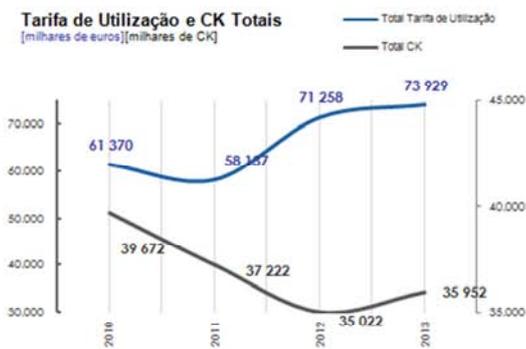
**Resultados Operacionais**  
[milhares de euros]



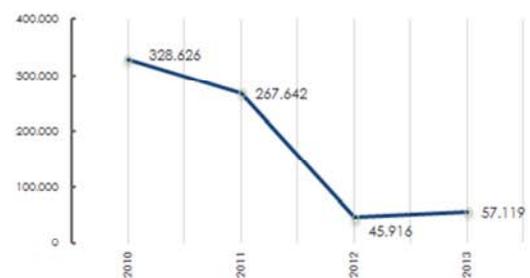
**Efetivo (médio) REFER**  
[número de colaboradores]



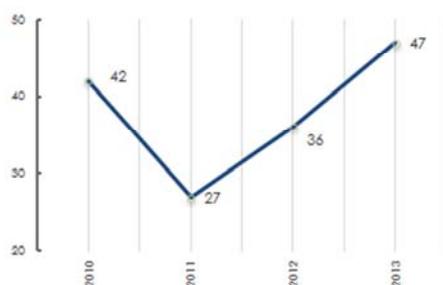
**Tarifa de Utilização e CK Totais**  
[milhares de euros][milhares de CK]



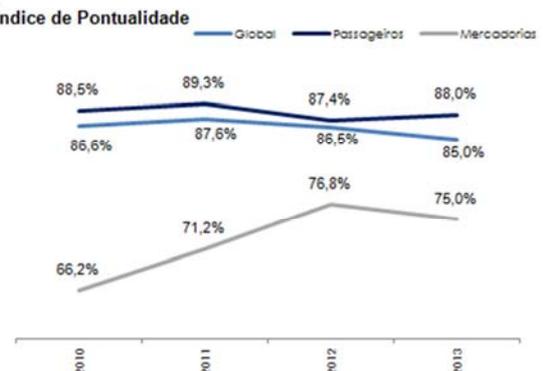
**Investimento em Infraestruturas de Longa duração**  
[milhares de euros]



**Acidentes Significativos**



**Índice de Pontualidade**



## A REFER EM 2013

### Janeiro

#### Exposição de arte urbana na Estação de São Bento

Esteve patente na Estação de São Bento uma exposição de arte urbana, promovida pela Idiot Mag, em colaboração com a Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos e Gare Porto, que conta com o apoio da REFER. A parede lateral e adjacente ao parque de estacionamento da Rua da Madeira foi cedida, temporariamente, pela REFER para ser “forrada” com parte de 250 autorretratos de alunos.

#### Emergência na via-férrea

#### Ações de sensibilização/formação

A REFER, em articulação com as empresas de transporte ferroviário e, tendo em consideração o Plano de Simulacros para 2013, iniciou a realização de ações de sensibilização/formação, dirigidas aos Agentes de Proteção Civil (APC).

### Fevereiro

#### Grupo REFER | Reformulação de logomarcas e alteração da denominação social da Ferbritas

Seguindo uma lógica de reorganização estratégica do Grupo REFER e com o propósito de unificar e fortalecer a identidade institucional e corporativa das empresas que o compõem, pela primeira vez o mesmo símbolo estará associado ao nome de cada uma das empresas participadas.

Tendo naturalmente em consideração a especificidade de cada uma delas, a proximidade visual à logomarca REFER é assim reconhecida como essencial para a transmissão e reforço de uma imagem conjunta e coerente, harmonizadora de valores e de objetivos comuns.

Neste mesmo contexto, ajustando-se o objeto social à sua atividade, foi alterada a denominação social da Ferbritas - Empreendimentos Industriais e Comerciais, SA para REFER Engineering, SA, alinhando-a com a estratégia de internacionalização de serviços na qual se tem investido.

#### Especificação Técnicas de Interoperabilidade

Realizou-se nas instalações da REFER, uma reunião de trabalho entre representantes da ERA (Agência Ferroviária Europeia), do Ministério do Fomento, IMT e da REFER, no âmbito da fusão

entre as Especificações Técnicas de Interoperabilidade (ETI) relativas à infraestrutura dos sistemas ferroviários transeuropeus de alta velocidade e convencional.

## Março

### Grupo REFER assegura inspeção ultrassónica de carril em Moçambique

Resultado da crescente aposta na internacionalização do Grupo REFER e suas competências técnicas, foi requerida à REFER Engineering a prestação de serviços de inspeção ultrassónica de carril na Linha do Sena, em Moçambique, numa extensão de aproximadamente 100 km.

### Projeto INTERAIL

Sistema integrado de inspeção de carril - Teve lugar em Castelo de Vide e Estação de Portalegre a demonstração final e apresentação pública do projeto INTERAIL – Sistema Integrado de Inspeção e Avaliação de Carris Ferroviários.

Liderado pelo ISQ e REFER, este projeto foi desenvolvido com um consórcio de 13 parceiros europeus - empresas e universidades, de sete países, a saber, Portugal, Bélgica, Chipre, França, Grécia, Inglaterra e Itália. Os objetivos do projeto enquadram-se na Agenda Estratégica Europeia para a investigação ferroviária para uma maior segurança, qualidade dos serviços e da eficiência das infraestruturas ferroviárias.

## Abril

### Nova Organização do Grupo REFER

O Grupo REFER tem uma nova organização que visa dar resposta aos atuais desafios que lhe são colocados e à estratégia que vem desenvolvendo.

A orientação para a obtenção de melhores resultados de eficiência e de sustentabilidade económica, a par de uma ação comercial mais voltada para o exterior, incluindo, no caso dos serviços não *core*, o mercado internacional, foram fatores que influenciaram as características do modelo orgânico agora aprovado.

### Gestão por Processos

Em 2013 a REFER encetou um processo de reorganização com vista à obtenção de uma melhor capacidade de resposta aos desafios que se colocam ao setor ferroviário. A estratégia definida tem como objetivos a eficiência, eficácia a sustentabilidade

económico-financeira bem como uma maior orientação comercial quer no âmbito da atividade principal quer nos serviços não core, em relação aos quais a internacionalização é um dos caminhos a prosseguir.

O modelo adotado tem como propósito a abordagem do Grupo de forma integrada em que cada empresa faz parte do todo, complementando-se reciprocamente e elevando o potencial de cada uma, facilitado por uma Administração comum e uma função de coordenação centralizada, em cada participada, na figura de um Diretor-Geral

## Maio

### Inauguração da Estação de Agualva-Cacém

Foi inaugurada no dia 6 de maio de 2013 a nova Estação de Agualva-Cacém. A obra é parte integrante da Empreitada de Quadruplicação da Linha de Sintra entre Monte-Abraão e Agualva-Cacém, que envolveu ainda a modernização da Estação de Massamá-Barcarena. Esta obra foi cofinanciada pelo Fundo de Coesão, no âmbito do POVT | QREN, em 95%.

### Estação de Santarém classificada como Monumento de Interesse Público

A Estação Ferroviária de Santarém e o edifício da Cocheira de Carruagens, atuais instalações do Núcleo Museológico de Santarém do Museu Nacional Ferroviário, inaugurados em 1927, foram classificados como Monumento de Interesse Público, de acordo com a Portaria n.º 265/2013, publicada em Diário da República.

### Estação de Alfarelos | Nova sinalização

Entrou ao serviço a nova sinalização eletrónica do tipo ESTW, na Estação de Alfarelos, com a correspondente inclusão do troço na abrangência do CCO de Lisboa, substituindo o antigo posto de sinalização a relés.

Neste âmbito foi também adaptado o sistema Convel e realizados trabalhos de telecomunicações, nomeadamente o fornecimento e a instalação de uma rede de rádio manobras local e a adaptação da rede telefónica de exploração e efetuados trabalhos complementares de adaptação do *layout* de via, de catenária e de sinalização.

Foram ainda automatizados um conjunto de atravessamentos pedonais nos apeadeiros de Formoselha, do Ameal, de Vila Pouca do Campo e nas estações de Taveiro e de Coimbra B

(linhas III/IV e V/VI), melhorando significativamente as condições de segurança para os utentes do caminho-de-ferro e para a população em geral.

## Junho

### Estruturas de Permanência de Gestão da Infraestrutura (PGI)

Assinalou-se no passado dia 6 de junho, a entrada em funcionamento das estruturas de Permanência de Gestão da Infraestrutura (PGI), uma em cada um dos três CCO (Porto, Lisboa e Setúbal), que cobrem a totalidade da RFN e resultam de um assinalável esforço de centralização de funções e reforço de competências técnicas associadas à gestão da exploração da infraestrutura ferroviária.

Esta nova estrutura orgânica, que integra e unifica as atividades de Permanência de Gestão da Infraestrutura (PGI) e de Telecomando de Catenária (PRT), estabelece uma otimização de recursos e dá continuidade ao processo de melhoria de desempenho operacional da REFER ao garantir uma separação funcional ao nível da operação e da supervisão.

### Estação de Vilar Formoso

Cerimónia evoca refugiados judeus acolhidos em Portugal na II Guerra Mundial. Teve lugar no dia 17 de junho, na Estação de Vilar Formoso, uma cerimónia evocativa da memória de Aristides de Sousa Mendes e das vítimas do holocausto que contou com a presença de refugiados judeus, ou seus descendentes, salvos pelo diplomata.

### Dresine de inspeção de Túneis

Decorreu a inauguração da dresine de inspeção de túneis – DIT 01, resultado de um trabalho de adaptação da dresine DP202. A DIT 01 é o primeiro veículo ferroviário híbrido que, para além do motor convencional a *diesel*, em regime de trabalho, funciona a baterias e sem emissão de gases de escape.

## Julho

### Nova ligação ferroviária Porto-Vigo apresentada na Estação de Campanhã

Teve lugar, no dia 1 de julho, na Estação de Campanhã, a sessão institucional que marcou o início do novo serviço ferroviário internacional Porto-Vigo.

Neste evento foi evidenciada a relevância estratégica desta

ligação para o crescimento económico das duas regiões, a dinamização do turismo, o comércio e o investimento entre os dois países.

#### Inovação - Equipamento portátil de medição da catenária

O Núcleo de Inspeção e Diagnóstico, do Departamento de Gestão de Ativos, da Direção de Manutenção desenvolveu um estudo para a conceção interna de um equipamento de medição pontual e sem contacto dos parâmetros geométricos da catenária. Esta iniciativa resultou da constatação da obsolescência dos equipamentos portáteis utilizados para o efeito, pelos Centros de Manutenção.

A solução apresentada revela-se, de acordo com a equipa que realizou a sua conceção, adequada para suprir as necessidades identificadas e a sua produção interna tem um custo estimado entre 15% a 37% do custo das soluções comerciais disponíveis.

## Setembro

#### Consignação da Ponte de Sacavém - Início da empreitada de proteção anticorrosiva

De acordo com o planeamento das ações de proteção anticorrosiva de pontes metálicas, iniciou-se a Empreitada de Proteção Anticorrosiva da Ponte de Sacavém, ao km 9,717 da Linha do Norte.

A estrutura metálica da Ponte de Sacavém está exposta a vários agentes (humidade, salinidade, poluição, etc.) que proporcionam um elevado grau de agressividade e desgaste do esquema de pintura. Em algumas peças mais danificadas da estrutura está prevista a execução de trabalhos de substituição/reforço, que serão realizados por meios internos durante o decorrer da empreitada.

#### Estação de Coimbra A classificada como monumento de interesse público

O edifício da Estação ferroviária de Coimbra A, da autoria dos arquitetos Cotinelli Telmo e Luís Cunha, construída entre 1925 e 1931, foi classificado como Monumento de Interesse Público, de acordo com a Portaria nº 611/2013, publicada em Diário da República no dia 20 de setembro, que fixa também uma Zona Especial de Proteção (ZEP).

### Linha do Oeste Empreitada de Tratamento Anticorrosivo em Pontes Metálicas

De acordo com o planeamento das ações de proteção anticorrosiva de pontes metálicas, previsto para o ano de 2013, foi consignada no dia 23 de setembro de 2013, a Empreitada de Tratamento anticorrosivo em Pontes Metálicas na Linha do Oeste. A qual prevê um prazo de execução de 150 dias de calendário e um investimento associado de 289 300,00 euros, serão intervencionadas sete pontes sobre o rio Sizandro e duas passagens hidráulicas nos concelhos de Torres Vedras e Bombarral, respetivamente, estando programada para 2014 a intervenção nas restantes pontes metálicas da Linha do Oeste.

### Ponte Maria Pia entre as dez mais bonitas do mundo

A ponte portuguesa foi incluída na lista das dez pontes mais bonitas do mundo, segundo artigo publicado no prestigiado jornal inglês 'The Guardian'.

Concluída em 1877, a ponte Maria Pia, da autoria de Gustave Eiffel, veio dar resposta a uma necessidade que se pensou ser impossível à data: construir uma estrutura com pilares no leito do rio Douro que permitisse o seu atravessamento através de uma linha ferroviária.

Eiffel construiu, em ambas as margens do rio, o arco mais amplo do que qualquer outro já existente, colocando a linha férrea no seu topo e criando assim uma estrutura estável e segura. Um projeto inovador e de "pura engenharia e um símbolo desta cidade", segundo o jornal. A Ponte Maria Pia, desativada do serviço ferroviário em 1991, após a entrada em funcionamento da Ponte de São João, é uma infraestrutura ímpar da engenharia de pontes metálicas assumindo um elevado valor histórico e simbólico que a REFER, enquanto entidade responsável, tem procurado preservar.

## Outubro

### Património ferroviário no Salão Imobiliário de Portugal

A REFER Património, entidade responsável pela gestão do património imobiliário da REFER, marcou presença, entre 9 e 13 de outubro, na 16ª edição do SIL 2013 - Salão Imobiliário de Portugal, na FIL – Feira Internacional de Lisboa.

Esta presença, integrada no *stand* da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), tem como objetivo primordial promover a comercialização de espaços, apartamentos, terrenos e edificado

da empresa.

Desde imóveis com potencial comercial e urbanístico, a lugares com memória e histórias, é possível conhecer a vasta carteira imobiliária em comercialização.

## **Novembro** **Corredor Atlântico - Entrada em funcionamento**

Entrou formalmente em funcionamento, no dia 10 de novembro de 2013, o Corredor Ferroviário de Mercadorias N.º 4, também designado por “**Corredor Atlântico**”.

A constituição e entrada em funcionamento do “Corredor Atlântico” resultou de um trabalho de estreita cooperação entre a REFER e as suas congéneres espanhola – ADIF – e francesa – RFF – iniciado em setembro de 2012 e que abrangeu, entre outras ações:

- A criação de uma entidade conjunta para gestão do Corredor: o Agrupamento Europeu de Interesse Económico «AEIE-CFM4»;
- A operacionalização de uma estrutura comercial centralizada, sediada em Madrid - o balcão único, também designado por C-OSS - Corridor One-Stop Shop;
- O estabelecimento de canais horários pré-reservados para a circulação de comboios internacionais de mercadorias em 2014;
- A produção da documentação de referência do Corredor;
- A promoção de estudos de mercado e de infraestrutura e exploração.

## **Dezembro** **Protocolo de Cooperação REFER – CFL**

A REFER e a CFL - Caminho de Ferro de Luanda assinaram um Protocolo com o objetivo de instituir uma relação de cooperação entre as duas entidades, ao nível do reforço e consolidação das competências institucionais, técnicas, de gestão e de operação do sistema de transportes sob responsabilidade da CFL.

No âmbito desta cooperação, será implementado um programa alargado de partilha de conhecimento e assistência técnica nos domínios do Planeamento Estratégico, Operações Ferroviárias, Manutenção da Infraestrutura Ferroviária, Telecomunicações e Património Imobiliário.

Numa lógica de continuidade, e num quadro de reforço e estreitamento de relações, o presente Protocolo resulta da aproximação institucional por parte do Grupo REFER ao mercado

angolano, assente numa estratégia de internacionalização estruturada, tendo em conta o conhecimento, a experiência, as capacidades e as competências técnicas detidas pelo Grupo no domínio da ferrovia.

### Reabilitação da Ponte de Esgueira - Linha do Norte

Foram concluídos os trabalhos de reabilitação estrutural da Ponte de Esgueira, obra de arte em betão armado, com um comprimento total de 247,78 metros, ao km 274,094 da Linha do Norte e que atravessa a Autoestrada A25.

A solução implementada, face a outras possíveis, garantiu a segurança estrutural e a funcionalidade da obra de arte e a correta interação da via-estrutura sem necessidade de colocação de aparelhos de dilatação, conduzindo a uma maior facilidade de execução e minimizando o impacto na circulação rodoviária (A25) e ferroviária, para além de ter sido mais económica.

### Linha do Oeste - Conclusão de empreitada de estabilização de taludes

Foi concluída no dia 13 de dezembro a empreitada de estabilização de taludes, entre o km 33,480 e o km 33,800, e entre o km 44,500 e o km 44,650, da Linha do Oeste.

Os trabalhos foram consignados em 23 de maio pelo valor de 947 mil euros, com um prazo de execução de 210 dias de calendário.

No talude entre os km 33,480 e 33,800 foi executada uma parede de contenção/estabilização na crista do talude existente e reformulação da geometria do mesmo, através da diminuição da sua inclinação, com inclusão de banquetas estabilizadoras intermédias.

Já no talude entre os km 44,500 e 44,650 (zona do emboquilhamento de entrada do Túnel da Sapataria) foram executados muros de contenção/estabilização no pé e na crista do talude existente (constituídos por módulos prefabricados fundados em microestacas) e reformulação da geometria do talude, através da diminuição da inclinação do mesmo, com introdução de banquetas estabilizadoras ao longo do talude.

# CONJUNTURA ECONÓMICA

## ENQUADRAMENTO

As atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6 por cento no período 2011-2013.

Perspetiva-se uma progressiva recuperação da procura interna. A evolução do consumo público e privado continuará, no entanto, a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do setor privado e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora com um ritmo inferior ao observado no período anterior à crise financeira.

Prevê-se igualmente, para os próximos anos, um aumento dos excedentes da balança corrente e de capital, o que constitui uma das características mais marcantes do processo de ajustamento da economia portuguesa.

### CENÁRIO MACROECONÓMICO 2013-2015

[Projeções do Banco de Portugal 2013 . 2015]

[%]

	Taxa de variação		
	2013	2014	2015
Produto Interno Bruto	-1,5	0,8	1,3
Consumo Privado	-2,0	0,3	0,7
Consumo Público	-1,5	-2,3	-0,5
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)			
Exportações Líquidas	1,1	0,7	0,4
Procura Interna	-2,7	0,1	0,9
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	0,5	0,8	1,2

Fonte: Boletim Económico - Inverno 2013, Banco de Portugal

As atuais projeções do Banco de Portugal confirmam as perspetivas de uma recuperação gradual da economia portuguesa.

A partir do final de 2013, a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas. Em 2014 e 2015, o crescimento da economia portuguesa tenderá a aproximar-se dos valores atualmente projetados para o conjunto da área do euro. Esta evolução favorável deverá assentar na robustez das exportações de bens e serviços e na aceleração da procura interna, com destaque para o investimento empresarial.

A correção dos desequilíbrios acumulados nas últimas décadas deverá persistir ao longo dos próximos anos devido:

- à reafetação de recursos a favor das empresas produtoras de bens e serviços transacionáveis que continuará a refletir-se na estrutura das transições no mercado de trabalho, na orientação das decisões de investimento e na evolução dos fluxos de novos créditos concedidos pelo sistema financeiro;
- às atuais projeções que sublinham a natureza predominantemente estrutural da correção do desequilíbrio das contas externas;
- Ao significativo ajustamento dos custos salariais observado no sector privado nos últimos anos, perspetivando-se uma evolução salarial consistente com o crescimento projetado para a produtividade;
- E ao processo de consolidação orçamental que deverá continuar, no quadro dos compromissos assumidos a nível europeu.

O processo de ajustamento deverá assumir uma natureza permanente, não apenas no que se refere à trajetória de consolidação orçamental a médio prazo como também no conjunto de reformas estruturais em curso.

A 17 de maio de 2014, Portugal cessa o programa de ajustamento assinado entre o FMI · BCE · CE e Estado Português. A forma como Portugal vai enfrentar esta realidade será determinante para perspetivar os riscos futuros e as medidas de política orçamental que os acautelem e que, direta ou indiretamente, impactarão na REFER.

## ATIVIDADE

A REFER tem como atividade principal o serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, garantindo capacidade e disponibilidade da infraestrutura em condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança realizando, para o efeito, as ações e investimentos necessários no quadro de desenvolvimento da rede definido pelo Estado.

Para assegurar a prossecução da sua atividade, direcionou a sua estrutura para duas áreas complementares entre si:

### GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

Esta vertente abrange a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infraestrutura ferroviária e a gestão dos respetivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo sinalização, regulação e expedição, de forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público ferroviário.

### INVESTIMENTO

Compreende a construção, instalação e renovação da infraestrutura, atividade desenvolvida por conta do Estado (bens que integram o domínio público ferroviário).

A REFER desenvolve ainda Atividades Complementares, com vista à rentabilização de outros recursos não afetos diretamente à infraestrutura ferroviária.

unidade: milhões de euros

Demonstração de Resultados	Investimento	Gestão de InfraEstruturas	Outras Atividades Complementares	Resultados não Imputados às Atividades	Total Empresa
Tarifa de Utilização		83,394			83,394
Outras Prestação de Serviços	16,727				16,727
Subsídios à Exploração		43,700			43,700
Outros Rendimentos			23,018		23,018
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>16,727</b>	<b>127,094</b>	<b>23,018</b>	<b>2,793</b>	<b>169,631</b>
Custo do consumo de materiais	3,294	3,006	0,101		6,402
Subcontratos	0,101	61,709	1,526		63,336
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	2,064	27,146	1,858		31,068
Gastos com Pessoal	10,617	73,566	6,376		90,559
Depreciação e Amortizações do Exercício	0,542	2,083	0,138		2,762
Imparidade de Activos		0,000		4,750	4,750
Provisões				8,272	8,272
Outros Gastos	0,100	1,677	0,204		1,982
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>16,718</b>	<b>169,187</b>	<b>10,203</b>	<b>13,023</b>	<b>209,130</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>0,009</b>	<b>-42,093</b>	<b>12,815</b>	<b>-10,230</b>	<b>-39,499</b>
Ganhos financeiros	185,101		0,184	86,657	242,005
Perdas financeiras	185,109	81,912		67,291	297,865
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-112,070</b>	<b>12,904</b>	<b>3,807</b>	<b>-95,359</b>
Imposto do exercício		7,314	-0,842	-0,248	6,223
<b>Resultado Líquido do exercício</b>		<b>-119,384</b>	<b>13,746</b>	<b>4,055</b>	<b>-89,136</b>

## GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

### I. Rede Ferroviária Nacional

A rede ferroviária nacional (RFN) caracteriza-se da seguinte forma:

#### Caracterização da Rede Ferroviária Nacional

[km]

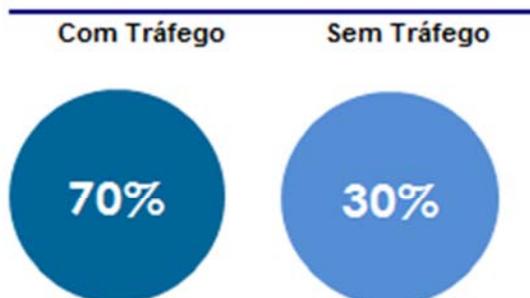
	Com Tráfego Ferroviário				TOTAL	Sem Tráfego Ferroviário	Rede Ferroviária Nacional
	Electrificada			Não Electrificada			
	25.000V	1500V	Sub-Total				
<b>Via Larga</b>	<b>1 605</b>	<b>25</b>	<b>1 630</b>	<b>802</b>	<b>2 432</b>	<b>547</b>	<b>2 979</b>
Via Única	1020	0	1020	802	1822	547	2369
Via Dupla	537	25	562	0	562	0	562
Via Múltipla	48	0	48	0	48	0	48
<b>Via Estreita</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>112</b>	<b>112</b>	<b>528</b>	<b>640</b>
Via Única	0	0	0	112	112	528	640
<b>TOTAL</b>	<b>1 605</b>	<b>25</b>	<b>1 630</b>	<b>914</b>	<b>2 544</b>	<b>1 075</b>	<b>3 619</b>

As linhas e ramais da rede ferroviária nacional (em exploração e não exploradas, incluindo troços concessionados) apresentam uma extensão total de 3 619 km.

Está em exploração 70,3% do total da rede, ou seja, a parte da rede que reúne as condições para a circulação de comboios representa uma extensão de 2 544 km (mais 3 km que em 2012).

A extensão de rede que se encontra eletrificada (1 630 km) corresponde a 64% do total da rede em exploração.

#### Rede Ferroviária Nacional



A REFER tem instalado na ferrovia sofisticados sistemas de controlo de velocidade. O Convel é um sistema partilhado entre os Operadores e a REFER, que permite assegurar elevadíssimos níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação pelos comboios. Este sistema apoia a atividade de condução do maquinista, avisando-o das condições de circulação e atuando no sistema de frenagem (obrigando o comboio a parar) sempre que não for cumprido algum requisito de segurança.

Este sistema está instalado em cerca de 1 649 km de rede (65% da rede em exploração).

O sistema Rádio Solo-Comboio (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da REFER para regulação de tráfego. Deste modo, são permitidas comunicações entre o Posto de Comando e o maquinista, as estações e o maquinista e ainda, entre os maquinistas de dois comboios.

Este sistema de segurança está implementado em 1 509 km de rede ferroviária (59% da rede em exploração).

## PASSAGENS DE NÍVEL

Na sequência da concretização do Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível (PN) para 2013, Plano este a que a REFER está obrigada nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei nº 568/99, de 23 de dezembro e cuja materialização está atribuída à REFER, às autarquias e à Estradas de Portugal, foram executadas 12 ações, cuja concretização teve um investimento total de 252 mil euros, dos quais 226 mil euros foram suportados pela REFER.

No final de 2013 existiam 870 PN no universo das linhas com exploração ferroviária (IET50), com a seguinte tipologia:

## Tipo de Passagem de Nível

PN por Tipologia	Quantidade
<b>PN Públicas</b>	<b>781</b>
<b>Automáticas (Rodoviárias):</b>	<b>356</b>
Automatizadas com duplas meias barreiras	3
Automatizadas com meias barreiras	343
Automatizadas sem obstáculo	10
<b>Com Guarda</b>	<b>45</b>
<b>Sem Guarda</b>	<b>245</b>
Tipo D	187
5ª catª	58
<b>Peões</b>	<b>135</b>
Automáticas	27
Não Automáticas	108
<b>PNs Particulares</b>	<b>89</b>
Automáticas	8
Não Automáticas	81
<b>TOTAL DE PN</b>	<b>870</b>

Salienta-se que em 2013 as PN dotadas de equipamento de proteção ativa (436) superaram os 50% do total das PN.

A consequente densidade média de PN no final de 2013 era de 0,342 PN/km (0,345 em 2012).

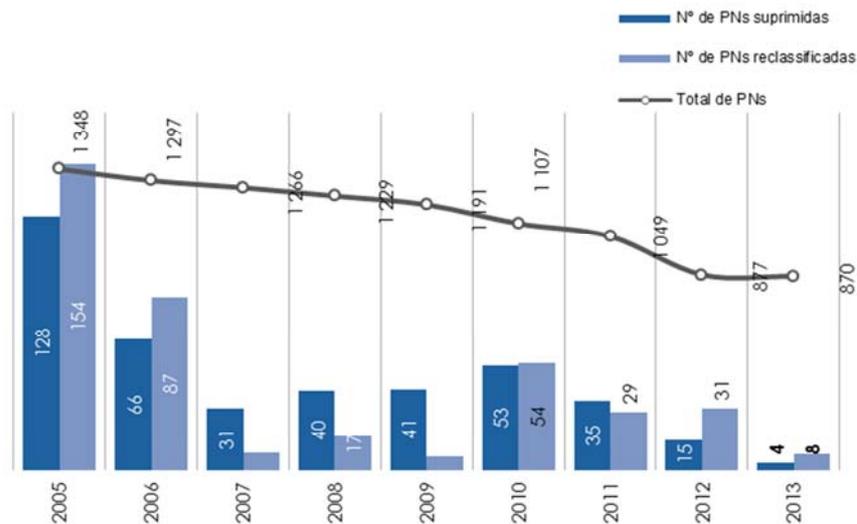
Durante o ano de 2013 foi dada continuidade à campanha de sensibilização e segurança “Pare, Escute, Olhe”.

No dia 7 de maio, Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, foram realizadas várias ações de sensibilização e informação em passagens de nível, acompanhadas de divulgação mediática e da realização da 2ª edição do concurso de desenho sobre segurança em PN.

Promoveu-se ainda em dezembro uma Campanha de Natal, com divulgação de *Spot* publicitário na televisão e publicação de anúncio em jornais.

O gráfico seguinte reflete a evolução do número de Passagens de Nível e das ações desenvolvidas nos últimos nove anos:

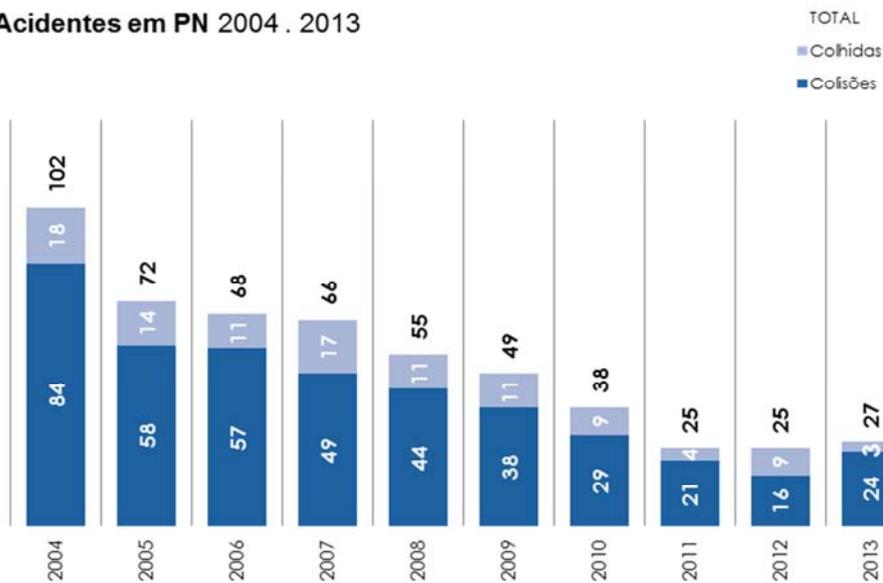
### Supressões e Reclassificações 2005 . 2013



Em 2013, no que se refere à sinistralidade, ocorreram 27 acidentes em Passagens de Nível, em que 24 foram colisões e 3 foram colhidas, de que resultaram 10 mortos, 5 feridos graves e 7 feridos ligeiros, a que corresponde um FWI (*Fatalities and Weighted Injuries*) de 10,535.

Nos últimos anos, a sinistralidade em Passagens de Nível registou a seguinte evolução:

### Acidentes em PN 2004 . 2013



Verifica-se que a política de supressão e melhoria das condições de segurança nas PN tem contribuído para a redução continuada da sinistralidade, salientando-se que, em resultado, se antecipou em 2011, e consolidou em 2012 e 2013, a meta definida para 2015 nas orientações estratégicas para o setor ferroviário, de redução da sinistralidade em 60% face a 2005 (isto é, menos de 29 acidentes).

## II. Desenvolvimento do Negócio

Tem como finalidade promover e desenvolver estratégias para o reforço e criação de **oportunidades de negócio** no mercado ferroviário, consolidando e estimulando a posição do Grupo REFER no contexto nacional e internacional do setor.

A REFER presta um serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional sendo-lhe conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização desta infraestrutura.

A metodologia a aplicar na determinação das tarifas está inscrita no Regulamento nº 630/2011, de 5 de dezembro, publicado pela Unidade de Regulação Ferroviária do Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT).

Esta atividade assegura o relacionamento comercial com as empresas de transporte ferroviário e o mercado em geral, disponibilizando serviços ferroviários adaptados às expectativas dos operadores e de acordo com critérios imparciais e transparentes.

Para tal, em cumprimento das disposições do Decreto-Lei nº270/2003, alterado pelos Decretos-Lei nº 231/2007, nº 20/2010 e nº 27/2011, a REFER publica anualmente o Diretório da Rede que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial de que necessitam para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional.

O **Diretório da Rede** é o documento que apresenta, para cada ano, as características da rede ferroviária portuguesa e explicita as condições gerais para a aquisição, na mesma, de capacidade e de outros serviços inerentes.

Para além de apresentar as características da rede, enuncia as condições de acesso, descreve os serviços que a REFER presta a empresas de transporte ferroviário que nela pretendam operar serviços de transporte, e divulga os princípios de tarifação e o tarifário, apresentando, quanto a este, a metodologia e as regras aplicadas.

Assim, o Diretório da Rede contém a relação das regras gerais, prazos, procedimentos e critérios relativos aos regimes de tarifação e de repartição da capacidade, incluindo também outras informações necessárias para viabilizar a candidatura à utilização da capacidade da infraestrutura.

A REFER disponibiliza aos operadores os seguintes serviços:

#### SERVIÇOS ESSENCIAIS

compreendem todas as prestações necessárias ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura.

#### SERVIÇOS ADICIONAIS

serviços que podem ser prestados pela REFER, nomeadamente: Disponibilização de energia elétrica para tração nos termos previstos na legislação aplicável; Manobras; Estacionamento de material circulante; e Contratos especiais relativos a transportes excecionais.

#### SERVIÇOS AUXILIARES

serviços que a REFER pode prestar nas instalações identificadas, nomeadamente: Fornecimento de informações de natureza comercial; Disponibilização de instalações operacionais em estações; Disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações; Fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos Operadores (abastecimento de gasóleo e outros); Acesso à rede de telecomunicações (nos termos constantes de documento específico, que será facultado aos interessados mediante solicitação); Instrução de processos de autorização de circulação na rede ferroviária nacional; e Realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta.

Em 2013 foram realizados por Operadores ferroviários 36 milhões de Ck (comboio x quilómetro) na rede gerida pela REFER, o que representa uma ligeira subida face a 2012 (+0,9 milhões de Ck):

### Rede Ferroviária Nacional Ck Realizados

[milhões de Ck]

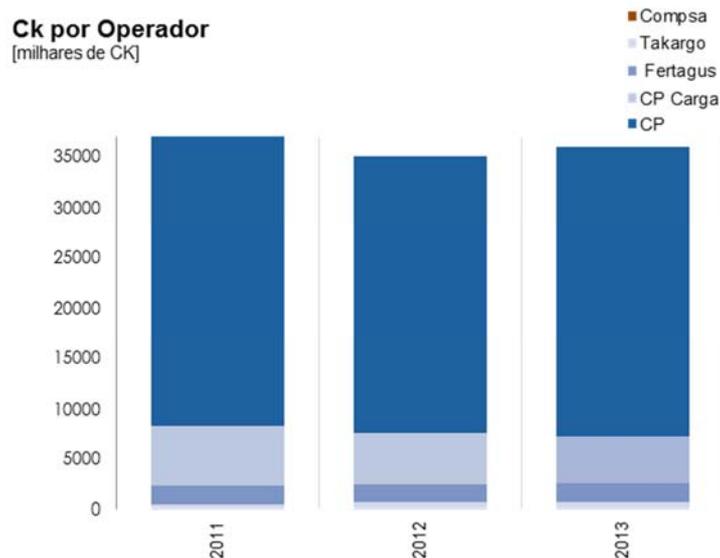


unidade: milhões de Ck

UTILIZAÇÃO da REDE	2012	2013	Variação 2013/2012	
			Valor	%
Passageiros	28.490	29.682	1.192	4%
Mercadorias	5.693	5.450	-243	-4%
Marchas	839	820	-19	-2%
<b>TOTAL</b>	<b>35.022</b>	<b>35.952</b>	<b>930</b>	<b>3%</b>

O segmento de transporte de passageiros é o que justifica este incremento (+1,2 milhões de Ck). O transporte de mercadorias registou uma tendência inversa dado que passou de 5,7 milhões de Ck em 2012, para 5,5 milhões de Ck em 2013.

No total de Ck realizados a linha que registou maior tráfego foi a linha do Norte com cerca de 39% da utilização da rede.



Os principais operadores continuam a ser, no transporte de passageiros, a CP e a FERTAGUS e, no transporte de mercadorias, a CP Carga (empresa do Grupo CP) e a TAKARGO.

A CP - Comboios de Portugal continua a ser o operador que mais impacto tem na atividade da REFER, decorrente da Tarifa de Utilização, representando cerca de 80% no total de Ck realizados na rede ferroviária nacional.

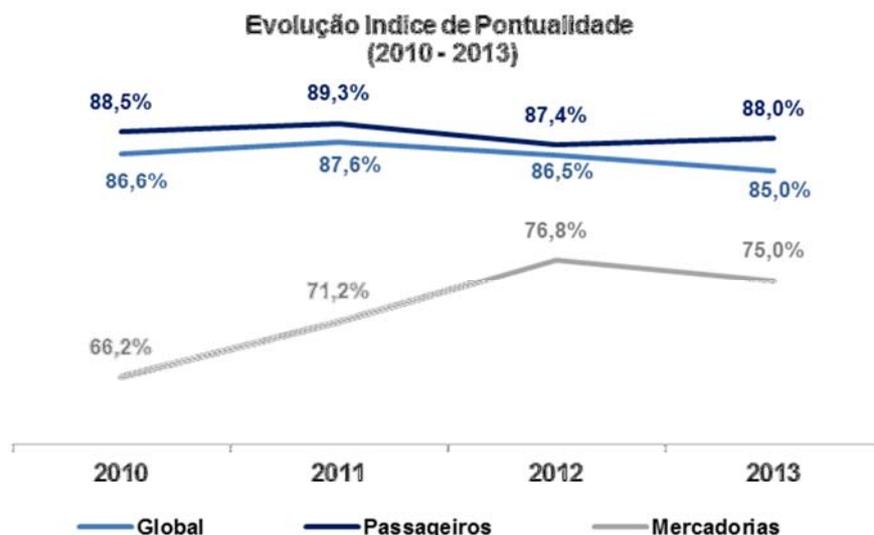
A CP Carga registou um decréscimo na utilização da infraestrutura de cerca de 7%, enquanto a Takargo registou um acréscimo de cerca de 12% em 2013, face a igual período de 2012.

### III. Nível de Serviço

Para além da disponibilização de infraestrutura em condições de segurança, a REFER tem também como objetivo assegurar níveis de qualidade, nomeadamente assegurar elevados níveis de pontualidade (IP).

O índice de pontualidade traduz-se na relação entre o número de comboios, com atraso igual ou inferior a um determinado valor limite e o número total de comboios realizados.

Em 2013 o índice de pontualidade global situou-se nos 85%, registando um ligeiro agravamento face a 2012, o qual foi de 86%. Este agravamento deve-se essencialmente à performance dos comboios de mercadorias (75% vs. 77% em 2012).



### IV. Conservação e Manutenção

Tem como finalidade promover políticas de gestão e **coordenação da manutenção**, através da definição do planeamento estratégico da manutenção da infraestrutura, garantindo a execução e monitorização do seu desempenho:

- Contribuindo para uma Rede ferroviária nacional sustentável;
- Otimizando o custo do ciclo de vida dos ativos;

- Assegurando a disponibilidade e segurança para a operação;
- Desenvolvendo competências técnicas e de gestão.

No cumprimento desses objetivos, foram desenvolvidas diversas atividades numa linha de continuidade ou de inovação, sendo as mais relevantes:

- Elaboração do Plano de Gestão da manutenção para 2014, o qual visa estabelecer o conjunto de contributos para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos
- Desenvolvimento de projeto de desmaterialização do papel, com recurso a equipamentos portáteis, para utilização operacional, previsto no âmbito do projeto aplicacional de registo de inspeção das especialidades de Construção Civil e Baixa Tensão (eBTCC).
- Aprovação da estratégia de contratação da manutenção de sinalização eletrónica, de forma a garantir a aplicação dos adequados padrões de qualidade e segurança, e reforçar as competências técnicas internas e reduzir custos operacionais.
- Execução de campanhas de Inspeção da Geometria de Via à rede geral e Auscultação Ultrassónica de Carril, com equipamento pesado, que assumem o objetivo de avaliar toda a RFN em exploração, tanto de via larga, como de via estreita.
- Início do processo de certificação da REFER como entidade responsável pela manutenção de vagões, na sequência da publicação do Regulamento 445/2011 CE, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2014.
- Realização e execução do Plano de Manutenção dos Equipamentos Ferroviários.
- Transformação de Dresine, em maio de 2013, na “Dresine de Inspeção de Túneis DIT-01”, sendo este o primeiro veículo ferroviário híbrido que permite trabalhar no interior dos túneis com um ambiente sem ruído e sem gases nocivos.
- Definição do Modelo de Gestão de Materiais de Depósitos, e do Plano de Materiais da Manutenção 2014, na persecução de um planeamento de excelência.
- Desenvolvimento de atividades operacionais diversificadas, como desguarnecimentos mecânicos, levantamento de AMV, beneficiação da superestrutura de via, reforço e reabilitação de pontes, túneis e taludes que se encontram identificadas, de forma sucinta, na parte final deste documento.

Com o objetivo de garantir a segurança e elevados níveis de qualidade de rede ferroviária nacional foram realizadas algumas atividades sendo de destacar:

**Geotecnia** - foram realizadas várias Intervenções nomeadamente inspeção a diversas linhas a fim de verificar o seu comportamento e planejar intervenções.

**Eletrotecnia** – de forma a mitigar o risco nas passagens de nível com foram instalados módulos de rearme automático.

**Estratégia de Manutenção da Sinalização Eletrónica** – passa por criar as condições para reduzir o âmbito das prestações de serviços a coberto de critério material à sua mínima expressão, o que implica o estudo e desenvolvimento de roteiros de manutenção com segregação entre funções core indissociáveis do fornecedor de tecnologia e funções suscetíveis de poderem ser realizadas por outras prestadores de serviços.

**Inspeção e Diagnóstico** - foram efetuadas campanhas de inspeção à rede geral, cerca de 2 450 km de via-férrea (96% da rede em exploração), apresentando-se de seguida os resultados obtidos em termos do indicador de referência.

Classificação da Rede	Análise Percentual aos Índices de Qualidade			Nº de Seções Analisadas
	QN1	QN2	QN3	
Principal	82%	13%	5%	9 120
Complementar	83%	12%	5%	4 393
Secundária	76%	14%	11%	1723
<b>Global</b>	<b>82%</b>	<b>13%</b>	<b>6%</b>	<b>15 236</b>

Das inspeções efetuadas verifica-se que em 82% das mesmas se verificaram elevados índices de qualidade da via.

## V. Segurança

A segurança é um valor essencial na gestão da REFER, sendo fundamental para a sustentabilidade do mercado ferroviário, que faz da segurança um fator diferenciador da sua oferta relativamente aos demais modos de transporte terrestre.

No domínio da **segurança da exploração ferroviária**, e indo ao encontro da missão da REFER como entidade gestora de uma infraestrutura ferroviária fiável e segura, destacam-se as seguintes atividades:

- Criação e divulgação de indicadores na valência da segurança ferroviária, com periodicidade diária e mensal, promovendo a análise e o acompanhamento dos desvios, com o objetivo de manter sob controlo os adequados níveis de segurança da infraestrutura ferroviária;
- Promoção de análises de riscos e realização de inspeções e auditorias aos processos inerentes à segurança ferroviária, por forma a identificar situações de risco e respetivas medidas mitigadoras, atendendo ao objetivo da

minimização de incidentes/acidentes. Neste particular foram desenvolvidas 46 ações inspetivas ao longo do ano de 2013;

- Coordenação da certificação de segurança relativa a material circulante e a sistemas ou equipamentos ferroviários, garantindo a coerência nos processos e a compatibilidade entre os vários componentes da infraestrutura ferroviária. Nesta área foram produzidos 16 pareceres de segurança ferroviária e emitidas sete autorizações especiais de circulação.

Pretende-se a promoção de uma atitude pessoal proativa com enfoque nas temáticas da segurança ferroviária e a adequação de comportamentos focados na segurança em geral.

Espera-se induzir uma crescente consciência coletiva face às sensíveis matérias da segurança e muito em particular na sua vertente ferroviária, com impacto direto e positivo no desempenho das atividades da REFER.

Nesta perspetiva conjunta de segurança, a realização das atividades pretendeu fomentar o desenvolvimento do conhecimento na vertente da segurança ferroviária, promovendo o reforço de colaboração com as diversas especialidades técnicas ferroviárias.

O indicador relativo aos acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro atingiu um valor de 1,295 no final do ano de 2013. Este dado é provisório uma vez que à data de elaboração do presente documento, decorre o acerto do mesmo com os registos das Empresas de Transporte Ferroviário, processo este supervisionado pelo IMT.

2013	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Acidentes significativos (AS)	6	4	7	2	3	2	2	4	5	7	3	2
AS acumulado	6	10	17	19	22	24	26	30	35	42	45	47
Índice de AS/106 Ck	2,02	1,75	1,98	1,64	1,49	1,36	1,24	1,25	1,29	1,39	1,35	1,30

Em 2014 pretende-se manter os níveis de segurança da Rede Ferroviária Nacional, tendo como meta a melhoria (face a 2013) do indicador relativo ao número de acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro.

**Segurança do Trabalho** – com vista a promover a segurança dos trabalhadores e a cooperação com as entidades externas que desenvolvam atividades na infraestrutura ferroviária foram avaliados os riscos profissionais e definidas as respetivas medidas de prevenção, coordenações de Segurança em Obra / Prestações de Serviço e auditorias de 2ª parte (Prestadores de Serviço), cujas atividades se identificam seguidamente:

- Elaboração de Fichas de Análise de Risco e definição de medidas de prevenção para a realização das atividades;
- Conceção e desenvolvimento de Formação no âmbito da segurança do trabalho;

- Análise e contributos dos documentos a patentear a concurso e elaboração do instrumento de gestão de segurança;
- Análise ao desenvolvimento do instrumento de gestão da segurança para o empreendimento;
- Acompanhamento da execução das medidas de prevenção através da realização de inspeções e auditorias, promovendo a sua eficiência e operacionalidade;
- Realização de auditorias com vista à verificação da implementação do sistema de gestão de segurança do trabalho, definido para o empreendimento.

A fim de assegurar a existência de planos de segurança, garantindo a continuidade do negócio em situação de contingência realizaram-se simulacros/exercícios para teste de procedimentos de emergência assim como desenvolvimento de procedimentos/planeamento de emergência e ações de avaliação das condições de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE).

A proteção da infraestrutura ferroviária, zelando pela sua integridade, foi assegurada pela área de **Segurança de Pessoas e Bens**, baseando-se na identificação e análise de vulnerabilidades em articulação interna com outros órgãos, nomeadamente a Manutenção, Operações e Engenharia, e externamente com as Forças de Segurança, tem promovido estratégias e ações concretas que visam a redução dos atentados ao património ferroviário e o seu impacto financeiro e operacional na atividade do Grupo. Esta medida teve como consequência a redução do número de ocorrências, furto de metais não preciosos, de 395 em 2012 para 232 em 2013 com um impacto financeiro de menos 660 mil euros.

## INVESTIMENTO

A REFER tem como objeto principal a gestão da infraestrutura ferroviária, devendo desenvolver as atividades de acordo com os princípios de modernização e eficácia, de modo a assegurar o regular e contínuo fornecimento do serviço público, utilizando para o efeito os meios mais adequados.

Neste sentido a REFER deve assegurar a promoção de estratégias, planos e programas para o desenvolvimento sustentável da rede ferroviária e concretizar o Plano de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração (ILD).

O investimento em ILD é efetuado pela REFER por conta do Estado, dispondo das seguintes **fontes de financiamento**: Capítulo 50º do PIDDAC; Dotações de capital; Fundos comunitários e Dívida financeira.

Em 2013, o **volume global de investimento**, a custos técnicos, realizado pela REFER situou-se nos 57,8 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 83% face ao valor previsto para este período, 69 milhões de euros.

### Síntese do Orçamento de Investimentos ILD e EAG - 2013

Investimento a custos técnicos

unidade: milhares de euros

Investimento 2013	Orçamento	Real 2013	% de Realização
<b>Total</b>	<b>69.343</b>	<b>57.836</b> 	<b>83%</b>
<b>Infraestruturas de Longa Duração</b>	<b>64.197</b>	<b>57.119</b> 	<b>89%</b>
Segurança e Eficiência da Rede <sup>(a)</sup>	13.522	20.849	154%
Áreas Metropolitanas	10.733	12.031	112%
Ligações Inter-regionais	13.880	10.956	79%
Renovação e Reabilitação da Infraestrutura	15.970	6.006	38%
Ligações às Plataformas Logísticas e Portos	5.961	3.671	62%
Sistema de Mobilidade do Mondego	4.131	3.605	87%
Investimento associado à Alta Velocidade			
<b>Estruturas de Apoio à Gestão</b>	<b>5.146</b>	<b>718</b> 	<b>14%</b>
Intervenções em Ativos Fixos	670	41	6%
Investimentos de Funcionamento	4.346	682	16%
Estudos <sup>(c)</sup>	130	-5	-4%

<sup>(a)</sup> Inclui 9.724.370,64€ relativos à transferência de ativos de fibra óptica da Refer Telecom

<sup>(c)</sup> Valor real negativo deve-se a regularização de faturação de anos anteriores

Em 2013 o montante realizado em investimento, em **Infraestruturas de Longa Duração** (custos técnicos) corresponde a uma taxa de realização de 89% face ao valor previsto para este período, 64 milhões de euros.

A situação de escassez de recursos e os constrangimentos que resultam das medidas restritivas implementadas, quer pelas Tutelas quer pela própria conjuntura económica e financeira desfavorável, levaram a uma redução substancial do nível de investimento realizado, registando-se, em 2013, um dos níveis mais baixos dos últimos anos (57 milhões de euros), verificando-se, no entanto, uma ligeira subida face a 2012 (+11, 2 milhões de euros).

O investimento realizado em 2013 destacou-se essencialmente pela conclusão de obras, nomeadamente a empreitada de quadruplicação da Via entre os PK 13,750 e 18,250 da Linha de Sintra e a remodelação das estações de Barcarena e Cacém, encerramento de processos de reclamações e pedidos de reequilíbrios financeiros traduzindo-se estes últimos no montante global de 12,5 milhões de euros.

É de referir que adicionalmente o ativo da REFER, em Infraestruturas de Longa Duração, registou um acréscimo de 120 milhões de euros referente à transferência dos ativos intangíveis (projetos) no âmbito da conclusão do processo de integração da RAVE na REFER (não refletidos no gráfico supra) e que corresponde a:

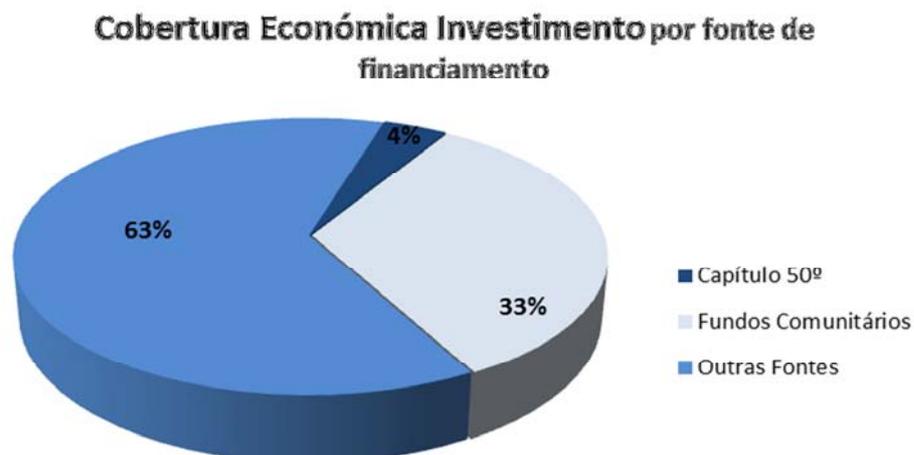
### Transferência de Ativos RAVE

investimento a custos técnicos		unidade: milhares de euros
Projeto	Valor	
Transferência de Ativos Alta Velocidade	120.494	
Exo Porto-Vigo	7.155	
Exo Lisboa-Porto	65.938	
Exo Lisboa-Madrid	43.825	
Exo Aveiro-Salamanca	2.174	
Exo Évora-Faro Huelva	1.402	
<b>Total Investimento associado à Alta Velocidade</b>	<b>120.494</b>	

O valor do Investimento em **Estruturas de Apoio à Gestão** ascendeu a 0,7 milhões de euros representando uma taxa de realização de 14% face ao valor previsto executar no ano em análise, aproximadamente 5 milhões de euros.

Cerca de 95% do valor executado (EAG) em 2013 corresponde a Investimentos de Funcionamento, nomeadamente à aquisição de ferramentas e utensílios e compra de viaturas.

Conforme anteriormente referido o Investimento realizado em 2013 tem a seguinte cobertura económica por fonte de financiamento:



## RESULTADOS E ESTRUTURA PATRIMONIAL

### RESULTADOS

unidade: milhões de euros

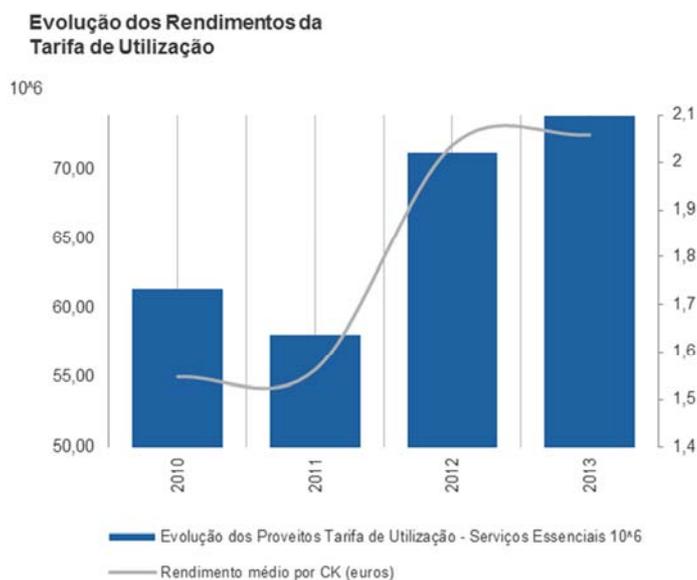
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2012	2013	Variação %
Vendas e Prestações de Serviços	100,388	100,121	0%
Subsídios à Exploração	39,600	43,700	10%
Outros rendimentos	13,427	25,811	92%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>153,415</b>	<b>169,631</b>	<b>11%</b>
Custo do consumo de materiais	4,326	6,402	48%
Fornecimentos e Serviços Externos	88,041	94,404	7%
Gastos com Pessoal	77,800	90,559	16%
Depreciação e Amortizações do Exercício	3,101	2,762	-11%
Imparidades	4,979	4,750	-5%
Provisões para outros riscos e encargos	0,819	8,272	910%
Outros Gastos	3,765	1,982	-47%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>182,830</b>	<b>209,130</b>	<b>14%</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>-29,415</b>	<b>-39,499</b>	<b>34%</b>

O Resultado Operacional da REFER registou em 2013 um agravamento de cerca de 10 milhões de euros (-39 milhões de euros em 2013 face a -29 milhões de euros em 2012) contrariando a tendência de melhoria registada nos últimos anos. O agravamento do resultado Operacional resulta do efeito conjugado do incremento dos rendimentos (+11%) e do incremento dos gastos (+14%).

unidade: milhões de euros

Rendimentos Operacionais	2012	2013	Variação	
			Valor	%
Tarifa de Utilização	71,258	73,929	2,671	4%
Outras Prestações de Serviços	9,726	9,465	-0,261	-3%
Outros Rendimentos	11,897	25,811	13,914	117%
<b>Sub-Total</b>	<b>92,881</b>	<b>109,205</b>	<b>16,324</b>	<b>18%</b>
Indemnizações Compensatórias	39,600	43,700	4,100	10%
Concedente Estado	20,934	16,727	-4,208	-20%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>153,415</b>	<b>169,631</b>	<b>16,216</b>	<b>11%</b>

Os rendimentos registaram um aumento de 16 milhões de euros face a 2012 resultante do aumento da **Tarifa de Utilização** (+2,7 milhões de euros) e do aumento dos **Rendimentos não Core** (+14 milhões de euros).



Os rendimentos resultantes da **Tarifa de Utilização** atingiram os 74 milhões de euros, registando um acréscimo de 3,7% (+2,7 milhões de euros) face ao verificado no período homólogo. Este incremento resultou tanto do acréscimo (2,7%) na utilização real da infraestrutura (+930 mil Ck) assim como do aumento de tarifa base por Ck (1,95 € em 2012 para 2,0 € em 2013).

unidade: milhões de euros

TARIFA de UTILIZAÇÃO	2012	2013	Var 2013/2012	%
Passageiros	59,195	62,939	3,744	6%
Mercadorias	7,613	7,475	-0,138	-2%
Marchas	1,421	1,516	0,095	7%
<b>TOTAL TARIFA BASE</b>	<b>68,230</b>	<b>71,930</b>	<b>3,700</b>	<b>5%</b>
Capacidade Pedida Não Utilizada	3,028	1,999	-1,029	-34%
<b>TOTAL</b>	<b>71,258</b>	<b>73,929</b>	<b>2,671</b>	<b>4%</b>
<b>TARIFA BASE/ CK</b>	<b>1,95 €</b>	<b>2,00 €</b>	<b>0,05 €</b>	<b>3%</b>

O segmento de passageiros foi o responsável pelo incremento registado na Tarifa base (+3,7 milhões de euros) contrariado pelo segmento de mercadorias que registou uma quebra de 2% (-138 mil euros), consequência da conjuntura recessiva que o país atravessa.

A redução na Capacidade Pedida e Não Utilizada (-1 milhão de euros) resulta da redução dos conflitos laborais com a consequente redução de comboios suprimidos.

Em 2013, registou-se um incremento de 4,1 milhões de euros, no montante atribuído pelo Estado a título de **Indemnização Compensatória** pela prestação de serviço público. O montante atribuído ascendeu, em 2013, a 43,7 milhões de euros conforme verba consagrada no Orçamento de Estado para 2013 e confirmada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/2013.

Os rendimentos **não Core** registaram uma evolução positiva em linha com a estratégia definida pela empresa:

unidade: milhões de euros

Rendimentos Não Core	2012	2013	Variação	
			Valor	%
Espaços Comerciais	6,245	5,108	-1,138	-18%
Telecomunicações	1,255	3,023	1,768	141%
Terrenos, Edifícios e Outras Instalações	0,476	0,609	0,133	28%
Cedência de Energia e Água	0,552	1,086	0,534	97%
Venda de Resíduos	3,324	10,237	6,913	208%
Material Circulante e Outro Equip Ferroviário	0,117	0,001	-0,117	-99%
Locação de Espaços Publicitários	0,032	0,015	-0,016	-51%
Cedência de Pessoal	0,047	1,220	1,173	2496%
Ganhos/(perdas) em subsidiárias e associadas	-1,530	2,961	4,491	-293%
Outros	1,379	1,550	0,171	12%
<b>TOTAL</b>	<b>11,897</b>	<b>25,811</b>	<b>13,914</b>	<b>117%</b>

O impacto mais significativo resulta do incremento registado na **Venda de Resíduos** (+6,9 milhões de euros) referente ao contrato de alienação de carril e de outro material ferroso miúdo estabelecido com a Siderurgia Nacional.

Este contrato teve o seu início em novembro de 2012, tendo-se faturado 2 milhões de euros, pelo que 2013 reflete já fornecimentos sustentados ao longo do ano tendo sido faturado 11,7 milhões de euros.

A contrariar o incremento ocorrido nos rendimentos operacionais está o incremento registado nos gastos operacionais face a 2012 (+26 milhões de euros).

unidade: milhões de euros

Gastos Operacionais	2012	2013	Variação	
			Desvio	%
Custo do consumo de materiais	4,326	6,402	2,076	48%
Fornecimentos e Serviços Externos	88,041	94,404	6,362	7%
Gastos com Pessoal	77,800	90,559	12,759	16%
Depreciação e Amortizações do Exercício	3,101	2,762	-0,339	-11%
Imparidades	4,979	4,750	-0,228	-5%
Provisões para outros riscos e encargos	0,819	8,272	7,453	910%
Outros Gastos	3,765	1,982	-1,783	-47%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>182,830</b>	<b>209,130</b>	<b>26,300</b>	<b>14%</b>

As variações, face a 2012, com impacto mais significativo, ocorreram nas seguintes rubricas:

- Fornecimentos e Serviços Externos - registaram um incremento de 6 milhões de euros (+7%) face a 2012;
- Gastos com o Pessoal - registou um incremento de 13 milhões de euros face a 2012;
- Provisões - registaram um incremento de 7 milhões de euros face a 2012.

### Fornecimentos e serviços Externos

unidade: milhões de euros

Fornecimentos e Serviços Externos	2012	2013	Variação	
			Desvio	%
Subcontratos	58,975	63,336	4,361	7%
Frota Automóvel	2,956	2,436	-0,520	-18%
Comunicações - fixo e móvel	0,334	0,316	-0,018	-5%
Formação	0,082	0,124	0,042	50%
Limpeza	1,785	2,012	0,227	13%
Vigilância	4,734	4,598	-0,136	-3%
Eletricidade	6,167	6,239	0,071	1%
Energia para Tração	5,127	5,302	0,175	3%
Outros FSE	7,881	10,039	2,159	27%
<b>Total Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>88,041</b>	<b>94,404</b>	<b>6,362</b>	<b>7%</b>

**Subcontratos** - esta rubrica representa cerca de 67% dos Fornecimentos e Serviços Externos. Registou um incremento de 4,4 milhões de euros face a 2012 devido ao facto de alguns contratos de manutenção terem tido o seu início ao longo de 2012 comparativamente a uma execução de 12 meses em 2013.

Nesta rubrica registam-se basicamente as ações de manutenção com recurso a subcontratação, nomeadamente manutenção de via, sinalização, telecomunicações, catenária, representando estas especialidades 87% do total de gastos com subcontratação.

unidade: milhões de euros

Subcontratos	2012	2013	Variação	
			Desvio	%
Via	18,818	22,170	3,352	18%
Sinalização	16,701	16,054	-0,647	-4%
Telecomunicações	11,896	12,097	0,200	2%
Catenária	4,026	4,622	0,596	15%
Baixa Tensão	0,963	1,445	0,482	50%
Subestações de Tração	0,679	0,751	0,072	11%
Construção Civil	2,150	2,769	0,619	29%
Obras de Arte - Pontes e Túneis	0,161	0,119	-0,043	-26%
Passagens de Nível	0,591	0,358	-0,233	-40%
Recuperação de Materiais	0,462	0,441	-0,021	-4%
Comboio Socorro	1,473	1,473		
Elevadores e Escadas Rolantes	1,055	1,038	-0,017	-2%
<b>TOTAL</b>	<b>58,975</b>	<b>63,336</b>	<b>4,361</b>	<b>7%</b>

**Frota Automóvel** – registou uma redução de cerca de 500 mil euros face a 2012 (-18%). A frota registou uma redução de 47 viaturas dado que alguns contratos de AOV tiveram o seu *terminus*, tendo as necessidades de viaturas sido supridas com recurso ao parque disponível na empresa.

unidade: milhões de euros

FROTA AUTOMÓVEL	2012	2013	Variação	
			Desvio	%
Rendas de AOV	1,586	1,210	-0,376	-24%
Combustível	0,862	0,742	-0,120	-14%
Portagens	0,209	0,184	-0,024	-12%
Manutenção	0,180	0,184	0,003	2%
Seguros	0,119	0,117	-0,002	-2%
<b>Total</b>	<b>2,956</b>	<b>2,436</b>	<b>-0,520</b>	<b>-18%</b>

O gasto por viatura registou uma redução de 6% face a 2012.

**Gastos com Pessoal** - apresentam um acréscimo de 12,8 milhões de euros (16,4%) face a igual período de 2012, resultante da reposição do pagamento do subsídio de férias e de Natal consagrado no Orçamento Retificativo 2013 após a decisão do Tribunal Constitucional.

unidade: milhões de euros

Gastos com Pessoal	2012	2013	Variação	
			Desvio	%
Gastos com Pessoal (sem Rescisões)	76,239	86,301	10,062	13%
Rescisões	1,560	4,258	2,698	173%
<b>Total</b>	<b>77,800</b>	<b>90,559</b>	<b>12,759</b>	<b>16%</b>
<b>Efetivo Médio</b>	<b>2.793</b>	<b>2.677</b>	<b>- 116</b>	<b>-4%</b>

Em 2013 a REFER deu cumprimento às orientações ao nível das remunerações vertidas no Orçamento de Estado.

Durante a vigência do Programa Assistência Económica e Financeira, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a adoção das medidas previstas no Artigo 64.º da Lei n.º 66-B/2012 - Orçamento do Estado para 2013, de 31 de dezembro.

A REFER definiu e implementou medidas conducentes à redução dos gastos afetos à atividade de gestão de infraestrutura e investimentos, tendo atingido os objetivos propostos:

Gastos	2009	2010	2011	2012	2013	Var 2013/2010	Meta LOE
OMVM + FSE + Pessoal	257	277	231	169	187	-32%	-15%
Deslocações + Alojamento + Ajudas Custo	0,9	0,7	0,3	0,3	0,2	-74%	-50%
Comunicações	0,7	0,6	0,5	0,3	0,3	-50%	-50% média 2009/2010

### Resultado Líquido

O Resultado Líquido registou, em 2013, uma melhoria de 3 milhões de euros, resultante da melhor performance registada no resultado financeiro (6,5 milhões de euros) e do efeito positivo resultante do registo do ativo por impostos diferidos relativo a prejuízos fiscais reportáveis e dedutíveis em lucros fiscais futuros.

[10<sup>6</sup>euros]

<b>Resultado Líquido</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Variações %</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>	<b>(b)/(a)</b>
Rendimentos Operacionais	153,4	166,8	9%
Gastos Operacionais	182,8	206,3	13%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>-29,4</b>	<b>-39,5</b>	<b>-34%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-62,3</b>	<b>-55,9</b>	<b>10%</b>
Imposto do Exercício	-0,3	6,2	1999%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-92,1</b>	<b>-89,1</b>	<b>3%</b>

## FLUXOS DE CAIXA

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

[milhões de euros]

<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2013</b>
Fluxos das atividades operacionais	- 67	- 128
Fluxos das atividades de investimento	166	3
Fluxos das atividades de financiamento	102	- 14
<b>Necessidades totais</b>	<b>201</b>	<b>- 139</b>
Endividamento Estado	2 863	3 152
Endividamento de Médio e Longo Prazo	4 082	4 009
<b>Total Endividamento ao Valor Nominal</b>	<b>6 945</b>	<b>7 161</b>

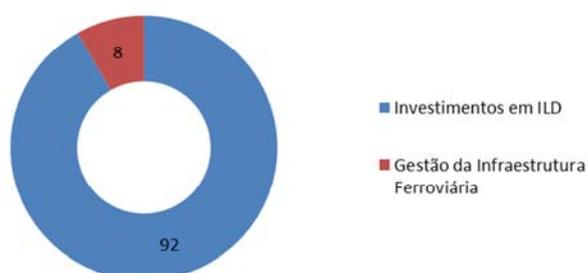
## ESTRUTURA PATRIMONIAL

A **Demonstração da Posição Financeira** evidencia os ativos e os passivos afetos a cada uma das atividades - Investimento de Longa Duração e de Gestão da Infraestrutura.

## Ativo

A estrutura patrimonial da REFER mantém-se, em termos relativos, semelhante a 2012, ou seja, a atividade que maior peso regista, face ao valor global do ativo, continua a ser Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração (ILD) com um peso de 92% em 2012 e 2013.

### Estrutura do Ativo - 2013



O Ativo afeto à Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária registou uma redução de 40 milhões de euros, resultante de:

- redução de **Instrumentos financeiros derivados** (-13 milhões de euros) - foram liquidados antecipadamente cinco dos seis swaps da carteira de derivados da REFER vivos no final de 2012.
- redução do saldo de **caixa e equivalentes de caixa** (-132 milhões de euros) - em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica apresenta um saldo de 212 milhões de euros resultantes do encaixe de 126 milhões de euros referentes aos adiantamentos de cinco candidaturas a fundos europeus (das quais duas apenas estavam previstas submeter em 2013) e o remanescente do desembolso integral dos empréstimos do Estado previstos para 2012. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo desta rubrica é de 80 milhões de euros.
- Incremento do saldo de **Clientes e outras contas a receber** (+92 milhões de euros) resultante essencialmente do aumento do saldo do cliente CP o qual mais do que duplicou (73 milhões de euros em 2012 para 146 milhões de euros em 2013).

O Ativo afeto à Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração registou um incremento de 159 milhões de euros resultante essencialmente do aumento verificado no ativo financeiro Concedente - Estado- conta a receber. Este aumento resultou do efeito conjugado do incremento do ativo concessionado e do aumento dos subsídios para cobertura desse ativo e, por outro lado, registou-se um reforço dos juros debitados em 156 milhões de euros.

[10<sup>9</sup>euros]

Ativo	31.12.2012	31.12.2013	Varição	Var %
Atividade de Gestão da Infraestrutura ferroviária	435 893 835	395 868 950	-40 024 885	-9%
Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	4830 558 518	4989 627 655	159 069 137	3%
<b>Total Ativo</b>	<b>5266 452 353</b>	<b>5385 496 605</b>	<b>119 044 252</b>	<b>2%</b>

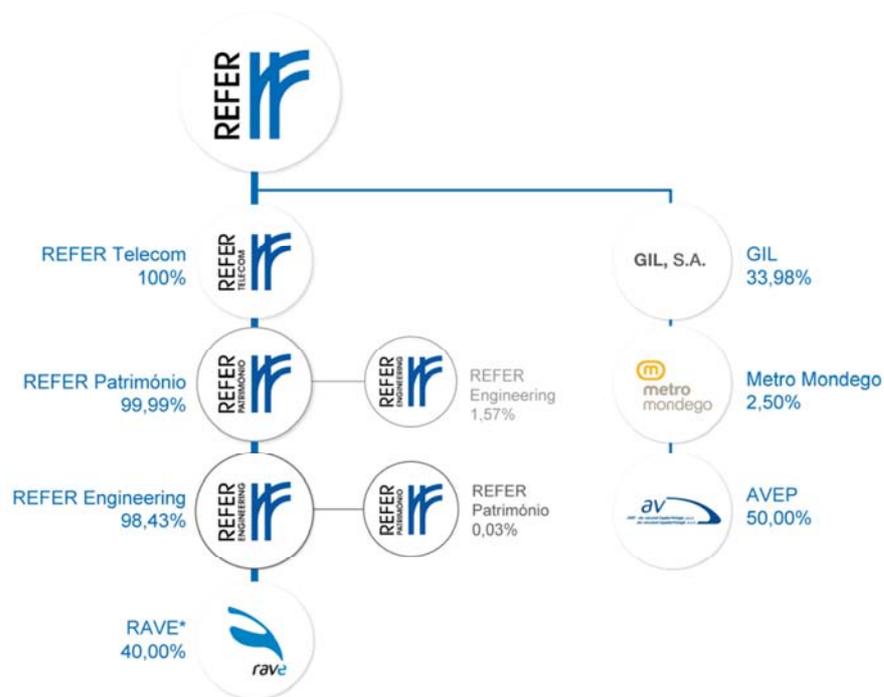
## Passivo

O total do passivo registou um incremento de 213 milhões de euros face a 31.12.2012. A variação mais expressiva ocorreu na rubrica Empréstimos Obtidos.

Passivo	31.12.2012	31.12.2013	Varição	Var %
<b>Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária</b>	<b>2269 359 430</b>	<b>2329 080 081</b>	<b>59 720 651</b>	<b>3%</b>
Não correntes	1625 791 269	1514 835 889	-110 955 380	-7%
Correntes	643 568 161	814 244 192	170 676 031	27%
<b>Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>	<b>4881 350 629</b>	<b>5035 070 166</b>	<b>153 719 537</b>	<b>3%</b>
Não correntes	4734 991 853	4879 119 087	144 127 233	3%
Correntes	146 358 775	155 951 079	9 592 304	7%
<b>Total do passivo</b>	<b>7150 710 058</b>	<b>7364 150 247</b>	<b>213 440 188</b>	<b>3%</b>

## O GRUPO

A REFER detém um conjunto de participações em empresas com objetos diversos dedicadas ao aproveitamento e à rentabilização de ativos não totalmente utilizados pela atividade ferroviária.



\* extinta a 17/01/2014

## EMPRESAS PARTICIPADAS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

### REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, SA

A REFER Telecom tem como objeto o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações bem como o exercício de quaisquer atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades.

O seu acionista único é a REFER, EPE e o seu capital social é de 10 milhões de euros.

A REFER Telecom está licenciada pela Autoridade Nacional de Telecomunicações (ANACOM) como **Prestador de Serviço Fixo Telefónico** como **Operador de Redes Públicas** no Território Nacional e registada enquanto **Prestador de Serviços de Transmissão de Dados e Serviços Internet**. Em 2009 a REFER Telecom passou também a ser **Operador de serviços de voz através da Internet (VoIP)** de uso nómada e Operador autorizado a operar o Sistema GSM-R nas faixas de frequências de 876 – 880 MHz e 921 – 925 MHz.

A REFER Telecom é também um operador de telecomunicações ferroviárias. A sua missão consiste em assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações concessionada pelo Acionista, garantindo-lhe a excelência na prestação de um conjunto alargado de serviços e a vanguarda do que mais moderno se faz na área das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicações) bem como a obtenção de mais-valias junto do mercado em geral. Para além da prestação de serviços de Telecomunicações Ferroviárias, a REFER Telecom prestou também consultoria técnica ao seu acionista.

Paralelamente à atividade direcionada para o acionista, a REFER Telecom tem registado uma evolução na sua atividade junto dos operadores de telecomunicações através do fornecimento de infraestrutura de fibra ótica e instalações de suporte.

### REFER PATRIMÓNIO – Administração e Gestão Imobiliária, SA

Os seus acionistas são a REFER, EPE e a REFER Engineering, o seu capital social é de 15 milhões de euros.

A REFER PATRIMÓNIO tem como missão a gestão do património imobiliário a cargo da REFER, assegurando a sua eficiente utilização, valorização e rentabilização, em consonância com os objetivos de gestão da infraestrutura ferroviária.

É uma empresa do Grupo REFER direcionada para a área do imobiliário, tendo como competências:

- a valorização, rentabilização e requalificação do património imobiliário não afeto à exploração ferroviária, garantindo a sustentabilidade financeira e ambiental;
- Criação e atualização do cadastro do Domínio Público Ferroviário (DPF), permitindo o acesso permanente a toda a informação disponível relacionada com os bens do património imobiliário;
- Gestão, manutenção e administração corrente das estações, dos empreendimentos imobiliários e do restante património não afeto à exploração.

Estes serviços têm um forte impacto no utente, quer ele seja o passageiro ferroviário, um concessionário ou o utilizador do património desativado e requalificado, como por exemplo, as ecopistas.

### **REFER Engineering, SA**

(Ex-FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, SA)

Os seus acionistas são a REFER, EPE e a REFER Património e o seu capital social é de 1,5 milhões de euros.

Em fevereiro de 2013, foi alterada a denominação da Ferbritas para REFER Engineering tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria e realização de estudos e projetos de engenharia, nas áreas de transportes, logística e outras, cobrindo a conceção, desenvolvimento, gestão, manutenção e exploração das respetivas infraestruturas; a prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica; o exercício das atividades de cartografia, topografia, cadastro e expropriações; a prestação de serviços de gestão integrada de empreendimentos e de fiscalização; a prestação de serviços na área da gestão da qualidade, ambiente e segurança.

### **RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA**

A RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, é a empresa portuguesa que tem por missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal Continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza. A partir de 2011, a sua atividade foi gradualmente incorporada na REFER tendo sido concluído esse processo já em 2013.

Na assembleia geral de acionistas realizada a 27 de novembro de 2012, foi deliberada a dissolução e liquidação da RAVE.

A 17 de janeiro de 2014 realizou-se a última assembleia-geral da empresa tendo sido aprovadas as contas da liquidação bem como o projeto de partilha apresentado pela Liquidatária. O encerramento da liquidação foi registado a 12 de fevereiro de 2014 junto da Conservatória do Registo Comercial.

## INDICADORES 2013

Principais indicadores das participadas da REFER em 2013:

### Indicadores 2013 [euros]

Participadas	Dezembro 2013					
	REFER Engineering	Refer Património	Refer Telecom	RAVE*	G.I.L.	Metro Mondego
<b>Participação</b>	<b>98,43%</b>	<b>99,99%</b>	<b>100,00%</b>	<b>40,00%</b>	<b>33,98%</b>	<b>2,50%</b>
<b>Activo não Corrente</b>	4 433 350	7 708 077	10 421 041	0	70 882 035	35 806 195
<b>Activo Corrente</b>	4 200 273	17 191 151	29 352 608	420 719	4 923 477	1 077 244
<b>Total Activo</b>	8 633 623	24 899 228	39 773 650	420 719	75 805 511	36 883 438
<b>Capital próprio</b>	5 611 722	8 770 922	25 353 987	420 719	- 11 350 891	26 835 647
<b>Resultado líquido</b>	- 3 616 853	642 664	2 258 016	39 609	60 265	- 22 656
<b>Passivo</b>	3 021 901	16 128 306	14 419 663	0	87 156 402	10 047 792
<b>Proveitos Operacionais</b>	6 489 220	12 051 685	24 920 666	51 526	4 865 888	636 186
<b>Gastos Operacionais</b>	10 086 443	10 660 633	21 609 907	12 859	3 074 710	644 587
<b>Número de Funcionários</b>	168	67	177	0	6	0
<b>Vol Negócios / Nº Funcionários</b>	28 763	163 994	130 298	n.a.	783 677	n.a.
<b>Cobertura dos Custos pelos Proveitos</b>	64%	113%	115%	401%	158%	99%
<b>Autonomia Financeira</b>	65%	35%	64%	100%	-15%	73%

\* As demonstrações de liquidação reportam a 30 de novembro de 2013. A RAVE foi liquidada em janeiro de 2014

## GESTÃO FINANCEIRA E DÍVIDA

Ao longo de 2013, a REFER desenvolveu a atividade de gestão financeira alinhando a sua atuação com as diretrizes definidas pelo acionista consubstanciadas na inscrição direta do seu orçamento de despesa e de receita no Orçamento do Estado para 2013 (OE 2013), mantendo assim, o seu estatuto de Empresa Pública Reclassificada (EPR).

Tal como já tinha ocorrido em 2012, a REFER geriu o seu orçamento económico através da aplicação da Lei 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) cumprindo a obrigação de comprometer toda e qualquer despesa previamente à sua realização tendo como limites as dotações afetadas às diversas rubricas orçamentais inscritas pela REFER no OE 2013.

O orçamento da REFER inscrito em sede do OE 2013 e aprovado através da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, resultou numa previsão de necessidades de financiamento de 892 milhões de euros. Estas necessidades de financiamento, traduzidas em empréstimos a contrair do Estado, visavam essencialmente a cobertura do défice da atividade de gestão de infraestrutura (-12,7 milhões de euros)<sup>1</sup>, dos fundos circulantes (-50,9 milhões de euros) e do serviço da dívida (-847 milhões de euros). A atividade de investimento seria integralmente coberta pelo Capítulo 50 do PIDDAC e, em maior proporção, por fundos comunitários, gerando um superavit para esta atividade, em termos económicos, de 18,2 milhões de euros. Assim, a gestão financeira foi desenvolvida em articulação muito estreita com a gestão orçamental assegurando que aqueles limites não fossem ultrapassados sob pena de estar a REFER a contribuir para o agravamento do défice público.

Tal como previsto na Lei 18/2013 de 18 de fevereiro, foi publicado o Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de outubro que “...estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas...”. Este articulado, para além de cobrir matérias como sejam as obrigações de reporte, divulgação de informação, a criação de nova estrutura orgânica para acompanhamento do sector empresarial do Estado, estabelece e impõe ainda regras claras quanto ao endividamento e gestão de derivados financeiros das EPR. Com efeito, o seu artigo 29º determina que esta categoria de empresas (as EPR) fica impossibilitada de aceder a financiamento junto das instituições de crédito com exceção das de carácter multilateral (ex. Banco Europeu de Investimento) ficando ainda consagrada no artigo 72º a transferência da gestão das suas carteiras de derivados financeiros para o IGCP.

Foi neste enquadramento que a REFER procurou gerir a sua atividade de forma a minimizar os riscos de execução orçamental não obstante o surgimento de fatores

---

<sup>1</sup> Inclui as indemnizações compensatórias aprovadas em sede de OE2013

exógenos que impactaram de forma determinante, quer do lado da receita quer do lado da despesa, no seu objetivo de execução orçamental. Destacam-se os seguintes eventos:

- Situação de liquidez favorável no início do ano. Com efeito, no final de 2012 a REFER apresentava um saldo de tesouraria de 212 milhões de euros resultante do encaixe de 126 milhões de euros referentes aos adiantamentos de cinco candidaturas a fundos europeus (das quais duas apenas estavam previstas submeter em 2013) e o remanescente pela forma como a Lei 8/2012 impõe a construção do orçamento, que amplifica as necessidades de financiamento previsionais por via da obrigação de cabimentação prévia da despesa e que implicou o desembolso integral dos empréstimos do Estado previstos para 2012 (800,3 milhões de euros).
- Por via da antecipação da apresentação das duas candidaturas anteriormente referidas foi necessário compensar, em 2013, o desvio que tal antecipação causou do lado da receita. Assim, foram apresentadas cinco novas candidaturas a fundos europeus tendo sido concedido um adiantamento de 75,6 milhões de euros durante o mês de Dezembro, o qual permitiu fazer face ao nível de execução do orçamento de investimentos da REFER.
- Liquidação antecipada de cinco swaps. No âmbito das atribuições acometidas ao IGCP para a gestão das carteiras de instrumentos financeiros derivados das EPR, foi comunicada à REFER a necessidade de liquidar antecipadamente os três swaps contratados com o Barclays Capital e os dois swaps contratados com a JPMorgan. O impacto do cancelamento destas operações originou um pagamento líquido de -12.486.000 euros repartido entre 8.514.000 euros de inflow recebido do Barclays em maio e -21 milhões de euros de outflow pago à JPMorgan em junho. De referir ainda que, após estas operações, a REFER manteve em carteira apenas um swap com valor nominal de 150 milhões de euros celebrado com o Bank of America Merrill Lynch e cujo valor de mercado em 31 de dezembro ascendia a 3,4 milhões de euros.
- Aumento de capital em dinheiro no valor de 21 milhões de euros. Esta operação permitiu a cobertura da liquidação antecipada dos swaps da JPMorgan atrás referidos.
- Os operadores CP e Fertagus não realizaram qualquer pagamento referente à taxa de utilização da infraestrutura elevando o valor em dívida à REFER para um montante superior a 125 milhões de euros.

Ao longo do ano, conjugando a execução orçamental com a materialização dos eventos atrás referidos, a REFER foi atualizando as suas necessidades de financiamento e reportando-as regularmente à Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF). Consequentemente, procedeu-se à formalização de dois empréstimos contraídos junto do Estado Português. O primeiro, celebrado a 24 de maio, previa o

desembolso de cinco tranches entre maio e setembro, num total de 450 541 837 euros, as quais foram integralmente sacadas. O segundo, assinado a 13 de novembro, e no valor global de 410 milhões de euros, previa quatro desembolsos entre os meses de novembro e dezembro, ficando os dois desembolsos finais condicionados ao não recebimento atempado do adiantamento de fundos comunitários previsto para dezembro. A REFER não necessitou de utilizar a última tranche no valor de 56 milhões de euros, pelo que o total em dívida deste segundo empréstimo ascende a 354 milhões de euros. Constata-se assim a redução do valor inicialmente previsto de necessidades de financiamento através de empréstimos do Estado de 892 milhões de euros para 804,5 milhões de euros.

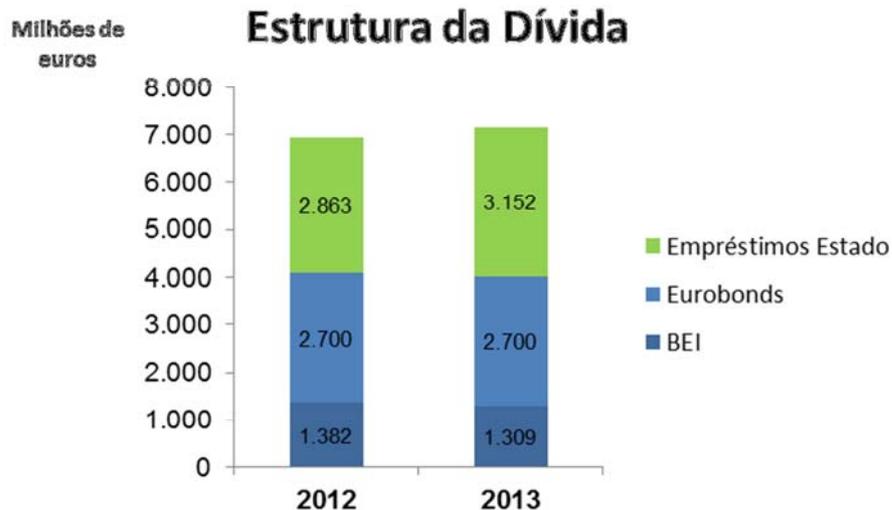
A REFER terminou o ano com um saldo de tesouraria de 73,6 milhões de euros, dos quais 71 milhões de euros se encontravam aplicados em CEDIC junto do IGCP dando cumprimento ao estabelecido no Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, consagrado na Lei do Orçamento de Estado para 2013 (*ver detalhe no capítulo "Unidade de Tesouraria do Estado"*). Se por um lado, aquele saldo de tesouraria poderia ter sido utilizado para reembolsar antecipadamente empréstimos do Estado, por outro, a inexistência de informação quanto à calendarização das novas operações de financiamento e de aumento de capital previstas e inscritas no Orçamento do Estado para 2014, levou a que se considerasse prudente assumir um nível de liquidez que permitisse fazer face às responsabilidades da empresa durante os primeiros meses do ano e que incluem uma componente significativa de serviço da dívida.

## **EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA**

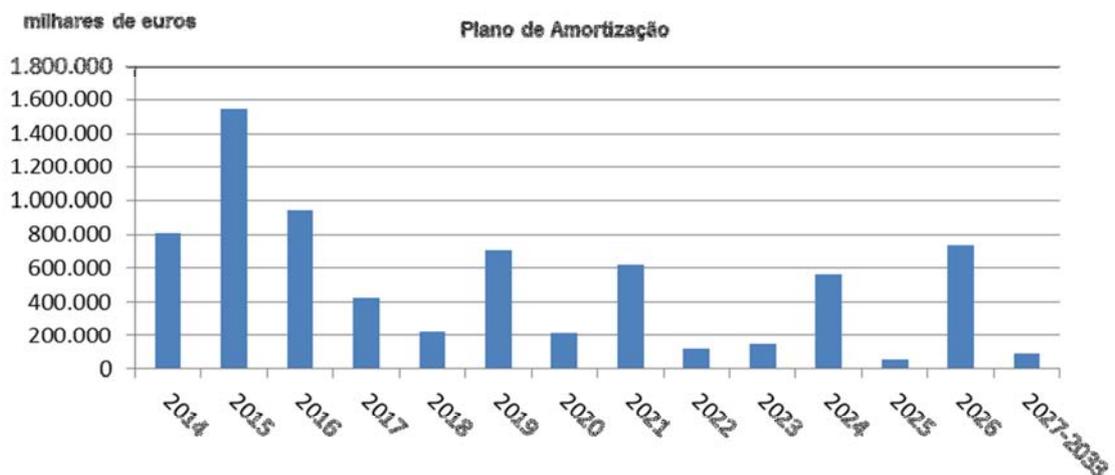
Conforme já referido, durante 2013, a REFER obteve empréstimos de médio e longo prazo do seu acionista, no montante de 804,5 milhões de euros, para fazer face ao serviço da dívida, défice da atividade de gestão da infraestrutura e fundos circulantes. O montante de reembolsos de dívida ascendeu a 588,6 milhões de euros, sendo que 515,7 milhões de euros respeitaram a amortização parcial do empréstimo do Estado contraído em 2011 e os restantes 72,9 milhões de euros a empréstimos contraídos junto do Banco Europeu de Investimento. Desta forma, a dívida financeira da REFER sofreu um agravamento de 216 milhões de euros, passando, em termos nominais, de 6.945 milhões em 2012 para 7161 milhões em 2013.

No que respeita à estrutura da dívida, esta manteve-se idêntica à estrutura apresentada no final de 2012 importando destacar que o peso relativo dos empréstimos do Estado ascende, no final de 2013, a 44% do total do stock de dívida.

A 31 de dezembro de 2013, a REFER apresentava a seguinte estrutura de dívida:

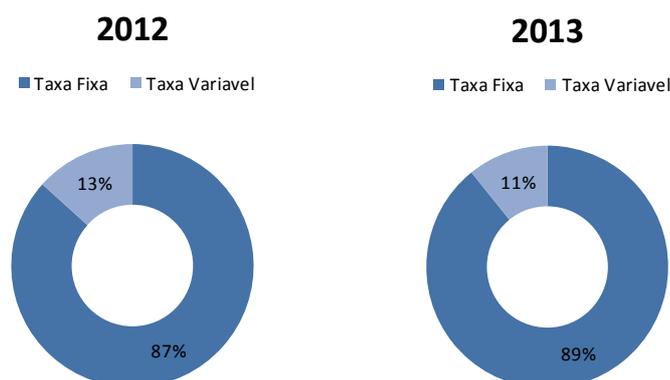


Os empréstimos contraídos junto do Estado desde 2011 vencem-se em 2016, 2017 e 2020 tendo um período de carência de juros de cerca de 12 meses e um plano de reembolso que varia entre 8 e 12 prestações de capital iguais e sucessivas. O regime de taxa de juro é o de taxa fixa. Os empréstimos BEI, contratados a prazos mais longos têm igualmente um plano de amortização com prestações de capital iguais ou diferentes mas sucessivas, permitindo o alisamento do perfil de amortização da dívida. Todavia, considerando que o reembolso dos Eurobonds é efetuado numa única prestação de capital na sua maturidade (bullet), nesses anos verificar-se-á um risco de refinanciamento considerável como abaixo se pode observar:



Como o refinanciamento da dívida da REFER tem sido assegurado através de empréstimos do Estado cujo regime de taxa de juro associado é o de taxa fixa, tem-se assistido à diminuição da percentagem de dívida indexada a taxa variável e, conseqüentemente, à melhoria da previsibilidade do serviço da dívida.

Como anteriormente referido, em maio e em junho, foram liquidados antecipadamente cinco dos seis swaps da carteira de derivados da REFER vivos no final de 2012 e contratados com o Barclays Capital e a JPMorgan resultando num pagamento líquido de 12.486.000 euros. A liquidação destas operações não alterou significativamente a repartição da carteira de dívida por regime de taxa de juro. No final de 2013, esta repartição era a seguinte:



Já em janeiro de 2014 foi celebrado o contrato de mandato com representação entre a REFER e o IGCP conferindo a esta entidade os poderes de gestão para o cancelamento da única operação swap viva no final de 2013, facto que veio a ocorrer no dia 27 de janeiro com o recebimento de 3.417.000 euros proveniente do Bank of America Merrill Lynch. Com este encaixe, a REFER deixou de deter qualquer instrumento para cobertura do risco de taxa de juro.

## ANÁLISE DE RESULTADOS FINANCEIROS

Para a análise dos resultados financeiros, considera-se a ótica do Resultado Financeiro Global que parte da Demonstração dos Resultados e ignoram-se os movimentos contabilísticos relacionados com a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração com reflexo na Demonstração da Posição Financeira. Esta ótica dá a perspetiva real da performance da atividade de gestão de dívida e risco da REFER.

No quadro abaixo detalha-se, então, a performance financeira:

unidade: milhões de euros

	2012	2013	Var.
<b>Resultado Financeiro da Actividade Investimento</b>	<b>-185,1</b>	<b>-156,9</b>	<b>28,2</b>
Ganhos financeiros			
Perdas financeiras*	-185,1	-156,9	28,2
<b>Resultado Financeiro da Actividade Gestão de Infra-Estruturas</b>	<b>-81,7</b>	<b>-69,9</b>	<b>11,8</b>
Ganhos financeiros	0,2	0,1	-0,1
Perdas financeiras	-81,9	-70,0	11,9
<b>Resultados Financeiro da Actividade de Hedging</b>	<b>19,4</b>	<b>14,0</b>	<b>-5,3</b>
Juros Obtidos Instrumentos Financeiros Derivados	51,6	36,7	-14,9
Juros Suportados Instrumentos Financeiros Derivados	-67,0	-54,8	12,2
Variação do Justo Valor Derivados - Ganhos	35,1	48,4	13,3
Variação do Justo Valor Derivados - Perdas	-0,3	-16,2	-16,0
<b>Resultado Financeiro Global</b>	<b>-247,5</b>	<b>-212,7</b>	<b>34,8</b>
Valor imputado - Concedente Estado*	185,1	156,9	-28,2
<b>Resultado Financeiro (Demonstração de Resultados)</b>	<b>-62,4</b>	<b>-55,9</b>	<b>6,5</b>

Em 2013, o Resultado Financeiro Global fixou-se em -212,7 milhões de euros, decomposto da seguinte forma:

- Resultado Financeiro afeto à Atividade de Gestão de Infraestruturas (GI): -69,9 milhões de euros;
- Resultado Financeiro afeto à Atividade de Investimento (ILD): -156,9 milhões de euros;
- Resultado Financeiro afeto à Atividade de Hedging: +14 milhões de euros.

Da análise comparativa com o ano de 2012 verifica-se uma melhoria de 34,8 milhões de euros no Resultado Financeiro Global. Contribuíram para esta melhoria todos os segmentos de resultados financeiros - Atividade de Gestão de Infraestrutura e Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração excluindo a Atividade de Hedging.

De salientar que o aumento do endividamento em 2013 foi, em valor nominal, de 216 milhões de euros (stock de dívida nominal 2013: 7161 milhões) apesar das necessidades de financiamento líquidas (deduzidas dos reembolsos de dívida) se terem fixado em 354,5 milhões de euros. Este facto resulta da existência de um saldo

de tesouraria de 212 milhões de euros no final de 2012 proveniente do encaixe, ocorrido no último mês desse ano, do adiantamento relacionado com candidaturas a fundos comunitários.

Como principais fatores para a redução dos encargos financeiros associados à dívida destacam-se os seguintes:

- A revisão em baixa da taxa de juro associada ao empréstimo de médio e longo prazo do Estado contraído em 2011. Aquela taxa situou-se inicialmente em 6.5% tendo sido revista para 2,77% com efeitos a partir de junho de 2012 e totalmente incorporados em 2013;
- A queda das taxas de juro de curto prazo do euro para níveis inferiores a 1% (Euribor) com impacto sobre os encargos financeiros relacionados com os empréstimos contratados a taxa variável.

No que respeita à atividade de Hedging, importa realçar que a componente *cash* sofreu uma deterioração de 2,6 milhões de euros face a 2012 por via da liquidação antecipada de cinco swaps ocorrida entre maio e junho. Como já anteriormente referido, a decisão de liquidação antecipada foi tomada no âmbito do processo de gestão da carteira de derivados do sector empresarial do Estado levada a cabo e prevista estatutariamente pelo IGCP, e já mais tarde enquadrada pelo Decreto-Lei 133/13 (Enquadramento do sector público empresarial). No que se refere à componente de justo valor, a liquidação antecipada dos cinco *swaps* acima referidos e cujo valor de mercado global era negativo no final de 2012 (-28,7 milhões de euros) adicionada à recuperação para terreno positivo do justo valor da única operação viva à data de 31 de dezembro de 2013 (3,4 milhões de euros), permitiu uma variação líquida positiva no final do período de referência (32,2 milhões de euros).

No que se refere à diminuição do valor imputado ao Concedente Estado entre 2013 e 2012, refira-se que o maior contributo é proveniente da redução do *stock* de dívida financeira para cobertura contabilística do investimento em ILD com consequente impacto nos encargos financeiros imputados (debitados) a esta atividade. Este efeito teve origem no recebimento do adiantamento de 75,6 milhões de euros correspondentes às cinco candidaturas a fundos estruturais referidas anteriormente.

No quadro abaixo, apresenta-se a evolução da taxa de juro média anual de financiamento para o período compreendido entre 2006-2013 e que contribuiu os resultados atrás mencionados:

#### Taxa média anual de financiamento

	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
<b>Taxa média sem Hedging</b>	<b>3,23%</b>	<b>3,99%</b>	<b>4,17%</b>	<b>3,39%</b>	<b>3,53%</b>	<b>4,84%</b>	<b>4,43%</b>	<b>3,53%</b>
MLP	3,23%	3,92%	3,81%	3,54%	3,68%	4,79%	4,40%	3,53%
CP	-	9,97%	4,99%	2,58%	2,67%	5,03%	4,80%	3,54%
<b>Taxa média com Hedging</b>	<b>3,43%</b>	<b>4,20%</b>	<b>4,14%</b>	<b>3,47%</b>	<b>3,33%</b>	<b>4,23%</b>	<b>4,10%</b>	<b>3,79%</b>
MLP	3,43%	4,14%	3,78%	3,64%	3,45%	4,04%	4,04%	3,86%
CP	-	9,97%	4,99%	2,58%	2,67%	5,03%	4,80%	3,54%
<b>Média Euribor 6 meses</b>	<b>0,34%</b>	<b>0,83%</b>	<b>1,64%</b>	<b>1,08%</b>	<b>1,43%</b>	<b>4,73%</b>	<b>4,35%</b>	<b>3,28%</b>

Deixa-se uma nota final sobre a atividade de gestão de dívida e risco financeiro desenvolvida pela REFER desde 2003 e que obrigou a empresa a apetrechar-se dos meios humanos e técnicos que lhe permitiram assegurar uma gestão financeira de grande exigência, quer na captação de fontes de financiamento, quer na implementação de políticas de gestão de risco financeiro.

A REFER obteve em 2004 as notações de rating de longo prazo da Moody's e S&P, tendo por objetivo diversificar as fontes de financiamento em virtude da falta de profundidade do mercado doméstico para os montantes e prazos em causa tendo lançado a sua emissão inaugural de 600 milhões de euros em Março de 2005.

A implementação em 2008 de um programa de EMTN (Euro Medium Term Notes), o primeiro do género feito no quadro da legislação portuguesa, visou obter uma maior flexibilidade e diversificação através do mercado de capitais, possibilitando um rápido acesso para aproveitamento de condições vantajosas do mercado e baixando significativamente os custos administrativos das operações. Foram realizadas duas operações ao abrigo deste programa destacando-se, por um lado, a redução dos custos de montagem mas, por outro e com significado material, a redução do tempo de aprovação por parte das tutelas.

A poupança efetiva obtida com a atividade de hedging ao longo destes dez anos saldou-se em 32 milhões de euros fruto de uma gestão ativa da carteira de dívida e de derivados e de uma abordagem conservadora e de aversão ao risco praticada pela gestão financeira da REFER e adequada à sua natureza de empresa pública.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos previstos no nº 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da REFER e que, o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido negativo do Exercício no montante de 89 135 977 euros (oitenta e nove milhões, cento e trinta e cinco mil, novecentos e setenta e sete euros) – seja transferido para a conta de Resultados Acumulados.

Lisboa, 31 de março de 2014

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente** Eng.º Rui Lopes Loureiro

**Vice-Presidente** Eng.º José Luís Ribeiro dos Santos

**Vogal** Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo

**Vogal** Dr. José Rui Roque

**Vogal** Eng.º Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro



Relatório de Gestão  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

**2013**

**PARTE II**  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS E NOTAS

# PARTE II

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### e NOTAS

Este relatório refere-se à empresa **Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE** (REFER).

Os dados de carácter económico e social aqui apresentados resultam da atividade da empresa durante o ano de 2013.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em [www.refer.pt](http://www.refer.pt)

**Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE**

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

[www.refer.pt](http://www.refer.pt)

Capital Social: 451 200 000 euros

NIF: 503 933 813

## Índice

Declaração de Cumprimento.....	4
Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2013.....	5
Notas às Demonstrações Financeiras.....	13
1. Atividade económica da REFER.....	13
1.1 Missões da REFER.....	13
1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER.....	14
2. Bases de apresentação e políticas contabilísticas.....	16
2.1 Bases de apresentação.....	16
2.2 Políticas contabilísticas.....	17
2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras.....	31
3. Políticas de gestão de risco financeiro.....	32
4. Atividade de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração.....	39
4.1 Concedente – Estado – Conta a Receber.....	39
4.1.1 Ativos concessionados (ILD).....	40
4.1.2 Subsídios.....	44
4.1.3 Rentabilização de ativos.....	46
4.1.4 Juros Debitados.....	46
4.1.5 Imparidades.....	46
4.2 Inventários.....	47
4.3 Clientes e outras contas a receber.....	47
4.4 Empréstimos Obtidos.....	48
4.5 Fornecedores e outras contas a pagar.....	52
5. Atividade de Gestão da Infraestrutura.....	53
5.1 Ativos Fixos Tangíveis.....	53
5.2 Ativos Intangíveis.....	56
5.3 Investimentos em Subsidiárias.....	59
5.4 Investimentos em Associadas e em Empreendimentos Conjuntos.....	60
5.5 Categorias de acordo com a IAS 39.....	64
5.6 Ativos financeiros disponíveis para venda.....	69
5.7 Empréstimos e contas a receber.....	69
5.8 Inventários.....	70
5.9 Instrumentos Financeiros Derivados.....	71
5.10 Clientes e Outras Contas a Receber.....	74
5.11 Caixa e Equivalentes a Caixa.....	76
5.12 Capital.....	77
5.13 Empréstimos Obtidos.....	77
5.13.1 Dívidas a Instituições de Crédito.....	77
5.13.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos.....	77

5.14	Fornecedores e Outras Contas a Pagar .....	81
5.15	Provisões.....	82
5.16	Impostos sobre o rendimento .....	84
5.17	Outros Ativos financeiros .....	88
6.	Prestações de Serviços e Subsídios à Exploração .....	89
6.1	Prestações de Serviços.....	89
6.2	Subsídios à Exploração.....	90
7.	Fornecimentos e Serviços Externos .....	90
8.	Gastos com Pessoal .....	92
9.	Imparidades .....	94
10.	Outros Gastos .....	95
11.	Outros Rendimentos .....	96
12.	Ganhos/(Perdas) em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos.....	97
13.	Perdas e Ganhos Financeiros .....	98
14.	Demonstração dos Resultados internos efetuados para a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração .....	99
15.	Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais.....	99
16.	Divulgações com partes relacionadas.....	102
16.1	Resumo das entidades relacionadas.....	102
16.2	Saldos e transações com empresas subsidiárias.....	104
16.3	Saldos e transações com empresas associadas.....	106
16.4	Saldos e transações com outras entidades relacionadas.....	107
16.5	Saldos e faturação emitida com entidades públicas.....	108
17.	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas .....	108
18.	Compromissos de investimento .....	111
19.	Garantias e avales .....	112
20.	Contingências.....	113
21.	Eventos subsequentes .....	113

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Declaração Prevista no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários.

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE, abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras separadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2013 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para os exercícios seguintes.”

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Presidente</b>	Eng.º Rui Lopes Loureiro
<b>Vice-Presidente</b>	Eng.º José Luís Ribeiro dos Santos
<b>Vogal</b>	Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo
<b>Vogal</b>	Dr. José Rui Roque
<b>Vogal</b>	Eng.º Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 31 de dezembro de 2013

### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

#### 31 de dezembro de 2013

Ativo	Notas	2013	2012
<b>Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária</b>	5.	<b>395 868 950</b>	<b>435 893 835</b>
<b>Não correntes</b>			
Ativos fixos tangíveis	5.1	34 657 418	36 009 510
Ativos intangíveis	5.2	1 575 505	1 974 420
Investimentos em subsidiárias	5.3	12 359 801	11 717 157
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.6	31 875	31 875
Impostos diferidos ativos	5.16	13 879 201	
		62 503 800	49 732 962
<b>Correntes</b>			
Inventários	5.8	19 852 139	19 998 369
Instrumentos financeiros derivados	5.9	3 383 345	16 243 974
Clientes e outras contas a receber	5.10	229 107 357	136 902 792
Impostos sobre o rendimento a receber	5.16	420 000	770 000
Outros ativos financeiros	5.17	168 288	
Caixa e equivalentes de caixa	5.11	80 434 020	212 245 737
		333 365 149	386 160 873
<b>Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>	4.	<b>4 989 627 655</b>	<b>4 830 558 518</b>
<b>Correntes</b>			
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 970 379 781	4 807 872 548
Inventários	4.2	13 992 736	14 475 401
Clientes e outras contas a receber	4.3	5 255 138	8 210 569
		4 989 627 655	4 830 558 518
<b>Total do ativo</b>		<b>5 385 496 605</b>	<b>5 266 452 353</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras



## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (continuação)

31 de dezembro de 2013

Capital Próprio e Passivo	Notas	2013	2012
<b>Capital próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital</b>			
Capital	5.12	451 200 000	430 200 000
Outras variações capitais próprios - imp.diferidos	5.16	- 26 259 959	
Resultados acumulados		-2 314 457 705	-2 222 343 923
		-1 889 517 665	-1 792 143 923
Resultado do exercício atribuível a detentores do capital		- 89 135 977	- 92 113 782
<b>Total do capital próprio</b>		<b>-1 978 653 641</b>	<b>-1 884 257 705</b>
<b>Passivos</b>			
<b>Atividade de Gestão da Infraestrutura ferroviária</b>			
		<b>2 329 080 081</b>	<b>2 269 359 430</b>
<b>Não correntes</b>			
Empréstimos obtidos	5.13	1 467 414 270	1 612 902 005
Provisões	5.15	21 161 659	12 889 264
Impostos diferidos passivos	5.16	26 259 959	
		1 514 835 889	1 625 791 269
<b>Correntes</b>			
Empréstimos obtidos	5.13	746 306 414	541 553 110
Instrumentos financeiros derivados	5.9		44 966 433
Fornecedores e outras contas a pagar	5.14	60 654 891	56 774 316
Imposto sobre o rendimento a pagar	5.16	7 282 888	274 302
		814 244 192	643 568 161
<b>Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>			
	4.	<b>5 035 070 166</b>	<b>4 881 350 629</b>
<b>Não correntes</b>			
Empréstimos obtidos	4.4	4 879 119 087	4 734 991 853
		4 879 119 087	4 734 991 853
<b>Correntes</b>			
Empréstimos obtidos	4.4	91 260 694	72 880 694
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5	64 690 384	73 478 081
		155 951 079	146 358 775
<b>Total do passivo</b>		<b>7 364 150 247</b>	<b>7 150 710 058</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>5 385 496 605</b>	<b>5 266 452 353</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
 31 de dezembro de 2013

Rubricas	Notas	2013	2012
Prestações de serviços	6.1	100 120 846	100 388 188
Subsídios à exploração	6.2	43 700 000	39 600 000
Custo do consumo de materiais		- 6 401 663	- 4 326 086
Fornecimentos e serviços externos	7.	- 94 403 514	- 88 041 190
Gastos com pessoal	8.	- 90 559 074	- 77 799 661
Depreciações e amortizações do exercício	5.1/5.2	- 2 761 805	- 3 100 946
Provisões	5.15	- 8 272 395	- 818 939
Imparidades	9.	- 4 750 406	- 4 978 798
Outros gastos	10.	- 1 981 527	- 2 234 274
Outros rendimentos	11.	23 017 877	13 427 143
Ganhos/(Perdas) subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12.	2 792 644	- 1 530 397
<b>Resultado Operacional</b>		<b>- 39 499 017</b>	<b>- 29 414 959</b>
Perdas financeiras	13.	- 297 865 183	- 334 312 385
Ganhos financeiros	13.	242 004 776	271 941 345
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>- 95 359 425</b>	<b>- 91 785 999</b>
Imposto do exercício	5.16	6 223 448	- 327 784
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>- 89 135 977</b>	<b>- 92 113 782</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

31 de dezembro de 2013

Rubricas	Notas	2013	2012
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		- 89 135 977	- 92 113 782
<b>Outro rendimento integral</b>			
<b>Itens que não serão reclassificadas em resultado</b>			
Diferenças de transição - Impostos diferidos	5.16	- 26 259 959	
		- 26 259 959	0
<b>Itens que poderão ser reclassificadas em resultado</b>			
		0	0
<b>Resultado Integral</b>		<b>- 115 395 936</b>	<b>- 92 113 782</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras

### NOTA:

Não são apresentados os resultados por ação, uma vez que a REFER se encontra excluída do âmbito do IAS 33, por o seu capital social ter a forma jurídica de “Capital Estatutário”, integralmente detido pelo Estado Português, não sendo assim expresso por ações ou qualquer outro tipo de títulos.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31 de dezembro de 2013

	Notas	Capital Social	Outras Variações	Resultados Acumulados	Resultado atribuível a acionistas	Total Capital Próprio
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	a)	<b>430 200 000</b>		<b>-2 060 270 975</b>	<b>- 162 072 948</b>	<b>-1 792 143 923</b>
<b>Alterações no exercício</b>						
Aplicação do resultado integral 2011				- 162 072 948	162 072 948	0
Resultado integral de 2012					- 92 113 782	- 92 113 782
	b)	0	0	- 162 072 948	69 959 166	- 92 113 782
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	c) = a) +b)	<b>430 200 000</b>	<b>0</b>	<b>-2 222 343 923</b>	<b>- 92 113 782</b>	<b>-1 884 257 705</b>
<b>Operações com detentores de capital</b>						
Aumento de capital		21 000 000				21 000 000
	d)	21 000 000	0	0	0	21 000 000
<b>Alterações no exercício</b>						
Aplicação do resultado integral 2012	e)			- 92 113 782	92 113 782	0
Diferenças de transição - Impostos diferidos	f)		- 26 259 959			- 26 259 959
Resultado proveniente da demonst. dos resultados	g)				- 89 135 977	- 89 135 977
Resultado integral de 2013	h) = f) +g)	0	- 26 259 959	0	- 89 135 977	- 115 395 936
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	c)+d)+e)+h)	<b>451 200 000</b>	<b>- 26 259 959</b>	<b>-2 314 457 705</b>	<b>- 89 135 977</b>	<b>-1 978 653 641</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de dezembro de 2013

Rubricas	Notas	2013	2012
<b>Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		7 304 188	68 887 237
Pagamentos a fornecedores		- 97 845 672	- 103 952 690
Pagamentos ao pessoal		- 85 362 236	- 76 909 268
Fluxo gerado pelas operações		- 175 903 720	- 111 974 721
Outros recebimentos/ (pagamentos) operacionais		47 753 516	44 752 725
<b>Fluxo das atividades operacionais (1)</b>		<b>- 128 150 204</b>	<b>- 67 221 996</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		87 245 056	263 280 455
Dividendos	12.	2 200 000	2 800 000
		89 445 056	266 080 455
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		86 088 023	99 881 269
		86 088 023	99 881 269
<b>Fluxo das atividades de investimento (2)</b>		<b>3 357 033</b>	<b>166 199 186</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		825 541 837	3 036 924 941
Dotações de capital	5.12	21 000 000	
Juros		36 807 895	51 816 429
		883 349 732	3 088 741 370
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		609 573 600	2 669 767 260
Juros e custos similares		287 520 080	316 731 330
		897 093 680	2 986 498 590
<b>Fluxo das atividades de financiamento (3)</b>		<b>- 13 743 948</b>	<b>102 242 780</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)-(2)+(3)</b>		<b>- 138 537 119</b>	<b>201 219 970</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.11	73 612 216	212 149 335
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.11	212 149 335	10 929 364
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>- 138 537 119</b>	<b>201 219 970</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Diretora Financeira**

Dra. Maria do Carmo Duarte  
Ferreira

**Presidente**

Eng.º Rui Lopes Loureiro

**Técnica Oficial de Contas**

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

**Vice-Presidente**

Eng.º José Ribeiro dos Santos

**Vogal**

Dr. Alberto Almeida Diogo

**Vogal**

Dr. José Rui Roque

**Vogal**

Eng.º Amílcar Ferreira Monteiro

Lisboa, 31 de março de 2014

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

### 1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA REFER

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE, adiante designada por REFER, com sede na Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Encontra-se sujeita à tutela do Ministério das Finanças e do Ministério da Economia e Emprego, e foi constituída pelo Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril.

A REFER tem como atividade principal a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, estando-lhe ainda atribuída a responsabilidade de construção, instalação e renovação das infraestruturas ferroviárias.

No desenvolvimento da sua atividade e de forma a garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, a REFER recorre a serviços complementares, de áreas de negócio que não estão compreendidas na sua atividade principal, mas que são realizadas pelas suas empresas participadas.

#### 1.1 MISSÕES DA REFER

A atividade da REFER subdivide-se em duas missões: a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD) e a Gestão de Infraestrutura (GI).

#### INVESTIMENTOS LONGA DURAÇÃO (ILD)

Nesta missão encontram-se incluídos o conjunto de investimentos associados a:

- Novas infraestruturas e/ou expansão da Rede;
- Modernização e reabilitação, com a introdução de novas tecnologias no modo de operação;
- Substituição que engloba as intervenções que introduzem melhoramentos de carácter duradouro ou que são suscetíveis de aumentar o valor e/ou a vida útil do bem não alterando as condições de exploração.

A obtenção do financiamento necessário para os investimentos efetuados, conforme descrito supra, é efetuada pela REFER e reveste a forma de obtenção de crédito junto de instituições financeiras e do mercado de capitais, fornecedores, prestações do acionista e obtenção de subsídios.

## **GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS (GI)**

Esta missão corresponde à prestação de um serviço público, contemplando funções como a conservação e manutenção de infraestruturas, gestão de capacidade, gestão do sistema de regulação e segurança, comando e controlo de circulação.

Engloba o conjunto de investimentos de funcionamento (ex. mobiliário e informática), sem implicações nas concessões e exploração ferroviária.

## **1.2 REGULAMENTAÇÃO DAS MISSÕES DESENVOLVIDAS PELA REFER**

### **REGULAÇÃO TARIFÁRIA**

Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, foi delegada na REFER a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infraestrutura ferroviária.

No que respeita às tarifas de utilização da infraestrutura, cabe à REFER, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de outubro, republicado pela Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho, fixar, determinar e cobrar as tarifas devidas pela utilização da infraestrutura, para financiamento da sua atividade de gestão da infraestrutura, respeitando as regras definidas no referido diploma legal, bem como as emitidas pelo Regulamento n.º 630/2011, de 12 de dezembro, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes IP (IMT).

No âmbito da sua atividade, a REFER presta serviços essenciais, adicionais e auxiliares, cuja descrição e condições de prestação – incluindo as condições tarifárias – encontram-se definidas no Diretório da Rede.

### **TARIFAS RESPEITANTES AOS SERVIÇOS ESSENCIAIS**

#### **a) Tarifas base**

Os serviços essenciais oferecidos pelo gestor da infraestrutura compreendem:

- o pacote mínimo de acesso;
- o acesso por via férrea às instalações de serviço e ao fornecimento de serviços;
- a utilização de infraestruturas e equipamentos de fornecimento, transformação e distribuição de energia elétrica de tração;
- a prestação do socorro ferroviário nos termos previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 270/2003.

#### **b) Tarifação da capacidade pedida e não utilizada**

O valor devido pela capacidade pedida e não utilizada corresponde a:

- 100% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada entre a data para a qual a capacidade tinha sido pedida e três dias (inclusive) antes dessa data;
- 10% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada entre três dias (exclusive) e catorze dias (inclusive) antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 5% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada num prazo superior a catorze dias (exclusive) relativamente à data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- Não se aplica a tarifação da capacidade pedida e não utilizada às situações de substituição de um canal horário por outro, desde que seja comprovado que o novo canal tem a mesma origem e destino e uma translação do tempo de partida até 24 horas relativamente ao canal de origem no caso do transporte de passageiros ou a sete dias no caso do transporte de mercadorias.

#### **TARIFAS RESPEITANTES AOS SERVIÇOS ADICIONAIS**

##### **a) Energia de tração**

Considerando que o acesso à energia elétrica de tração que os Operadores necessitam, apenas pode ser feito através de infraestruturas sob gestão da REFER, esta faculta aos Operadores o acesso aos meios sob sua gestão.

Caso se encontre acordado em contratos vigentes o pagamento à REFER de qualquer valor a título de remuneração de serviços relativos a conferência, faturação e ou repartição de consumos, é levado em conta, até à concorrência daquele valor, o que se apurar em função das regras tarifárias.

##### **b) Manobras**

Os serviços de manobras são cobrados em função da mobilização de meios humanos (incluindo tempos de deslocação, se aplicável), traduzida em minutos efetivos, podendo corresponder a três categorias profissionais: Operador de Manobras, Operador de Circulação ou Controlador de Circulação.

##### **c) Estacionamento de material circulante**

O estacionamento em linhas de estações não afetas à circulação é considerado por períodos de duração igual ou superior a uma hora.

## TARIFAS RESPEITANTES AOS SERVIÇOS AUXILIARES

Os serviços que envolvam utilização de mão-de-obra da REFER são faturados em função dos meios humanos mobilizados.

## OUTRAS TARIFAS

O Diretório da Rede, a Regulamentação Ferroviária, bem como a documentação técnica necessária ao estudo dos pedidos de capacidade, são fornecidos aos interessados, a pedido, contra o pagamento de uma quantia correspondente ao custo de publicação.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações da REFER e a sua posição financeira, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, constituindo as demonstrações financeiras separadas da empresa.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 31 de março de 2014, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela. É da opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da REFER, bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa.

Todos os valores estão expressos em euros (€), sem arredondamentos, salvo indicação em contrário. As demonstrações financeiras da REFER foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adotadas pela União Europeia (UE), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2013.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos que os antecederam.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, que se encontram registados ao respetivo valor de mercado, exceto aqueles para os quais o justo valor não é possível determinar.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a empresa formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e

passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados aplicáveis e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 2.3.

## 2.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos que se seguem, e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

### a) Participações financeiras em empresas subsidiárias

De acordo com os conceitos previstos pela IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, empresas subsidiárias são as empresas controladas pela REFER.

Existe **controlo** quando a REFER detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a empresa detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa com o objetivo de usufruir benefícios resultantes da sua atividade, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

A aquisição de subsidiárias é inicialmente registada pelo **método de compra**, de acordo com o previsto na IFRS 3. Subsequentemente, as participações são mensuradas ao **custo**, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de acordo com a opção prevista na IAS 27, para as demonstrações financeiras separadas.

O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados em resultados do exercício quando atribuídos, de acordo com a IAS 27.

### b) Participações financeiras em empresas associadas

Conforme previsto na IAS 28 – Investimentos em associadas, empresas associadas são as empresas onde se exerça uma **influência significativa** sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Presume-se que existe influência significativa quando a entidade detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

A aquisição de associadas é inicialmente registada pelo **método de compra**, de acordo com o previsto na IFRS 3. Subsequentemente, as participações são mensuradas ao **custo**, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de acordo com a opção prevista na IAS 27, para as demonstrações financeiras separadas.

O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados em resultados do exercício quando atribuídos, de acordo com a IAS 27.

#### **c) Participações financeiras em entidades conjuntamente controladas**

De acordo com o estabelecido na IAS 31 – Interesses em empreendimentos conjuntos, os empreendimentos conjuntos podem assumir formas diferenciadas, sendo que a norma identifica três grandes tipos: i) operações conjuntamente controladas, ii) ativos conjuntamente controlados e iii) entidades conjuntamente controladas.

O investimento no Agrupamento Europeu de Interesse Económico - AVEP, configura uma entidade conjuntamente controlada, sendo que a referida sociedade é em si mesma fruto da parceria estabelecida entre a RAVE (em 2012 a REFER sucedeu-lhe) e a ADIF (entidade espanhola), que constituíram a AVEP em percentagens iguais entre si (50%).

De acordo com a IAS 31, os interesses em entidades conjuntamente controlados nas demonstrações separadas de uma entidade, devem ser registados ao custo ou ao justo valor. Nas demonstrações financeiras separadas da REFER optou-se pelo custo.

#### **d) Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração (ILD) – Acordos de Concessão de Serviços – IFRIC 12**

Decorrente do processo de cisão da atividade ferroviária em Portugal, em 1997, foi acometida à REFER a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a REFER o papel de “agente” nesta atividade.

Aplicando este entendimento, os efeitos referentes a esta atividade são reconhecidos e mensurados de acordo com a IFRIC 12.

Assim, para efeitos de aplicação da IFRIC 12, considera-se que a Atividade em Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração consubstancia a existência de uma concessão entre o Estado (Ente Público) e a REFER (equiparado a Ente privado apesar de o único acionista ser o Estado), sendo essa atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios, empréstimos obtidos junto de instituições financeiras e maioritariamente

avalizados pelo Estado, empréstimos obrigacionistas e financiamentos do acionista, assumindo a REFER o papel de “Concessionário” nesta atividade.

A IFRIC 12 – Acordos de Concessão de serviços foi emitida pelo IASB em Novembro de 2006, para aplicação aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2008. A sua adoção na União Europeia ocorreu em 25 de março de 2009, ficando estabelecida a obrigatoriedade à sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2010.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços públicos nos quais o concedente (Estado) controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros; e
- Já existentes e às quais é dado acesso pelo operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, é entendimento da REFER que a concessão existente encontra-se incluída no âmbito desta IFRIC pelas razões que seguem:

- I. A REFER é uma entidade com fins lucrativos e sujeita à aplicação do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o seu acionista ser o Estado, a mesma está constituída por um regime societário típico e dispõe de independência patrimonial face ao seu acionista, sendo dessa forma afastada a exclusão de aplicação da IFRIC 12 de acordo como seu §4;
- II. O decreto-lei que constitui a REFER, em substância pode ser considerado um acordo de concessão, pois o Estado na qualidade de Concedente, controla e regulamenta os serviços públicos prestados pela REFER, na qualidade de Concessionária, com as infraestruturas integrantes do domínio público ferroviário nacional, definindo igualmente a quem são prestados os serviços e a que preço;
- III. O Estado, através da propriedade, controla as Infraestruturas, pois pertencem ao domínio público do Estado, cedendo à REFER o direito de acesso às mesmas para esta prestar o serviço público através da cobrança de uma tarifa aos operadores de transporte de passageiros e de mercadorias.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

- I. Modelo do ativo intangível – Quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da Infraestrutura;
- II. Modelo do ativo financeiro – Quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente,

correspondente a montantes específicos ou determináveis, o operador deve registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade dispõe, de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser em geral, legalmente vinculativo;

- III. Modelo “misto” – Este modelo, previsto no § 18 da IFRIC 12, aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Face à tipologia dos modelos, foi considerado que o que melhor traduz a atividade atribuída à REFER é o modelo do Ativo financeiro, pois de acordo com a legislação em vigor, o Estado (Ente público) suportará integralmente os custos associados a investimentos em infraestruturas ferroviárias nacionais, possuindo assim a REFER um direito incondicional de receber dinheiro do Estado pelos investimentos realizados em ILD. Direito esse conferido quer pelo art.º11º da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres para o transporte ferroviário (LBTT), quer pelo DL 141/2008, de 22 Julho, quer ainda pelo Plano Estratégico de Transportes (PET) que enfatizam entre outros que “a construção de novas linhas e ramais ferroviários requer prévia aprovação do Ministro das Finanças e do ministro da tutela” e que o investimento necessário à construção de infraestrutura ferroviária, enquanto bens do domínio público é da responsabilidade do Estado.

No que respeita ao Ativo Financeiro, resultante da aplicação desta norma, o mesmo foi enquadrado de acordo com a IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Pelo facto de não existir acordo de concessão formal, a REFER assume as seguintes premissas para determinação do valor da concessão, baseando-se no princípio da substância sobre a forma e na legislação existente nomeadamente:

- A Lei de Bases do sistema de Transportes Terrestres Conservação e Vigilância da infraestrutura – Lei 10/90 - que legisla no nº 3 do artigo 11º a compensação devida pelo Estado da totalidade dos encargos de construção, conservação e vigilância de infraestruturas, de harmonia com as normas a aprovar pelo Governo.
- Nos estatutos da REFER, EPE, nº 4 artigo 15º, que determina que “o valor dos bens patrimoniais adquiridos pela empresa, a título oneroso, e que sejam afetados ao domínio público, bem como os valores das benfeitorias realizadas pela empresa em bens de domínio público que lhe estejam afetos ou por ela sejam administrados, deve ser repostos caso a empresa seja privada da sua administração ou exploração”
- No Plano Estratégico dos Transportes (RCM 45/2011):
  - O investimento necessário à construção de infraestruturas de transporte, enquanto bens e ativos do domínio público, é uma responsabilidade do Estado, como consta da própria Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres. Não obstante, nas últimas décadas, as empresas do sector empresarial do Estado dos transportes públicos terrestres e da infraestrutura ferroviária têm assumido o ónus de suportar nas suas demonstrações

financeiras— através de emissão de dívida — os encargos decorrentes daquele investimento, por conta do Estado.

- A dívida histórica das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) de transportes públicos e da infraestrutura ferroviária resulta, em parte, da concretização de projetos de investimentos da responsabilidade do Estado, (...)
- Quando existam desafetações de domínio público ferroviário, o ganho ou perda obtido será afeto a esta atividade, conforme estabelecido em cada despacho de desafetação.

Assim, os valores suportados com os ILD assumem a forma de “conta a receber” imputada à entidade “Estado concedente”, sendo reconhecida inicialmente ao justo valor.

O ativo financeiro é constituído pelos ativos concessionados, que incluem as propriedades de domínio público ferroviário, em que a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efetuar a prestação de serviços de “Gestão de Infraestrutura”, acrescidos da rentabilização de ativos, quer por venda, quer por melhorias efetuadas nos mesmos, deduzidos dos subsídios recebidos e acrescidos dos juros dos empréstimos contraídos, imputados à concessão. Como não existe maturidade definida, consequência da inexistência de contrato de concessão formalizado, assume-se que os valores a receber se vencem no momento do débito. Consequentemente a partir dessa data considera-se que é devido ao concessionário (REFER) os juros do valor em dívida. A forma de cálculo desses juros é efetuada tendo por base as mesmas condições do financiamento obtido para financiar diretamente esta atividade. São assim debitados os juros e outros gastos financeiros incorridos com os empréstimos contraídos para financiamento da concessão.

#### **INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)**

Os ativos concessionados, designados por Infraestruturas de Longa Duração são propriedade de Domínio Público Ferroviário, e a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efetuar a prestação dos serviços de “Gestão de infraestruturas”. Desta forma, encontram-se registados na rubrica da **Demonstração da Posição Financeira** “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”, por não se qualificarem como ativos controlados por esta entidade. Estes ativos, para além das aquisições e construções posteriores à cisão do património da CP, englobam igualmente o património dos Gabinetes extintos e património transferido daquela empresa, que configuram a natureza de “bens de domínio público”.

## e) Ativos Fixos Tangíveis

### AFETOS À GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

Os ativos fixos tangíveis registados na Demonstração da Posição Financeira da REFER, referem-se a equipamentos utilizados pela REFER, no âmbito da atividade de GI, e não afetos à atividade de investimento em Infraestruturas de Longa Duração. O seu **reconhecimento inicial** é pelo custo.

**Após o reconhecimento inicial**, a REFER adotou o modelo do custo permitido pela IAS 16, e os ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados pelo seu custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os encargos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral.

### DEPRECIAÇÕES

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das **quotas constantes**, às taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anual (em %), mais importantes, são as seguintes:

Designação	%
Terrenos	Não amortizados
Edifícios e outras construções	2 - 100
Equipamento básico	3,33 - 100
Equipamento de transporte	4 - 100
Ferramentas e utensílios	12,5 - 100
Equipamento administrativo	12,5 - 100
Outros ativos fixos	12,5 - 100

As vidas úteis dos ativos são revistas no final de cada exercício, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de utilização / fruição dos ativos.

### LOCAÇÕES

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou operacionais, depende da sua substância, e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

## **LOCAÇÃO FINANCEIRA**

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira são classificados como ativos fixos tangíveis, em conformidade com a IAS 17 - Locações.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis da mesma natureza.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respetivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## **CONTRATOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL**

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação relativamente aos quais não se assumem os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado, são classificados como locações operacionais, em conformidade com a IAS 17 – Locações, não sendo por isso registados na rubrica de ativos fixos tangíveis.

As rendas são registadas como gastos nos respetivos períodos durante o prazo de locação (nota 7).

### **f) Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira, referem-se essencialmente a programas informáticos.

## **AMORTIZAÇÕES**

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

### **g) Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”) pelo seu justo valor (IAS 39). Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura.

O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto, do modelo de cobertura utilizado e da eficácia da cobertura.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

#### CONTABILIDADE DE COBERTURA

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como “derivados detidos para negociação”, sendo considerados correntes, e as respetivas variações no justo valor são registadas na Demonstração do Rendimento Integral do período em que ocorrem.

A 31 de dezembro de 2013 a REFER não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

#### h) Ativos financeiros

A REFER classifica os seus investimentos, na data da sua negociação (“trade date”), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

#### ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Após o seu **reconhecimento inicial**, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

#### ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são **mensurados** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

As perdas por **imparidade** são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

### EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são **inicialmente** reconhecidos ao seu justo valor, sendo **subsequentemente** valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por **imparidade** quando existem indicadores de que a REFER não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: i) análise de incumprimento; ii) incumprimento há mais de 6 meses; iii) dificuldades financeiras do devedor; iv) probabilidade de falência do devedor.

Quando valores a receber de clientes ou outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

### ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- A REFER não tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- Não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As partes de capital detidas que não sejam participações em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

#### **i) Justo valor de ativos e passivos financeiros**

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor a REFER inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

#### **j) Imparidade de Ativos**

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. O valor recuperável corresponde ao menor entre o valor de uso e o justo valor menos custo de vender, e é determinado sempre que existam indicadores de perda de valor.

O valor de uso do ativo é calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo

no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

#### **k) Inventários**

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

As saídas de armazém (consumos) são mensurados ao custo médio ponderado.

A REFER possui nos seus armazéns materiais adquiridos com o fim específico e único de aplicação da Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração. Estes inventários encontram-se apresentados na Demonstração da Posição Financeira na rubrica “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”.

#### **l) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na Demonstração da Posição Financeira onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses.

#### **m) Passivos financeiros**

Passivos financeiros representam obrigações contratuais de pagar, através da entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros, independentemente da sua forma legal. São **inicialmente** registados pelo seu justo valor deduzidos dos custos de transação incorridos, e **subsequentemente** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

#### **n) Empréstimos obtidos não correntes**

A Empresa reconhece os empréstimos obtidos não correntes como um passivo financeiro em conformidade com a IAS 39 – Instrumentos financeiros; estes passivos financeiros são registados: (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos

de transação incorridos; e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A REFER detém empréstimos obtidos não correntes, sob a forma de bilaterais e obrigações para financiar a construção de Infraestruturas de Longa Duração (ILD) e a atividade de Gestão de Infraestrutura. Os empréstimos que financiam a atividade de Investimento em ILD são reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira na rubrica “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”.

#### **o) Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado.

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar referem-se aos saldos a pagar a fornecedores da atividade operacional da Empresa. Os saldos de fornecedores relacionados com a aquisição/construção de ativos da atividade de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração, encontram-se registados na Demonstração da Posição Financeira na rubrica correspondente.

#### **p) Imparidades e provisões**

São reconhecidas imparidades quando se verificam perdas no valor dos ativos registados na Demonstração da Posição Financeira, conforme descrito em notas anteriores.

São constituídas provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para pagar a obrigação.

A REFER regista provisões relativas a processos judiciais em curso, para os quais existe uma probabilidade elevada de que venham a ocorrer ex-fluxos monetários da empresa (nota 5.15.). Este valor corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

#### **q) Reconhecimento do rédito**

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes réditos são registadas nas rubricas de outras contas a receber.

O rédito na REFER compreende as tarifas pela utilização de infraestrutura, a energia de tração, as manobras, a capacidade pedida não utilizada, e outros serviços (conforme descrito na nota 1.2.).

#### **r) Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na Demonstração do Rendimento Integral exceto quando se relaciona com ganhos ou perdas diretamente reconhecidos em capitais próprios caso em que é também reconhecido diretamente em capitais próprios.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais em vigor à data do relato financeiro.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando existem diferenças entre o valor contabilístico dos ativos e passivos em determinado momento e o seu valor para efeitos fiscais.

Os passivos por impostos diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos relativamente: i) às diferenças temporárias dedutíveis para as quais se esperam que venham a ser revertíveis futuramente, ou ii) quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão se estime que ocorra no mesmo momento dos impostos diferidos ativos.

Eventuais diferenças de taxa de imposto, para efeitos de imposto diferido serão reconhecidas no resultado, exceção feita a impostos diferidos reconhecidos diretamente nos capitais próprios, situação em que essas diferenças acompanham o referido imposto diferido nos capitais próprios.

#### s) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do relato financeiro e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas nos resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data da Demonstração da Posição Financeira foram as seguintes:

Moeda	2013	2012
Francos Suíços (CHF)	1,23	1,21
Coroa Sueca (SEK)	8,86	8,58

#### t) Subsídios

Os subsídios ao investimento atribuídos à REFER são **inicialmente** reconhecidos, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, sendo **subsequentemente** amortizados na proporção da depreciação dos ativos fixos tangíveis subsidiados, em conformidade com a IAS 20 – Subsídios do Estado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, a partir do momento em que o seu recebimento seja provável.

Os subsídios obtidos para financiamento dos ativos adquiridos/construídos em Infraestruturas de Longa Duração, são reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira na rubrica "Concedente-Estado-Conta a Receber" porque sendo atribuídos no âmbito da atividade concessionada, constituem reembolso de parte das despesas incorridas, sendo deduzidos ao valor a receber do concedente.

#### u) Informação por segmentos

##### SEGMENTOS OPERACIONAIS

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve uma atividade de negócio: i) de que pode obter réditos e incorrer em gastos; ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade; e iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira.

A REFER identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual não resultaram novos segmentos comparativamente aos já reportados anteriormente.

A principal atividade da REFER é a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional. No desenvolvimento da sua atividade, a REFER tem a necessidade de recorrer a serviços complementares; porém os riscos e retornos a eles associados estão diretamente ligados à prossecução daquela prestação.

Pelo exposto, à data de 31 de dezembro de 2013, apenas foi identificado um segmento operacional. Os clientes da REFER integram na totalidade este segmento, e toda a atividade se desenvolve no território nacional.

#### v) Entidades relacionadas

A revisão do IAS 24 – Divulgações de entidades relacionadas, veio estabelecer a obrigatoriedade de divulgar as transações existentes com o Estado, e com entidades que sejam consideradas relacionadas, pelo facto de serem igualmente detidas pelo Estado.

Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais a REFER, direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários, controle, seja controlada ou estiver sob o controlo comum. São também partes relacionadas as entidades nas quais a REFER tenha um interesse que lhe confira influência significativa.

A REFER divulga na nota 16, os saldos e transações que, à data de 31 de dezembro de 2013, tem com as entidades relacionadas, sobre as quais tem controlo ou influência significativa. Relativamente às entidades públicas, e com as quais a REFER celebrou protocolos diretamente relacionados com a Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração, a empresa adoptou a exceção permitida pela norma, de divulgar apenas as transações mais significativas (nota 16.5.).

### **2.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da REFER são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, se acreditam ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

O Conselho de Administração considera que as estimativas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

#### **JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS**

O justo valor corresponde a cotações de mercado quando disponíveis e, na ausência destas, é determinado por recurso a preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, ainda, através de metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (para swaps plain-vanilla) ou modelos de avaliação de opções (para swaps estruturados) Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### **PERDAS POR IMPARIDADE DE DEVEDORES**

As perdas por imparidade relativas a devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Conselho de Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores. São também consideradas outras circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da

determinação da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Todo este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e conseqüentemente diferentes impactos em resultados.

#### **RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS/GASTOS**

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na Demonstração do Rendimento Integral os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

#### **PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO**

O Conselho de Administração considera que existe uma probabilidade elevada de que, para alguns processos judiciais em curso, venham a ocorrer ex-fluxos económicos da empresa. Por isso, é determinada uma estimativa do valor presente da responsabilidade, e registada uma provisão (nota 5.15).

### **3. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

#### **RISCOS FINANCEIROS**

A atividade da REFER está exposta a fatores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de taxa de juro associado aos fluxos de caixa decorrentes de financiamentos obtidos.

O Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de outubro vem alterar a autonomia das empresas públicas reclassificadas (EPR) no que respeita ao acesso a financiamento junto do sistema financeiro e à gestão de risco através de instrumentos financeiros derivados. Com efeito, no artigo 29º determina-se a impossibilidade das EPR em aceder a financiamento junto das instituições de crédito com exceção das de carácter multilateral (ex. Banco Europeu de Investimento) ficando consagrada também no artigo 72º a transferência da gestão das suas carteiras de derivados financeiros para a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE (IGCP).

#### **GESTÃO DO RISCO DE CÂMBIO**

A REFER não tem risco cambial com significado no decurso da sua atividade.

## GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira para a REFER. Este tipo de risco é incorrido pela REFER no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

A nível operacional, os principais clientes da REFER são a CP, a Fertagus, a Takargo e a CP Carga. O risco de crédito resultante da atividade operacional está essencialmente relacionado com o incumprimento no pagamento à REFER das responsabilidades assumidas por aquelas entidades decorrentes dos serviços prestados pela REFER. A CP é a contraparte principal tratando-se do operador exclusivo de passageiros em toda a rede com exceção da travessia da Ponte 25 de Abril que é operada pela Fertagus. Em 2013, a CP e Fertagus não realizaram qualquer pagamento referente à taxa de utilização da infraestruturas elevando-se o valor em dívida em 31 de dezembro de 2013, para um montante superior a 125 milhões de euros. Assim, apesar do risco de crédito estar fortemente concentrado na CP, o mesmo é mitigado pela natureza jurídica daquela entidade, dado tratar-se igualmente duma EPE com capital detido a 100% pelo Estado Português. Os ajustamentos de imparidade para outras contas a receber são calculados considerando o perfil de risco da contraparte e a sua condição financeira.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a REFER detém uma exposição ao setor bancário nacional traduzida pelos saldos em depósitos à ordem e internacional através dos instrumentos financeiros derivados contratados. Até à data, a REFER não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com os bancos sendo que, e em relação a instrumentos financeiros derivados, este risco é inexistente na data de assinatura das contas, uma vez que foram integralmente liquidados os contratos desta natureza (nota 21).

A tabela seguinte apresenta o resumo a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 da qualidade de crédito dos depósitos e instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo:

### Instituições financeiras

Rating	2013	2012
>=AA-	0	0
>=A-	3 383 345	16 245 195
< A-	0	0
< =BBB+	88 788	90 994
< =BB+	126 059	480 546
Sem rating	2 198 665	211 657 100
	<b>5 796 857</b>	<b>228 473 835</b>

Os ratings utilizados são os atribuídos pela Standard and Poor's às datas de relato.

## GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

Este tipo de risco mede-se pela capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às responsabilidades assumidas com os diferentes agentes económicos que interagem com a empresa, como sejam os fornecedores, os bancos, o mercado de capitais, etc.. Este risco é medido pela liquidez à disposição da empresa para fazer face aquelas responsabilidades bem como à capacidade de geração de cash-flow decorrente da sua atividade.

Considerando a natureza jurídica da REFER, a capacidade de atuar sobre este risco é limitada. No entanto, a REFER procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade. Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, Com a integração da REFER no perímetro de consolidação do Estado, a empresa passou a ser financiada directamente pelo Estado português a partir de 2011, pelo que o risco de liquidez na REFER baixou consideravelmente.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da REFER por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

### 31 de dezembro de 2013

	Notas	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
<b>Empréstimos obtidos</b>				
Empréstimos para atividade Investimento		822 059 223	2 023 537 476	2 948 214 675
Outros empréstimos		211 606 838	1 703 056 450	839 073 903
		<b>1 033 666 061</b>	<b>3 726 593 926</b>	<b>3 787 288 578</b>
<hr/>				
<b>Fornecedores e contas a pagar</b>	<b>5.5</b>	<b>89 047 939</b>		
<hr/>				
<b>Aval</b>		<b>5 192 951</b>	<b>19 422 061</b>	<b>22 502 742</b>
		<b>1 127 906 951</b>	<b>3 746 015 987</b>	<b>3 809 791 320</b>

## 31 de dezembro de 2012

Unidade de medida: euro

	Notas	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
<b>Empréstimos Obtidos</b>				
Empréstimos para atividade Investimento		744 862 846	2 376 683 097	3 118 163 656
Outros empréstimos		74 639 391	1 577 750 559	585 000 000
Instr. financ. derivados (gross outflow s)		61 733 272	161 553 145	151 550 608
Instr. financeiros derivados (gross inflow s)		- 44 324 205	- 145 385 951	- 157 846 000
		<b>836 911 304</b>	<b>3 970 600 850</b>	<b>3 696 868 264</b>
<b>Fornecedores e contas a pagar</b>	<b>5.5</b>	<b>96 817 659</b>		
<b>Aval</b>		<b>5 302 272</b>	<b>20 007 389</b>	<b>27 132 087</b>
		<b>939 031 235</b>	<b>3 990 608 239</b>	<b>3 724 000 351</b>

## GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

As contrapartes da REFER nos contratos derivados são instituições financeiras nacionais e internacionais, de rating e credibilidade elevadas. As operações são enquadradas em contratos ISDA, de acordo com as normas internacionais. O principal objetivo da gestão de risco de taxa de juro é a proteção relativamente a movimentos de subida de taxa de juro, na medida em que as receitas da REFER são imunes a essa variável e, assim, inviabilizam uma cobertura natural.

Ao longo do período em que a REFER manteve autonomia de gestão do risco de taxa de juro, a opção pelo tipo de instrumento resultou sempre de uma análise custo/benefício aplicada a cada caso. Para além do objetivo principal descrito acima, a REFER realizou operações destinadas a reduzir o custo do financiamento a taxa fixa ou variável. Pontualmente, a empresa efetuou reestruturações de posições tirando partido da evolução do mercado. Na gestão de carteira, a REFER procurou a diversificação como forma de manter um portfólio equilibrado e de volatilidade reduzida, adotando uma postura conservadora face aos riscos a assumir, quer em termos das características dos instrumentos, quer em termos dos indexantes. Esta estratégia determinou a decisão da empresa em não classificar nenhum dos instrumentos derivados como de cobertura, na medida em que o impacto sobre resultados da parte da carteira não designável seria potencialmente mais desfavorável.

## TESTE SENSIBILIDADE À TAXA DE JURO

A REFER utiliza periodicamente análises de sensibilidade para medir o impacto em resultados das variações das taxas de juro e volatilidade sobre o justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados. Esta análise tem sido um dos meios auxiliares às decisões de gestão do risco de taxa de juro já que, na prática, tanto as taxas de juro como a volatilidade, raramente se alteram "ceteris paribus"

existindo ainda outras variáveis que influenciam o justo valor daquelas posições, como por exemplo, as correlações. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- i. A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (*swaps*) para cobrir o risco de taxa de juro associado a empréstimos de médio e longo prazo indexados a taxa de juro variável. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do *swap* respetivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse *swap*;
- ii. A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (*swaps*) para reduzir os encargos financeiros associados a empréstimos de médio e longo prazo a taxa fixa. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do *swap* respetivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse *swap*;
- iii. À data de 31 de dezembro de 2013, a REFER não tinha reconhecido nenhum empréstimo obtido ao justo valor;
- iv. Alterações no justo valor de empréstimos e instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros e/ou modelos de avaliação de opções utilizando taxas de mercado nos momentos de reporte;
- v. Sob estes pressupostos, a 31 de dezembro de 2013, um aumento ou diminuição de 0,5% nas curvas de taxa de juro (do euro e libra esterlina) e de 5% na curva de volatilidade das mesmas moedas, resultaria nas seguintes variações do justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados com consequente impacto direto nos resultados:

**31 de dezembro de 2013**

	<b>Varição no justo valor de instrumentos financeiros derivados</b>			
	<b>Varição na curva de taxa de juro</b>		<b>Varição na curva de volatilidade</b>	
	<b>-0,50%</b>	<b>0,50%</b>	<b>-5%</b>	<b>5%</b>
<b>EUR</b>	438 575	- 2 451 872	88 602	- 131 007
<b>GBP</b>	- 2 148 315	382 087	45 459	- 131 957

	<b>Varição no J.V de empréstimos</b>	
	<b>Varição na curva de taxa de juro</b>	
	<b>-0,50%</b>	<b>0,50%</b>
<b>EUR</b>	115 030 519	- 178 431 053

	<b>Efeito Líquido em resultados</b>			
	<b>Varição na curva de taxa de juro</b>		<b>Varição na curva de volatilidade</b>	
	<b>-0,50%</b>	<b>0,50%</b>	<b>-5%</b>	<b>5%</b>
<b>EUR</b>	- 114 591 944	175 979 181	88 602	- 131 007
<b>GBP</b>	- 2 148 315	382 087	45 459	- 131 957

### 31 de dezembro de 2012

	Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
<b>EUR</b>	- 2 572 803	- 15 417 192	17 337 014	- 18 685 781
<b>GBP</b>	- 9 050 000	4 720 000	98 125	- 46 813

	Variação no J.V de empréstimos	
	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	0,50%
<b>EUR</b>	117 729 584	- 112 843 158

	Efeito Líquido em resultados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
<b>EUR</b>	- 120 302 387	97 425 966	17 337 014	- 18 685 781
<b>GBP</b>	- 9 050 000	4 720 000	98 125	- 46 813

### GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

O objetivo da REFER em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

Após análise das necessidades financeiras para o investimento e para a atividade operacional, as participações do Estado e os subsídios comunitários é, então, definido o plano de financiamento da REFER. Em 2013 através do Orçamento de Estado, o Estado concedeu à empresa empréstimos de médio e longo prazo que totalizaram 804,5 milhões de euros para fazer face ao serviço da dívida, défice da atividade de gestão da infraestrutura e fundos circulantes e foi realizado um aumento de capital no valor de 21 milhões de euros, passando o capital estatutário para 451 200 000 euros.

## 4. ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

A decomposição da “Atividade de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração” é a seguinte:

Descrição	Notas	2013	2012
<b>Atividade em Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração</b>			
<b>Ativo</b>		<b>4 989 627 655</b>	<b>4 830 558 518</b>
<b>Correntes</b>		<b>4 989 627 655</b>	<b>4 830 558 518</b>
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 970 379 781	4 807 872 548
Inventários	4.2	13 992 736	14 475 401
Clientes e outras contas a receber	4.3	5 255 138	8 210 569
<b>Passivo</b>		<b>5 035 070 166</b>	<b>4 881 350 629</b>
<b>Não Correntes</b>		<b>4 879 119 087</b>	<b>4 734 991 853</b>
Empréstimos óbtidos	4.4	4 879 119 087	4 734 991 853
<b>Correntes</b>		<b>155 951 079</b>	<b>146 358 775</b>
Empréstimos óbtidos	4.4	91 260 694	72 880 694
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5	64 690 384	73 478 081

### 4.1 CONCEDENTE – ESTADO – CONTA A RECEBER

O ativo financeiro subjacente à concessão é composto pelas rubricas abaixo:

Ativo financeiro de conta do estado	Notas	2013	2012
Ativos concessionados	4.1.1	8 559 486 201	8 367 198 832
Subsídios	4.1.2	-4 346 375 117	-4 159 737 590
Rentabilização de ativos	4.1.3	- 3 088 956	- 3 088 956
Juros Debitados	4.1.4	1 065 557 653	908 700 262
Imparidades	4.15 / 9.	- 305 200 000	- 305 200 000
	<b>4.1</b>	<b>4 970 379 781</b>	<b>4 807 872 548</b>

#### 4.1.1 ATIVOS CONCESSIONADOS (ILD)

Em 31 de dezembro de 2013 os aumentos incluem o montante de 120 494 048 euros relativos à transferência de ativos no âmbito da conclusão do processo de integração da RAVE na REFER, e 9 791 054 euros referentes ao protocolo de transferência da infraestrutura de fibra ótica e de videoconferência da REFER TELECOM para a REFER. O aumento relacionado com a transferência de ativos da RAVE, está totalmente coberto com o valor de subsídios, igualmente transferidos no processo de integração da RAVE (nota 4.1.2)

Os movimentos ocorridos durante o exercício resumem-se da seguinte forma:

**31 de dezembro de 2013**

<b>Ativo Concessionados (ILD's)</b>	<b>Notas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Transferências</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates/Regul</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>Ativos Concessionados - ILD's Ativas</b>						
Terrenos e Recursos Naturais		236 639 673	591 663			237 231 337
Edifícios e Outras Construções		6 050 744 636	180 613 955	178 640	- 33 873	6 231 503 357
Equipamento Básico		30 268 679				30 268 679
Ativos em Curso		2 047 255 280	- 181 011 023	189 802 543		2 056 046 800
Adiant. P/conta de AC		5 013 190	- 1 093 344	43 058		3 962 904
		<b>8 369 921 457</b>	<b>- 898 749</b>	<b>190 024 241</b>	<b>- 33 873</b>	<b>8 559 013 076</b>
<b>Ativos Concessionados - ILD's Desativadas</b>						
Terrenos e Recursos Naturais		- 8 873 466			3 173 000	- 5 700 466
Edifícios e Outras Construções		6 150 841			22 750	6 173 591
		<b>- 2 722 625</b>			<b>3 195 750</b>	<b>473 125</b>
<b>Total dos Ativos Concessionados - ILD's</b>	<b>4.1</b>	<b>8 367 198 832</b>	<b>- 898 749</b>	<b>190 024 241</b>	<b>3 161 877</b>	<b>8 559 486 201</b>

**31 de dezembro de 2012**

<b>Ativo Concessionados (ILD's)</b>	<b>Notas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Transferências</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates/Regul</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>Ativos Concessionados - ILD's Ativas</b>						
Terrenos e Recursos Naturais		224 092 265	12 547 408			236 639 673
Edifícios e Outras Construções		5 793 859 349	256 885 287			6 050 744 636
Equipamento Básico		30 268 679				30 268 679
Ativos em Curso		2 256 626 823	- 271 241 339	61 869 796		2 047 255 280
Adiant. P/conta de AC		5 919 188	- 1 666 983	760 984		5 013 190
		<b>8 310 766 303</b>	<b>- 3 475 627</b>	<b>62 630 781</b>		<b>8 369 921 457</b>
<b>Ativos Concessionados - ILD's Desativadas</b>						
Terrenos e Recursos Naturais		- 6 518 126			- 2 355 340	- 8 873 466
Edifícios e Outras Construções		5 301 845			848 996	6 150 841
		<b>- 1 216 281</b>			<b>- 1 506 344</b>	<b>- 2 722 625</b>
<b>Total dos Ativos Concessionados - ILD's</b>	<b>4.1</b>	<b>8 309 550 022</b>	<b>- 3 475 627</b>	<b>62 630 781</b>	<b>- 1 506 344</b>	<b>8 367 198 832</b>

#### ATIVOS CONCESSIONADOS (ILD DESATIVADAS)

A rubrica dos ativos concessionados (ILD Desativadas) resulta da obrigação, expressa nos despachos conjuntos dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, de autorização da desafetação de domínio público ferroviário, que os respetivos resultados de alienação sejam deduzidos aos valores a haver do concedente.

A variação registada em 2013 corresponde à alienação de ativos que constituem parte do troço ferroviário do Ramal de Viseu, no Município de São Pedro do Sul e respetivo património imobiliário.

Nos ativos concessionados está incluída a seguinte instalação, que não se encontra à guarda da REFER:

Descrição	2013	2012
Terreiro do Paço	128 559	128 559
	<b>128 559</b>	<b>128 559</b>

A instalação do Terreiro do Paço é a que consta no Despacho Conjunto nº 261/99, relacionado com o “estabelecimento da concessão CP” acrescida das obras de melhoramento ocorridas em 1999-12-31.

#### 4.1.2 SUBSÍDIOS

Os movimentos ocorridos em **subsídios** foram os seguintes:

**31 de dezembro de 2013**

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Aumentos	Reembolsos	Saldo Final
<b>PIDDAC</b>		<b>1 013 920 610</b>	<b>86 664 017</b>		<b>1 100 584 627</b>
REFER		1 013 920 610	2 355 187		1 016 275 797
RAVE			84 308 830		84 308 830
<b>Fundo de Coesão</b>		<b>1 469 861 426</b>	<b>84 656 928</b>	<b>-53.433</b>	<b>1 554 464 921</b>
<b>RTE-T</b>		<b>64 679 917</b>	<b>36 185 218</b>	<b>- 20 815 203</b>	<b>80 049 931</b>
REFER		29 828 857			29 828 857
Alta Velocidade					
Estudos			36 185 218	- 2 722 250	33 462 968
Poceirão-Caia		18 337 737		- 3 125 000	15 212 737
Lisboa - Poceirão		6 321 250		- 6 321 250	
Sinalização e Telecom.		7 492 073		- 7 492 073	
Empreitadas Preparatórias		2 700 000		- 1 154 630	1 545 370
<b>FEDER-IOT</b>		<b>635 868 943</b>			<b>635 868 943</b>
<b>Outros</b>		<b>975 406 695</b>			<b>975 406 695</b>
<b>Subsídios - At.Invest.</b>	<b>4.1</b>	<b>4 159 737 590</b>	<b>207 506 163</b>	<b>- 20 868 636</b>	<b>4 346 375 117</b>

### 31 de dezembro de 2012

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Aumentos	Reembolsos	Saldo Final
<b>PIDDAC</b>		<b>1 003 750 992</b>	<b>10 169 618</b>		<b>1 013 920 610</b>
REFER		1 003 750 992	10 169 618		1 013 920 610
<b>Fundo de Coesão</b>		<b>1 217 142 085</b>	<b>252 719 341</b>		<b>1 469 861 426</b>
<b>RTE-T</b>		<b>64 679 917</b>			<b>64 679 917</b>
REFER		29 828 857			29 828 857
Alta Velocidade					
Poceirão-Caia		18 337 737			18 337 737
Lisboa - Poceirão		6 321 250			6 321 250
Sinalização e Telecom.		7 492 073			7 492 073
Empreitadas Preparatórias		2 700 000			2 700 000
<b>FEDER-IOT</b>		<b>635 547 003</b>	<b>321 939</b>		<b>635 868 943</b>
<b>Outros</b>		<b>975 406 695</b>			<b>975 406 695</b>
<b>Subsídios - At.Invest.</b>	<b>4.1</b>	<b>3 896 526 692</b>	<b>263 210 898</b>		<b>4 159 737 590</b>

Na nota 2.2 alínea t) encontra-se descrita a política de reconhecimento dos subsídios.

Os aumentos registados no decorrer do exercício de 2013, resultam essencialmente da transferência de subsídios no âmbito da conclusão do processo de integração da RAVE na REFER (nota 4.1.1), sendo 84 308 830 euros referentes a financiamento PIDDAC e 36 185 218 euros correspondentes a Fundos Comunitários no âmbito da RTE-T. Estes subsídios cobrem a totalidade dos ativos intangíveis integrados, no âmbito do referido processo de integração.

Em relação ao aumento decorrente de subsídios diretamente atribuídos à REFER, destaca-se o aumento de 84 656 928 euros proveniente, maioritariamente, dos adiantamentos concedidos relativos às novas candidaturas apresentadas no âmbito do Fundo de Coesão para cumprimento dos objetivos definidos para o défice do Orçamento de Estado de 2013.

Os reembolsos efetuados no montante de 20 815 203 euros devem-se essencialmente à decisão de cancelamento do financiamento para diversas candidaturas associadas ao Projeto de Alta Velocidade em Portugal tomada pela Agência para a Execução da RTE-T na sequência das decisões políticas tomadas sobre esta matéria.

#### 4.1.3 RENTABILIZAÇÃO DE ATIVOS

Esta rubrica refere-se ao produto resultante da rentabilização de ativos do domínio público ferroviário.

Descrição	Nota	2013	2012
Rentabilização de Ativos	4.1	- 3 088 956	- 3 088 956

#### 4.1.4 JUROS DEBITADOS

Os juros debitados decorrem da situação já descrita na nota 2.2.d). A variação ocorrida nesta rubrica: 2013: 156 857 391 euros (2012: 185 100 802 euros) é refletida na rubrica de ganhos financeiros – Juros obtidos – concedente - Estado (nota 13).

Descrição	Notas	2013	2012
Juros Debitados		1 065 557 653	908 700 262
	4.1	<b>1 065 557 653</b>	<b>908 700 262</b>

#### 4.1.5 IMPARIDADES

A constituição do capital estatutário da REFER foi realizada em espécie, com a entrega da infraestrutura ferroviária, avaliada então em 62 349 737 euros. De 1998 a 2001, o Estado Português procedeu ao aumento do capital estatutário da REFER no total de 242 850 262 euros, destinando estes aumentos, conforme consta em cada despacho conjunto de aprovação, ao financiamento dos investimentos em infraestruturas de longa duração integrantes do domínio público ferroviário.

À data de constituição da REFER, e seguindo o normativo contabilístico em vigor, em que o valor dos ativos de domínio público ferroviário constava como ativos fixos (imobilizado corpóreo no então normativo) da REFER, os valores foram relevados como capital. Com a adoção da IFRIC 12, estes valores assumem a forma de reembolso efetuado em devido tempo aos investimentos realizados na infraestrutura de longa duração pelo concessionário REFER, totalizando o valor de 305 200 000 euros.

É assim considerado que este valor já não será reembolsado pelo concedente, relevando-se o valor a receber do concedente em imparidade relativamente ao valor já recebido, ou seja em 305 200 000 euros.

## 4.2 INVENTÁRIOS

Esta rubrica refere-se aos materiais que se encontram em armazém, cuja aquisição foi específica, para aplicação na construção das infraestruturas ferroviárias.

Descrição	Notas	2013	2012
Inventários		14 309 330	14 750 434
Imparidades em inventários	9.	- 316 593	- 275 033
	4.	<b>13 992 736</b>	<b>14 475 401</b>

## 4.3 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica refere-se aos valores a receber de entidades com as quais foram estabelecidos protocolos cujo objeto é referente a bens de domínio público ferroviário, quer seja pela comparticipação nos investimentos realizados, quer seja pela alienação de bens desta natureza.

Descrição	Nota	2013	2012
Cientes e outras contas a receber	4.	5 255 138	8 210 569

Dos valores a receber são representativos o valor a receber da Câmara Municipal de Espinho no total de 619 682 euros (2012: 619 682 euros) e o montante a receber da REFER PATRIMÓNIO, de 4 547 631 euros (2012: 4 547 631 euros), relativo à operação de permuta de terrenos de Sines. Foi igualmente alocada a imparidade relativa ao Projeto do Parque Urbano de Sines (2 820 000 euros) à rubrica de Ativos Concessionados (ILD desativados) – (nota 4.1.1.).

#### 4.4 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos obtidos afetos à Atividade de ILD são:

Descrição	Notas	2013	2012
<b>Empréstimos não correntes</b>			
Dívidas a instituições de crédito		1 217 736 315	1 308 997 010
Empréstimos obrigacionistas		1 596 164 217	1 595 807 651
Empréstimo do Estado		2 065 218 555	1 830 187 193
	4.	<b>4 879 119 087</b>	<b>4 734 991 853</b>
<b>Empréstimos correntes</b>			
Dívidas a instituições de crédito		91 260 694	72 880 694
	4.	<b>91 260 694</b>	<b>72 880 694</b>
<b>Financiamentos obtidos</b>		<b>4 970 379 781</b>	<b>4 807 872 548</b>

Os empréstimos afetos à atividade de investimento decorrem do déficit de financiamento por parte do concedente Estado. São fundamentalmente empréstimos do Banco Europeu de Investimento, maioritariamente avalizados pelo Estado, empréstimos obrigacionistas e empréstimos concedidos diretamente pelo Estado.

A alocação dos empréstimos obrigacionistas Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 é efetuada pelo custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

Os termos e prazos de reembolso dos financiamento de projetos de investimento apresentam-se como segue:

**Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projetos de investimento**  
31 de dezembro de 2013

	Designação	Data de assinatura	Montante (€)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro
					Data inicial	Data final	Periodicidade			
FINANCIAMENTO BB COM AVAL	CP III Linha do Norte-B	14-07-1997	49 879 790	29 927 874	15-06-2008	15-06-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 12-Jan	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Linha do Douro	09-09-1996	43 894 215	13 168 265	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo	01-10-1996	99 759 579	29 927 874	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo-B	14-11-1997	99 759 579	26 602 554	15-09-2003	15-09-2017	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo-C	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 49 759 579	10 292 500 10 757 500 16 586 526	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 0,313%
	Linha do Minho-A	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 24 819 685	10 292 500 10 757 500 8 273 228	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 0,313%
	CP III Linha do Norte-D	10-11-2000	25 937 491	20 749 993	15-09-2011	15-09-2020	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Ligação ao Algarve-A	08-10-2001	90 000 000	78 000 000	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	Linha do Minho-B	08-10-2001	59 855 748	51 874 981	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP III 2 L. Norte-A	02-10-2002	100 000 000	95 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP III 2 L. Norte-B	15-07-2004	200 000 000	200 000 000	15-12-2014	15-12-2023	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Suburbanos	25-11-2004	100 000 000	76 190 476	15-06-2009	15-06-2024	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Suburbanos B	14-12-2005	100 000 000	80 952 381	15-09-2010	15-09-2025	Anual	15-Set	Fixa Revisível	3,615%
	Suburbanos C	12-10-2006	55 000 000	47 142 857	15-03-2011	15-03-2026	Anual	15-Mar	Fixa Revisível	4,247%
	Ligação ao Algarve-B	02-10-2002	30 000 000	28 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP III 2 Linha do Norte-C	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-06-2017	15-06-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,054%	0,237%
	CP III 2 Linha do Norte-D	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-12-2017	15-12-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,056%	0,239%
	BB sem Aval	Refer V	20-08-2008	160 000 000	160 000 000	15-03-2014	15-03-2033	Anual	15-Mar	Fixa Revisível
Refer VI		10-09-2009	110 000 000	104 500 000	15-09-2013	15-09-2032	Anual	15-Set	Fixa Revisível	2,976%
Eurobond & Aval	Eurobond 06/26 (1)	08-11-2006	600 000 000	600 000 000	16-11-2026		Bullet	16-Nov	Fixa	4,047%
	Eurobond 09/19 (1)	18-02-2009	500 000 000	500 000 000	18-02-2019		Bullet	18-Fev	Fixa	5,875%
	Eurobond 09/24 (1)	18-10-2009	500 000 000	500 000 000	18-10-2024		Bullet	18-Out	Fixa	4,675%
Emp. Sem Aval	Empréstimo Estado Português	30-12-2011	2 062 771 620	1 547 078 715	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	Fixa	2,770%
	Empréstimo Estado Português	14-02-2012	75 000 000	75 000 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	Fixa	3,420%
	Empréstimo Estado Português	14-02-2012	198 400 000	198 400 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	Fixa	3,250%
	Empréstimo Estado Português	26-06-2012	118 283 966	118 283 966	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	Fixa	2,740%
	Empréstimo Estado Português	26-06-2012	152 436 438	126 455 873	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	Fixa	1,830%
<b>Total</b>				<b>4.974.215.564</b>						
<b>(1) Total considerando custo efetivo</b>				<b>4.970.379.781</b>						

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projetos de investimento

31 de dezembro de 2012

	Designação	Data de assinatura	Montante (€)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro
					Data inicial	Data final	Periodicidade			
FINANCIAMENTO BEI COM AVAL	CP II Linha do Norte-B	14-07-1997	49 879 790	33 253 193	15-06-2008	15-06-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 12-Jan	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Linha do Douro	09-09-1996	43 894 215	17 557 686	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo	01-10-1996	99 759 579	39 903 832	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo-B	14-11-1997	99 759 579	33 253 193	15-09-2003	15-09-2017	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo-C	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 49 759 579	12 082 500 12 570 000 19 903 832	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 0,313%
	Linha do Minho-A	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 24 819 685	12 082 500 12 570 000 9 927 874	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 0,313%
	CP II Linha do Norte-D	10-11-2000	25 937 491	22 479 159	15-09-2011	15-09-2020	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Ligação ao Algarve-A	08-10-2001	90 000 000	84 000 000	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	Linha do Minho-B	08-10-2001	59 855 748	55 865 364	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP II 2 L. Norte-A	02-10-2002	100 000 000	100 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP II 2 L. Norte-B	15-07-2004	200 000 000	200 000 000	15-12-2014	15-12-2023	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Suburbanos	25-11-2004	100 000 000	80 952 381	15-06-2009	15-06-2024	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Suburbanos B	14-12-2005	100 000 000	85 714 286	15-09-2010	15-09-2025	Anual	15-Set	Fixa Revisível	3,615%
	Suburbanos C	12-10-2006	55 000 000	49 761 905	15-03-2011	15-03-2026	Anual	15-Mar	Fixa Revisível	4,247%
	Ligação ao Algarve-B	02-10-2002	30 000 000	30 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP II 2 Linha do Norte-C	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-06-2017	15-06-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,054%	0,237%
CP II 2 Linha do Norte-D	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-12-2017	15-12-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,056%	0,239%	
BEI sem Aval	Refer V	20-08-2008	160 000 000	160 000 000	15-03-2014	15-03-2033	Anual	15-Mar	Fixa Revisível	4,786%
	Refer VI	10-09-2009	110 000 000	110 000 000	15-09-2013	15-09-2032	Anual	15-Set	Fixa Revisível	2,976%
Eurobond c/ Aval	Eurobond 06/26 (1)	08-11-2006	600 000 000	600 000 000	16-11-2026		Bullet	16-Nov	Fixa	4,047%
	Eurobond 09/19 (1)	18-02-2009	500 000 000	500 000 000	18-02-2019		Bullet	18-Fev	Fixa	5,875%
	Eurobond 09/24 (1)	18-10-2009	500 000 000	500 000 000	18-10-2024		Bullet	18-Out	Fixa	4,675%
Emp. Sem Aval	Empréstimo Estado Português	30-12-2011	1 830 187 193	1 830 187 193	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	Fixa	2,770%
Total				4.812.064.897						
(1) Total considerando custo efetivo				4.807.872.548						

Os juros destes empréstimos são pagos trimestral, semestral ou anualmente e postecipadamente.

Nos empréstimos BEI e Estado Português, o capital é reembolsado periodicamente após o período de carência. Os restantes serão amortizados integralmente na maturidade (bullet).

Em 2013, o financiamento afecto à cobertura contabilística da atividade de Investimento cresceu 67 milhões de euros, em termos líquidos nominais. Este aumento resulta da seguinte repartição por tipo de empréstimo:

- empréstimos BEI diminuíram 72,8 milhões de euros face a 2012;
- empréstimos obrigacionistas mantiveram-se constantes;
- empréstimos do Estado aumentaram 140 milhões de euros face a 2012.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2013:

#### Financiamentos a Taxa Fixa - Justo Valor 31 de dezembro de 2013

Designação	Valor Nominal	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de Juro
BEI - Minho A	25 000 000	10 292 500	11 368 259	4,67% Fixa
BEI - Minho A	25 000 000	10 757 500	12 215 198	5,80% Fixa
BEI - Tejo C	25 000 000	10 292 500	11 368 259	4,67% Fixa
BEI - Tejo C	25 000 000	10 757 500	12 215 198	5,80% Fixa
BEI - Suburbanos B	100 000 000	80 952 381	90 340 682	3,615% Fixa
BEI - Suburbanos C	55 000 000	47 142 857	54 623 137	4,247% Fixa
BEI - REFER V	160 000 000	160 000 000	165 503 387	4,786% Fixa
BEI - REFER VI	110 000 000	104 500 000	111 178 727	2,976% Fixa
Eurobond 06/26	600 000 000	600 000 000	456 752 258	4,047% Fixa
Eurobond 09/19	500 000 000	500 000 000	500 726 336	5,875% Fixa
Eurobond 09/24	500 000 000	500 000 000	413 505 157	4,675% Fixa
Emp. Estado Português 11/16	2 062 771 620	1 547 078 715	1 533 895 448	2,77% Fixa
Emp. Estado Português 12/17	75 000 000	75 000 000	73 897 309	3,42% Fixa
Emp. Estado Português 12/17	198 400 000	198 400 000	194 789 098	3,25% Fixa
Emp. Estado Português 12/17	118 283 966	118 283 966	113 786 283	2,74% Fixa
Emp. Estado Português 12/17	152 436 438	31 359 396	29 872 490	1,83% Fixa
		<b>4 004 817 315</b>	<b>3 786 037 226</b>	

#### 4.5 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de fornecedores e outras contas a pagar explica-se, essencialmente, por responsabilidades assumidas no âmbito de obras efetuadas com a prossecução da política de modernização / remodelação das linhas ferroviárias.

A rubrica de **acréscimos de gastos** inclui o valor de 50 550 milhares de euros (55 481 milhares de euros em 2012) de juros corridos com os empréstimos afetos à Atividade em ILD.

Descrição	Notas	2013	2012
Acréscimos de Gastos		50 550 255	55 481 276
Fornecedores - Gerais		7 835 008	9 432 595
Fornecedores - Retenção de garantias		6 305 121	8 564 210
	4.	<b>64 690 384</b>	<b>73 478 081</b>

## 5. ATIVIDADE DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

### 5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos em 2013 e 2012 nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e respectivas rubricas de depreciações, foram os seguintes:

**31 de dezembro de 2013**

<b>Valor Bruto</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Transferências</b>	<b>Adições</b>	<b>Abates/ Regularizações</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Ativos Tangíveis</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	4 869 109	431 414		- 353 000	4 947 523
Edifícios e Outras Construções	33 151 048	189 083		- 22 750	33 317 381
Equipamento Básico	23 663 232	148 685	198 327	- 290 731	23 719 514
Equipamento de Transporte	6 201 936		287 175	- 82 823	6 406 289
Ferramentas e Utensílios	559 708	- 1 125	4 876		563 459
Equipamento Administrativo	9 747 652		21 089	- 211 010	9 557 731
Outros AFT	448 789			- 10 373	438 416
Ativos em curso	2 548 108	- 3 100	3 300		2 548 308
<b>Total do Ativo Tangível Bruto</b>	<b>81 189 583</b>	<b>764 957</b>	<b>514 768</b>	<b>- 970 686</b>	<b>81 498 621</b>

<b>Depreciações</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Transferências</b>	<b>Depreciações do exercício</b>	<b>Abates/ Regularizações</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Ativos Tangíveis</b>					
Edifícios e Outras Construções	12 232 275		969 716		13 201 990
Equipamento Básico	17 069 448		946 348	- 280 566	17 735 230
Equipamento de Transporte	6 050 919		84 464	- 70 734	6 064 650
Ferramentas e Utensílios	558 822		4 637		563 459
Equipamento Administrativo	8 873 957		228 064	- 210 871	8 891 150
Outros AFT	394 652		445	- 10 373	384 724
<b>Total das Depreciações</b>	<b>45 180 073</b>		<b>2 233 674</b>	<b>- 572 543</b>	<b>46 841 204</b>
<b>Total do Ativo Tangível Líquido</b>	<b>36 009 510</b>	<b>764 957</b>	<b>- 1 718 906</b>	<b>- 398 143</b>	<b>34 657 418</b>

**31 de dezembro de 2012**

<b>Valor Bruto</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Transferências</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates/ Regularizações</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Ativos Tangíveis</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	4 844 786	85 084		- 60 760	4 869 109
Edifícios e Outras Construções	32 689 951	1 399 440		- 938 343	33 151 048
Equipamento Básico	23 196 422	689 138	164 032	- 386 360	23 663 232
Equipamento de Transporte	6 263 119		40 813	- 101 996	6 201 936
Ferramentas e Utensílios	558 080		1 627		559 708
Equipamento Administrativo	10 481 071	9 261	30 082	- 772 761	9 747 652
Outros AFT	453 178			- 4 389	448 789
Ativos em curso	3 016 113	- 637 010	169 005		2 548 108
<b>Total do Ativo Tangível Bruto</b>	<b>81 502 720</b>	<b>1 545 913</b>	<b>405 560</b>	<b>- 2 264 610</b>	<b>81 189 583</b>

<b>Depreciações</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Transferências</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates/ Regularizações</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Ativos Tangíveis</b>					
Edifícios e Outras Construções	11 341 836		970 554	- 80 115	12 232 275
Equipamento Básico	16 010 492		1 432 068	- 373 111	17 069 448
Equipamento de Transporte	6 037 038		115 877	- 101 996	6 050 919
Ferramentas e Utensílios	554 462		4 360		558 822
Equipamento Administrativo	9 307 034		339 633	- 772 710	8 873 957
Outros AFT	393 718		5 323	- 4 389	394 652
<b>Total das Depreciações</b>	<b>43 644 579</b>		<b>2 867 814</b>	<b>- 1 332 321</b>	<b>45 180 073</b>
<b>Total do Ativo Tangível Líquido</b>	<b>37 545 003</b>	<b>1 545 913</b>	<b>- 2 149 117</b>	<b>- 932 289</b>	<b>36 009 510</b>

## 5.2 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os Ativos Intangíveis com maior expressão referem-se à implementação de soluções informáticas para suporte das atividades da empresa. O incremento registado no decorrer do exercício de 2013 respeita essencialmente à solução de gestão integrada de documentação técnica.

Os movimentos ocorridos em 2013 e 2012 nas rubricas dos Ativos Intangíveis e respetivas amortizações foram:

31 de dezembro de 2013

Valor Bruto	Saldo inicial	Transferências	Adições	Abates/ Regularizações	Saldo final
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Despesas de Desenvolvimento	925 656	294 398			1 220 055
Programas de Computador	17 969 538	826 031			18 795 569
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Ativos Intangíveis em Curso	1 002 634	- 986 638		- 4 575	11 421
<b>Total do Ativo Intangível Bruto</b>	<b>19 927 756</b>	<b>133 792</b>		<b>- 4 575</b>	<b>20 056 972</b>

Amortizações	Saldo inicial	Transferências	Amortizações do exercício	Abates/ Regularizações	Saldo final
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Despesas de Desenvolvimento	706 583		177 584		884 167
Programas de Computador	17 216 825		350 547		17 567 372
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
<b>Total das Amortizações</b>	<b>17 953 336</b>		<b>528 131</b>		<b>18 481 467</b>
<b>Total do Ativo Intangível Líquido</b>	<b>1 974 420</b>	<b>133 792</b>	<b>- 528 131</b>	<b>- 4 575</b>	<b>1 575 505</b>

**31 de dezembro de 2012**

<b>Valor Bruto</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Transferências</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates/ Regularizações</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Despesas de Desenvolvimento	662 768	262 888			925 656
Programas de Computador	17 198 295	771 243			17 969 538
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Ativos Intangíveis em Curso	1 773 877	- 771 243			1 002 634
<b>Total do Ativo Intangível Bruto</b>	<b>19 664 868</b>	<b>262 888</b>			<b>19 927 756</b>

<b>Amortizações</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Transferências</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates/ Regularizações</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Despesas de Desenvolvimento	653 748		52 835		706 583
Programas de Computador	17 036 528		180 297		17 216 825
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928		-		29 928
<b>Total das Amortizações</b>	<b>17 720 204</b>		<b>233 132</b>		<b>17 953 336</b>
<b>Total do Ativo Intangível Líquido</b>	<b>1 944 664</b>	<b>262 888</b>	<b>- 233 132</b>		<b>1 974 420</b>

### 5.3 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Durante os exercícios de 2013 e 2012 os investimentos em subsidiárias registaram os seguintes movimentos:

Subsidiárias	Notas	2013	2012
<b>Saldo inicial</b>		<b>19 506 632</b>	<b>20 506 631</b>
Transferências	5.17	- 1	- 999 999
<b>Saldo final</b>		<b>19 506 631</b>	<b>19 506 632</b>
Imparidades acumuladas	12.	- 7 146 830	- 7 789 475
<b>Valor líquido</b>		<b>12 359 801</b>	<b>11 717 157</b>

Os movimentos ocorridos em 2013 resultam de: i) a 17 de janeiro de 2014, aprovação pelos acionistas do projeto de partilha da RAVE (nota 5.17), sendo o ativo financeiro subjacente valorizado de acordo com o seu valor recuperável aquando da partilha (nota 5.17), e ii) da reversão dos ajustamentos sobre a participação na REFER PATRIMÓNIO, no montante de 642 644 euros (2012: 4 255 397 euros negativos), em virtude do resultado positivo alcançado por esta em 2013.

Em 2012, o saldo evidenciado em “transferências” decorreu da decisão tomada em Assembleia Geral da RAVE, realizada em 27 de novembro de 2012 onde foi decidido, a entrada em liquidação da RAVE, e a transferência da participação financeira por esta detida no Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE) denominado Alta Velocidade Espanha Portugal – AEIE (AVEP). A participação em causa corresponde a 50% do capital da AVEP. A referida transferência, foi efetuada a título não oneroso, não tendo, dessa forma, originado qualquer fluxo financeiro.

Assim, o investimento foi registado nas contas da REFER ao custo, como uma recuperação do investimento efetuado na RAVE em exercícios anteriores, o qual se encontrava ajustado na totalidade.

Dessa forma, transferiu-se o referido montante, acompanhado pelo ajustamento de igual valor, para a rubrica de investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos (nota 5.4).

Seguidamente apresenta-se as empresas subsidiárias, identificando as percentagens de participação detidas, localização e valorização:

#### Empresas subsidiárias

Empresas	2013		2012	
	% part.	Valor da participação	% part.	Valor da participação
<b>REFER ENGINEERING , S.A.</b> Rua José da Costa Pedreira nº 11 - Lisboa	98,43%	2 589 142	98,43%	2 589 142
<b>REFER PATRIMÓNIO - Promoção e Com.De Edif., S.A.</b> Palácio de Coimbra - Rua de Santa Apolónia nº 53 - Lisboa	99,997%	8 770 659	99,997%	8 128 015
<b>REFER TELECOM - Serviços e Telecomunicações,S.A.</b> Rua Passeio do Báltico, 4 - 1990-036 Lisboa	100,00%	1 000 000	100,00%	1 000 000
<b>RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A. - Em liquidação</b> Av D.João II Lote 1.07.2.1, 1º Piso- Parque das Nações - Lisboa			40,00%	
		<b>12 359 801</b>		<b>11 717 157</b>

#### 5.4 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a composição que segue:

Associadas e Empreendimentos conjuntos	Notas	2013	2012
<b>Saldo inicial</b>		<b>1 397 475</b>	<b>322 476</b>
Aumentos		50 000	75 000
Transferências	5.3		999 999
<b>Saldo final</b>		<b>1 447 475</b>	<b>1 397 475</b>
Imparidades acumuladas	12.	- 1 447 475	- 1 397 475
<b>Valor líquido</b>		<b>0</b>	<b>0</b>

As participações financeiras nas empresas GIL e AVEP encontram-se totalmente ajustadas, como se constata pelo quadro acima, como resultado dos sucessivos prejuízos que a associada GIL tem vindo a acumular ao longo dos vários exercícios, bem como, da análise efetuada à qualidade dos ativos e passivos que compõem o empreendimento conjunto no AVEP.

Em 2013, ocorreu ainda uma transferência de 50 000 euros (2012: 75 000 euros) a favor do AVEP, para cobrir despesas de funcionamento do agrupamento.

O AVEP é um A.E.I.E., com sede em Espanha e, de acordo com a legislação destes instrumentos, a REFER é responsável solidária e ilimitadamente pelas dívidas geradas no agrupamento qualquer que seja a natureza das mesmas.

Face ao exposto anteriormente, e em virtude dos capitais do AVEP se mostrarem negativos, além do aumento verificado nas imparidades de 50 000 euros, registado por contrapartida de resultados na rubrica de “Ganhos/(Perdas) em Subsidiárias/Associadas e Empreendimentos Conjuntos” (nota 12), foi ainda constituída uma provisão de 121 655 euros, registada em resultados na rubrica de “Provisões”, (nota 5.15), face à parte das eventuais perdas a suportar pela REFER.

De seguida, mostra-se o detalhe das partes de capital em Empresas associadas, bem como o resumo das principais rubricas das suas demonstrações financeiras. Os valores de seguida apresentados relativos ao AVEP são provenientes de demonstrações financeiras, não auditadas, disponíveis à data de aprovação das contas da REFER.

## Detalhe das Partes de Capital em Empresas Associadas:

31 de dezembro de 2013

Empresas	%Participação	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Total de Ativos	Total de Passivos	Rendimento do período	Valor contabilístico
<b>Associadas</b>							
<b>GIL</b> Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 1.15 1990-233 Lisboa	33,98%	- 11 350 891	60 265	75 805 511	87 156 402	4 865 888	0
<b>Empreendimentos conjuntos</b>							
<b>AVEP - Alta Velocidade de Espanha e Portugal, ABE</b> Rua Sor Angela de la Cruz, n.º3, Planta 8 Madrid	50,00%	- 243 309	- 470 043	127 190	370 499	68	0

**31 de dezembro de 2012**

<b>Empresas</b>	<b>%Participação</b>	<b>Capitais Próprios</b>	<b>Resultados do exercício</b>	<b>Total de Ativos</b>	<b>Total de Passivos</b>	<b>Rendimento do período</b>	<b>Valor contabilístico</b>
<b>Associadas</b>							
<b>GIL</b> Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 1.15 1990-233 Lisboa	33,98%	- 11 040 038	- 583 802	75 930 591	86 970 628	4 743 005	0
<b>Empreendimentos conjuntos</b>							
<b>AVEP - Alta Velocidade de Espanha e Portugal, ABE</b> Rua Sor Angela de la Cruz, n.º3, Planta 8 Madrid Madrid	50,00%	2 776 987	- 37 742	4 513 345	1 736 358	904	0

## 5.5 CATEGORIAS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE ACORDO COM A IAS 39

Os ativos e passivos financeiros apresentam-se de acordo com as categorias que seguem, face ao estabelecido na IAS39:

### 31 de dezembro de 2013

Classe de acordo com IAS 39	Notas	Empréstimos e contas a receber	A.F. ao justo valor por resultados	A.F. Disp. p/ venda	P. F. justo valor por resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
<b>Ativos</b>								
<b>Ativo G.I</b>		<b>302 914 324</b>	<b>3 551 633</b>	<b>31 875</b>			<b>6 627 053</b>	<b>313 124 885</b>
<b>Não correntes</b>								
Emprést. e contas a receber	5.7							0
AFDV	5.6			31 875				31 875
				<b>31 875</b>				<b>31 875</b>
<b>Correntes</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	5.11	80 434 020						80 434 020
Cientes e Outras contas a receber	5.10	222 480 304					6 627 053	229 107 357
Outros ativos financeiros	5.17		168 288					168 288
Inst.Financ.Derivados	5.9		3 383 345					3 383 345
		<b>302 914 324</b>	<b>3 551 633</b>				<b>6 627 053</b>	<b>313 093 010</b>
<b>Ativos ILD's</b>		<b>4 975 547 094</b>					<b>87 825</b>	<b>4 975 634 919</b>
<b>Correntes</b>								
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 970 379 781						4 970 379 781
Cientes e outras contas a receber	4.3	5 167 313					87 825	5 255 138
		<b>4 975 547 094</b>					<b>87 825</b>	<b>4 975 634 919</b>
<b>Total ativos financeiros</b>		<b>5 278 461 418</b>	<b>3 551 633</b>	<b>31 875</b>			<b>6 714 878</b>	<b>5 288 759 804</b>

**31 de dezembro de 2013**

Classe de acordo com IAS 39	Notas	Empréstimos e contas a receber	A.F. ao justo valor por resultados	A.F. Disp. p/ venda	P. F. justo valor por resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
<b>Passivos</b>								
<b>Passivos G.I.</b>						<b>2 244 383 359</b>	<b>29 992 215</b>	<b>2 274 375 575</b>
<b>Não correntes</b>								
Empréstimos obtidos	5.13					1 467 414 270		1 467 414 270
						<b>1 467 414 270</b>		<b>1 467 414 270</b>
<b>Correntes</b>								
Empréstimos obtidos	5.13					746 306 414		746 306 414
Inst.Fin. Derivados	5.9							
Fornecedores e outras contas a pagar	5.14					30 662 675	29 992 215	60 654 891
						<b>776 969 089</b>	<b>29 992 215</b>	<b>806 961 305</b>
<b>Passivos ILD'S</b>						<b>5 028 765 044</b>	<b>6 305 121</b>	<b>5 035 070 166</b>
<b>Não correntes</b>								
Empréstimos obtidos	4.4					4 879 119 087		4 879 119 087
						<b>4 879 119 087</b>		<b>4 879 119 087</b>
<b>Correntes</b>								
Empréstimos obtidos	4.4					91 260 694		91 260 694
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5					58 385 263	6 305 121	64 690 384
						<b>149 645 958</b>	<b>6 305 121</b>	<b>155 951 079</b>
<b>Total passivos financeiros</b>						<b>7 273 148 404</b>	<b>36 297 337</b>	<b>7 309 445 740</b>

31 de dezembro de 2012

Classe de acordo com IAS 39	Notas	Empréstimos e contas a receber	A.F. ao justo valor por resultados	A.F. Disp. p/ venda	P. F. justo valor por resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
<b>Ativos</b>								
<b>Ativo G.I</b>		<b>346 712 459</b>	<b>16 243 974</b>	<b>31 875</b>			<b>2 436 070</b>	<b>365 424 378</b>
<b>Não correntes</b>								
Emprést. e contas a receber	5.7							0
AFDV	5.6			31 875				31 875
				<b>31 875</b>				<b>31 875</b>
<b>Correntes</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	5.11	212 245 737						212 245 737
Cientes e Outras contas a receber	5.10	134 466 722					2 436 070	136 902 792
Inst.Fin. Derivados	5.9		16 243 974					16 243 974
		<b>346 712 459</b>	<b>16 243 974</b>				<b>2 436 070</b>	<b>365 392 503</b>
<b>Ativos ILD'S</b>								
<b>Correntes</b>								
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 807 872 548						4 807 872 548
Cientes e outras contas a receber	4.3	7 987 313					223 256	8 210 569
		<b>4 815 859 861</b>					<b>223 256</b>	<b>4 816 083 117</b>
<b>Total ativos financeiros</b>		<b>5 162 572 320</b>	<b>16 243 974</b>	<b>31 875</b>			<b>2 659 326</b>	<b>5 181 507 495</b>

**31 de dezembro de 2012**

Classe de acordo com IAS 39	Notas	Empréstimos e contas a receber	A.F. ao justo valor por resultados	A.F. Disp. p/ venda	P. F. justo valor por resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
<b>Passivos</b>								
<b>Passivos G.I.</b>								
<b>Não correntes</b>								
Empréstimos obtidos	5.13				44 966 433	2 186 358 904	24 870 527	2 256 195 863
						1 612 902 005		1 612 902 005
						<b>1 612 902 005</b>		<b>1 612 902 005</b>
<b>Correntes</b>								
Empréstimos obtidos	5.13					541 553 110		541 553 110
Inst.Fin. Derivados	5.9				44 966 433			44 966 433
Fornecedores e outras contas a pagar	5.14					31 903 789	24 870 527	56 774 316
					<b>44 966 433</b>	<b>573 456 899</b>	<b>24 870 527</b>	<b>643 293 859</b>
<b>Passivos ILD'S</b>								
<b>Não correntes</b>								
Empréstimos obtidos	4.4					4 734 991 853		4 734 991 853
						<b>4 734 991 853</b>		<b>4 734 991 853</b>
<b>Correntes</b>								
Empréstimos obtidos	4.4					72 880 694		72 880 694
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5					64 913 871	8 564 210	73 478 081
						<b>137 794 565</b>	<b>8 564 210</b>	<b>146 358 775</b>
<b>Total passivos financeiros</b>					<b>44 966 433</b>	<b>7 059 145 322</b>	<b>33 434 738</b>	<b>7 137 546 492</b>

Apresenta-se de seguida a desagregação dos ativos e passivos financeiros ao justo valor por via de resultados de acordo com os níveis definidos na IFRS7:

**31 de dezembro de 2013**

Classe de acordo com IAS 39	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Inst.financeiros derivados		3 383 345		3 383 345
		<b>3 383 345</b>		<b>3 383 345</b>

**31 de dezembro de 2012**

Classe de acordo com IAS 39	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Inst.Financeiros Derivados		16 243 974		16 243 974
		<b>16 243 974</b>		<b>16 243 974</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Inst.Financeiros Derivados		44 966 433		44 966 433
		<b>44 966 433</b>		<b>44 966 433</b>

## 5.6 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda apresenta o seguinte detalhe por entidade:

Ativos disponíveis para venda	Notas	2013	2012
<b>Valor bruto da participação</b>			
Metro Mondego		26 875	26 875
CRV		5 000	5 000
	<b>5.5</b>	<b>31 875</b>	<b>31 875</b>

Estes instrumentos de capital próprio não se encontram cotados num mercado ativo, estando registados ao custo deduzido de perdas de imparidade conforme a política divulgada na nota 2.2 h).

A REFER detém 10 unidades de participação na CVR – Centro para a Valorização Resíduos e uma participação de 2,5% no Metro Mondego.

## 5.7 EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Apresentamos de seguida os empréstimos concedidos a empresas em que a REFER detém participações financeiras, não constituindo instrumentos de capital dessas entidades:

Empréstimos e contas a receber	Notas	2013	2012
Empréstimos a associadas		19 147 631	14 054 971
Imparidades em empréstimos acumuladas	9.	- 19 147 631	- 14 054 971
	<b>16.3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Em 2013, à imagem do sucedido em anos anteriores, foram reforçados os suprimentos à empresa associada GIL, tendo como finalidade garantir o cumprimento de responsabilidades assumidas por aquela empresa. Estes suprimentos foram objeto de ajustamento por imparidade neste exercício (nota 9), atendendo ao risco de crédito dos saldos a receber desta entidade.

## 5.8 INVENTÁRIOS

Descrição	Notas	2013	2012
Mat.-primas, subsidiárias e de consumo		20 203 017	20 411 418
Imparidade em inventários	9.	- 350 878	- 413 048
<b>Inventários</b>		<b>19 852 139</b>	<b>19 998 369</b>

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo refere-se aos diversos tipos de materiais que são incorporados na manutenção da infraestrutura ferroviária.

À data de reporte das contas, foi efetuada inventariação física, tendo como objetivo quantificar o ajustamento de perdas em inventário. Assim, a imparidade refere-se:

- a materiais que estão obsoletos ou depreciados tecnicamente e que não podem ser utilizadas na atividade da REFER, podendo eventualmente ser objeto de venda no caso de aparecer comprador interessado;
- a uma comparação entre o preço de mercado dos materiais e o valor pelo qual estes se encontram registados.

Da análise efetuada no final do exercício de 2013 foi reconhecida reversão do ajustamento por imparidade dos inventários de 62 171 euros.

## 5.9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

A REFER tem vindo a utilizar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita.

De acordo com as suas políticas financeiras, a REFER não utiliza derivados para especulação.

Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39 (nota 2.2. alínea g)). Assim, optou-se por considerar a carteira de derivados como de negociação e, conseqüentemente, não qualificar nenhuma das posições contratadas como instrumento de cobertura contabilística.

Os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são classificados como derivados de negociação na categoria de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os derivados de negociação são registados na Demonstração da Posição Financeira pelo seu justo valor e as variações do mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. À data de 31 de dezembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012, o valor nominal da carteira de derivados da REFER, ascendia a 150 milhões de euros e 1 450 milhões de euros, respetivamente, num passivo financeiro global de 7,16 mil milhões de euros em 2013 e de 6,94 mil milhões de euros em 2012.

Durante o segundo trimestre de 2013, no âmbito do processo de renegociação das carteiras de derivados das empresas do setor empresarial do Estado liderado pelo IGCP, a REFER liquidou antecipadamente três *swaps* contratados com o Barclays Capital e dois *swaps* contratados com a JPMorgan. O impacto do cancelamento destas operações originou o pagamento líquido de 12,48 milhões de euros repartidos entre 8,51 milhões de euros de *inflow* recebido do Barclays Capital em maio e 21 milhões de euros de *outflow* pago à JPMorgan em junho. De referir ainda que, após estas operações, a REFER manteve em carteira apenas um *swap* com valor notional de 150 milhões de euros celebrado com o Bank of America Merrill Lynch e cujo valor de mercado a 31 de dezembro ascendia a 3,4 milhões de euros. Também este *swap* se encontra liquidado na data de apresentação das contas de 2013.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos derivados existentes no final de 2013 e 2012:

31 de dezembro de 2013

Instrumento Coberto	% Cobertura	Descrição	Justo Valor (€)		Variação Justo Valor Dez 13/ Dez 12 (€)		Montante Nominal (milhões €) Dez-13	Maturidade
			Ativo	Passivo	<0	>0		
Schuldschein West LE	100%	Digital Cap (Stibor 12m <6,25%;Euribor 12m < 6,25%; Eur 6m < 6.00%)					200	08-10-2012
Schuldschein West LB		Cap KO (Eur 6m < 6%)					200	08-10-2012
Eurobond 05/15	100%	Dual Range [(10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)]	3 383 345			5 834 137	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla			- 15 824 208		150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla				15 873 079	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		10Y-2Y EUR Spread Rib				25 266 011	300	16-03-2015
Eurobond 06/21	100%	Cap KO (Eur 12m < 7%)				1 376 551	500	13-12-2021
Eurobond 06/26	50%	Cap KO (Eur 12m < 6.50%)			- 419 766		200	16-11-2026
			<b>3 383 345</b>		<b>- 16 243 974</b>	<b>48 349 777</b>	<b>1 850</b>	

31 de dezembro de 2012

Instrumento Coberto	% Cobertura	Descrição	Justo Valor (€)		Variação Justo Valor Dez 12/ Dez 11(€)		Montante Nominal (milhões €) Dez-12	Maturidade
			Ativo	Passivo	<0	>0		
Schuldshein West LE	100%	Digital Cap (Stibor 12m <6,25%;Euribor 12m < 6,25%; Eur 6m < 6.00%)				3 335	200	08-10-2012
Schuldshein West LB		Cap KO (Eur 6m < 6%)				3 992 776	200	08-10-2012
Eurobond 05/15	100%	Dual Range [(10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)]		- 2 450 791		14 025 276	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	15 824 208			424 668	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla		- 15 873 079	- 276 456		150	16-03-2015
Eurobond 05/15		10Y-2Y EUR Spread Rib		- 25 266 011		2 759 564	300	16-03-2015
Eurobond 05/15		Cap KO (Eur 12m < 7%)		- 1 376 551		8 398 741	500	13-12-2021
Eurobond 06/21	100%	Cap KO (Eur 12m < 6.50%)	419 766			5 493 901	200	16-11-2026
Eurobond 06/26	50%		<b>16 243 974</b>	<b>- 44 966 433</b>	<b>- 276 456</b>	<b>35 098 261</b>	<b>1 850</b>	

## 5.10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Descrição	2013	2012
Cientes	183 300 915	97 499 696
Outras contas a receber	33 881 437	35 487 162
Acréscimos de rendimento	6 573 424	2 305 504
Estado e outros entes públicos	4 974 739	1 252 881
Gastos a reconhecer	376 841	357 549
	<b>229 107 357</b>	<b>136 902 792</b>

Os saldos de **clientes e outras contas a receber** representam dívidas correntes, pelo que se aproximam do seu justo valor.

Os clientes decompõem-se como segue:

Clientes	Notas	2013	2012
Cientes - Outras entidades relacionadas	16.4	166 427 690	87 250 076
Cientes - Empresas subsidiárias	16.2	7 261 375	6 611 492
Cientes - Empresas associadas	16.3	12 565	
Cientes - Diversos		9 599 284	3 638 128
		<b>183 300 915</b>	<b>97 499 696</b>

Os débitos a **clientes-outras entidades relacionadas** (CP e CP Carga) e **clientes diversos** (Fertagus e Takargo), incluem essencialmente as taxas de utilização cobradas às entidades que utilizam as infraestruturas, e também os débitos efetuados aos operadores de serviços prestados no âmbito da atividade comercial, manobras, capacidade pedida e não utilizada, estacionamento de material circulante e outros serviços.

O aumento significativo do valor de **clientes-outras entidades relacionadas** é decorrente do atraso dos pagamentos das entidades identificadas, principalmente a CP no valor de 146 160 587 euros (73 383 450 euros em 2012), conforme descrito na nota 3 e evidenciado pela diminuição registada na rubrica recebimentos de clientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As outras contas a receber apresentam-se como segue:

Outras contas a receber	Notas	2013	2012
Out. contas a receber - Diversos		35 638 165	37 668 588
Out. contas a receber - Associadas / Emp. conjuntos	16.3	98 000	
Out. contas a receber - Emp. subsidiárias	16.2	6 932	1 877
Imparidades acumuladas	9.	- 1 861 660	- 2 183 303
		<b>33 881 437</b>	<b>35 487 162</b>

Na rubrica de **outras contas a receber**, cerca de 40% (38% em 2012) diz respeito à concretização parcial do Protocolo com o Município de Aveiro para a Construção da Nova Estação Ferroviária – Interface Rodo ferroviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente.

Esta rubrica inclui ainda valores de expropriações colocados à ordem dos Tribunais, até decisão conclusiva dos referidos processos de expropriação.

As **imparidades acumuladas de outras contas a receber** são de 1 861 660 euros, cuja reversão, após análise efetuada à probabilidade de cobrança de saldos, foi de 321 643 euros (nota 9).

O ajustamento é constituído pelos saldos da Benaterras – 6 818 euros – que data de 2001 a 2003; da Aetur – 22 070 euros – que data de 2003 a janeiro de 2006; e da O2 – 1 805 994 euros. Quanto ao valor restante, refere-se às entidades que estão em processo de insolvência.

Quanto à rubrica de **acréscimos de rendimentos** diz respeito a rendimentos operacionais, destacando-se os montantes da energia de tração no valor de 3 868 124 euros e da 5ª adenda ao contrato de concessão de exploração da infraestrutura de telecomunicações com a REFER TELECOM, no valor de 2 103 216 euros, a faturar em 2014.

Quanto à rubrica de **Estado e outros entes públicos** é composta pelo valor de IVA a favor da REFER, referente ao mês de dezembro de 2013, no valor de 4 852 019 euros.

O saldo devedor à Segurança Social no montante de 122 320 euros justifica-se por a REFER ser entidade centralizadora, e neste âmbito, substituir-se temporariamente à Segurança Social, pelo pagamento devido aos trabalhadores na situação de baixas/licenças médicas.

## 5.11 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e seus equivalentes evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro encontram-se reconciliados com os montantes apresentados nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira.

Descrição	Notas	2013	2012
Outras aplicações		78 000 000	
Depósitos bancários		2 413 511	212 229 861
Numerário		20 509	15 876
<b>Caixa e Equivalentes na Demonstração da Posição Financeira</b>		<b>80 434 020</b>	<b>212 245 737</b>
Cheques em trânsito	5.13	- 6 821 804	- 96 402
<b>Caixa e Equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>		<b>73 612 216</b>	<b>212 149 335</b>

O saldo materialmente relevante evidenciado na rubrica de equivalente a caixa corresponde a uma aplicação financeira no IGCP, em rigoroso cumprimento do estabelecido no Princípio de unidade de Tesouraria do Estado e constituída no fim do período do relato, sendo que o saldo médio mensal desta rubrica em 2013 foi de 15 418 milhares de euros.

## 5.12 CAPITAL

Em dezembro de 2013, foi efetuado um aumento do capital estatutário no valor de 21 000 000 euros, passando o mesmo para 451 200 000 euros.

## 5.13 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

### 5.13.1 Dívidas a Instituições de Crédito

O financiamento da Atividade de Gestão de Infraestrutura reparte-se em empréstimos correntes e não correntes como segue :

Descrição	Notas	2013	2012
<b>Empréstimos não correntes</b>			
Empréstimos obrigacionistas		1 096 460 680	1 095 684 486
Estado		370 953 590	517 217 519
	5.5	<b>1 467 414 270</b>	<b>1 612 902 005</b>
<b>Empréstimos correntes</b>			
Dívidas a instituições de crédito		26 758 708	20 033 306
Estado		719 547 706	521 519 804
	5.5	<b>746 306 414</b>	<b>541 553 110</b>
<b>Financiamentos obtidos</b>		<b>2 213 720 684</b>	<b>2 154 455 115</b>

Em 2013 a rubrica de empréstimos correntes inclui o montante de 23,7 milhões de euros (25,8 milhões de euros em 2012) referente a juro corrido e gastos a reconhecer de empréstimos afectos à Gestão de Infraestrutura, por via do reconhecimento do gasto amortizado.

### 5.13.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

Os prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de Gestão de Infraestrutura são os seguintes:

**Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de Gestão da Infraestrutura  
 31 de dezembro de 2013**

Designação	Data de assinatura	Montante (euros)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
				Data inicial	Data final	Periodicidade		
<b>Sem Aval do Estado</b>								
REFER Eurobond 2005/2015 (1)	16-03-2005	600 000 000	600 000 000	16-03-2015		Bullet	16-Mar	4,00%
REFER Eurobond 2006/2021 (1)	30-11-2006	500 000 000	500 000 000	13-12-2021		Bullet	13-Jan	4,25%
Empréstimo estado português	26-06-2012	149 718 804	25 980 565	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,83%
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	206 245 814	206 245 814	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,76%
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	49 959 779	49 959 779	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,59%
Empréstimo Estado Português	24-05-2013	282 936 806	282 936 806	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,10%
Empréstimo Estado Português	06-06-2013	21 722 536	21 722 536	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,27%
Empréstimo Estado Português	03-09-2013	23 394 171	23 394 171	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,35%
Empréstimo Estado Português	06-09-2013	102 488 324	102 488 324	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,44%
Empréstimo Estado Português	30-09-2013	20 000 000	20 000 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,15%
Empréstimo Estado Português	14-11-2013	37 000 000	37 000 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,86%
Empréstimo Estado Português	27-11-2013	293 000 000	293 000 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,88%
Empréstimo Estado Português	09-12-2013	24 000 000	24 000 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,96%
<b>Total</b>			<b>2 186 727 995</b>					
<b>(1) Total considerando custo efetivo</b>			<b>2 183 188 675</b>					

**Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de Gestão da Infraestrutura  
 31 de dezembro de 2012**

Designação	Data de assinatura	Montante (euros)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
				Data inicial	Data final	Periodicidade		
<b>Sem Aval do Estado</b>								
REFER Eurobond 2005/2015 (1)	16-03-2005	600 000 000	600 000 000	16-03-2015		Bullet	16-Mar	4,00%
REFER Eurobond 2006/2021 (1)	30-11-2006	500 000 000	500 000 000	13-12-2021		Bullet	13-Jan	4,25%
Empréstimo estado português	30-12-2011	232 584 427	232 584 427	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,77%
Empréstimo Estado Português	14-02-2012	75 000 000	75 000 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	3,42%
Empréstimo Estado Português	14-02-2012	198 400 000	198 400 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	3,25%
Empréstimo Estado Português	26-06-2012	118 283 966	118 283 966	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,74%
Empréstimo Estado Português	26-06-2012	152 436 438	152 436 438	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,83%
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	206 245 814	206 245 814	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,76%
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	49 959 779	49 959 779	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,59%
<b>Total</b>			<b>2 132 910 424</b>					
<b>(1) Total considerando custo efetivo</b>			<b>2 128 594 910</b>					

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2013:

**31 de dezembro de 2013**

Designação	Valor nominal (euros)	Capital em dívida (euros)	Justo Valor (euros)	Taxa de juro
Eurobond 05/15	600 000 000	600 000 000	600 796 173	4% fixa
Eurobond 06/21	500 000 000	500 000 000	410 256 247	4,25% Fixa
Empréstimo Estado Português 12/17	118 359 408	118 359 408	112 747 395	1,83% Fixa
Empréstimo Estado Português 12/17	206 245 814	206 245 814	196 169 636	1,76% Fixa
Empréstimo Estado Português 12/17	49 959 779	49 959 779	47 344 247	1,59% Fixa
Empréstimo Estado Português 13/20	282 936 806	282 936 806	181 862 093	2,10% Fixa
Empréstimo Estado Português 13/20	21 722 536	21 722 536	14 088 257	2,27% Fixa
Empréstimo Estado Português 13/20	23 394 171	23 394 171	13 587 184	2,35% Fixa
Empréstimo Estado Português 13/20	102 488 324	102 488 324	59 812 995	2,44% Fixa
Empréstimo Estado Português 13/20	20 000 000	20 000 000	11 490 789	2,15% Fixa
Empréstimo Estado Português 13/20	37 000 000	37 000 000	20 922 426	1,86% Fixa
Empréstimo Estado Português 13/20	293 000 000	293 000 000	165 866 244	1,88 % Fixa
Empréstimo Estado Português 13/20	24 000 000	24 000 000	13 646 353	1,96 %Fixa
		<b>2 279 106 838</b>	<b>1 848 590 037</b>	

## 5.14 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Descrição	Notas	2013	2012
Fornecedores		21 465 562	24 747 036
Adiantamentos por conta de vendas		17 281 428	16 959 405
Acréscimos de gastos		16 479 798	11 075 287
Estado e outros entes públicos		3 432 178	2 147 295
Outras contas a pagar		1 514 864	1 330 248
Rendimentos a reconhecer		481 061	515 045
		<b>60 654 891</b>	<b>56 774 316</b>

A decomposição da rubrica de fornecedores é a seguinte:

Fornecedores	Notas	2013	2012
Fornecedores - Gerais		11 693 497	16 144 209
Fornecedores - Fact. em receção e conferência		3 538 820	1 789 249
Fornecedores - Empresas subsidiárias	16.2	3 325 180	2 928 880
Fornecedores - Outras entidades relacionadas	16.4	2 447 206	3 335 662
Fornecedores - Retenção de garantias		460 859	549 036
		<b>21 465 562</b>	<b>24 747 036</b>

Os **adiantamentos por conta de vendas**, no montante de 17 281 milhares de euros (16 959 milhares de euros em 2012) da qual cerca de 89% (87% em 2012) é referente a Contrato de Promessa de Compra e Venda assinado em 28/07/2000, sobre o Direito de Superfície concedido e cuja escritura ainda não se concretizou, continuando no entanto a receber-se valores referentes a este contrato. Esta rubrica inclui ainda valores já recebidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades e em relação aos quais não estão cumpridos os condicionalismos para o reconhecimento do rédito, dos bens em causa, nomeadamente os despachos de desafetação de domínio público ferroviário.

Os **acréscimos de gastos** incluem a responsabilidade com férias e subsídio de férias de 2013 devidos em 2014, no seguimento da declaração de inconstitucionalidade da suspensão dos subsídios de férias e natal prevista nos Orçamentos de Estado de 2012 e 2013, representando 53% da rubrica (47% em 2012). Regista também o contrato de sistemas de informação, com a REFER TELECOM, no âmbito da reorganização da empresa e que representa 17% da rubrica, bem como gastos diversos de 2013 não faturados pelas respetivas entidades até final do respetivo exercício.

A decomposição da rubrica de estado e outros entes públicos é a seguinte:

<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Contribuições para a segurança social e CGA	1 532 440	1 494 057
IVA	970 087	
IRS	929 635	653 200
Outros impostos	15	37
	<b>3 432 178</b>	<b>2 147 295</b>

Os saldos de IRS e Segurança Social são os correspondentes ao processamento dos vencimentos de dezembro de 2013, e foram regularizados em janeiro de 2014. Em relação a IVA, está relacionado com o apuramento do mês de novembro, tendo sido igualmente regularizado em janeiro de 2014.

A decomposição da rubrica **Outras contas a pagar** é a seguinte:

<b>Outras contas a pagar</b>	<b>Notas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Outras contas a pagar - Diversos		1 513 379	1 254 807
Outras contas a pagar - Empresas subsidiárias	16.2	1 486	75 441
		<b>1 514 864</b>	<b>1 330 248</b>

Nesta rubrica evidencia-se o decréscimo da rubrica de consultoria e assessoria, no montante de 30 668 euros, que representa 2% daquela (15% em 2012).

Os **rendimentos a reconhecer** incluem 641 308 euros (444 779 euros em 2012) referentes ao valor a integrar na proporção das respetivas amortizações do estabelecimento industrial de creosotagem de travessas de madeira, integrada em ativo fixo tangível em 2007.

## 5.15 PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foi o que segue:

### 31 de dezembro de 2013

<b>Descrição</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Aumento</b>	<b>Reversão/ Utilização</b>	<b>Saldo final</b>
Processos judiciais em curso	12 889 264	15 494 942	7 344 201	21 040 005
Outras provisões		121 655		121 655
	<b>12 889 264</b>	<b>15 616 597</b>	<b>7 344 201</b>	<b>21 161 659</b>

### 31 de dezembro de 2012

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Reversão/ Utilização	Saldo final
Processos judiciais em curso	12 070 326	3 633 338	2 814 400	12 889 264
	<b>12 070 326</b>	<b>3 633 338</b>	<b>2 814 400</b>	<b>12 889 264</b>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, que incluem os processos cíveis e os processos de relações de trabalho, correspondem a situações que pelo seu desenvolvimento processual indiciam uma probabilidade de um desfecho desfavorável para a REFER, sendo o mesmo estimado com fiabilidade. A liquidação desta responsabilidade está dependente do desfecho judicial dos referidos processos.

O reforço da rubrica **Outras provisões** respeita à participação na AVEP, no montante de 121 655 euros (nota 5.4)

## 5.16 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus assessores fiscais, entende que eventuais contingências fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes nesta data.

No corrente exercício, reconheceram-se pela primeira vez impostos diferidos na REFER. Até à presente data, a REFER apresentou sempre prejuízos fiscais decorrentes do facto da sua atividade se mostrar historicamente deficitária.

No entanto, ocorreram alterações legislativas relevantes em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, provenientes da lei n.º2/2014, de onde se destaca a introdução do artigo 67.º do CIRC que limita a aceitação dos gastos de financiamento, o que face à dimensão dos mesmos na REFER, implicou que se tivesse registado lucro tributável.

Prevê-se que a existência de impostos diferidos se limite exclusivamente aos exercícios de 2013 e 2014, em virtude de que em 2014 será o último exercício em que ocorrerá a dedução permitida pelo art.º5 do DL159/2009 do regime fiscal transitório referente ao tratamento fiscal das diferenças de alteração de normativo contabilístico.

Os valores a receber / (pagar) ao estado, no período 2013/2012 relativo ao imposto sobre o rendimento são:

Descrição	2013	2012
<b>IRC</b>		
IRC a recuperar	420 000	770 000
IRC a pagar	- 7 282 888	- 274 302

O imposto a recuperar, no montante de 420 000 euros, respeita a pagamentos especiais por conta (2012: 770 000 euros) efetuados pela REFER.

Deste montante, ao abrigo da legislação fiscal vigente, foram efetuados pedidos de reembolso, sendo 200 000 euros de 2003, 40 000 euros de 2004, 40 000 euros de 2005 e 70 000 euros de 2006, num total global de 350 000 euros, efetuados dentro dos prazos estabelecidos legalmente para que tal acontecesse.

### Imposto reconhecido na Demonstração dos Resultados

<b>Imposto do exercício</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Correntes</b>		
IRC - Imposto corrente	- 7 655 754	- 327 784
<b>Impostos diferidos</b>		
Prejuízos fiscais a deduzir	13 879 201	
<b>(Gastos) / Rendimentos de imposto do exercício</b>	<b>6 223 448</b>	<b>- 327 784</b>

### Imposto reconhecido na Demonstração do Rendimento Integral

<b>Rubricas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Diferenças de transição - impostos diferidos	- 26 259 959	

O valor em causa respeita ao imposto a pagar em 2014 decorrente da variação patrimonial positiva a considerar.

## Reconciliação da taxa efetiva de imposto

Rubricas	Taxas	2013	Taxas	2012
Resultados antes de impostos (1)		95 359 425		91 785 999
Variações patrimoniais positivas (2)		- 86 206 220		- 86 206 220
<b>Taxa nominal de imposto (3) x [(1) + (2)]</b>	<b>26,5%</b>	<b>2 425 599</b>	<b>25,0%</b>	<b>1 394 945</b>
Correções de exercícios anteriores	-0,2%	- 230 843	-0,4%	- 392 143
Provisões não dedutíveis	-1,4%	- 1 362 805	-2,8%	- 2 595 651
Encargos financeiros não dedutíveis	-18,6%	- 17 712 330	0,0%	
Indemnizações a deduzir	0,0%	- 3 108	-0,1%	- 86 537
Outros valores a deduzir	-0,1%	- 48 237	-0,1%	- 92 617
Dividendos	0,6%	583 000	0,8%	700 000
Reversão de provisões	0,2%	170 301	0,3%	250 000
Indemnizações a acrescer	0,1%	91 729	1,0%	955 279
Outros valores não tributados	0,1%	57 232	0,1%	81 500
Prejuízos fiscais a deduzir	11,9%	11 341 601	0,0%	
Dif. Temp. que não geram imposto diferido	0,0%		-0,2%	- 214 777
Derrama estadual	-3,0%	- 2 829 427	0,0%	
Tributação autónoma	-0,1%	- 138 465	-0,4%	- 327 784
Dif. Temp. Ded. de exercícios anteriores	14,6%	13 879 201	0,0%	
<b>(Gastos) / Rendimentos de impostos no exercício</b>	<b>6,5%</b>	<b>6 223 448</b>	<b>-0,4%</b>	<b>- 327 784</b>
(Gastos) / Rendimentos por impostos correntes		- 7 655 754		- 327 784
(Gastos) / Rendimentos por impostos diferidos		13 879 201		

Movimentos ocorridos relativamente aos impostos diferidos

**31 de dezembro de 2013**

					Impostos diferidos na DPF	
Diferenças temporárias	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capitais próprios	Saldo final	Ativos	Passivos
<b>Ativos</b>						
Prejuízos fiscais		13 879 201		13 879 201	13 879 201	
<b>Passivos</b>						
Diferenças de transição			- 26 259 959	- 26 259 959		- 26 259 959
<b>Efeito líquido</b>		<b>13 879 201</b>	<b>- 26 259 959</b>	<b>- 12 380 758</b>	<b>13 879 201</b>	<b>- 26 259 959</b>

Outras diferenças temporárias que não originam impostos diferidos:

Em 31 de dezembro de 2013 existem outras diferenças temporárias dedutíveis para as quais não são esperadas reversões, não originando por isso imposto diferido; salienta-se:

Imparidades – As imparidades existentes sobre subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos. (Notas 5.3, 5.4 e 9).

Prejuízos fiscais de exercícios anteriores, como se mostra:

Data dos prejuízos	Data limite de reporte	Montante
2008	2014	122 745 955
2009	2015	236 172 810
2010	2014	45 572 502
2011	2015	79 243 994
2012	2017	846 479
		<b>484 581 740</b>

## 5.17 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os “Outros ativos financeiros”; respeitam à proporção detida na RAVE pela REFER dos ativos resultantes da partilha, que foi aprovada mediante Assembleia Geral em 17 de janeiro de 2014 (nota5.3).

## 6. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

### 6.1 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços detalham-se da seguinte forma:

Descrição	Notas	2013	2012
Utilização de canais (Tarifas)		71 930 137	68 229 895
Concedente Estado - Rédito ILD	14.	16 726 784	19 403 945
Energia de Tração		5 301 594	5 145 736
Manobras/Estac. Material Circulante		2 934 429	3 463 010
Capacidade Pedida Não Utilizada		1 998 957	3 028 309
Atravessamentos		88 758	96 630
Melhoria de desempenho		77 952	184 587
Conservação de Ramais Particulares		63 858	75 260
Responsabilidade de Terceiros		23 286	19 182
Outros serviços		975 091	741 634
		<b>100 120 846</b>	<b>100 388 188</b>

Os montantes registados em Concedente Estado – Rédito ILD correspondem aos trabalhos internos debitados à atividade em investimento de Infraestruturas de Longa Duração (nota 14).

Nesta rubrica encontra-se igualmente registado os rendimentos associados às prestações de serviços faturados de acordo com o Diretório da Rede, documento produzido em consonância com o Decreto-Lei 270/2003, alterado pelo Decreto-Lei 231/2007, e conforme o disposto no Regulamento 630/2011.

Dos referidos rendimentos destacam-se os decorrentes da utilização da infraestrutura pelos operadores ferroviários, sendo a respetiva valorização efetuada por aplicação das tarifas de serviços essenciais, calculadas conforme metodologia inscrita no Regulamento 630/2011, de 5 de dezembro, publicado pela Unidade de Regulação Ferroviária do IMT.

Da mesma forma, destacam-se os serviços adicionais prestados pela REFER a operadores ferroviários que o solicitem, nomeadamente a disponibilização de energia elétrica para tração, realização de manobras e estacionamento de material circulante.

Adicionalmente, integrados no item de “**Outros serviços**”, encontram-se os serviços auxiliares prestados pela REFER a operadores ferroviários que o solicitem, designadamente os abastecimentos de gasóleo e / ou água, o tratamento comercial de mercadorias e a limpeza de carruagens. Ainda, na sequência da publicação da Decisão URF 1/2012 em 14 de setembro de 2012, foram incluídos na 1ª Adenda ao Diretório da Rede 2013 os serviços auxiliares de Fornecimento de informações de

natureza comercial, Disponibilização de instalações operacionais em estações e Disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações.

A faturação dos serviços essenciais, adicionais e auxiliares prestados é estabelecida mensalmente aos operadores CP, CP Carga, Fertagus, Takargo e Comsa.

## 6.2 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Através da Resolução de Conselho de Ministros 23/2013, de 4 de abril, foram atribuídos 43 700 000 euros (2012: 39 600 000 euros), a título de indemnizações compensatórias, e que se encontram reconhecidos nesta rubrica.

## 7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a que segue:

Descrição	2013	2012
Subcontratos	63 335 953	58 974 915
Eletricidade	11 541 223	11 294 551
Vigilância e segurança	4 598 459	4 734 057
Trabalhos especializados	4 264 095	2 652 716
Rendas e alugueres	2 111 213	1 760 388
Limpeza, higiene e conforto	2 013 182	1 785 011
Conservação e reparação	1 072 264	563 418
Combustíveis	934 345	1 027 030
Licenças de software	813 224	1 111 597
Comunicações	762 646	857 676
Seguros	702 681	730 755
Água	664 450	710 270
Transportes de pessoal	629 002	857 580
Transportes de mercadorias	270 150	32 111
Outros inferiores a 200000 euros	690 628	949 114
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>94 403 514</b>	<b>88 041 190</b>

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou um acréscimo de cerca de 7% (mais 6,4 milhões euros) face a 2012.

Os **subcontratos** referem-se essencialmente à subcontratação dos serviços de manutenção de via, sinalização, telecomunicações e catenária.

O aumento registado na rubrica de **trabalhos especializados** decorre da reorganização do Grupo REFER e da centralização na REFER TELECOM de todos

os meios físicos e humanos dispersos pelas diferentes empresas do Grupo que asseguravam as atividades de consultoria SI, suporte de sistemas aplicativos e servicedesk SI, sendo que estes serviços passaram a ser faturados às empresas do Grupo REFER e incluídos na rubrica de trabalhos especializados de cada uma das empresas do Grupo.

A rubrica de **conservação e reparação** registou um valor de 1 072 264 euros (acréscimo de 19,93%, face a 2012), resultado da contratação de serviços de manutenção para equipamentos de infraestrutura.

### Locações operacionais

A rubrica de rendas e alugueres inclui 1 209 599 euros (1 585 804 euros em 2012) relativos ao custo com locações operacionais de viaturas e 255 561 euros (132 015 euros em 2012) com locações operacionais de equipamentos administrativos.

A REFER, à data a que se reporta a apresentação das contas, detinha ao seu serviço 228 viaturas (321 viaturas em 2012), e 124 equipamentos administrativos (124 equipamentos em 2012), através de contratos de locação operacional.

Apresentamos de seguida o total dos pagamentos mínimos futuros da locação, não canceláveis, relativos a contratos de locação operacional que a REFER celebrou:

Descrição	Inferior a 1 ano	Entre 1 e 5 anos
<b>De acordo com contratos celebrados</b>		
Viaturas	826 421	236 411
Equipamentos	155 087	37 634

## 8. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 repartem-se da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Remunerações do Pessoal	66 070 026	57 988 416
Encargos sobre Remunerações	15 161 970	12 548 466
Indemnizações	4 258 009	1 560 466
Outros Gastos com Pessoal	3 775 424	4 334 507
Seguros de acidentes de trabalho	530 162	568 214
Remunerações Órgãos Sociais	416 619	309 590
Gastos de Ação Social	346 864	490 004
	<b>90 559 074</b>	<b>77 799 661</b>

Os gastos com pessoal da REFER cresceram 12,8 milhões euros entre 2012 e 2013, o que equivale a um aumento de 16,4%.

O último ano ficou marcado pela reorganização do Grupo REFER, de onde resultou: i) a integração na REFER TELECOM de todas as valências em Sistemas e Tecnologias da Informação da REFER e REFER ENGINEERING, e ii) a integração na REFER ENGINEERING da área de Engenharia da REFER. Esta medida de gestão teve impacto no efetivo médio da empresa, que desceu de 2 784 para 2 642 trabalhadores, traduzindo-se num decréscimo dos gastos com pessoal num montante de aproximadamente 5,2 milhões euros.

A declaração de inconstitucionalidade da suspensão dos subsídios de férias e natal prevista nos Orçamentos do Estado para 2012 e 2013, resultou num acréscimo de custos na ordem dos 10 milhões euros. Foram também reconhecidos os gastos com subsídios de férias pagos em 2013, não considerados em 2012, no valor de 5,2 milhões euros, uma vez que à data de apresentação das contas de 2012, ainda não tinha sido decretada a inconstitucionalidade da suspensão dos subsídios de férias, pelo que aquela data o não reconhecimento destes gastos encontrava-se de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a Lei n.º 66-B/2012 do orçamento do estado para 2013.

Destaca-se também o aumento significativo dos valores das compensações pagas no âmbito de rescisões por mútuo acordo, de 1,6 milhões euros em 2012 para 4,3 milhões euros em 2013.

Relevam-se, ainda, os encargos da REFER com estruturas representativas dos trabalhadores (informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de junho de 1980). Para os trabalhadores envolvidos a tempo inteiro – Dirigentes Sindicais e Comissão de Trabalhadores, foram determinados encargos para a estrutura representativa dos trabalhadores, nos exercícios de 2013 e 2012 nos montantes de 92 733 euros e 85 591 euros respetivamente.

A decomposição destes encargos é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Retribuição mensal	55 033	50 410
Diuturnidades	5 584	5 766
Subsídios de férias e Subsídios de Natal	10 385	1 268
Contribuição Patronal	17 501	15 881
Outros	4 230	12 266
<b>Encargos com Estruturas Representativas dos Trabalhadores</b>	<b>92 733</b>	<b>85 591</b>

O número de trabalhadores envolvidos nestas estruturas foi o seguinte:

Descrição	2013	2012
<b>A tempo parcial (nº médio)</b>		
Dirigentes sindicais	137	144
Comissão e Subcomissões	28	16
<b>A tempo inteiro</b>		
Dirigentes sindicais	5	5
Comissão e Subcomissões		
<b>Nº de Trabalhadores envolvidos em Estruturas Representativas</b>	<b>170</b>	<b>165</b>

## 9. IMPARIDADES

A decomposição da rubrica de imparidades é a seguinte:

### 31 de dezembro de 2013

Imparidades	Notas	Saldo inicial	Aumento	Reversões	Saldo final
<b>Atividade de G.I.</b>					
Suprimentos	5.7	14 054 971	5 092 660		19 147 631
Inventários	5.8	413 048		- 62 171	350 878
Outras contas a receber	5.10	2 183 303		- 321 643	1 861 660
<b>Atividade de ILD's</b>					
Concedente - Est. Cr/	4.1.5	305 200 000			305 200 000
Inventários	4.2	275 033	41 561		316 593
		<b>322 126 355</b>	<b>5 134 221</b>	<b>- 383 814</b>	<b>326 876 761</b>

### 31 de dezembro de 2012

Imparidades	Notas	Saldo inicial	Aumento	Reversões	Saldo final
<b>Atividade de G.I.</b>					
A.F.D.V	5.6	64 494		- 64 494	
Suprimentos	5.7	9 002 763	5 052 208		14 054 971
Inventários	5.8	414 723		- 1 674	413 048
Outras contas a receber	5.10	2 255 039		- 71 736	2 183 303
<b>Atividade de ILD's</b>					
Concedente - Est. Cr/	4.1.5	305 200 000			305 200 000
Inventários	4.2	275 033			275 033
		<b>317 212 051</b>	<b>5 052 208</b>	<b>- 137 904</b>	<b>322 126 355</b>

## 10. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de outros gastos é a seguinte:

Descrição	2013	2012
IMT	972 023	735 202
Impostos diretos e indiretos	387 793	294 261
Quotizações	232 782	256 690
Donativos	139 200	245 065
Indemnizações	126 362	562 901
Perdas em inventários	96 898	39 207
Gastos Operacionais < a 10000 euros	26 469	100 948
<b>Outros Gastos</b>	<b>1 981 527</b>	<b>2 234 274</b>

O valor registado na rubrica do IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., inclui acertos da estimativa efetuada em anos anteriores.

Os impostos indiretos compreendem fundamentalmente o imposto do selo e taxas diversas suportadas nos anos respetivos.

Quanto aos donativos, a referir o concedido à Fundação do Museu Nacional Ferroviário no montante de 128 700 euros (212 500 euros em 2012).

## 11. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de outros rendimentos é a seguinte:

Descrição	Notas	2013	2012
Vendas diversas		10 237 147	3 324 398
Concessões de utilização e licenças		5 716 558	6 720 897
Telecomunicações		3 023 336	1 254 906
Cedência de materiais e pessoal		1 220 374	47 013
Venda/Cedência energia e água		1 085 885	551 539
Subsídios		232 941	69 557
Ganhos em investimentos não financeiros		176 533	182 794
Ganhos justo valor - outros ativos financeiros	5.17	168 288	
Fundo Conservação Casa		84 330	97 252
Outros rendimentos < a 50000 euros		1 072 485	1 178 787
<b>Outros Rendimentos</b>		<b>23 017 877</b>	<b>13 427 143</b>

As vendas de resíduos, carril e outro material ferroso registaram um significativo aumento em 2013, por via do contrato celebrado com a Siderurgia Nacional (95% do total das **vendas diversas** em 2013), o que explica a variação positiva da rubrica (611 721 euros em 2012).

A rubrica de **concessões de utilização de licenças** inclui essencialmente a concessão de utilização de espaços comerciais, que contribui com cerca de 95% (95% em 2012).

As grandes variações ocorridas nas rubricas de telecomunicações e cedência de materiais e pessoal estão diretamente relacionadas com a já referida reorganização do grupo REFER; em relação às telecomunicações a variação encontra-se suportada pela 5ª adenda ao contrato de concessão de exploração da infraestrutura de telecomunicações, celebrada em 2013 com a REFER TELECOM,

A variação ocorrida na venda/cedência de energia e água resulta da recuperação das faturações de contratos celebrados com outras entidades.

## 12. GANHOS/(PERDAS) EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os Ganhos/(Perdas) em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos para os períodos findos em 31 de dezembro apresentam-se como segue:

Descrição	Notas	2013	2012
(Imparidades) / Reversões	5.3/5.4	592 644	-4 330 397
Ganhos em empresas subsidiárias	16.2	2 200 000	2 800 000
<b>Ganhos/(Perdas) em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos</b>		<b>2 792 644</b>	<b>- 1 530 397</b>

As imparidades reconhecidas no exercício respeitam à reversão de imparidade na participação detida na REFER PATRIMÓNIO (nota 5.3) e ao reforço de 50 000 euros da imparidade na participação no AVEP (nota 5.4).

Os ganhos em empresas subsidiárias referem-se aos dividendos distribuídos pela REFER TELECOM.

## 13. PERDAS E GANHOS FINANCEIROS

A decomposição da rubrica de perdas e ganhos financeiros é a seguinte:

Descrição	Notas	2013	2012
<b>Perdas Financeiras</b>			
<b>Juros Suportados:</b>			
Empréstimos		- 220 280 999	- 256 213 546
Instrumentos financeiros derivados		- 54 777 034	- 67 015 042
Outros juros suportados		- 55 305	- 28 555
<b>Variação de justo valor :</b>			
Instrumentos financeiros derivados	5.9	- 16 243 974	- 276 456
<b>Outras perdas financeiras</b>			
		- 6 507 871	- 10 778 786
		<b>- 297 865 183</b>	<b>- 334 312 385</b>
<b>Ganhos Financeiros</b>			
<b>Rendimentos títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras</b>			
		89 428	16 638
<b>Juros Obtidos</b>			
Instrumentos financeiros derivados		36 708 179	51 558 353
Outros juros obtidos			167 291
Juros obtidos-concedente Estado	4.1.4	156 857 391	185 100 802
<b>Variação de justo valor :</b>			
Instrumentos financeiros derivados	5.9	48 349 778	35 098 261
<b>Outros ganhos financeiros</b>			
		<b>242 004 776</b>	<b>271 941 345</b>
<b>Resultados Financeiros</b>		<b>- 55 860 407</b>	<b>- 62 371 040</b>

Os juros suportados dizem respeito aos juros associados à dívida afeta às Atividades de Investimento e Gestão de Infraestrutura. Inclui também os juros referentes às pernas pagadoras e prémios pagos dos *swaps* de taxa de juro contratados.

As outras perdas financeiras respeitam aos encargos com a taxa de aval do Estado Português, comissões bancárias e encargos associados às emissões de empréstimos por obrigações.

A rubrica de juros obtidos inclui os juros obtidos em instrumentos financeiros derivados decorrentes das operações de *swap* (perna recebedora e prémios recebidos), outros juros auferidos em aplicações financeiras e, aos juros imputados ao concedente Estado (nota 4.1.4). As variações negativas no justo valor das operações de instrumentos financeiros derivados são relevadas em Perdas Financeiras e as variações positivas em Ganhos Financeiros. O efeito líquido positivo

destas variações ascende a 32,1 milhões de euros no final de 2013 (34,82 milhões de euros positivos em 2012).

## 14. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INTERNOS EFETUADOS PARA A ATIVIDADE DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

Os trabalhos internos efetuados para a atividade de investimento em ILD, que foram reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, apresentam-se de seguida (nota 6.1).

Descrição	2013	2012
<b>Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>		
Materiais para Investimento	3 288 294	2 126 402
Equipamento	9 583	32 782
Mão-de-Obra	353 272	810 575
Encargos de Estrutura	13 075 635	16 434 186
<b>Total Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>	<b>16 726 784</b>	<b>19 403 945</b>

A redução verificada (de 19,4 milhões euros em 2012 para 16,7 milhões euros em 2013) decorre, principalmente, da revisão das chaves de imputação à atividade de Investimento, efetuada após a reorganização do Grupo REFER, e que se refletiu na variação dos encargos de estrutura. Com efeito, a transferência do quadro de pessoal afeto à gestão e estudos dos projetos de construção para a REFER ENGINEERING implicou a redução da base de imputação daquele tipo de encargos (notas 7 e 8).

## 15. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é regulada pelo Estatuto do Gestor Público publicado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 28 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, conjugado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro que aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos e com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, que aprova as classificações atribuídas às empresas públicas que se encontram sob a tutela setorial de cada ministério.

Conselho de Administração	Cargo	Regime da Segurança Social	2013		
			Rem un. Principais	Rem un. Acessórias	Desc. Patron. SS
Rui Lopes Loureiro	Presidente	Regime Normal	83 924	5 309	16 661
José Luís Ribeiro dos Santos	Vice Presidente	Regime Normal	77 395	4 624	16 429
José Rui Roque	Vogal	Regime Normal	72 539	2 088	16 197
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	Vogal	Regime Normal	72 539	3 485	16 197
Alberto Manuel de Almeida Diogo	Vogal	Regime Normal	72 539	2 074	17 312
<b>Remunerações Atribuídas</b>			<b>378 935</b>	<b>17 580</b>	<b>82 796</b>

Conselho de Administração	Cargo	Regime da Segurança Social	2012			
			Rem un. Principais	Rem un. Acessórias	Desc. Patron. SS	Desc. Patron. CGA
Luís Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Regime Normal	46 613		10 893	
Romeu Costa Reis	Vogal	CGA	47 629	267		4 979
Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	Regime Normal	47 785	601	9 113	
Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	Regime Normal	47 629	134	9 081	
Rui Lopes Loureiro	Presidente	Regime Normal	24 942	936	4 119	
José Luís Ribeiro dos Santos	Vice Presidente	Regime Normal	23 074	668	4 119	
José Rui Roque	Vogal	Regime Normal	21 770		3 984	
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	Vogal	Regime Normal	21 770	267	3 984	
Alberto Manuel de Almeida Diogo	Vogal	Regime Normal	21 769		4 846	
<b>Remunerações Atribuídas</b>			<b>302 980</b>	<b>2 874</b>	<b>50 138</b>	<b>4 979</b>

A estes valores foram aplicadas as reduções estabelecidas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no OE 2011, bem como as reduções determinadas no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013.

As remunerações acessórias apresentadas correspondem ao pagamento de subsídios de deslocação e alimentação.

Os valores atribuídos à Comissão de Fiscalização são os que se segue:

#### 31 de dezembro de 2013

Entidade	Valor Total
Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC	74 257

#### 31 de dezembro de 2012

Entidade	Valor Total
Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC	84 337

Os valores evidenciados a favor de Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda. assumem a forma de remuneração de trabalhos especializados, em 12 prestações mensais.

Em despacho conjunto dos Exmos. Srs. Secretários de Estado do Tesouro e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 29 de maio de 2013, o acionista procedeu à nomeação do conselho fiscal da REFER, identificando no referido despacho da necessidade deste conselho fiscal proceder à nomeação do ROC a fazer parte deste conselho fiscal, no cumprimento da alínea b) do n.º 2 do artigo 420º do código das sociedades comerciais, bem como nos termos do artigo 10º dos estatutos da REFER.

Esta nomeação ocorreu a 13 de novembro de 2013, por despacho conjunto dos Exmos. Srs. Secretários de Estado do Tesouro e Infraestruturas, Transportes e Comunicações, por este fato não era conhecido, à data de apresentação das contas, se era devido valor de honorários à sociedade nomeada como ROC da REFER, uma vez que este valor se encontra limitado em relação ao seu valor máximo, mas a sua determinação é efetuada por contrato escrito de prestação de serviços a celebrar entre o conselho de administração da REFER e o ROC, contrato este ainda não formulado.

## 16. DIVULGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 16.1 RESUMO DAS ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades identificadas como partes relacionadas da REFER são as seguintes:

31 de dezembro de 2013

	Relação
<b>Empresas Subsidiárias</b>	
REFER ENGINEERING	REFER detém 98,43% capital
REFER PATRIMÓNIO	REFER detém 99,997% capital
REFER TELECOM	REFER detém 100% capital
<b>Empresas Associadas</b>	
GIL	REFER detém 33,98% capital
<b>Empreendimentos conjuntos</b>	
AVEP	REFER detém 50% capital
CORREDOR 4	REFER participa em 33,33% (a)
<b>Outras entidades relacionadas</b>	
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO	REFER detém 40% capital
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

(a) Trata-se de um AEIE constituído sem capital, denominado CORREDOR FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS N.º4.

31 de dezembro de 2012

	Relação
<b>Empresas Subsidiárias</b>	
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO	REFER detém 40% capital
REFER ENGINEERING	REFER detém 98,43% capital
REFER PATRIMÓNIO	REFER detém 99,997% capital
REFER TELECOM	REFER detém 100% capital
<b>Empresas Associadas</b>	
GIL	REFER detém 33,98% capital
<b>Empreendimentos conjuntos</b>	
AVEP	REFER detém 50% capital
<b>Outras entidades relacionadas</b>	
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

---

## 16.2 SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

Os saldos com **empresas subsidiárias** detalham-se da seguinte forma:

Empresa	Notas	2013	2012
<b>Saldos a receber</b>			
REFER PATRIMÓNIO		4 547 631	4 547 631
<b>ILD'S - Saldos a receber</b>	4.3	<b>4 547 631</b>	<b>4 547 631</b>
REFER PATRIMÓNIO		7 199 019	6 495 897
REFER TELECOM		57 402	111 042
REFER ENGINEERING			2 931
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO			1 622
<b>Clientes</b>	5.10	<b>7 256 421</b>	<b>6 611 492</b>
REFER PATRIMÓNIO		6 932	
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO			1 877
<b>Outros contas a receber</b>	5.10	<b>6 932</b>	<b>1 877</b>
		<b>11 810 985</b>	<b>11 161 000</b>
<b>Saldos a pagar</b>			
REFER ENGINEERING			1 714 557
REFER PATRIMÓNIO		125 000	
REFER TELECOM		67 909	110 700
<b>ILD's - Fornecedores e outras contas a pagar</b>		<b>192 909</b>	<b>1 825 257</b>
REFER TELECOM		2 842 533	2 856 393
REFER ENGINEERING (ex-FERBRITAS)		482 647	64 846
REFER PATRIMÓNIO			7 640
<b>Fornecedores</b>	5.14	<b>3 325 180</b>	<b>2 928 880</b>
REFER TELECOM			
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO		1 045	75 000
REFER PATRIMÓNIO		441	441
<b>Outros contas a pagar</b>	5.14	<b>1 486</b>	<b>75 441</b>
		<b>3 519 575</b>	<b>4 829 578</b>

De seguida apresentam-se as transações ocorridas no período em análise com as **empresas subsidiárias**:

<b>Empresa</b>	<b>Notas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Investimentos e Fornecimentos e Serviços</b>			
REFER TELECOM		24 741 348	13 435 347
REFER ENGINEERING		4 569 466	3 593 423
REFER PATRIMÓNIO		64 274	36 712
		<b>29 375 088</b>	<b>17 065 481</b>
<b>Prestação de serviços</b>			
REFER PATRIMÓNIO		5 858 759	6 179 556
REFER TELECOM		3 266 338	1 317 454
REFER ENGINEERING		1 066 819	23 883
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO			48 157
		<b>10 191 916</b>	<b>7 569 050</b>
<b>Encargos financeiros</b>			
REFER ENGINEERING			7 576
REFER PATRIMÓNIO			3 804
REFER TELECOM			23 452
			<b>34 832</b>
<b>Ganhos em subsidiárias</b>			
REFER TELECOM	12.	2 200 000	2 800 000
		<b>2 200 000</b>	<b>2 800 000</b>

### 16.3 SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os saldos com **empresas associadas** detalham-se da seguinte forma:

Empresa	Notas	2013	2012
<b>Saldos a receber</b>			
GIL		12 565	
<b>Clientes</b>	5.10	<b>12 565</b>	<b>0</b>
A EIE, CFM4		98 000	
<b>Outros contas a receber</b>	5.10	<b>98 000</b>	<b>0</b>
		<b>110 565</b>	<b>0</b>

As transações verificadas com **empresas associadas**, no período em análise, apresentam-se como segue:

Empresa	2013	2012
<b>Investimentos e Fornecimentos e Serviços</b>		
GIL	841 371	841 371
	<b>841 371</b>	<b>841 371</b>
<b>Prestações de serviços</b>		
GIL	40 863	40 863
	<b>40 863</b>	<b>40 863</b>

## 16.4 SALDOS E TRANSAÇÕES COM OUTRAS ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos com **outras entidades relacionadas** detalham-se da seguinte forma:

Empresa	Notas	2013	2012
<b>Saldos a receber</b>			
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.		146 160 587	73 383 450
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.		20 267 103	13 866 625
<b>Clientes</b>	5.10	<b>166 427 690</b>	<b>87 250 076</b>
		<b>166 427 690</b>	<b>87 250 076</b>
<b>Saldos a pagar</b>			
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.		1 860 550	3 242 070
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.		586 656	93 592
<b>Fornecedores</b>	5.14	<b>2 447 206</b>	<b>3 335 662</b>
		<b>2 447 206</b>	<b>3 335 662</b>

As transações com **outras entidades relacionadas** ocorridas no período em análise, apresentam-se de seguida:

Empresa	2013	2012
<b>Investimentos e Fornecimentos e Serviços</b>		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	6 374 241	5 808 850
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	485 893	58 477
	<b>6 860 134</b>	<b>5 867 327</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	67 423 623	64 736 858
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	9 631 231	10 053 864
	<b>77 054 853</b>	<b>74 790 723</b>

## 16.5 SALDOS E FATURAÇÃO EMITIDA COM ENTIDADES PÚBLICAS

Os protocolos em vigor à data de 31 de dezembro de 2013, de montante mais significativo, são os seguintes:

Município	Descrição do Protocolo / Entidade relacionada	Transações em 2013	Saldo a 31.12.2013
<b>Saldos a receber</b>			
Espinho	Intervenção em Espinho. Requalificação Urbana e rebaixamento de via.		619 682
Aveiro	Construção da Nova Estação de Aveiro - Interface Rodoviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente, Financiamento do Empreendimento		13 350 792
Viana do Castelo	Supressão de Passagens de Nível no Concelho de Viana do Castelo	80 657	2 217 198
Sintra	Colaboração Técnica e Financeira entre a REFER e o Município de Sintra para a construção do "Túnel de Aqualva"		843 726
Cascais	Requalificação e Dinamização do Modo Ferroviário Linha de Cascais – Troço Carcavelos/Estoril (Revisão)		2 743 161
Fundão	Infraestruturas Rodoferroviárias na Área Urbana do Fundão - 2º Aditamento	49 859	2 950 022
Coimbra	Encerramento definitivo das 21 passagens de nível no Concelho de Coimbra e respetivos caminhos de acesso	21 786	2 730 215
Ovar	Encerramento de 6 PNs no Concelho de Ovar, construção de 4 obras, e respetivos caminhos de acesso	90 488	88 836
		<b>242 791</b>	<b>25 543 633</b>

## 17. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

A REFER optou por não antecipar a aplicação de qualquer norma, antes da mesma ser aprovada pela União Europeia, no entanto, apresentam-se de seguida as principais alterações ocorridas neste exercício bem como as principais alterações que se preveem para os próximos exercícios:

## Normas e interpretações que se tornaram efetivas durante o exercício de 2013

Data de início de aplicação efetiva	Normas	Descrição das normas	Impacto na REFER
01-07-2012	IAS 1 - Apresentação das rubricas de outro rendimento integral	Altera a apresentação das rubricas de outro rendimento integral em duas categorias: rubricas convertíveis e não convertíveis em resultados.	Demonstração do rendimento integral
01-01-2013	IAS 19 - Benefícios de empregados	Eliminação da abordagem do "corridor" para diferir ganhos e perdas, passando as mesmas a serem reconhecidas diretamente nos resultados do exercício.	Não aplicável
01-01-2013	IAS 12 - Imp.dif. - recuperação de ativos subjacentes	Inclui-se o pressuposto refutável de que o imposto diferido resultante do registo das propriedades de investimento ao justo valor reverte através da venda.	Não aplicável
01-01-2013	IFRS 1 - Empréstimos governamentais	Aplicável a adotantes que apliquem as IFRS pela primeira vez e que tenham recebido empréstimos governamentais com taxas inferiores às taxas de mercado, sendo a diferença entre o justo valor dos empréstimos e o valor recebido reconhecida prospectivamente.	Não aplicável
01-01-2013	Melhorias anuais (ciclo 2009-2011)	IFRS 1 - Reaplicação das IFRS - Quando for interrompida a aplicação das IFRS num período existem duas possibilidades i) aplicar a IFRS 1 como se fosse primeira vez, ii) Aplicar IFRS 1 retrospectivamente ao abrigo da IAS 8	Não aplicável
		IAS 1 - Clarificação sobre requisitos de informação comparativo	Não aplicável
01-01-2013	Melhorias anuais (ciclo 2009-2011)	IAS 16 - Tratamento de equipamentos de reserva - Sempre que os bens sejam para incorporar nos Ativos fixos tangíveis (AFT), os mesmos devem figurar como AFT e ser reintegrados, caso não cumpram com a definição de AFT, devem ser considerados como inventários.	Não aplicável
01-01-2013	IFRS7 - Divulgação - Compensação de ativos e passivos financeiros	Requisitos de divulgação sobre: i) direitos de compensação (ativos e passivos) não contabilizados; ii) ativos e passivos compensados; iii) efeitos destas compensações na exposição ao risco de crédito	Não aplicável
01-01-2013	IFRS 13 - Mensuração pelo justo valor	Os objetivos da norma passam por i) definir justo valor (JV) de forma comum para todas as IFRS, ii) Estabelecer numa única IFRS, um quadro para a mensuração pelo JV, e iii) Estabelecer numa única IFRS os requisitos de divulgação para a mensuração do JV.	Não aplicável

**Normas e interpretações que se tornarão efetivas durante os exercícios de 2014 e seguintes.**

<b>Data de início de aplicação efetiva</b>	<b>Normas</b>	<b>Descrição das normas</b>	<b>Impacto na REFER</b>
01-01-2014	IAS 32 - Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros	Clarifica-se o direito de uma entidade compensar ativos financeiros (AF) com passivos financeiros (PF).	Não aplicável
01-01-2014	IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (*)	A IAS 27(2008) foi revista, após a emissão da IFRS 10. Esta norma passou a tratar apenas dos requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em participações financeiras quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.	Nota 5.3
01-01-2014	IAS 28 - Investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos (*)	A norma prescreve o tratamento contabilístico em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos com vista à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP)	Nota 5.4
01-01-2014	IAS 36 - Imparidade de ativos	Corrige as exigências de divulgação, quanto à determinação do valor recuperável de um ativo sendo aplicado, apenas quando este é determinado com base no justo valor menos custos estimados de vender	Nota 9
01-01-2014	IAS 39 - Instrumentos financeiros	Introduz uma isenção à obrigação de descontinuar a contabilidade de cobertura de um instrumento financeiro derivado, quando se verifique a alteração da contraparte do contrato por requisito legal ou regulatório e desde que cumpridas determinadas condições	Não aplicável
01-01-2014	IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (*)	Substitui e revoga a IAS 27(2008) e a SIC12, a principal alteração verifica-se na noção de controlo, existindo este quando: i) a entidade tem poder sobre a investida, ii) a entidade está exposta a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida, e; iii) existe capacidade para usar o seu poder de forma a afetar os resultados da investida. Quanto aos princípios de consolidação os mesmos mantêm-se inalterados.	Aplicável às contas consolidadas
01-01-2014	IFRS 11 - Acordos conjuntos (*)	Substitui e revoga a IAS 31 e a SIC 13, centrando-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da sua fórmula legal. A norma diferencia os acordos conjuntos em: i) operações conjuntas (o investidor reconhece nas suas contas a sua quota parte de ativos, passivos, rendimentos e despesas) e ii) empreendimentos conjuntos (o investidor reconhece nas suas contas interesse em ativos líquidos com recurso ao MEP).	Aplicável aos empreendimentos com a AVEP e Corredor 4

(continuação)

Data de início de aplicação efetiva	Normas	Descrição das normas	Impacto na REFER
01-01-2014	IFRS 12 - Divulgação de interesses em outras entidades (*)	A norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades.	Aplicável aos empreendimentos com a AVEP e Corredor 4
01-01-2014	IFRIC 20 - Taxas	Trata a contabilização de taxas/contribuições impostas pelos governos, clarificando o momento em que as responsabilidades devem ser reconhecidas.	Não aplicável

## 18. COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO

O valor previsto para 2014 de investimentos a efetuar em Infraestruturas de Longa Duração (ILD), no âmbito do domínio público ferroviário e demais investimentos que não integram as ILD (EAG - Estruturas de Apoio e de Gestão integrando investimentos de funcionamento, estudos e outros ativos fixos) necessários ao desenvolvimento das atividades previstas, ascende a 77,6 milhões de euros.

Do total do investimento previsto 96% (74,8 milhões de euros) corresponde a investimentos em ILD e os restantes 4% (2,8 milhões de euros) correspondem a investimentos em EAG.

O valor inscrito no Orçamento de Estado para 2014 no âmbito do PIDDAC afeto ao Programa de Investimentos mínimo na Rede Ferroviária Nacional é de 10,6 milhões de euros.

Programas/Projectos	Estimativa 2014
<b>Investimento em ILD</b>	
<b>Inscritos no âmbito do PIDDAC</b>	<b>74 816 795</b>
Programa de Investimentos mínimo na Rede Ferroviária Nacional	74 816 795
<b>Não inscritos no âmbito do PIDDAC</b>	<b>0</b>
<b>Total Investimento em ILD</b>	<b>74 816 795</b>
<b>Total Investimento em EAG</b>	<b>2 808 546</b>
<b>Total Investimento REFER</b>	<b>77 625 341</b>

Nota: investimento a custos técnicos

## 19. GARANTIAS E AVALES

Em 31 de dezembro de 2013, os **empréstimos que beneficiavam de aval do Estado** totalizam 2 644 497 009 euros (em 2012: 2 711 877 704 euros).

O total de **garantias bancárias recebidas de fornecedores** ascendia a 134 797 119 euros (em 2012: 160 240 399 euros). Estas garantias visam garantir o bom e integral cumprimento do contrato de concessão a favor da REFER, em cumprimento da legislação específica para empreitadas de obras públicas.

Em relação a **garantias bancárias recebidas de clientes/devedores**, são no montante de 10 463 458 euros (em 2012: 9 711 758 euros).

Em de 31 de dezembro de 2013, a REFER assumiu responsabilidades por **garantias prestadas a tribunais** no valor de 254 052 euros (em 2012: 296 552 euros) e **outras garantias** 2 671 173 euros (em 2012: 2 629 092 euros).

Como acionista maioritário da REFER ENGINEERING, a REFER tem subscrita uma carta de conforto a favor do Banco Millennium relativa a Financiamento de Médio e Longo Prazo até ao montante de 171 055 euros. À data de elaboração dos elementos de prestação de contas, encontra-se totalmente amortizado o referido financiamento.

## 20. CONTINGÊNCIAS

### Processos em tribunal

No final do exercício de 2013, os processos judiciais em curso, referentes a expropriações, atingem o valor de 7 418 938 euros (em 2012: 1 950 381 euros), sendo que este valor não tem reflexo a nível da Demonstração da Posição Financeira.

Neste caso, são efetuados depósitos à ordem do tribunal onde está a decorrer o processo, depósitos estes equivalentes ao valor arbitrado e que ficam à guarda da Caixa Geral de Depósitos, sendo que da resolução destes processos não resulta um encargo para a empresa, mas sim para o concedente das infraestruturas ferroviárias.

Existem ainda outras ações relacionadas com acidentes ocorridos nas infraestruturas de que a empresa é gestora, danos provocados em propriedades alheias, mas imputáveis à empresa; estas ações encontram-se cobertas pelo seguro de atividade da REFER. As contingências que possam advir dos processos a decorrerem no Tribunal do Trabalho, foram objeto de provisão, conforme nota 5.14.

### Subsídios

Os subsídios afetos à concessão foram atribuídos de acordo com as condições de elegibilidade aplicáveis às candidaturas respetivas, encontrando-se no entanto sujeitos a auditorias e eventual correção pelas entidades competentes. No caso das candidaturas a subsídios comunitários, estas correções poderão ocorrer durante um período de cinco anos a partir do pagamento do saldo. Tratando-se de subsídios afetos à atividade de investimento por conta do concedente, a devolução tem repercussão apenas na conta do concedente – valor a receber.

## 21. EVENTOS SUBSEQUENTES

A 17 de janeiro de 2014 realizou-se a assembleia geral de acionistas da RAVE onde foram aprovadas as contas da Liquidação e a proposta de partilha apresentada pela Liquidatária. A 12 de fevereiro de 2014 ficou concluído o registo de encerramento da liquidação junto da Conservatória do Registo Comercial.

No dia 22 de janeiro de 2014 foi celebrado um contrato de mandato com representação entre a REFER e o IGCP conferindo a esta entidade os poderes de gestão para o cancelamento da única operação *swap* viva com o Bank of America Merrill Lynch.

Em 27 de janeiro a operação foi liquidada originando um encaixe de 3 417 000 euros. Com este cancelamento a REFER deixou de possuir qualquer instrumento para cobertura do risco de taxa de juro.

Em 12 de março de 2014, a REFER recebeu 80 305 770 euros destinados a reforço de capital estatutário.

Lisboa, 31 de março de 2014

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **Diretora Financeira**

Dra. Maria do Carmo Duarte  
Ferreira

### **Presidente**

Eng.º Rui Lopes Loureiro

### **Técnica Oficial de Contas**

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

### **Vice-Presidente**

Eng.º José Ribeiro dos Santos

### **Vogal**

Dr. Alberto Almeida Diogo

### **Vogal**

Dr. José Rui Roque

### **Vogal**

Eng.º Amílcar Ferreira Monteiro



Relatório de Gestão  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

2013

**PARTE III**  
RELATÓRIO DO GOVERNO  
SOCIETÁRIO

# PARTE III

## RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em [www.refer.pt](http://www.refer.pt)

**Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE**

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

[www.refer.pt](http://www.refer.pt)

Capital Social: 451 200 000 euros

NIF: 503 933 813

## Índice

Introdução .....	3
CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS .....	4
1. Objetivos De Gestão - 2013 .....	4
2. Gestão Do Risco Financeiro .....	7
3. Evolução Prazo Médio Pagamentos A Fornecedores .....	8
4. Recomendações Do Acionista Aquando Da Aprovação Das Contas De 2012.....	9
5. Remunerações Dos Órgãos Sociais .....	10
6. Aplicação do Disposto no Art.º 32º do Estatuto do Gestor Público .....	17
7. Normas De Contratação Pública.....	18
8. Racionalização De Política De Aprovisionamento De Bens E Serviços, Designadamente Sobre A Adesão Da Empresa Ao Sistema Nacional De Compras Públicas E Parque De Veículos Do Estado.....	20
9. Cumprimento Do Plano De Redução De Gastos Operacionais .....	21
10. Cumprimento De Unidade De Tesouraria Do Estado .....	22
11. Cumprimentos Deveres Especiais De Informação .....	23
12. Cumprimento Das Orientações Legais .....	25
13. Princípio Da Igualdade Do Género .....	25
14. Publicidade Institucional.....	26
RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO.....	28
I. Missão, Objetivos E Políticas.....	28
II. Estrutura De Capital .....	29
III. Participações Sociais E Obrigações Detidas.....	30
IV. Órgãos Sociais E Comissões.....	31
V. Organização Interna.....	45
VI. Remunerações .....	52
VII. Informação Sobre Transações Relevantes Com Entidades Relacionadas. informação sobre outras transações.....	55
VIII. Análise Sustentável Da Empresa Nos Domínios Económico, Social e Ambiental .....	57
IX. Avaliação Do Governo Societário .....	57
Anexos .....	58

## Introdução

O presente relatório visa cumprir as obrigações de divulgação anual de um relatório detalhado sobre a estrutura e práticas de governo societário, nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários aplicável aos emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.

Adicionalmente, visa o presente relatório divulgar a estrutura e as práticas de governo societário dando cumprimento ao instituído pelo Decreto - Lei nº 133/2013.

# CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

## 1. OBJETIVOS DE GESTÃO - 2013

Por Resolução do Conselho de Ministros de 30 de agosto de 2012 foram nomeados os membros do Conselho de Administração da REFER.

Nos termos dispostos nos artigos 18º e 30º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro, é obrigatória a celebração de contrato de gestão nas empresas públicas, nos quais se devem definir as formas de concretização das orientações impostas pelo artigo 11º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 300/2007, os parâmetros de eficiência da gestão, os objetivos específicos e os valores das componentes remuneratórias consideradas, bem como os prémios de gestão passíveis de atribuição no final do exercício ou do mandato.

Nos termos da alínea a) do nº 1, no nº 2 e na alínea a) do nº 3, do ponto II do Anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008, de 22 de abril, foram aprovadas as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do Setor Empresarial do Estado.

Tendo em vista dar cumprimento à legislação supra referida, foi solicitado à REFER o envio de proposta de indicadores de natureza financeira e de atividade devidamente quantificados para o mandato 2012-2014. A REFER enviou à Tutela financeira a seguinte proposta de indicadores:

Área de Atuação	Peso	Indicadores	Fórmula de Cálculo	2012	2013	2014	Observação
Eficiência	18%	Taxa de Variação dos gastos operacionais totais relat. a 2011 [%]	$\frac{\text{gastos } OP_{\text{ano}_x}}{\text{gastos } OP_{\text{ano}_{2011}}} - 1$	-11,2	-16,5	-17,6	Excluindo materiais de investimento e indemnizações com pessoal
PMP a fornecedores	4%	PMP a fornecedores [dias]	$PMP = \frac{\sum_{i=1}^4 DF}{\sum_{i=1}^4 A} \times 365$	60	60	60	De acordo com os prazos que a REFER contratualmente está obrigada com os fornecedores
Rentabilidade e Crescimento	15%	Margem de EBITDA [%]	$\frac{EBITDA}{\text{rendimentos próprios}}$	-98	-73	-76	Rendimentos próprios = Rendimentos operacionais Totais excluído o subs. Expl. e o concedente Estado ILD
	15%	Rendimentos suplementares [M€]	Rendimentos não core + Dividendos	15,04	24,49	18,96	Excluindo rendimentos provenientes da alienação de património
Controlo dos Investimentos	10%	Taxa de execução financeira do orçamento de Investimentos [%]	$\frac{\text{execução}}{\text{orçamento}}$	90	90	90	Investimentos = ILD+EAG
Qualidade e fiabilidade de serviço	10%	Fiabilidade do serviço [%]	$1 - \frac{\sum CASL + CNR}{\sum \text{Comboios Programados}}$	96,60	96,90	96,90	Excluindo os atrasos e supressões por causas não imputáveis à REFER
	14%	Velocidade média do eixo Braga - Faro [km/h]	$\frac{\sum VTM_{\text{trajeto}} \times \text{extensão}_{\text{trajeto}}}{\sum \text{extensão}_{\text{trajeto}}}$	162	162	162	Eixo estruturante da Rede Ferroviária Nacional
Segurança	14%	N.º de acidentes significativos ocorridos por comboio.km	$\frac{\text{Acidentes Significativos}}{\text{CK Realizados}}$	0,807	0,827	0,771	

## Objetivos de gestão para o triénio 2012-2014

### Indicadores de gestão

Área de Atuação	Indicadores	Fórmula de cálculo	2013	Meta 2013	Desvio
Eficiência	Taxa de variação dos gastos operacionais totais	(Gastos operacionais ano n / Gastos operacionais n-2)-1  Nota: Excluindo materiais de investimento, indemnizações com pessoal e reposição de subsídio de férias e Natal	-12,2%	-16,5%	4,3 p.p.
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores	Fornecedores / Compras * 365 dias	41 dias	60 dias	-19 dias
Rentabilidade e crescimento	Margem de EBITDA	EBITDA/Rendimentos Próprios  Nota: Rendimentos próprios = rendimentos operacionais totais excluindo o subs. Exploração, o concedente Estado ILD e reposição de subs. de férias e Natal	-57%	-73%	16 p.p.
	Rendimentos não core	Rendimentos suplementares	25,81	24,49	1,32
Controlo dos Investimentos	Desvio financeiro dos Investimentos	(Execução / Orçamento)	83%	90,0%	- 7 p.p
Qualidade e fiabilidade de serviço	Fiabilidade do serviço [%]	$1 - \frac{\sum CASL + CNR}{\sum Comboios \text{ Pr ogramados}}$	98,0%	96,9%	1,1 p.p
	Velocidade média do eixo Braga - Faro [km/h]		147	162	-15,0
Segurança	N.º de acidentes significativos ocorridos por comboio.km		1,295	0,827	0,468

## 2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

No âmbito do Despacho nº 101/09-SETF, de 30 de janeiro, foi definido um conjunto de instruções a observar pelas empresas públicas não financeiras (EPNF) com vista à minimização dos efeitos de volatilidade dos mercados financeiros sobre os seus resultados financeiros.

A partir do último trimestre de 2012, iniciou-se o processo de transferência da gestão da carteira de derivados do sector empresarial do Estado para o IGCP dando início ao alargamento das atribuições deste instituto tal como previsto nos seus estatutos.

A 3 de outubro, com a publicação do Decreto-Lei n.º 133/2013 (Enquadramento do sector público empresarial), é reforçado o papel do IGCP através da obrigatoriedade de emissão de pareceres técnicos previamente à contratação de nova dívida e de instrumentos financeiros derivados pelo sector público em geral e, na assunção da gestão da carteira de derivados das empresas públicas reclassificadas (EPR) em particular.

A REFER suportou os seguintes encargos associados à dívida financeira:

	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros (€)	178 605 413	196 190 194	260 170 798	280 158 443	241 065 341
Taxa Média Financiamento (%)	3,330%	3,469%	4,143%	4,200%	3,428%

Estabelece o despacho nº 155/2011-MEF que as empresas do Setor Empresarial do Estado devem cumprir os limites máximos de acréscimo de endividamento.

Em 2013 o endividamento registou um acréscimo de 3%:

[euros]

Passivo Remunerado	2012	2013	Var.Abs	Var %
Passivo não corrente				
Financiamentos Obtidos	6682 598 182	6572 369 959	-110 228 223	-2%
Passivo corrente				
Financiamentos Obtidos	262.377.139	588.573.600	326.196.460	124%
<b>Total Passivo Remunerado</b>	<b>6944 975 321</b>	<b>7160 943 558</b>	<b>215 968 237</b>	<b>3%</b>

### 3. EVOLUÇÃO PRAZO MÉDIO PAGAMENTOS A FORNECEDORES

(em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº9870/2009)

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 34/2008, de 22 fevereiro, aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas, o qual tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas. Estabelece a RCM objetivos de prazos, a monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores.

O Despacho nº 9870/2009 vem adaptar o cálculo do indicador do prazo médio de pagamentos.

A REFER publica o seu prazo médio de pagamento no seu Relatório e Contas anual, semestralmente no seu site, mensalmente envia à DGTF os montantes que compõem a fórmula de cálculo do indicador.

A sua evolução, em 2012 e 2013, foi a seguinte:

PMP	2012			
	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	78	87	75	63

PMP	2013			
	1ºT 2013	2ºT 2013	3ºT 2013	4ºT 2013
PMP a Fornecedores (dias)	51	42	43	35

**Var.(%) 4º T 2013/  
4º T 2012**

-44%

Em 2013 o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) registou uma melhoria significativa de 63 dias em 31 dezembro de 2012 para 35 dias em 31 dezembro de 2013 (-44%) aproximando-se das novas determinações contidas no Decreto - Lei nº 62/2013 o qual estabelece medidas e altera para 30 dias o prazo de pagamento a fornecedores.

Define o Decreto-Lei nº 65-A/2011 que “Atraso no pagamento - corresponde ao não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma”.

A REFER acorda com os seus fornecedores os prazos de pagamento. Sempre que os documentos estejam em conformidade, tanto legal como fiscalmente, são pagos na data do seu vencimento (ou na sua vizinhança) através da emissão de lotes de pagamentos semanais. Em consequência, a REFER não tem pagamentos em atraso.

## 4. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2012

Os documentos de prestação de contas da REFER, que incluem as demonstrações financeiras separadas e consolidadas, referentes ao exercício de 2012, foram submetidos a aprovação da senhora Secretária de Estado do Tesouro e Secretário de Estado das Obras Públicas Transportes e Comunicações, não tendo, até ao momento, sido aprovadas pelo acionista.

## 5. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### A. CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Mandato Início / Fim	Cargo	Nome	Designação		Nº Mandatos Exercidos na Sociedade
			Doc	Data	
2012/2014	Presidente do Conselho de Administração	Rui Lopes Loureiro	Resolução 37/2012	30 de agosto	1
2012/2014	Vice-Presidente do Conselho de Administração	José Luís Ribeiro dos Santos	Resolução 37/2012	30 de agosto	1
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	Alberto Manuel de Almeida Diogo	Resolução 37/2012	30 de agosto	1
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	José Rui Roque	Resolução 37/2012	30 de agosto	1
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	Resolução 37/2012	30 de agosto	1

O estatuto remuneratório fixado para o Conselho de Administração da REFER EPE, à data de 31 de dezembro de 2013, é o seguinte:

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas representação	Identificar Entidade	Pagadora
Rui Lopes Loureiro	sim	A	5.722,74 €	2.289,10 €	n.a.	n.a.
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	A	5.150,47 €	2.060,19 €	n.a.	n.a.
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	A	4.578,19 €	1.831,28 €	n.a.	n.a.
José Rui Roque	sim	A	4.578,19 €	1.831,28 €	n.a.	n.a.
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	A	4.578,19 €	1.831,28 €	n.a.	n.a.

Os valores apresentados referem-se aos valores resultantes da aplicação do Estatuto do Gestor Público. Dado que do mesmo Estatuto não pode resultar, um aumento da remuneração efetivamente paga aos respetivos gestores, mantêm-se as remunerações globais fixadas para o mandato 2009-2011, conforme quadro infra:

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas representação	Identificar Entidade	Pagadora
Rui Lopes Loureiro	sim	A	5.722,74 €	1.503,26 €	n.a.	n.a.
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	A	5.150,47 €	1.534,53 €	n.a.	n.a.
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €	n.a.	n.a.
José Rui Roque	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €	n.a.	n.a.
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €	n.a.	n.a.

A estes valores foram aplicadas as reduções estabelecidas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no OE 2011, bem como as reduções determinadas no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013.

A remuneração auferida no ano foi:

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Outra (Subs Deslocação e Refeição)	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução Anos Anteriores	Bruta Após Reduções
Rui Lopes Loureiro	n.a.	98.157,02 €	5.308,58 €	4.907,81 €	9.324,90 €	n.a.	89.232,89 €
José Luís Ribeiro dos Santos	n.a.	90.520,87 €	4.623,88 €	4.526,04 €	8.599,50 €	n.a.	82.019,21 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	n.a.	84.840,31 €	2.074,08 €	4.241,94 €	8.059,85 €	n.a.	74.612,60 €
José Rui Roque	n.a.	84.840,31 €	2.088,00 €	4.241,94 €	8.059,85 €	n.a.	74.626,52 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	n.a.	84.840,31 €	3.484,99 €	4.241,94 €	8.059,85 €	n.a.	76.023,51 €

Nome	Benefícios Sociais (€)						
	Sub. Refeição	Regime Proteção Social		Seguro Saúde	Seguro Vida	Seguro Acid Pessoais	Outros
		Identificar	Valor				
Rui Lopes Loureiro	1.740,00 €	Seg. Social	16.661,39 €	348,23 €	-	4,95 €	0,00 €
José Luís Ribeiro dos Santos	1.746,96 €	Seg. Social	16.429,02 €	348,23 €	-	4,95 €	0,00 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	2.074,08 €	Seg. Social	17.312,42 €	348,23 €	-	4,95 €	0,00 €
José Rui Roque	2.088,00 €	Seg. Social	16.196,65 €	348,23 €	-	4,95 €	0,00 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	2.011,44 €	Seg. Social	16.196,65 €	348,23 €	-	4,95 €	500,00 €

## Conselho de Administração

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal	Valor Anual	Observações
Rui Lopes Loureiro	80,00 €	2.134,61 €	
José Luís Ribeiro dos Santos	80,00 €	1.198,26 €	O consumo acima do Plafond definido está justificado em extrato de ata de sessão do Conselho de Administração *
Alberto Manuel de Almeida Diogo	80,00 €	622,33 €	
José Rui Roque	80,00 €	1.280,14 €	
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	80,00 €	3.443,08 €	

\*“Como consequência dos esforços de internacionalização da REFER, E.P.E. e das suas participadas cujos CA's emanam do da "casa mãe", verifica-se que os saldos dos telemóveis utilizados pelos Senhores Administradores nas suas deslocações ao estrangeiro ultrapassam, naturalmente, o limites definidos nos plafonds aplicáveis. Conscientes da importância destas deslocações para o futuro da REFER e do seu posicionamento nos mercados externos, delibera-se que os excessos apresentados nos saldos de telemóveis, motivados por tais deslocações, se considerem autorizados por defeito.” – extrato da ata do Conselho de Administração de 2013-05-09.

Nome	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de Contrato	Valor Referência Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor Renda Mensal	Valor Anual
Rui Lopes Loureiro	não	n.a.	55.127,75 €	Empresa	A viatura foi adquirida pela REFER em 11.06.2013 pelo montante de 29.952,25€		n.a.	n.a.	8.745,36 €
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	sim	53.375,99 €	Empresa	A viatura foi adquirida pela REFER em 31.12.2011 pelo montante de 25.400€		n.a.	n.a.	n.a.
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	sim	26.522,74 €	AOV	11-03-10	10-03-14	48	557,12 €	6.685,44 €
José Rui Roque	sim	sim	52.144,14 €	Empresa	A viatura foi adquirida pela REFER em 11.06.2013 pelo montante de 29.952,25€		n.a.	n.a.	3.212,37 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	sim	51.092,51 €	Empresa	A viatura foi adquirida pela REFER em 31.12.2011 pelo montante de 24.800€		n.a.	n.a.	n.a.

Nome	Plafond Mensal definido para	Gastos Anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro
Rui Lopes Loureiro	sim	4.569,71 €	1.014,75 €	1.985,73 €	569,76 €
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	3.531,05 €	1.284,75 €	2.464,63 €	718,71 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	2.903,80 €	1.804,79 €	1.733,70 €	648,91 €
José Rui Roque	sim	2.348,33 €	384,67 €	1.273,30 €	
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	3.610,43 €	1.553,60 €	4.109,66 €	718,71 €

Nome	Deslocações em Serviço	Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço			
		Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras	Gasto Total com Viagens
Rui Lopes Loureiro	3.968,98 €	2.813,71 €	-	-	6.782,69 €
José Luís Ribeiro dos Santos	3.968,98 €	2.946,00 €	-	-	6.914,98 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	-	-	-	-	0,00 €
José Rui Roque	-	-	-	-	0,00 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	-	-	-	-	0,00 €

### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A REFER, EPE manteve, até à nomeação do Conselho Fiscal, atualmente em exercício de funções, a Comissão de Fiscalização identificada acima, uma vez que após a adequação dos Estatutos da Empresa à legislação então em vigor (Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, atualmente Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), que ocorreu com a publicação do Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de julho, não se verificou designação de Conselho Fiscal, sendo o atual o primeiro em funções após a referida alteração dos Estatutos da Empresa. A designação do Conselho Fiscal fez operar a caducidade do mandato da Comissão de Fiscalização.

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Presidente (ROC)	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Representada por Dr. Issuf Ahmad	DC SETF e SET agosto 2007
Vogal	Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira	
Mandato suspenso	Dr. José Manuel Alves Portela	

Os honorários pagos no ano foram:

[euros]

	Hilário Manuel Marcelino Teixeira	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda
<b>Remuneração*</b>		
Remuneração base		
Segurança social obrigatória		
Regime Segurança Social		
<b>Honorários **</b>		74 257
<b>TOTAL</b>		<b>74 257</b>

\* Suspendeu a remuneração

\*\* honorários acordados para o exercício de 2013

Os honorários acordados para o exercício de 2013, incluem a revisão legal das contas e a auditoria exigida nos termos dos normativos e regulamentos aplicáveis. Aos montantes pagos foram aplicadas as disposições remuneratórias da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do OE 2012), conjugadas com o artigo 22.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do OE 2011).

### CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal foi nomeado por Despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de 29 de maio de 2013.

Por despacho com a mesma data e signatários, foi fixada para o triénio de 2012-2014 o seguinte estatuto remuneratório para o Conselho Fiscal (remunerações mensais ilíquidas):

#### Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação	Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
Início / Fim			Doc	
2012/2014	Presidente do Conselho Fiscal *	Carlos António Lopes Pereira	Despacho Conjunto	1.602,37 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Miguel do Nascimento Ventura	Despacho Conjunto	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Manuel Mota C. Grilo	Despacho Conjunto	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Suplente	Maria Isabel Louro Caria Alcobia	Despacho Conjunto	1.201,78 €

\* renunciou ao cargo em janeiro 2014

O Presidente do Conselho Fiscal renunciou ao cargo em janeiro de 2014.

Às remunerações fixadas no despacho acima referido foi aplicada a redução prevista no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

O senhor Presidente do Conselho Fiscal comunicou que prescinde da remuneração devida pelo exercício do cargo, desde a data da nomeação e até à cessação de funções que exerce como membro do Conselho Diretivo de outro organismo público ou regresso ao lugar de origem.

#### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas foi nomeado para completar o mandato em curso do Conselho de Administração, cujo mandato cobre o triénio 2012-2014, por despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações de 13 de novembro de 2013.

O estatuto remuneratório foi fixado por Despacho Conjunto da Senhora Secretária de Estado e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de 29 de maio de 2013.

Nos termos do referido Despacho Conjunto, a remuneração anual líquida será constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da empresa e o respetivo Revisor Oficial de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global líquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 59º e 60º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Ao valor mensal determinado foi aplicada a redução prevista no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro de 2012, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013.

No mesmo Despacho Conjunto determina-se a aplicação de outras reduções que vierem a ser legalmente determinadas e bem assim a necessidade de cumprir o disposto no n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012.

Revisor Oficial de Contas

Mandato Início / Fim	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)	Nº Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc	Data	Limite Fixado	
2012/2014	SROC	Sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr.. P. Caiado & Associados, SROC n.º 44, representada pelo seu sócio Pedro Matos Silva	SROC n.º 44	Despacho Conjunto	13-nov-2013	19.510,20 €	1

## B. CUMPRIMENTO DAS “ORIENTAÇÕES AO NÍVEL DAS REMUNERAÇÕES”

### DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego, datado de 29 de maio de 2013, que fixa para o triénio 2012-2014 o estatuto remuneratório para os membros dos órgãos sociais da REFER, E.P.E e em cumprimento das disposições legais aplicáveis:

- A REFER, EPE manteve a redução de 5% na remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do seu Conselho de Administração, de acordo com o determinado no artigo 12.º, n.º 1 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.
- Foi aplicada a redução remuneratória nos termos do disposto no artigo 27.º Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, aplicável à remuneração dos gestores públicos nos termos do n.º 9, alínea o) do artigo citado. A referida redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 27.º, n.º 8 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro teve por base a remuneração total ilíquida apurada após a aplicação da redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.
- Foi cumprido o disposto no artigo 28.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e efetuado o pagamento do 13.º mês mensalmente, por duodécimos, aos membros do Conselho de Administração da REFER, EPE, tendo sido o seu valor apurado nos termos do disposto no n.º 2 da mesma disposição legal.
- Foi igualmente cumprido o disposto no artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, não tendo sido atribuídos prémios de gestão aos administradores da REFER, EPE.

### DOS RESTANTES TRABALHADORES

- Foi aplicada a redução remuneratória nos termos determinados no artigo 27.º Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, aplicável à remuneração dos trabalhadores das entidades públicas empresariais nos termos do n.º 9, alínea r) do artigo citado. A referida redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro teve por base a remuneração total ilíquida apurada e foi efetuada

para todos os trabalhadores da REFER, EPE cujas remunerações totais ilíquidas mensais são de valor superior a € 1500.

- Foi cumprido o disposto no artigo 28.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e efetuado o pagamento do 13.º mês mensalmente, por duodécimos, aos trabalhadores da REFER, EPE, tendo sido o seu valor apurado nos termos do disposto no n.º 2 da mesma disposição legal.
- Foi efetuado o pagamento dos subsídios de férias dos trabalhadores da REFER, E.P.E, nos termos do regime que consta da Lei n.º 39/2013, de 21 de junho.
- Os acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho extraordinário prestado em dia normal de trabalho, em dia de descanso semanal obrigatório ou complementar e em dia feriado foram – por força do determinado no art.º 39.º-A do Decreto-Lei 558/99, de 17 de dezembro – os que constam do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.
- A partir da entrada em vigor do Acórdão n.º 602/2013 do Tribunal Constitucional, foram aplicadas as normas relativas ao descanso compensatório por trabalho prestado em dia de descaso semanal obrigatório e complementar e em dia feriado que constam do Acordo de Empresa outorgado entre a REFER, EPE e SNTSF e outros, publicado no Boletim do Trabalho e do Emprego n.º 2, de 15 de janeiro de 2011. Na mesma data e pelo mesmo motivo, o trabalho prestado em dia de descaso semanal obrigatório e complementar e em dia feriado, quando não se mostre possível conceder – em prazo – o gozo do descanso compensatório convencionalmente estabelecido, passou a ser remunerado nos termos das disposições competentes do mesmo instrumento de regulamentação coletiva.

A Empresa aplicou igualmente o disposto no artigo 75.º da Lei 66-B/2012 relativamente a contratos de aquisição de serviços, incluindo honorários de auditoria e revisão das contas.

## 6. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART.º 32º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Estabelece o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e alterado pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012 de 18 de janeiro, no seu artigo 32º que:

“1 - Não é permitida a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa.

2 - Não é permitido o reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

3 - O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, é fixado por deliberação em assembleia geral, no caso das sociedades anónimas, ou por despacho, publicado no *Diário da República*, do membro do Governo responsável pela área das finanças no caso das entidades públicas empresariais.

4 - O valor previsto no número anterior é fixado à luz das orientações que venham a ser estabelecidas para o efeito pelos acionistas ou por despacho, publicado no *Diário da República*, do membro do Governo responsável pela área das finanças, tendo sempre como limite a soma do valor fixado para a utilização de telefone domiciliário e telefone móvel para cargos de direção superior de 1.º grau da Administração Pública.”

A REFER não utiliza quaisquer cartões de débito ou crédito para pagamento de despesas.

Quando os elementos do Conselho de Administração efetuam deslocações ao serviço da empresa as mesmas são reembolsadas através da emissão de cheque ou transferência bancária.

## 7. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

(Orientações Constantes de Despacho n.º 438/10)

Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, a REFER, EPE encetou um trabalho exaustivo com vista à melhor adequação dos seus procedimentos internos às regras de contratação pública constantes daquele Código, na medida da aplicabilidade das mesmas a esta empresa.

Para o cumprimento desse desiderato, foi constituído um grupo de trabalho que criou um Manual Interno de Contratação, juntamente com a revisão de um conjunto de minutas tipo já existentes (Programas de Concurso, Cadernos de Encargos, etc.) bem como a criação de outras até então inexistentes (contendo aspetos específicos decorrentes das regras do CCP).

Em 2011, cumpridos os objetivos do grupo de trabalho inicial, e sendo imperativa a permanente atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo, de acordo com legislação que é produzida, foi constituído um novo Grupo de Trabalho permanente para a Contratação Pública, com o objetivo, nomeadamente, de proceder à atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo (quer

decorrentes de alterações legislativas, quer de alterações que melhor se adequem às finalidades da Empresa), bem como propor o que tiver por conveniente no âmbito da contratação pública, designadamente a elaboração de documentos tipo para os procedimentos de contratação ainda não existentes (nomeadamente de fornecimentos e de prestação de serviços de manutenção).

A REFER, EPE continuou a utilizar, designadamente, documentação relativa à decisão de contratar contendo adequada fundamentação da necessidade e dos objetivos a atingir, sempre na ótica da melhor prossecução do interesse público subjacente a cada procedimento pré-contratual e da observância, entre outros, do princípio da transparência.

Não obstante, sempre numa perspetiva de melhoria e com vista ao acatamento das determinações que impendem sobre as empresas públicas (designadamente no tocante aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€), continuaram em vigor as minutas tipo referentes à fundamentação da iniciativa, bem como à avaliação dos contratos celebrados, aprovadas em 2011, procurando sistematizar os dados e homogeneizar os procedimentos na empresa.

No caso da fundamentação da iniciativa (documento a aplicar de modo generalizado a todas as contratações), tal minuta inclui de modo individualizado e entre outros aspetos, a necessidade de contratar, justificando que a solução proposta satisfaz o princípio da economia, eficiência e eficácia, a eventual ausência de soluções internas ou outro motivo específico para a proposta de recurso ao exterior, bem como os objetivos que se pretendem alcançar com a contratação.

No caso da avaliação dos contratos celebrados (documento vocacionado para os contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125 000 €, conforme orientação transmitida via ofício circular nº 6132, de 6 de agosto de 2010, da DGTF), a minuta inclui, também de modo individualizado e entre outros aspetos, os desvios temporais e/ou financeiros que tenham ocorrido e respetiva justificação.

Durante o ano de 2012, e na sequência das alterações legislativas em matéria de contratação pública (designadamente com a publicação do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, que entrou em vigor no dia 11 de agosto, e do qual decorre um conjunto de significativas alterações ao Código dos Contratos Públicos), o Grupo de Trabalho permanente para a contratação pública procedeu à revisão e alteração do Manual Interno de Contratação (MIC), bem como, das minutas tipo utilizadas pela REFER.

Durante o ano de 2013, e na sequência do processo de reestruturação da REFER e das empresas detidas, foi também iniciado o processo de revisão e adaptação do Manual Interno de Contratação, à nova realidade organizacional.

Anota-se que, atualmente, e independentemente da documentação tipo que se encontra em contínua atualização, a REFER, EPE acatam já devidamente nos respetivos títulos contratuais e Cadernos de Encargos integrantes dos mesmos, as obrigações e responsabilidades que impendem sobre os adjudicatários na execução

dos serviços, incluindo, consoante os casos e conforme adequado, cláusulas de específicas de responsabilidades e de penalidades por deficiências no serviço.

É ainda de referir que a REFER, EPE tem procurado o envolvimento das empresas suas participadas maioritariamente no cumprimento dos Princípios de Bom Governo que impendem sobre este tipo de empresas, transmitindo, inclusivamente conhecimentos, procedimentos e documentos, para que as mesmas os adotem nas situações abrangidas pelo âmbito de aplicação do CCP.

Em 2013 foram celebrados os seguintes contratos de montante superior a 5M €, tendo os mesmos sido sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas.

#### Anexo V - Contratos Celebrados sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas

Processo	Objeto	Tipo de Processo	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5010012615	Serviços de Telecomunicações 2013/2016	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-03-08	36.698.405
5010012565	Serviços Telecomunicações Ferroviárias	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-03-22	4.077.599

## 8. RACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICA DE APROVISIONAMENTO DE BENS E SERVIÇOS, DESIGNADAMENTE SOBRE A ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

A REFER aderiu durante o ano de 2011 ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), e credenciou alguns utilizadores para a aplicação Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP) da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (ESPAP), cuja criação foi concretizada através do Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, assume a missão e atribuições dos anteriores Instituto de Informática, da Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, EPE (GeRAP) e da Agência Nacional de Compras Públicas, EPE (ANCP), extintos, por fusão.

A ESPAP (ex-ANCP), ao permitir que os procedimentos de aquisição de bens e serviços se desenvolvam ao abrigo dos acordos quadro (AQ) celebrados pela ESPAP (ex-ANCP), simplifica e facilita todo o processo de compras.

Para concretizar a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e após a credenciação de alguns utilizadores da REFER, foi assinado em 14 de abril de 2011 o contrato de Adesão entre a REFER e a ANCP.

Durante 2012 começaram a ser preparados alguns procedimentos de consulta ao abrigo dos acordos quadro da ESPAP, cujas consultas foram concretizadas no início de 2013. No final de 2013 foi preparado um novo procedimento de consulta ao abrigo do acordo quadro da ESPAP.

## 9. CUMPRIMENTO DO PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

O Orçamento da REFER para 2013 foi elaborado tendo em conta a situação de escassez de recursos e constrangimentos resultantes da atual situação económico-financeira do país, nomeadamente as medidas que integram o memorando de entendimento FMI/BCE/CE/Estado Português, de 3 de maio de 2011 (PAEF), num esforço contínuo de redução de gastos e maximização da receita. Neste contexto, e a par do que decorre do objeto principal da empresa – o serviço público de gestão da infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional (RFN), a REFER tem implementado fortes medidas de contração da despesa seguindo as orientações das Tutelas.

Considerando as linhas orientadoras para o triénio 2013-2015, o Conselho de Administração da REFER definiu os seguintes objetivos de referência:

- Aumentar os rendimentos operacionais;
- Reduzir os gastos operacionais;
- Assegurar a sustentabilidade financeira da Empresa;
- Assegurar a manutenção de adequados padrões de qualidade, fiabilidade e segurança.

Durante a vigência do PAEF, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a adoção das medidas previstas no Artigo 64.º da Lei n.º 66-B/2012 - Orçamento do Estado para 2013, de 31 de dezembro.

De registar a forte redução dos gastos operacionais face a 2010, garantindo o cumprimento de todas as metas estabelecidas no Artigo 64.º da Lei n.º 66-B/2012.

milhares euros

Gastos	2009	2010	2011	2012	2013	2013 vs 2010	
						Absoluta	%
CMVMC	8.565	5.666	3.814	2.200	3.113	-2.553	-45%
FSE	114.520	123.921	98.250	88.041	94.404	-29.518	-24%
Deslocações/Estadas	220.210	256.428	169.589	137.519	112.874	-143.554	-56%
Ajudas de Custo	-	-	-	-	-	0	0%
Comunicações	686.070	579.535	530.842	334.326	316.359	-263.175	-45%
Gastos com pessoal	119.724	117.039	124.674	77.800	90.559	-26.479	-23%
<b>Total</b>	<b>242.809</b>	<b>246.626</b>	<b>226.738</b>	<b>168.041</b>	<b>188.076</b>	<b>-58.550</b>	<b>-24%</b>
Volume de Negócios (VN)	71.541	73.414	130.731	100.388	100.121	26.707	36%
<b>Peso Gastos no VN</b>	<b>339%</b>	<b>336%</b>	<b>173%</b>	<b>167%</b>	<b>188%</b>	<b>-219%</b>	<b>-44%</b>

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
Nº Total RH sem O.S.	3.492	3.249	2.789	2.672
Nº Dirigentes sem O.S.	224	186	150	114
Nº Órgãos Sociais	4	4	5	5
<b>Gastos totais com pessoal (€)</b>	<b>117.038.518</b>	<b>124.673.646</b>	<b>77.799.661</b>	<b>90.559.074</b>
Gastos com Órgãos Sociais (€)	483.885	343.266	366.441	504.190
Gastos com Dirigentes (€)	16.420.423	12.120.566	8.339.303	8.180.190
Gastos com RH sem O.S. e sem Dirigentes (€)	97.131.068	85.433.896	67.533.452	77.616.685
<b>Rescisões / Indemnizações (€)</b>	<b>3.003.142</b>	<b>26.775.918</b>	<b>1.560.466</b>	<b>4.258.009</b>

## 10. CUMPRIMENTO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A Lei do Orçamento de Estado para 2013, mantém a obrigatoriedade do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria. Em 2013, tendo em consideração que a REFER continuou a ser financiada diretamente pelo Estado e, por conseguinte, com uma posição de liquidez equilibrada, foram consolidados os esforços no cumprimento do disposto neste artigo. Assim, manteve-se o processo de transferência das transações/serviços consideradas essenciais da banca comercial para o IGCP, sem comprometimento do risco operacional relacionado com os pagamentos/recebimentos associados ao funcionamento da empresa.

As doze contas ainda existentes na banca comercial mantiveram-se ativas ou por terem responsabilidades associadas ou por disponibilizarem serviços para os quais o IGCP ainda não conseguiu dar resposta.

Sempre que a REFER apresentou excedentes de tesouraria e, face ao estipulado nos termos da lei, estes foram aplicados junto do IGCP através da aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto-Prazo (CEDIC). Os rendimentos auferidos fora do Tesouro foram devolvidos à DGO. Saliencia-se que os rendimentos auferidos fora do tesouro, resultaram da opção de aplicações excecionais de muito curto-prazo, uma vez que a REFER mantém os esforços no cumprimento dos princípios de uma adequada gestão financeira.

A 13 de fevereiro foi publicado o DL 32/2012, com o objetivo de estabelecer as disposições necessárias à execução do Orçamento de Estado para 2012. Através do disposto no artigo 16º as entidades obrigadas ao cumprimento da Unidade de Tesouraria terão de fazer prova do cumprimento deste princípio. Desta forma, a REFER passou a registar mensalmente nos serviços on-line da DGO o saldo do final do mês dos depósitos e aplicações financeiras junto do IGCP e da banca comercial, bem como dos rendimentos auferidos fora do tesouro.

No ano de 2013, a REFER continuou a fazer prova junto da DGO do cumprimento deste princípio, tal como preconizado no artigo 16º do DL 32/2012 de 13 de Fevereiro.

## 11. CUMPRIMENTOS DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

(em conformidade com o Despacho n.º 14277/2008,  
de 23 de maio)

No cumprimento do Despacho n.º 14277/2008, o qual estabelece o reforço dos mecanismos de controlo financeiro e deveres especiais de informação, a REFER envia às tutelas, financeira e setorial, os seus Planos de Atividades e Investimentos anuais e plurianuais, assim como as respetivas fontes de financiamento; orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado.

A informação é também prestada de forma desmaterializada no sistema de recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

A Empresa procede também à divulgação das remunerações da gestão no relatório e contas, site da empresa e site do Setor Empresarial do Estado.

### Informação a constar no Site SEE

	Divulgação			Comentários (Documento SEE)
	Sim	Não	Não Aplicável	
<b>Estatutos Actualizados (PDF)</b>	√			Estatutos
<b>Historial, Visão, Missão e Estratégia</b>	√			Caracterização da empresa
<b>Ficha Sintese da Empresa</b>	√			Ficha sintese
<b>Identificação da Empresa</b>				
Missão, objectivos, políticas, obrig.serv. Público e modelo de financiamento	√			Caracterização da empresa
<b>Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais</b>				
Modelo de Governo (Identificação Órgãos Sociais)	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Estatuto remuneratório fixado	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Remunerações auferidas e demais regalias	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
<b>Regulamentos e Transacções</b>				
Regulamentos internos e externos	√			Princípios de Bom Governo
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			Princípios de Bom Governo
Outras transacções	√			Princípios de Bom Governo
<b>Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	√			Princípios de Bom Governo
<b>Avaliação do Cumprimentos dos PBG</b>	√			Princípios de Bom Governo
<b>Código de Ética</b>	√			Princípios de Bom Governo
<b>Informação Financeira histórica e actual</b>	√			Informação Financeira histórica e actual
<b>Esforço Financeiro do Estado</b>	√			Esforço Financeiro Público

## 12. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Objectivos de Gestão:</b>					
Taxa de variação dos gastos operacionais totais			x	Não aplicável	Objetivos propostos à Tutela
Prazo médio de pagamentos a fornecedores			x	Não aplicável	
Margem de EBITDA			x	Não aplicável	
Rendimentos não core			x	Não aplicável	
Desvió financeiro dos Investimentos			x	Não aplicável	
Gestão do Risco Financeiro	x			Não aplicável	Ver Anexo 3
Limites de Crescimento do Endividamento	x			Variação de 3% face a 31 dezembro de 2012	
Evolução do PMP a fornecedores	x			Redução de 28 dias face a 31 dezembro 2012	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			x	Não aplicável	
Deveres Especiais de Informação	x			Não aplicável	
<b>Recomendações do acionista na aprovação de contas:</b>					
Dar cumprimento aos objetivos de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro	x			Não aplicável	
Manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P., em cumprimento ao determinado no artigo 17.º da Lei n.º 12-A/2010	x			Não aplicável	
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	x			Não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	x				
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010	x				
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21.º da Lei 64-B/2011			x		
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 26.º da Lei 64-B/2011			x	Não aplicável	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	x				
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21.º da Lei 64-B/2011			x		
<b>Artigo 32.º do ECP</b>					
Utilização de cartões de crédito	x			Não aplicável	
Reembolso de despesas de representação pessoal	x			Não aplicável	
<b>Contratação Pública</b>					
Normas de contratação pública	x			Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas	x			Não aplicável	2 contratos no valor global de 40,6 milhões de euros
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			Não aplicável	
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>					
Parque Automóvel	x			Não aplicável	
<b>Princípio da Igualdade do Género</b>					
Medida 1	x			Não aplicável	
Medida 2	x			Não aplicável	
<b>Plano de Redução de Custos</b>					
Gastos com pessoal	x				
Fornecimentos e Serviços Externos	x				
<b>Redução nº Eletivos e Cargos Dirigentes</b>					
Nº de eletivos	x				
Nº de cargos dirigentes	x				
Princípio da Unidade de Tesouraria	x				

## 13. PRINCÍPIO DA IGUALDADE DO GÉNERO

A REFER adotou em 2009 um Plano para a Igualdade decorrente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 relativa aos Princípios do Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado, na que se aconselhava estas entidades a adotarem planos de igualdade.

Em 2012 a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, tornou obrigatória para as entidades do setor empresarial do Estado a adoção de planos de igualdade, sendo que determinou igualmente a elaboração de diagnósticos da situação nas empresas.

Nesta conformidade, procedeu-se à avaliação do plano, através de um levantamento nas direções da REFER, e verificou-se a necessidade de atualizar o documento existente.

Em janeiro de 2013 foi aprovado pelo Conselho de Administração um novo Plano para a Igualdade na REFER, que tem como objetivos gerais:

- a. Reconhecer explicitamente que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um direito básico, pelo que se devem implementar políticas transversais e positivas que permitam que esse direito seja uma realidade.
- b. Promover uma mudança na cultura da empresa que integre a igualdade nos seus atos de gestão.
- c. Reduzir os desequilíbrios detetados e prevenir possíveis desequilíbrios no futuro.

Constata-se, ainda, que a REFER possui práticas estabelecidas que promovem uma política de igualdade e não discriminação com base no género, bem como medidas específicas que permitem contribuir para a conciliação entre trabalho, família e vida pessoal.

## 14. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL (RCM n.º 47/2010)

A publicidade institucional, enquanto componente da comunicação empresarial, é uma das ferramentas estratégicas adotadas para veicular a missão do Grupo REFER, de proporcionar ao mercado uma rede ferroviária segura e eficiente, orientada por critérios de sustentabilidade e divulgar as suas atividades de serviço público.

No ano de 2013, a REFER centrou esta atividade na sensibilização para a promoção de valores como a segurança e a valorização do seu património. A estratégia adotada, dentro de uma ótica de otimização dos recursos financeiros, no que respeita à colocação de publicidade institucional nos diferentes órgãos de comunicação, teve como objetivos:

- Promover a imagem do Grupo REFER, reforçando a divulgação das suas competências, serviços e dimensões de negócio.
- Reforçar a imagem, a notoriedade e a projeção pública do Grupo REFER, melhorando a perceção social do carácter único e específico da atividade da empresa.
- Sensibilizar para a problemática da segurança ferroviária e divulgar ações da REFER com impacto nas populações.

São exemplo as seguintes iniciativas:

- Participação especial no suplemento “FACIM 2013” do jornal SOL, enquadrada no âmbito da presença da REFER na Feira Internacional de Maputo.
- Campanha de sensibilização e segurança em passagens de nível – no âmbito da campanha “Pare, Escute, Olhe” e da celebração do Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, assinalado no dia 7 de maio de 2013, foram desenvolvidas ações publicitárias nalguns órgãos de imprensa nacional. Durante o mês de Dezembro foi divulgado *spot* publicitário nas televisões, nomeadamente na RTP1, RTP2, RTP Internacional e TVI, e ainda inserções publicitárias em alguns órgãos de imprensa regional.

Em 2013 o investimento realizado em publicidade institucional foi de 22 696,44 euros.

# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

## I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

Pelo instituído no Decreto-Lei 104/97 de 29 de abril, a REFER, EPE, tem como objeto principal o serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, garantindo capacidade e disponibilidade da infraestrutura em condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança realizando, para o efeito, as ações e investimentos necessários no quadro de desenvolvimento da rede definido pelo Estado;

Incluem-se ainda no objeto:

- A construção, instalação e renovação da infraestrutura ferroviária compreendendo, designadamente, o respetivo estudo, planeamento e desenvolvimento;
- O comando e controlo da circulação;
- A promoção, coordenação, desenvolvimento e controle de todas as atividades relacionadas com a infraestrutura ferroviária;
- As demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

Em 2008 os Estatutos da REFER foram republicados, através do Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de julho, o qual entrou em vigor em 23 de julho. Este Decreto-Lei vem alterar e republicar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional - REFER, EP, e os respetivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado.

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, EP, é transformada em Entidade Pública Empresarial com a designação Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE **com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, estando sujeita à tutela dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo setor dos transportes.**

A REFER tem como Missão:

**“Proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, respeitando o meio ambiente.”**

E como Visão:

**“A REFER será uma referência europeia na gestão eficaz e sustentável da infraestrutura ferroviária”.**

Considerando as linhas orientadoras para o triénio enunciadas 2013-2015 no Plano de Atividades para 2013, o Conselho de Administração da REFER definiu os seguintes objetivos de referência:

- Aumentar os rendimentos operacionais;
- Reduzir os gastos operacionais;
- Assegurar a sustentabilidade financeira da Empresa;
- Assegurar a manutenção de adequados padrões de qualidade, fiabilidade e segurança.

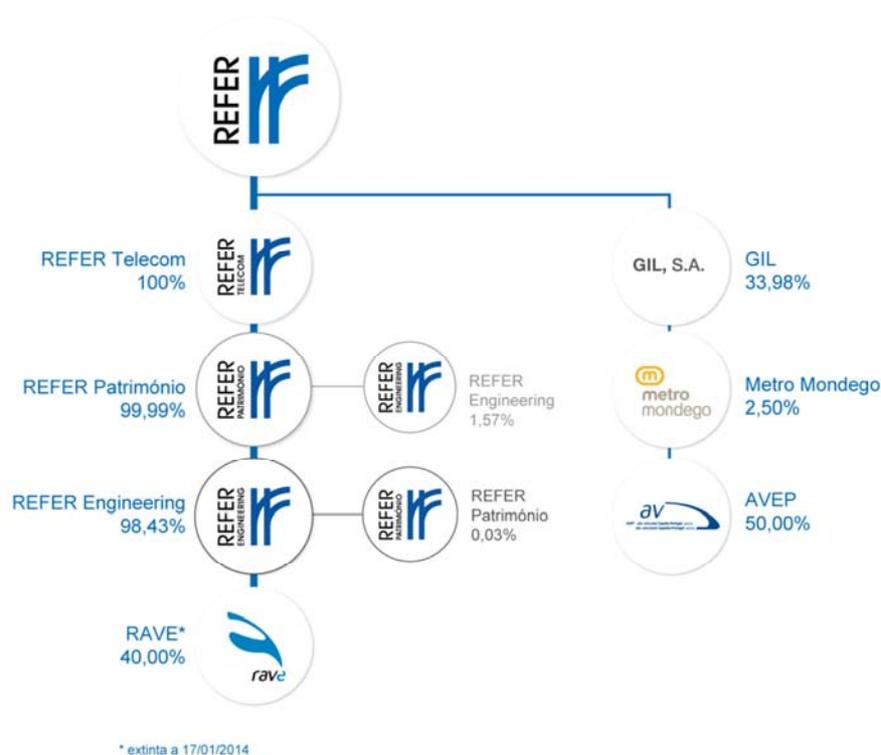
## II. ESTRUTURA DE CAPITAL

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Encontra-se sujeita à tutela do Ministério das Finanças e Ministério da Economia e Emprego, e foi constituída pelo Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril, o seu capital social tem a forma jurídica de “Capital Estatutário”, integralmente detido pelo Estado Português, não sendo assim expresso por ações ou qualquer outro tipo de títulos.

Em 31 de dezembro o seu capital estatutário é de 451 200 000 euros.

### III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

1. A REFER detém participação nas seguintes empresas:



A REFER detém, em parcerias com outras entidades, não relevadas no organograma as seguintes participações:

**Acordo de Associadas da PSAT- Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos** entre EDP- Distribuição de ENERGIA, SA, PT-Comunicações SA, EDP - Renováveis Portugal, SA, EPAL- Empresa Pública de Águas Livres, SA, REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA e a REFER, EPE. Esta associação tem como objeto a promoção da segurança de ativos técnicos. O esforço financeiro de participação traduz-se no pagamento de uma quota mensal.

#### 6. Identificação dos Mecanismos Adotados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses

“Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Além disso, no início de cada mandato, e sempre que se justificar, tais membros devem declarar ao órgão de administração e

ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.”

A observância do regime de incompatibilidades e impedimentos dos gestores públicos, assim como a comunicação de todas as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha na empresa em que exerce funções, é assegurada através da entrega de Declaração de Incompatibilidade à Procuradoria-geral da República.

Assim, os elementos do Conselho de Administração entregaram as declarações previstas no nº 8 e 9 do Art.º 22º do Estatuto do Gestor Público e na Lei nº 4/83.

As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos do Conselho.

## IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### A. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Não aplicável

### B. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

1. Determinam os Estatutos da REFER, publicados através do decreto-lei nº 104/97, de 29 de abril, e republicados pelo decreto-lei nº 141/2008, de 22 de julho, que a administração da REFER, EPE, é exercida por um Conselho de Administração. A fiscalização é exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão.
2. O **Conselho de Administração** é composto por cinco a sete membros, nomeados e exonerados nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público.

O mandato dos membros do conselho de administração tem a duração de três anos, sendo renovável dentro dos limites previstos no Estatuto do Gestor Público, por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição ou declaração da cessação das mesmas.

O **Conselho Fiscal** é constituído por três membros efetivos e por um suplente, sendo um deles presidente.

Os membros do conselho fiscal são designados por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, por períodos de três anos, sendo estes renováveis até ao máximo de três vezes.

O **Revisor oficial de contas** é designado por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, tendo o mandato a duração de três anos, renovável por uma única vez.

Decorrido um período mínimo de dois anos sobre o termo do prazo da renovação, pode voltar a ser designado o mesmo revisor oficial de contas.

Os membros do Conselho de Administração foram eleitos em agosto de 2012, para o triénio 2012/2014, tendo o mesmo a seguinte composição:

#### Conselho de Administração

Mandato Início / Fim	Cargo	Nome	Designação		Nº Mandatos Exercidos na Sociedade
			Doc	Data	
2012/2014	Presidente do Conselho de Administração	Rui Lopes Loureiro	Resolução 37/2012	30 de agosto	1
2012/2014	Vice-Presidente do Conselho de Administração	José Luís Ribeiro dos Santos	Resolução 37/2012	30 de agosto	1
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	Alberto Manuel de Almeida Diogo	Resolução 37/2012	30 de agosto	1
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	José Rui Roque	Resolução 37/2012	30 de agosto	1
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	Amílcar Alvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	Resolução 37/2012	30 de agosto	1

Os elementos do Conselho de Administração são membros executivos do mesmo.

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração são os seguintes:

## 1.1. Administradores Executivos

### 1.1.1. Presidente CA

**ENG.º RUI LOPES LOUREIRO**

Data de Nascimento: 1951

#### **Formação Académica:**

1987: Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pelo Instituto Superior Técnico;

1976: Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica - Telecomunicações e Eletrónica pelo Instituto Superior Técnico;

1974: Pós-graduado em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Industrial de Lisboa (atual ISEL);

1974: Diplomado em Engenharia Eletromecânica pelo Instituto Industrial de Lisboa (atual ISEL).

#### **Atividade Profissional:**

ISQ – Reabilitação, SA (empresa de direito Angolano)

- Julho 2010 a agosto de 2012: Administrador residente (Luanda) e CEO;

ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade

- Julho 2010 a agosto de 2012: Assessor da Administração para o mercado Angolano;
- Fevereiro de 2009 a junho de 2010: Gestor do projeto de construção e arranque da estação de compressão de GNL a instalar no Carregado;

EGD – Engenharia, Gestão e Desenvolvimento, Lda.

- Fevereiro de 2007 a dezembro de 2010: Diretor de Projetos;

SIREME – Sociedade Industrial de Reparações e Manutenção de Equipamentos, Lda.

- Janeiro de 2006 a janeiro de 2007: Diretor-geral;
- Maio de 2004 a dezembro de 2005: Consultor para a área de Organização de Produção;

GOM – Gestão e Operações Metalomecânicas, SA.

- Janeiro de 2004 a maio de 2006: Administrador com os pelouros de Operações e Sistemas;

SOREFAME – Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA/ADtranz — ABB Daimler - Benz Transportation, SA/Bombardier Transportation Portugal, SA

- Dezembro de 2001 a março 2004: Diretor dos Serviços Técnicos na Bombardier Transportation Portugal, SA;
- Junho de 1999 a novembro de 2001: Diretor nacional da Unidade de Negócio/Produção de Metros Pesados na ADtranz — ABB Daimler - Benz Transportation, SA;
- Junho de 1997 a junho de 1999: Diretor dos Projetos Urbanos (Metros de Lisboa e Porto) na ADtranz — ABB Daimler -Benz Transportation, SA;
- Maio de 1996 a junho de 1997: Diretor do Projeto do Metropolitano de Lisboa na ADtranz — ABB Daimler -Benz Transportation, SA;

- Janeiro de 1993 a abril de 1996: Chefe do Grupo de Sistemas/Responsável de I&D da Divisão de Estudos Avançados na ADtranz — ABB Daimler -Benz Transportation, SA.;
- Junho de 1990 a junho de 1995: Coordenador Internacional do Projeto Comunitário BRITE/EURAM - TRINCOL - Advanced Design of Crash Fail-Safe Train Structures Under Service and Impact Conditions na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA.;
- 1990 a 1992: chefe do Departamento de Eletricidade e Eletrónica da Direção de Investigação na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA.;
- 1983 a 1990: Chefe do Serviço do Laboratório de Eletricidade e Eletrónica da Direção de Investigação e Desenvolvimento na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA.;
- 1979 a 1983: Especialista da Direção de Investigação e Desenvolvimento, na área de Eletricidade e Eletrónica na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA.;
- 1976 a 1979: Responsável do Serviço do Gabinete Técnico de Manutenção na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA.;
- 1973 a 1976: Responsável da Secção de Manutenção de Máquinas Ferramentas na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA.;

**Outras Atividades Profissionais:**

Junho de 1991 a dezembro 2010: Professor convidado do IST – Departamento de Engenharia Mecânica;

2004 a 2007: Professor convidado da Universidade Católica; responsável pela disciplina de Material Rolante do curso de Pós-Graduação em Engenharia Ferroviária;

Desde setembro 2007: Professor profissionalizado do ensino secundário no grupo 550 (Tecnologias de Informação e Comunicação).

1.1.2. Vice-Presidente do CA

Eng.º JOSÉ LUIS RIBEIRO DOS SANTOS

Data de Nascimento: 1958

**Formação académica:**

Licenciado em Engenharia Civil – Especialidade Vias de Comunicação pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

**Atividade Profissional:**

Ideias Intemporais Consultores, Lda.

- Desde janeiro de 2012: Gestor, tendo como principais atividades e responsabilidades a Consultadoria no âmbito da engenharia civil;

LMI - Lena Internacional e Lena Engenharia e Construções SGPS

- Março 2007 a dezembro 2011: Administrador, tendo como principais atividades e responsabilidades a Consultadoria no âmbito da engenharia civil;

Construtora Abrantina, SA.

- Agosto de 2009 a maio de 2011: Presidente do Conselho de Administração;

EP – Estradas de Portugal, SA.

- Janeiro 2006 a janeiro 2007: Assessor do Conselho de Administração;

RAVE – Rede de Alta Velocidade, SA.

- Janeiro de 2004 a dezembro de 2005: Administrador, tendo como principais atividades e responsabilidades o Ambiente, Planeamento, Gestão Contratual e Gestão das verbas aplicadas aos empreendimentos;

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Outubro 2003 a dezembro de 2003: Deputado;

IEP – Instituto de Estradas de Portugal

- Novembro de 2002 a setembro de 2003: Presidente do Conselho de Administração;

ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade

- 1997 a 1999: Administrador Executivo;

TRANSGÁS, SA.

- 1994 a 1997: Administrador Executivo;

GOVERNO CIVIL DE SANTARÉM

- 1991 a 1994: Governador Civil de Santarém;

JAЕ – Junta Autónoma de Estradas

- 1986 a 1991: Diretor Adjunto das Estradas do Distrito de Santarém;
- Até 1986: Técnico Responsável pela Construção de Estradas e Pontes do Distrito de Santarém.

#### **Outras Atividades Profissionais:**

Consultor como profissional liberal.

### 1.1.3. Vogal do CA

**DR. ALBERTO MANUEL DE ALMEIDA DIOGO**

Data de Nascimento: 1964

**Formação académica:**

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, em 1989, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

**Atividade Profissional:**

REFER – Rede Ferroviária Nacional, EPE

- Setembro de 2009 a agosto de 2012: Diretor Coordenador de Economia e Finanças;
- Outubro de 2003 a setembro de 2009: Diretor de Economia e Finanças;
- Janeiro de 2003 a outubro de 2003: Responsável pelo Núcleo de Estudos Económicos na Direção de Economia e Finanças;
- Junho de 2002 a janeiro de 2003: Responsável pelo Núcleo de Controlo de Gestão na Direção de Economia e Finanças;
- Dezembro de 2001 a maio de 2002: Adjunto do Diretor de Economia e Finanças;

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA.

- Maio de 2001 a novembro de 2001: Diretor do Gabinete de Controlo de Gestão;
- 1996 a 2001: Responsável pelo Planeamento e Controlo de Gestão na Direção Financeira;
- 1993 a 1996: Responsável Área de Contabilidade do Grupo Oficial do Entroncamento;

### 1.1.4. Vogal do CA

**DR. JOSÉ RUI ROQUE**

Data de Nascimento: 1959

**Formação académica:**

1995: Pós Graduação em Análise e Investimento Imobiliário pelo ISCTE;

1993: Pós-graduação em Ciências Europeias pela Universidade Católica Portuguesa;

1985: Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

**Atividade Profissional:**

RTP – Rádio e Televisão de Portugal, SA.

- Setembro 2007 a agosto de 2012: Especialista tendo desempenhado funções na Direção de Engenharia de Infraestruturas; Direção de Património Contabilidade e Finanças e Direção de Sistemas de Informação;

SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA.

- Novembro de 2004 a setembro de 2007: Administrador executivo com os pelouros da Gestão Financeira e Recursos Humanos;

EMEL - Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa, EM

- Junho de 2002 a novembro de 2004: Diretor Financeiro e Administrativo;

RDP - Radiodifusão Portuguesa, EP

- Outubro de 1988 a junho de 2002: Especialista, tendo desempenhado funções de Chefe de Departamento Financeiro; Assessor do Diretor Financeiro; Diretor Financeiro e Coordenador do Gabinete de Auditoria Interna;

MUNDINTER, SA.

- Novembro de 1987 a abril de 1988: Especialista;

PINTO e ORISIA, Lda.

- Janeiro de 1982 a abril de 1985: Colaborador;

**Outras Atividades Profissionais:**

2002: Formador do Instituto de Formação Bancária.

1.1.5. Vogal do CA

Eng.º **AMÍLCAR ÁLVARO DE OLIVEIRA FERREIRA MONTEIRO**

Data de Nascimento: 1954

**Formação académica:**

2001: Curso Geral de Gestão, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa;

1981: Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico.

**Atividade Profissional:**

FERCONSULT, SA

- 2010 a 2012: Assessor do Conselho de Administração;
- 2007 a 2010: Vogal do Conselho de Administração;

- 2005 a 2007: Assessor do Conselho de Administração e Assessor do Diretor Geral e Diretor da Área de Coordenação e Fiscalização de Obras;

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

- 2003 a 2005: Vogal do Conselho de Administração;

MARMA – Manutenção e Gestão de Equipamentos e Infraestruturas, Lda.

- 2002 a 2003: Gerente;

CONSULGAL, SA

- 2002 a 2003: Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios;

DHV SGPS, SA e DHV CEM – Construção, Exploração e Manutenção, Lda.

- 1998 a 2002: Vice-presidente e Gerente respetivamente;

FBO Consultores, SA

- 1994 a 2001: *Business Unit Manager*;

SISÁQUA - Consultores de Saneamento Básico, Lda.

- 1992 a 1994: Gerente;

MOTTCONSULT – Consultores de Engenharia, Lda.

- 1992 a 1994: Diretor de Projetos;

CONSULGAL - Organização e Gestão de Projetos Industriais, Lda.

- 1988 a 1994: Engenheiro no Departamento de Estudos e Diretor do Departamento de Estudos;

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- 1986 a 1988: Coordenador dos investimentos de infraestruturas marítimas e portuárias na Direcção-Geral de Portos;

GABINETE DA ÁREA DE SINES

- 1985 a 1986: Chefe de Divisão da Direcção de Planeamento e Administração do Património;
- 1980 a 1985: Engenheiro Fiscal na Direcção dos Serviços de Fiscalização e Obras.

7. Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela.

O Conselho de Administração, no âmbito das suas competências, delibera sobre:

- Os objetivos, estratégias e políticas de gestão da empresa

- Os planos de atividades e os planos de investimentos e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentos anuais, submetendo-os à aprovação do ministro das Finanças e do ministro da tutela;
- Apresentação ao ministro das Finanças e ao ministro da tutela, até 31 de março de cada ano, dos documentos de prestação de contas anuais, acompanhados do parecer da comissão de fiscalização, com referência a 31 de dezembro do ano anterior;
- Gestão dos negócios da empresa e das operações relativas à prossecução do respetivo objeto;
- Contração de empréstimos ou outras formas de financiamento, desde que previstos nos planos de investimentos e financiamentos aprovados podendo, para o efeito, constituir garantias, ónus ou encargos sobre bens e direitos do domínio privado da empresa;
- Requisição às autoridades competentes de providências de expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e estabelecimento de limitações ao uso de prédios ou de zonas de proteção e de exercício de servidões administrativas;
- A organização técnico-administrativo da empresa e as normas de funcionamento interno, bem como as relativas ao pessoal, sem prejuízo dos direitos emergentes das convenções coletivas de trabalho;
- Designação e exoneração dos responsáveis da estrutura orgânica da empresa;
- A participação da empresa no capital de outras empresas ou sociedades.

Em 2013 o Conselho de Administração efetuou 46 reuniões com periodicidade semanal.

Mês	Número de reuniões
Janeiro	5
Fevereiro	4
Março	4
Abril	3
Maió	5
Junho	3
Julho	3
Agosto	2
Setembro	4
Outubro	5
Novembro	4
Dezembro	4
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>

Os membros do Conselho de Administração da REFER, em 31 de dezembro de 2013, faziam parte dos Conselhos de Administração das empresas do grupo:

Nome	Cargo REFER	Empresa	Cargo
Rui Lopes Loureiro	Presidente	REFER Telecom	Presidente
		REFER Patrimonio	Presidente
		REFER Engineering	Presidente
José Rui Roque	Vogal	REFER Telecom	Vogal
		REFER Patrimonio	Vogal
Amílcar Alvaro Monteiro	Vogal	REFER Engineering	Vogal
José Luis Ribeiro dos Santos	Vogal	REFER Telecom	Vogal
		REFER Patrimonio	Vogal
Alberto M. de Almeida Diogo	Vogal	REFER Engineering	Vogal

Nos termos dispostos nos artigos 18º e 30º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro, é obrigatória a celebração de contrato de gestão nas empresas públicas, nos quais se devem definir as formas de concretização das orientações impostas pelo artigo 11º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação, os parâmetros de eficiência da gestão, os objetivos específicos e os valores das componentes remuneratórias consideradas, bem como os prémios de gestão passíveis de atribuição no final do exercício ou do mandato.

### C. FISCALIZAÇÃO

- Determinam os estatutos da empresa que a fiscalização seja exercida por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão.

“Os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa.”

### **Conselho Fiscal**

“Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei:

- a) Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da empresa, tendo em vista nomeadamente, a realização dos objetivos fixados nos orçamentos anuais;
- b) Emitir pareceres sobre os documentos de prestação de contas da empresa, designadamente de resultados, da conta de exploração e dos restantes elementos a apresentar anualmente pelo Conselho de Administração, bem como o relatório anual do referido conselho;
- c) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa que seja submetido à sua apreciação pelo Conselho de Administração;
- d) Dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da empresa;
- e) Pronunciar-se sobre a legalidade e conveniência dos atos do Conselho de Administração nos casos em que a lei exigir a sua aprovação ou concordância.”

### **Revisor Oficial de Contas**

“Compete ao Revisor Oficial de Contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal de contas, bem como exercer as seguintes funções:

- a) Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- c) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- d) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela empresa conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Trimestralmente, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas devem enviar aos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes um relatório sucinto que refira os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação aos orçamentos e respetivas causas.

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição a 31 de dezembro de 2013:

#### Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº Mandatos Exercidos na Sociedade
Início / Fim				
2012/2014	Presidente do Conselho Fiscal *	Carlos António Lopes Pereira	Despacho Conjunto	1
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Miguel do Nascimento Ventura	Despacho Conjunto	1
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Manuel Mota C. Grilo	Despacho Conjunto	1
2012/2014	Vogal Suplente	Maria Isabel Louro Caria Alcobia	Despacho Conjunto	1

\* renunciou ao cargo em janeiro 2014

#### Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação	Estatuto
Início / Fim			Doc	Remuneratório Fixado (mensal)
2012/2014	Presidente do Conselho Fiscal *	Carlos António Lopes Pereira	Despacho Conjunto	1.602,37 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Miguel do Nascimento Ventura	Despacho Conjunto	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Manuel Mota C. Grilo	Despacho Conjunto	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Suplente	Maria Isabel Louro Caria Alcobia	Despacho Conjunto	1.201,78 €

\* renunciou ao cargo em janeiro 2014

2. Os elementos curriculares dos membros do Conselho Fiscal são os seguintes:

**Presidente Conselho Fiscal** - renunciou ao mandato em janeiro de 2014.

**Vogal do Conselho Fiscal - Pedro Manuel Mota Carecho Grilo**

Data de Nascimento: 1966

#### Formação académica:

1997 e 1999: Conclusão da Parte Escolar do MBA da Universidade Nova de Lisboa;

1984 a 1989: Licenciatura em Economia na Universidade Católica Portuguesa;

1983: Realização do "First Certificate".

#### Atividade Profissional:

- 2004 - Técnico Superior da Divisão de Garantias e Empréstimos;
- 1996 a 2004 – Técnico Superior da Divisão de Coordenação Orçamental e Bonificações;
- 1992 a 1996 – Técnico Superior da área da Dívida Pública da DGTF;
- 1992 - Técnico Superior do Gabinete de Estudos da DGFT;
- 1992 - Ingresso na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);

- 1989 a 1990 – Estágio na área da concessão de crédito do Banco de Fomento e Exterior.

### **Vogal do Conselho Fiscal - Pedro Miguel Nascimento Ventura**

**Data de Nascimento: 1970**

#### **Formação académica:**

1997 - Licenciatura em Direito, pela Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões

1998 - Curso de Especialização em Ciências Jurídico-Económicas pela Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões

2000 - Estágio Advocacia concluído – Ordem dos Advogados

2001 - CENFOP - O regime de Contratação Pública

2002 - Conferforum - Regime Jurídico de Emprego na Administração Pública

2003 - Global Estratégias – Consultoria formação e *e-Learning* – Workshop de resolução de dúvidas – “o Novo Código Laboral”

2004 – Instituto Nacional da Administração – Seminário de Alta Direção

2008 - Centro de Estudos e de Formação Profissional - Código dos Contratos Públicos – O Novo Regime da Contratação Pública

2008 - Instituto Nacional da Administração, I.P. - O Novo Regime da Contratação Pública

#### **Atividade Profissional:**

##### **INSTITUTO PORTUGUÊS DA DROGA E TOXICODEPENDÊNCIA**

Janeiro de 2000 - Junho de 2002 - Assessor Jurídico

Prestação de serviços de assessoria jurídica, designadamente:

- Elaboração de diplomas legais relativos ao financiamento estatal de associações sem fins lucrativos relacionadas com as áreas de atribuição do IPDT;
- Negociação e elaboração de contratos e protocolos de parceria;
- Negociação e elaboração de protocolos nacionais e internacionais;
- Elaboração de regulamentos internos e propostas ministeriais;
- Preparação de cadernos de encargos e programas de concursos públicos;

- Elaboração de contratos, assim como o acompanhamento jurídico dos respetivos júris e comissões relativas ao regime jurídico de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços;
- Acompanhamento de processos administrativos referentes a recursos hierárquicos e contenciosos, bem como a instrução de processos de natureza disciplinar.

Julho de 2002 - Julho de 2004 - Responsável do Gabinete de Estudos Jurídicos no Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP

#### MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Agosto de 2004 - Março de 2005 - Adjunto do Ministro - Gabinete do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança.

#### INSTITUTO PORTUGUÊS DA DROGA E TOXICODPENDÊNCIA

Abril de 2005 - Dezembro de 2005 - Responsável do Gabinete Jurídico, equiparado a Diretor de Serviços.

#### CIG – PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Desde Janeiro de 2006 - Assessor jurídico na CIG - Presidência do Conselho de Ministros, mediante contrato de cedência ocasional, posteriormente mediante o regime de mobilidade interna, tendo ingressado no mapa de pessoal através de procedimento concursal interno.

#### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Desde Agosto de 2011 - Ministério das Finanças - Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças

#### PARPÚBLICA, SGPS

Desde novembro de 2011 - Administrador.

#### CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, SA.

Agosto 2013 – Novembro 2013 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral

#### REFER – REDE FERROVIARIA NACIONAL, EPE

Desde Maio de 2013 - Vogal do Conselho Fiscal

## D 1. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

### **Presidente (ROC)**

Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda.

## Vogal da Comissão de Fiscalização

Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira

Remuneração Exercício Comissão Fiscalização 950,51 € (12 vezes por ano)

Suspendeu a remuneração em 2011.

## D2. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Por Despacho da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, foi fixado para o triénio 2012-2014 que a remuneração anual ilíquida será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da empresa e o respetivo Revisor Oficial de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses de remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa.

Ao valor mensal determinado será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º9 do artigo 27.º da lei n.º66-B/2012 de 31 dezembro.

### Revisor Oficial de Contas

Mandato Início / Fim	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)	N.º Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc	Data	Limite Fixado	
2012/2014	SROC	Sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC n.º 44, representada pelo seu sócio Pedro Matos Silva	SROC n.º 44	Despacho Conjunto	13-nov-2013	19.510,20 €	1

## V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

Em 2008 os Estatutos da REFER foram republicados, através do Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de julho, o qual entrou em vigor em 23 de julho. Este Decreto-Lei vem alterar e republicar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional - REFER, EP, e os respetivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado.

## B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Durante o ano de 2013 foi decidido implementar um conjunto de medidas relevantes que vieram reforçar e demonstrar a importância que a REFER tem atribuído aos mecanismos de controlo interno e à gestão de riscos.

Destacam-se duas dessas medidas: o Plano do Grupo 2014-16 e a aprovação do novo modelo organizacional que, de forma alinhada, dão suporte aos objetivos estratégicos planeados.

No Plano do Grupo constam dois objetivos diretamente relacionados com esta questão:

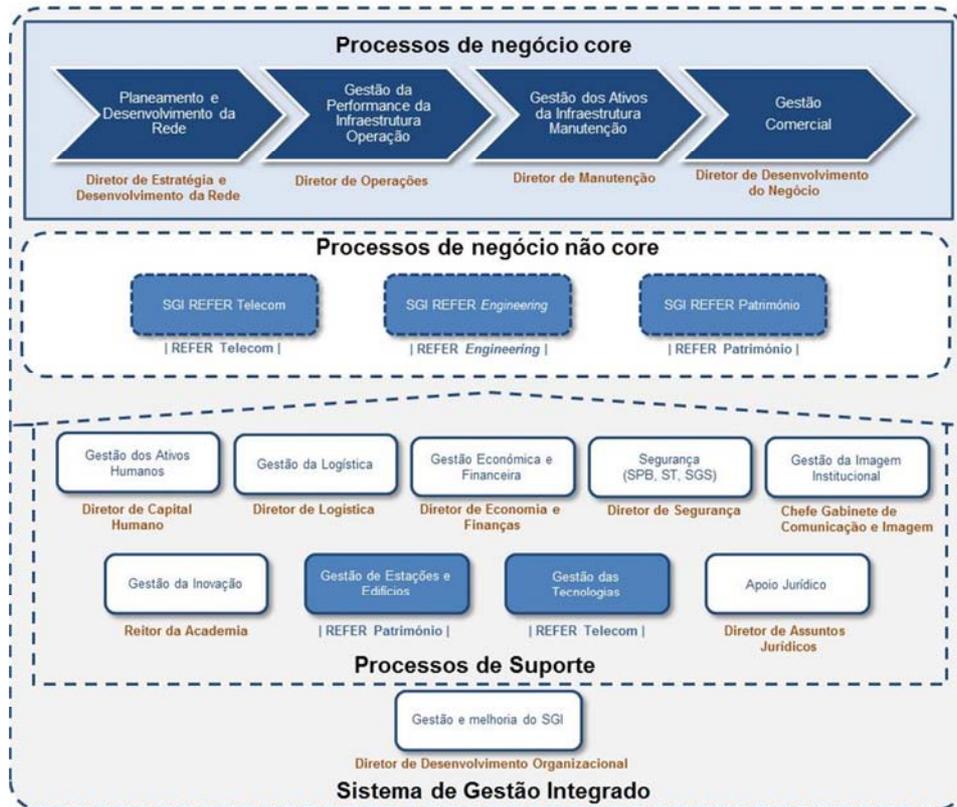
- Implementação de um sistema de gestão integrado (SGI).
- Implementação de um sistema de controlo de gestão.

### **Sistema de Gestão Integrado**

No âmbito do SGI, foram identificados os principais processos do Grupo (macro processos) e definidos os respetivos parâmetros: indicadores de desempenho, riscos, atividades, entradas, saídas, responsabilidades.

No novo modelo organizacional, não só foi contemplado um Processo cuja finalidade é a implementação, gestão e melhoria do SGI, como se nomearam Gestores e se identificaram Delegados, para cada macroprocesso.

**Sistema de Gestão Integrado: Processos e Gestores - GRUPO REFER**



O controlo do desempenho dos processos será feito trimestralmente, tendo a primeira Reunião de Controlo de Processos (RCP) decorrido em dezembro de 2013.

São parte integrante do SGI – agora em fase de revisão - normativos internos, instruções técnicas e ordens de trabalho que identificam procedimentos, responsabilidades e mecanismos de controlo interno adotados, encontrando-se disponíveis para consulta no portal interno da empresa. A revisão desta regulação interna será feita de forma sistemática no âmbito do controlo dos processos.

O mesmo se pode referir quanto ao sistema integrado de informação (ERP) – SAP e aplicações informáticas de apoio à atividade que abrangem as áreas de recursos humanos, financeira, aprovisionamento, manutenção, vendas e contratação pública, com mecanismos de segurança ao nível de acessos e de processos decisórios.

Com a implementação do SGI, iniciou-se uma nova abordagem à gestão de riscos, com a identificação dos riscos por macroprocesso e respetiva classificação quanto a impacto e probabilidade de ocorrência.

Esta abordagem será aprofundada em 2014, visando a aplicação generalizada do modelo previsto suportados por modelos internacionalmente reconhecidos, nomeadamente, a norma ISO 31000.

Será com base nesse trabalho que se continuará a dar resposta à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, que veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano.

### **Controlo de gestão**

Para além de ser um dos dez objetivos do Grupo, a implementação de um modelo de controlo de gestão foi suportada na nova organização pela criação de uma unidade orgânica específica, integrada na Direção de Economia e Finanças e pela designação de *controllers* para cada Direção (âmbito REFER e participadas).

O trabalho dos *controllers* inclui a elaboração e controlo dos orçamentos de gastos (exploração e investimento) e rendimentos, realização do controlo financeiro dos contratos e projetos, produção de informação de reporting, entre outras atividades, realizadas em estreita articulação com os Delegados dos processos.

Este novo modelo introduz e garante uma prática sistemática e mais aprofundada de controlo de gestão e consequente desempenho da organização.

## **C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS**

No âmbito da sua atividade a REFER rege-se pelos seguintes regulamentos:

- **Constituição da República Portuguesa** - VII Revisão Constitucional no seu art.º 84 consagra as linhas férreas nacionais como Domínio Público.
- **Lei n.º 10/90, de 17 de março** - com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril, Decreto-lei n.º 380/2007, de 13 de novembro e Decreto-Lei 43/2008, de 10 de março, aprova a lei de bases do sistema de transportes terrestres.
- **Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril** cria a REFER, E.P., foi alterado e republicado, pelo Decreto-Lei 141/2008, de 22 de julho, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado. Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER EP é transformada em entidade pública empresarial com a designação Rede Ferroviária Nacional, REFER, EPE. Este diploma foi, ainda, alterado pelo Decreto-Lei n.º 394/98, de 15 de dezembro, Decreto-Lei n.º 270/03, de 28 de outubro, Decreto-Lei n.º 95/2008, de 6 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de outubro**, que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário e de gestão da infraestrutura ferroviária, com as alterações do Decreto-Lei n.º 146/2004, de 17 de junho, Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho, Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 62/2010, de 9 de junho, e Decreto-Lei n.º 27/2011, de 17 de fevereiro.
- **Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro**, com as alterações do Decreto-Lei n.º 29-A/ 2011, de 1 de março, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização,

desafetação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens.

- **Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro** consagra o Regulamento de Passagens de Nível, foi alterado pelo Decreto-Lei 24/2005, de 26 de janeiro e Decreto-Lei 77/2008, de 29 de abril.
- **Código dos Valores Mobiliários**, bem como os **Regulamentos da CMVM n.º 5/2008** no que se refere a deveres de informação enquanto emitente de valores mobiliários e **11/2005** que se refere à adoção das IFRS.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de maio**, define, a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.
- **Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de abril** - aprova a lei orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, que tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento do setor de transportes terrestres. Este diploma foi revogado em finais de 2012 pelo Decreto-Lei 236/12, de 31 de outubro que aprova a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes IP.
- **Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - com as alterações da Lei n.º 31/2008, de 17 de julho** aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas.
- **Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março** - aprova o novo estatuto do **Gestor Público**, o qual foi modificado pela **Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro** e pelo **Decreto-Lei n.º 8/12 de 18 janeiro**.
- **Decreto-Lei n.º 280/2007, de 27 de agosto** – estabelece o regime jurídico do património imobiliário público. Foi alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.
- **Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro** e legislação complementar - aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo. Este diploma foi alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º 278/2009, 2 de outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008** - aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas que tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.
- **Decreto-Lei n.º 58/2008, de 26 de março** - estabelece o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros e bagagens, volumes portáteis, animais de companhia, velocípedes e outros bens.
- **Decreto-Lei n.º 143-A-2008, de 25 julho** - estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no

âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

- **Portaria n.º 701-D/2008, de 29 de julho**, aprova o modelo de dados estatísticos a remeter pelas entidades adjudicantes à Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, ou ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP, consoante o caso, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 472.º do Código dos Contratos Públicos.
- **Portaria n.º 959/2009, de 21 de agosto** - é aprovado o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos de empreitada de obras públicas.
- **Resolução Conselho Ministros n.º1/2011 de 4 janeiro** - estabelece a aplicação das normas de redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente publico.
- **Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março** - estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2011.
- **Lei n.º 22/2011, de 20 de maio** - procede à quinta alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, conferindo nova redação ao artigo 2.º, nos termos do qual se considera a REFER, EPE integrada no Setor Público Administrativo como Fundo e Serviço Autónomo.
- **Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro** - procede à sexta alteração à lei do enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adotar até 2015 em matéria de enquadramento orçamental.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro** - define o plano estratégico dos transportes.
- **Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro** - aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015.
- **Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro** - aprova a estratégia e os procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respetiva implementação até 2015.
- **Lei n.º 8/2012, de 21 fevereiro, com as alterações da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro** - aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.
- **Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, com as alterações da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro** - regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.
- **Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as alterações da Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro** – estabelece os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012 e à operacionalização da prestação de informação.
- **Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto**, o qual institui um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas.

- **Resolução do Conselho de Ministros nº. 3/2012, de 9 de janeiro** - revoga os contratos de *Regime Transitório de Financiamento da Prestação de Serviço Público*, celebrados em 24 de março de 2011 entre o Estado e a REFER.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº. 16/2012, de 14 de fevereiro** - aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº. 36/2012, de 26 de março - com as alterações da RCM 97/2012 de 21 de novembro, RCM 45/2013, de 19 de julho e RCM 48/2013, de 29 de julho** - aprova classificações atribuídas, nos termos das RCM nº 16/2012 e 18/2012, às empresas públicas que se encontram sob a tutela sectorial de cada ministério, sendo atribuída à REFER a classificação “A” e às subsidiárias a classificação “C”.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº. 37/2012, de 30 de agosto** - designa novos membros do Conselho de Administração da REFER, EPE
- **Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro** - estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial.

## Código Ética

A REFER foi uma empresa pioneira na elaboração e implementação de um Código de Ética e de Conduta que se constituísse como um referencial válido sobre os princípios que orientam e constituem a sua base de atuação.

Com efeito, este documento permite dar a conhecer, de forma inequívoca, o conjunto dos valores preconizados, vividos e exigidos pela Empresa, fomentando relações crescentes de confiança mútua com todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores, entidades públicas e, de uma forma geral, com as comunidades a quem a REFER presta, direta ou indiretamente, os seus serviços.

O Código prevê também a existência de uma Comissão de Ética cuja missão é o acompanhamento, implementação e divulgação do Código. A Comissão de Ética é composta por cinco pessoas e exerce as suas funções com isenção, autonomia, independência e sem vínculo hierárquico.

Isto permite uma permanente monitorização das atividades da Empresa, procurando que estas sejam sempre adaptadas à luz do consagrado no Código de Ética e de Conduta.

A ética é, assim, um compromisso da REFER que se reflete em todos e cada um dos seus colaboradores.

O código de Ética e de Conduta poderá ser consultado em [www.refer.pt](http://www.refer.pt).

Qualquer pessoa ou entidade pode dirigir-se à Comissão de Ética através do endereço eletrónico [1comissao.etica@refer.pt](mailto:1comissao.etica@refer.pt)

## D. SÍTIO DE INTERNET

### Informação a constar no Site da Empresa

	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	√			<a href="http://www.refer.pt">www.refer.pt</a>
Historial, Visão, Missão e Estratégia	√			
Organigrama	√			
<b>Orgãos Sociais e Modelo de Governo:</b>				
Identifica dos órgãos sociais	√			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	√			
Identificação de comissões existentes na sociedade	√			
Identificar sistemas de controlo de riscos	√			
Remuneração dos órgãos sociais	√			
Regulamentos Internos e Externos	√			
Transacções fora das condições de mercado	√			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	√			
<b>Código de Ética</b>	√			
<b>Relatório e Contas</b>	√			
<b>Provedor do cliente</b>	√			

## VI. REMUNERAÇÕES

### A. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é regulada pelo Estatuto do Gestor Público publicado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 28 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro; conjugado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro que aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos e com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, que aprova as classificações atribuídas às empresas públicas que se encontram sob a tutela sectorial de cada ministério (foi atribuída à REFER, EPE a classificação correspondente ao nível A).

## B. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

### Conselho de Administração

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas representação	Identificar Entidade	Pagadora
Rui Lopes Loureiro	sim	A	5.722,74 €	2.289,10 €	n.a.	n.a.
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	A	5.150,47 €	2.060,19 €	n.a.	n.a.
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	A	4.578,19 €	1.831,28 €	n.a.	n.a.
José Rui Roque	sim	A	4.578,19 €	1.831,28 €	n.a.	n.a.
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	A	4.578,19 €	1.831,28 €	n.a.	n.a.

Os valores mensais apresentados referem-se aos valores resultantes da aplicação do Estatuto do Gestor Público. Dado que do mesmo Estatuto não pode resultar, um aumento da remuneração efetivamente paga aos respetivos gestores, mantêm-se as remunerações globais fixadas para o mandato 2009-2011, conforme quadro infra:

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas representação	Identificar Entidade	Pagadora
Rui Lopes Loureiro	sim	A	5.722,74 €	1.503,26 €	n.a.	n.a.
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	A	5.150,47 €	1.534,53 €	n.a.	n.a.
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €	n.a.	n.a.
José Rui Roque	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €	n.a.	n.a.
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €	n.a.	n.a.

### Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação	Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
Início / Fim			Doc	
2012/2014	Presidente do Conselho Fiscal *	Carlos António Lopes Pereira	Despacho Conjunto	1.602,37 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Miguel do Nascimento Ventura	Despacho Conjunto	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Manuel Mota C. Grilo	Despacho Conjunto	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Suplente	Maria Isabel Louro Caria Alcobia	Despacho Conjunto	1.201,78 €

Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)	Nº Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc	Data	Limite Fixado	
2012/2014	SROC	Sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC n.º 44, representada pelo seu sócio Pedro Matos Silva	SROC n.º 44	Despacho Conjunto	13-nov-2013	19.510,20 €	1

## C. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Outra (Subs Deslocação)	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução Anos Anteriores	Bruta Após Reduções
Rui Lopes Loureiro	n.a.	98.157,02 €	3.568,58 €	4.907,81 €	9.324,90 €	n.a.	83.924,31 €
José Luís Ribeiro dos Santos	n.a.	90.520,87 €	2.876,92 €	4.526,04 €	8.599,50 €	n.a.	77.395,33 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	n.a.	84.840,31 €	0,00 €	4.241,94 €	8.059,85 €	n.a.	72.538,52 €
José Rui Roque	n.a.	84.840,31 €	0,00 €	4.241,94 €	8.059,85 €	n.a.	72.538,52 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	n.a.	84.840,31 €	1.473,55 €	4.241,94 €	8.059,85 €	n.a.	72.538,52 €

Nome	Benefícios Sociais (€)						
	Sub. Refeição	Regime Proteção Social		Seguro Saúde	Seguro Vida	Seguro Acid Pessoais	Outros
		Identificar	Valor				
Rui Lopes Loureiro	1.740,00 €	Seg. Social	16.661,39 €	348,23 €	-	4,95 €	0,00 €
José Luís Ribeiro dos Santos	1.746,96 €	Seg. Social	16.429,02 €	348,23 €	-	4,95 €	0,00 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	2.074,08 €	Seg. Social	17.312,42 €	348,23 €	-	4,95 €	0,00 €
José Rui Roque	2.088,00 €	Seg. Social	16.196,65 €	348,23 €	-	4,95 €	0,00 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	2.011,44 €	Seg. Social	16.196,65 €	348,23 €	-	4,95 €	500,00 €

## VII. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Empresa	Descrição da Transação	Montante
REFER TELECOM-Serviços de Telecomunicações, S.A.	Investimentos e Fornecimentos e Serviços	24 741 348
	Prestação de serviços	-3 266 338
	Ganhos em subsidiárias	- 2 200 000
	<b>Total</b>	<b>19 275 010</b>
REFER Engineering, S.A.	Investimentos e Fornecimentos e Serviços	4 569 466
	Prestação de serviços	-1 066 819
	<b>Total</b>	<b>3 502 647</b>
REFER Património, S.A.	Investimentos e Fornecimentos e Serviços	64 274
	Prestação de serviços	-5 858 759
	<b>Total</b>	<b>-5 794 485</b>

### INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

A partir de 30 de julho de 2008 a REFER, EPE passou a estar abrangida pelo novo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. O CCP, ao regular a matéria da contratação pública, efetua a transposição das diretivas comunitárias n.º 2004/17 e 2004/18 (ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004), definindo as regras até agora dispersas pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março (empreitadas de obras públicas);
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aquisições de bens e serviços);
- Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de agosto (empreitadas e aquisições no âmbito dos sectores especiais);
- Vários outros diplomas e preceitos avulsos relativos à contratação pública.

Em 2011 o Conselho de Administração deliberou sobre a constituição de um Grupo de Trabalho permanente para a Contratação Pública o qual tem por objetivo, nomeadamente, proceder à atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo quer decorrentes de alterações legislativas quer de alterações que melhor se adequem às finalidades da Empresa.

A relação das transações efetuadas em 2013, que ocorreram fora das condições de mercado, consta do Anexo I ao presente capítulo.

O quadro seguinte apresenta a lista de fornecedores cujos fornecimentos à REFER, ultrapassaram, em 2013, um milhão de euros:

[euros]	
<b>Empresa</b>	<b>Valores Facturados em 2013</b>
Refer Telecom Serv Telecomunicações, S.A	17 312 656
Mota - Engil, Engenhar e Construção, S.A.	11 293 480
THALES PORTUGAL, SA	10 359 307
Siemens Rail Automation, SA	8 714 884
EDP Comercial	6 144 977
Grupo 8-Vigilância Prev Electr, Lda	5 840 065
CP-Comboios de Portugal, E.P.E	5 290 641
Fergrupo - Const Tecnicas Ferroviárias, S.A.	5 120 371
Somafel - Eng.Obras Ferroviárias	4 693 893
Futrifer-Indústrias Ferroviárias	4 047 952
Endesa Energia, S.A.	3 558 310
Neopul - Soc Estudos Construções, S.A.	3 550 127
IMT - Instituto Nacional	2 942 244
Satepor-Indústria de Travessas de Betão, S.A	2 547 747
REFER ENGINEERING, SA	1 988 181
GSET - Global, Serv. e Engenharia	1 622 384
João Mata Lda	1 540 745
ArcelorMittal Espanha, S.A.	1 418 193
EDP Serviço Universal, S.A.	1 361 959
Petróleos de Portugal-Petrogal	1 216 578
RAILTECH PORSOL	1 178 516
GIL - Gare Intermodal de Lisboa	1 034 886

Nota: Valores com IVA incluído

## VIII. ANÁLISE SUSTENTÁVEL DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Informação detalhada ver relatório de sustentabilidade 2013.

## IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A REFER cumpre as regras e obrigações de divulgação sobre as práticas de governo societário nos termos do artigo 245.<sup>o</sup>-A do Código dos Valores Mobiliários aplicável às entidades emitentes de valores imobiliários no mercado regulamentado.

## ANEXOS

(Anexo ao capítulo Informação sobre Outras Transações)

- ANEXO I**    CONTRATOS QUE NÃO OCORRERAM EM  
                  CONDIÇÕES DE MERCADO (AJUSTE DIRETO)
- ANEXO II**    EMPREITADAS DE VALOR SUPERIOR A 250 MIL  
                  EUROS
- ANEXO III**    AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VALOR SUPERIOR A  
                  250 MIL EUROS

## ANEXO I CONTRATOS QUE NÃO OCORRERAM EM CONDIÇÕES DE MERCADO (AJUSTE DIRETO)

Processo	Objeto	Tipo de Contrato	Tipo de Processo	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5010012939	Automatização de 8 Passagens de Nivel	Empreitadas	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas	2013-12-20	882.275
5010013063	Serviços de Rede Privativa de Voz	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-12-30	270.000
5010012615	Serviços de Telecomunicações 2013/2016	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-03-08	36.698.405
5110000859	Prestação serviços soldadura	Prestação de Serviços	Adicional	RAILTECH PORSOL	2013-01-07	763.420
5010009597	Sinalização Olhão/VRSA	Empreitadas	Ajuste Directo	Dimetronic SA	2013-03-11	1.799.424
5010011880	Aq. Conexões Indutivas	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas	2013-05-22	377.997
5010012667	Serv VH Abr a Dez 2013	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2013-04-10	3.144.996
5010013302	Prest. serv. ativ. produção logíst. CLE	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	RAILTECH PORSOL	2013-09-17	303.200
5110001021	16.ªadic.Barcarena-Cacém	Empr. Preço Global	Adicional	Edifer-Const.Pres Coelho	2013-03-04	569.784
5010015400	Transferência de Ativos de F.O. REFER Te	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-12-12	9.724.371
5010014396	Prest. Serv. Assessoria Técnica Eng.	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER ENGINEERING, SA	2013-12-18	2.399.999
5110001128	5ª Adicional do contrato n.º 5557	Prestação de Serviços	Adicional	REFER ENGINEERING, SA	2013-11-20	320.132
5110001060	4ª Adicional do contrato n.º 5557	Prestação de Serviços	Adicional	FERBRITAS - Empreend. Industri	2013-08-23	348.536
5010015461	Prest.de Serviços de Assessoria pela RE	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2013-12-30	367.579
5110000874	6ª Prorrogação Ctr 1297/06-AMV's	Prestação de Serviços	Adicional	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2013-01-10	2.511.080
5010013044	Serviços Voz de Acesso Directo e Indirecto	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-12-30	300.000
5010012565	Serviços Telecomunicações Ferroviárias	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-03-22	4.077.599
5010013604	Prest.Serv.Manut. de AV na RFN, via larga	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2013-09-16	389.930
5010013892	Montagem de PSP Km 106+355 Linha Norte	Empreitadas	Ajuste Directo	METALOVIANA – Metalurgica Vian	2013-10-24	299.881
5010011893	MC + MPC contrato 5010000403	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Dimetronic SA	2013-11-07	3.500.000
5010015160	Assessoria Técnica Engª-ReferEngineering	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2013-12-27	447.930
5110000756	4ª Adicional ao contrato 5010000309	Empreitadas	Adicional	ELECTREN, S.A.	2013-10-23	342.733
5010013882	Contrato Microsoft - Encomenda 2013/2014	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	2013-07-31	494.068
5010012420	Serv VH.Jan13-Mar13	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2013-02-06	1.172.667
5110001119	17ª Adicional ao contrato nº 2652	Empr. Preço Global	Adicional	Edifer-Const.Pres Coelho	2013-08-22	289.093
5010015290	Assess. Técnica Engª-ReferEngineering-OI	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2013-12-30	264.861
5010011852	Proj. Execução Fase1 - RIV Válega-Gaia	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER ENGINEERING, SA	2013-07-09	445.267
5010013357	GIL - Repartição Custos 2013	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	GIL - Gare Intermodal de Lisboa	2013-01-01	854.946
5010007552	LO-E.Taludes 33.480-33.800/44.500-44.650	Empreitadas	Ajuste Directo	Teixeira Duarte-Eng. Construções	2013-04-26	947.162
5010013936	Manut.Sinaliz Troços Tecnol. ESTW e PIPC	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2013-12-18	4.750.813

## ANEXO II EMPREITADAS DE VALOR SUPERIOR A 250 MIL EUROS

Processo	Objeto	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5010012939	Automatização de 8 Passagens de Nível	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	2013-12-20	882.275
5010009597	Sinalização Olhão/VRSA	Dimetric SA	2013-03-11	1.799.424
5110001021	16.º adic. Barcarena- Cacém	Edifer-Const.Pires Coelho	2013-03-04	569.784
5010012136	Emp. Reabilit. Estrutural Pte Esgueira	CONDURIL - Engenharia, SA	2013-06-25	264.600
5010011748	Empr. Prot. Anticorr. Ptes. L.Oeste	Ancorpor - Geotec. Fundações,	2013-09-16	289.300
5010013892	Montagem de PSP Km 106+355 Linha Norte	METALOVIANA – Metalurgica Vian	2013-10-24	299.881
5010009773	LN-NorteEspecial-MelhoriaVia-Valeg/Gaia3	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	2013-07-12	674.869
5010009817	LNNorteEspecialtrabpreprestaçRIVOvarGai	Fernandes & Remelhe Lda	2013-03-21	277.507
5110000756	4º Adicional ao contrato 5010000309	ELECTREN, S.A.	2013-10-23	342.733
5110001119	17º Adicional ao contrato nº 2652	Edifer-Const.Pires Coelho	2013-08-22	289.093
5010007552	LO-E.Taludes 33.480-33.800/44.500-44.650	Teixeira Duarte-Eng. Construções	2013-04-26	947.162
5010009673	L.Algarve-Subst. Travessas e Carril	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	2013-04-24	1.252.011

## ANEXO III AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VALOR SUPERIOR A 250 MIL EUROS

Processo	Objeto	Tipo de Processo	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5010010451	Energia Elétrica 2012/2013	Concurso Público	EDP Comercial	2013-01-10	2.844.239
5010013063	Serviços de Rede Privativa de Voz	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-12-30	270.000
5010012615	Serviços de Telecomunicações 2013/2016	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-03-08	36.698.405
5110000859	Prestação serviços soldadura	Adicional	RAILTECH PORSOL	2013-01-07	763.420
5010012667	Serv VH Abr a Dez 2013	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2013-04-10	3.144.996
5010013302	Prest. serv. ativ. produção logíst. CLE	Ajuste Directo	RAILTECH PORSOL	2013-09-17	303.200
5010015400	Transferência de Ativos de F.O. REFER Te	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-12-12	9.724.371
5010014396	Prest. Serv. Assessoria Técnica Eng.	Ajuste Directo	REFER ENGINEERING, SA	2013-12-18	2.399.999
5110001128	5º Adicional do contrato n.º5557	Adicional	REFER ENGINEERING, SA	2013-11-20	320.132
5110001060	4º Adicional do contrato n.º 5557	Adicional	FERBRITAS - Empreend. Industri	2013-08-23	348.536
5010015461	Prest.de Serviços de Assessoria pela RE	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2013-12-30	367.579
5010014074	Manutenção AV na RFN, via larga, Nov-Dez	Concurso Limitado por Prévia Qualificação	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2013-11-28	475.549
5110000874	6º Prorrogação Ctr 1297/06-AMVs	Adicional	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2013-01-10	2.511.080
5010013044	Serviços Voz de Acesso Direto e Indireto	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-12-30	300.000
5010012565	Serviços Telecomunicações Ferroviárias	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2013-03-22	4.077.599
5010013604	Prest.Serv.Manut. de AV na RFN,via larga	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2013-09-16	389.930
5010010671	Seguro Automóvel Frota	Concurso Público	CGD-Comp.de Seguros Fidelidade	2013-02-14	312.489
5010011893	MC + MPC contrato 5010000403	Ajuste Directo	Dimetronic SA	2013-11-07	3.500.000
5010015160	Assessoria Técnica Engº-ReferEngineering	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2013-12-27	447.930
5010013882	Contrato Microsoft - Encomenda 2013/2014	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	2013-07-31	494.068
5010012420	Serv VH Jan13-Mar13	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2013-02-06	1.172.667
5010015290	Assess. Técnica Engº-ReferEngineering-OI	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2013-12-30	264.861
5010012725	Fornecim. Energia e gás natural 2013/14	Concurso Público	EDP Comercial	2013-10-11	6.277.973
5010011852	Proj. Execução Fase1 - RIV Válega-Gaia	Ajuste Directo	REFER ENGINEERING, SA	2013-07-09	445.267
5010013357	GIL - Repartição Custos 2013	Ajuste Directo	GIL - Gare Intermodal de Lisboa	2013-01-01	854.946
5010013936	Manut.Sinaliz Troços Tecnol. ESTW e PIPC	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2013-12-18	4.750.813



Relatório de Gestão  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

2013

**PARTE IV**  
RELATÓRIO DE  
SUSTENTABILIDADE

# PARTE IV

## RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em [www.refer.pt](http://www.refer.pt)

**Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE**

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

[www.refer.pt](http://www.refer.pt)

Capital Social: 451 200 000 euros

NIF: 503 933 813

## Índice

Introdução .....	6
1. Enquadramento Global do Relatório .....	7
1.1. Enquadramento e âmbito do Relatório de Sustentabilidade .....	7
1.2. Requisitos e metodologia de elaboração do Relatório de Sustentabilidade .....	7
2. Breve Apresentação da REFER e do Negócio Ferroviário .....	9
2.1. A Empresa .....	9
2.2. O Grupo REFER .....	11
2.3. Os Principais Agentes no Ferroviário Nacional .....	13
2.4. Síntese do Contexto, a Nova Estratégia de Gestão e Modelo de Organização .....	16
2.4.1. O Contexto Externo e Principais Orientações Tutelares .....	16
2.4.2. A Nova Estratégia de Gestão – Plano 2014-2016 para o Grupo REFER .....	18
2.4.3. O Modelo de Organização .....	21
2.4.4. O Sistema de Gestão Integrado .....	22
2.4.5. Valores Partilhados e Ética empresarial .....	24
2.5. Inovação e Formação .....	26
2.6. Desenvolvimento organizacional .....	27
2.7. Gestão do Risco e Controlo Interno .....	28
2.8. A Gestão da Marca e a Imagem do Grupo .....	29
2.9. Informação ao Público .....	32
3. Síntese do Ponto de Situação e Estratégia de Curto/Médio Prazo .....	34
3.1. Vertente Económica .....	34
3.1.1. Operações .....	34
3.1.2. Manutenção .....	35
3.1.3. Desenvolvimento da Rede e Investimento .....	37
3.1.4. Contratação e Logística .....	38
3.1.5. Gestão Financeira .....	39
3.1.6. Segurança da Infraestrutura .....	41
3.2. Vertente Social (interna) .....	47
3.2.1. Emprego .....	48
3.2.2. Diálogo Social .....	51
3.2.3. Desenvolvimento do Capital Humano .....	54
3.2.4. Formação .....	55
3.2.5. Segurança no Trabalho .....	59
3.2.6. Diversidade e Oportunidade .....	60
3.2.7. Ações de Melhoria do Clima Social .....	61

3.3. Vertente Social (externa).....	62
3.3.1. Iniciativas e Apoio a Associações do Setor Ferroviário.....	62
3.3.2. Iniciativas e Apoio a Associações da Sociedade Civil.....	63
3.4. Vertente Ambiental.....	68
3.4.1. Principais áreas de desenvolvimento.....	68
3.4.2. Especialidades Transversais e Apoio Operacional.....	70
3.4.3. Biodiversidade.....	76
3.4.4. Consumo de Recursos.....	77
3.4.5. Emissões, efluentes e resíduos.....	78
3.4.6. Ruído.....	78
4. Principais Indicadores.....	80
4.1. Vertente Económica.....	80
4.1.1. Operações.....	80
4.1.2. Manutenção.....	81
4.1.3. Desenvolvimento da Rede e Investimento.....	81
4.1.4. Gestão Financeira.....	82
4.1.5. Segurança da Infraestrutura.....	85
4.2. Vertente Social (interna).....	87
4.2.1. Emprego.....	87
4.2.2. Diálogo Social.....	91
4.2.3. Formação.....	92
4.2.4. Diversidade e Oportunidade.....	93
4.3. Vertente Social (externa).....	94
4.3.1. Iniciativas e Apoio a Associações do Setor Ferroviário.....	94
4.3.2. Iniciativas e Apoio a Associações da Sociedade Civil.....	94
4.4. Vertente Ambiental.....	94
4.4.1. Especialidades Transversais e Apoio Operacional.....	94
4.4.2. Consumo de Recursos.....	101
4.4.3. Emissões, efluentes e resíduos.....	103
4.4.4. Ruído.....	104

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Redação da Missão da REFER .....	19
Quadro 2 – Redação da Visão da REFER .....	19
Quadro 3 – Valores do Grupo REFER.....	24
Quadro 4 – Evolução da utilização da Rede por tipo de Serviço .....	80
Quadro 5 – Evolução dos Índices de Qualidade da Via Larga .....	81
Quadro 6 – Evolução dos Custos com Fornecimentos e Serviços Externos .....	82
Quadro 8 – Evolução das Receitas .....	83
Quadro 9 – Evolução da Tarifa de Utilização por serviço.....	84
Quadro 10 – Evolução dos rendimentos não core por natureza de serviço.....	84
Quadro 11 – Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores .....	85
Quadro 12 – Composição de PN por tipo .....	86
Quadro 13 – Turnover 2008 a 2013.....	88
Quadro 14 – Evolução da idade média.....	88
Quadro 15 – Processo de Mobilidade em Quantidades .....	90
Quadro 16 – Síntese dos Principais Indicadores de Atividade.....	92
Quadro 17 – Síntese dos Principais dados ao Nível da Segurança no Trabalho .....	93
Quadro 18 – Rácio M/F – VB por Categoria Profissional - 2013 .....	94
Quadro 19 – Prestações de Serviço alvo de Acompanhamento Ambiental.....	95
Quadro 20 – Empreitadas alvo de Acompanhamento Ambiental.....	96
Quadro 21 – Programa de Auditorias de 2.ª Parte .....	98
Quadro 22 – Ações de Monitorização Ambiental realizadas .....	100
Quadro 23 – Encaminhamento de Resíduos Valorizáveis .....	103
Quadro 24 – Reaplicação de Materiais Para Uso Diferente do Original .....	104
Quadro 25 – GIF e respetiva cobertura com MER .....	104
Quadro 26 – Planos de Redução de Ruído – Ponto de Situação .....	106
Quadro 27 – Reclamações de ruído, desde 2003 por linha .....	106
Quadro 28 – Reclamações de ruído, desde 2003 por concelho .....	107
Quadro 29 – Reclamações de ruído, desde 2003 por tipo de ruído.....	107
Quadro 30 – Medidas de Redução de Ruído (até 31/12/2013).....	108

## Índice de Figuras

Figura 1	Participações REFER .....	13
Figura 2	Representação dos principais agentes no mercado ferroviário nacional .....	14
Figura 4	Organograma da REFER.....	22
Figura 5	Mapa de Processos da REFER .....	23
Figura 6	Estratégia para a Inovação e Formação na REFER.....	27
Figura 7	Ecopista do Tâmega. Troço Celorico/Amarante. ....	73
Figura 8	Antiga estação Marvão Beirã – Train spot guesthouse .....	74
Figura 9	Plantações de Sobreiros Sines e Penamacor .....	75
Figura 10	Evolução do índice de Pontualidade.....	80
Figura 11	Evolução dos Investimentos de Longa Duração.....	81
Figura 12	Evolução dos Resultados Operacionais .....	82
Figura 13	Evolução dos Rendimentos da Tarifa de Utilização .....	83
Figura 14	Evolução do número de PN e ações desenvolvidas.....	86
Figura 15	Sinistralidade – Acidentes e consequências nos últimos 15 anos .....	87
Figura 16	Evolução do Efetivo na REFER (2003/2013).....	87
Figura 17	Saída de Pessoas da REFER por motivo em 2013.....	88
Figura 18	Evolução da Estrutura Etária .....	89
Figura 19	Evolução da Estrutura de Antiguidades.....	89
Figura 20	Evolução dos Níveis de Qualificação do Pessoal REFER .....	90
Figura 21	Distribuição dos Colaboradores REFER – 2013.....	91
Figura 22	Taxa de Sindicalização 2013 .....	91
Figura 23	Distribuição - Pessoal Sindicalizado 2013 .....	92
Figura 24	Rácio Homens/Mulheres - REFER .....	93
Figura 25	Constatações do Programa de Auditorias de Ambiente.....	99
Figura 26	Ecopistas e Ciclovias em Utilização .....	100
Figura 27	Evolução do Consumo de Balastro.....	101
Figura 28	Evolução do Consumo de Travessas .....	101
Figura 29	Evolução do Consumo de Carril .....	102
Figura 30	Evolução do Consumo de Produtos de Deservagem .....	102
Figura 31	Evolução do Consumo Energético Direto .....	103

## Introdução

O presente relatório visa cumprir as obrigações de divulgação anual de um relatório detalhado sobre a estrutura e práticas de governo societário, nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários aplicável aos emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.

## 1. ENQUADRAMENTO GLOBAL DO RELATÓRIO

### 1.1. ENQUADRAMENTO E ÂMBITO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

O presente documento constitui o Relatório de Sustentabilidade (RS) da REFER, reportando os aspetos relevantes neste domínio para o ano de 2013.

O Relatório de Sustentabilidade é parte integrante do Relatório de Gestão para o ano mencionado, pretendendo-se dar visibilidade a práticas particulares de gestão dentro do conceito de sustentabilidade.

Espera-se que este relatório forneça informação relevante para as partes interessadas internas e externas à empresa, pelo que se fez um esforço em sintetizar a informação e complementar conteúdos que nalguns casos surgem melhor detalhados no Relatório de Gestão.

### 1.2. REQUISITOS E METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

#### **RS UMA PRÁTICA CONTÍNUA COM OITO ANOS**

A elaboração do RS da REFER decorre de uma prática continuada desde o ano de 2005, altura em que, pelo Despacho n.º 26 811/2004, de 24 de dezembro, se determinou que as empresas da tutela dos transportes deveriam passar a incluir o relatório de sustentabilidade no contexto dos respetivos relatórios de gestão.

#### **A OPORTUNIDADE PARA REVELAR ASPETOS RELEVANTES DA GESTÃO**

Esta determinação é entendida como uma oportunidade para a empresa, pois permite-lhe revelar uma parte da sua gestão, que muitas vezes não evidente e que é geradora de uma mais-valia importante para a sociedade em geral.

Isto é tão mais importante numa empresa como a REFER, em que o serviço público é parte intrínseca da sua missão.

#### **INSPIRADA NA METODOLOGIA GRI**

Desde esse momento a REFER tem procurado desenvolver os seus RS, considerando as orientações do *Global Reporting Initiative* (GRI).

Contudo, aplica a metodologia de uma forma adaptada à sua realidade, designadamente à sua cultura de gestão e contexto.

Um dos aspetos que importa realçar é que a identificação dos temas relevantes para o relatório assenta numa reflexão interna das equipas que mais diretamente contribuem para o mesmo.

#### A FORMA COMO SE ENCONTRA ESTRUTURADA A INFORMAÇÃO

O RS 2013 está estruturado de forma a ir de encontro à metodologia essencial do GRI pelo que:

- a) no segundo capítulo, além de se identificar o objeto e o âmbito do relatório apresenta-se uma síntese da informação relevante sobre o contexto de gestão da REFER, sendo de referir que é dado algum desenvolvimento ao mesmo por causa da mudança de estratégia da empresa e as consequências para o seu modelo de gestão e organização;
- b) no terceiro capítulo apresenta-se informação que retrata os principais domínios relevantes no quadro da sustentabilidade, revelando um ponto de situação sintético e uma perspetiva das principais estratégias para 2014;
- c) no quarto e último capítulo, são apresentados os indicadores de desempenho disponíveis, sempre que permitam revelar uma tendência.

Em complemento ao referido na alínea c) ao longo do texto são apresentados outros dados numéricos relevantes que são realçados. Quando tais dados não possuam informação que permita constituir uma série temporal, são apenas apontados no 3.º capítulo.

É importante referir que a revisão do modelo de gestão e controlo introduzido em 2013 vai permitir configurar um novo quadro de indicadores, que será retratado em futuras edições do RS.

#### EM 2013 COLOCA-SE O FOCO NA NOVA ESTRATÉGIA DE GESTÃO E NOS ASPETOS SOCIAIS INTERNOS E EXTERNOS

O presente relatório surge no seguimento dos realizados nos anos transatos, contudo, com a preocupação de:

- a) evidenciar e enquadrar os princípios essenciais que presidiram às alterações introduzidas em 2013, ao nível da estratégia e modelo de organização e governação do grupo REFER;
- b) dar uma maior visibilidade à dimensão social interna e externa.

#### O ÂMBITO DO RS INCIDE SOBRE A EMPRESA SEDE DO GRUPO

Cada uma das empresas do grupo REFER deve produzir o seu relatório de gestão de forma individualizada, pelo que o presente RS diz respeito à empresa sede do Grupo e reporta ao ano civil de 2013.

## 2. BREVE APRESENTAÇÃO DA REFER E DO NEGÓCIO FERROVIÁRIO

### 2.1. A EMPRESA

#### A EMPRESA QUE GERE A INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA E OS BENS DO DOMÍNIO FERROVIÁRIO

A Rede Ferroviária Nacional — REFER, EPE (adiante designada por REFER) é a empresa pública criada em 1997 (por via do DL n.º 104/97, de 29 de Abril) para assegurar a gestão da rede ferroviária assim como dos bens que integram o Domínio Público Ferroviário (DPF) designadamente, toda a componente da infraestrutura ferroviária, o património edificado e os terrenos associados.

Fazem parte das atividades da REFER operar e manter a infraestrutura, assim como, a concretização dos investimentos, por delegação do Estado Português.

Com efeito a REFER tem como único acionista o Estado Português, tendo como tutelas diretas o ministério que detém a pasta dos transportes e obras públicas e, complementarmente, o ministério com a tutela da pasta das finanças.

Até 1997 competia à empresa Caminhos de Ferro de Portugal (CP) a gestão integrada das infraestruturas ferroviárias mencionadas assim como a operação do material circulante.

Com a alteração de modelo preconizado nessa altura, a operação dos comboios foi segregada da componente de gestão da infraestrutura, ficando a REFER com a responsabilidade por esta última, destacando-se na sua missão o comando da circulação e a gestão da capacidade da rede.

Esta alteração de modelo resultou das novas diretrizes europeias, que no essencial visavam estabelecer a base para o surgimento de um mercado europeu concorrencial e interoperável na operação ferroviária.

#### AS OPERAÇÕES NA REDE FERROVIÁRIA NACIONAL

O Comando da Circulação e a Gestão da Capacidade da rede constituem-se como os serviços essenciais no quadro do gestor da infraestrutura ferroviária.

A disponibilidade da rede é divulgada anualmente num documento designado por Diretório da Rede onde se detalham as especificações essenciais, pressupostos e condicionantes da infraestrutura que a REFER pode dispor. Este documento é divulgado aos interessados (fundamentalmente os operadores) com uma antecedência de um ano relativamente ao ano horizonte do diretório.

É com base neste documento que os operadores formulam os serviços que requerem, num processo que é articulado com a REFER.

#### SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE SERVIÇO

A Rede Ferroviária é hoje composta por cerca de 2544 km de linhas em exploração de um total de 3619 km (incluindo linhas exploradas, não exploradas e concessionadas).

É uma rede predominantemente em via larga (bitola ibérica) sendo apenas 112 km em via estreita (bitola-métrica). A extensão eletrificada é de 1630 km incidindo apenas os trechos em via larga.

O principal indicador de nível de serviço é dado em km percorridos em comboio (abreviadamente Comboio.km, ou, CK).

Deste modo, em 2013 a REFER proporcionou a circulação de 39,5 milhões de CK.

#### A MANUTENÇÃO DA REDE FERROVIÁRIA NACIONAL

A concretização das operações está muito dependente da manutenção dos ativos da infraestrutura.

Para esse efeito são realizadas, de forma constante, ações de manutenção nas especialidades de via, catenária, sinalização, telecomunicações, baixa tensão, construção civil, apenas para identificar as mais expressivas em termos de volume de trabalho.

Trata-se de um trabalho perene e essencial para o ciclo de vida dos ativos, desenvolvendo-se em três níveis, a saber:

- Manutenção Preventiva Sistemática (MPS) - atividade de inspeção e execução baseada em roteiros de ações pré-definidas, calendarizadas num plano anual e adaptadas à especificidade de cada equipamento;
- Manutenção Preventiva Condicionada (MPC) - atividade de execução programada no tempo, de modo a garantir a reposição da funcionalidade e aptidão dos equipamentos, após a deteção de anomalias no decurso de ações de MPS;
- Manutenção Corretiva (MC) - atividade de execução desencadeada em função de necessidade imediata de reparação de falha. Pelas suas características esta intervenção não é sujeita a planeamento.

#### O INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DA REDE

O investimento na REFER, tal como noutras empresas, é uma atividade primordial para:

- a) substituir ativos que chegaram ao fim da sua vida útil ou

- b) incrementar o desempenho do sistema, melhorando a especificação técnica das linhas existentes ou criando novas ligações.

Faz parte da missão da REFER propor os investimentos que se enquadrem nas políticas e estratégias de investimento público definidas pela sua tutela, bem como, desenvolver e executar os investimentos previamente aprovados.

## 2.2. O GRUPO REFER

### O GRUPO REFER É UM ESPELHO DAS SUAS DIFERENTES ÁREAS DE COMPETÊNCIA E DO SEU MERCADO

O trabalho que é desenvolvido de forma perene na empresa vai mais além das atividades que permitem o cumprimento do seu objeto essencial.

A necessidade de desenvolvimento de competências particulares e adaptadas ao seu negócio significa que a REFER detém na sua matriz as diferentes especialidades técnicas necessárias à operação da infraestrutura.

Por isso na empresa destaca-se uma forte componente de engenharia ferroviária (reunindo valências singulares neste domínio) de telecomunicações e de gestão de património.

Assim, na empresa mãe agregam-se atualmente as funções essenciais à operação, designadamente, a gestão da capacidade, o comando da circulação e a manutenção. Reúnem-se ainda os serviços partilhados suporte da atividade de gestão das empresas do grupo.

Todavia, o grupo REFER completa-se com três empresas que pela sua especificidade se inserem em nichos de mercado complementares à empresa sede.

Sendo instrumentais para a satisfação das necessidades ferroviárias, o propósito da sua criação visa também o aproveitamento e rentabilização de ativos não totalmente utilizados pela atividade ferroviária. Essas empresas são:

- a) A **REFER Engineering SA** – em fevereiro de 2013, foi alterada a denominação da Ferbrietas para REFER Engineering tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria e realização de estudos e projetos de engenharia.

Exerce atividades nas áreas de transportes, logística e outras, cobrindo a conceção, desenvolvimento, gestão, manutenção e exploração das respetivas infraestruturas; a prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica; o exercício das atividades de cartografia, topografia, cadastro e expropriações; a prestação de serviços de gestão integrada de empreendimentos e de fiscalização; a prestação de serviços na área da gestão da qualidade, ambiente e segurança.

- b) A **REFER Património SA** - Administração e Gestão Imobiliária SA – tem como missão a gestão do património imobiliário a cargo da REFER, assegurando a sua eficiente utilização, valorização e rentabilização, em consonância com os objetivos de gestão da infraestrutura ferroviária.

Realiza atividades no domínio da valorização, rentabilização e requalificação do património imobiliário não afeto à exploração ferroviária, na criação e atualização do cadastro do Domínio Público Ferroviário (DPF), assim como, na gestão, manutenção e administração corrente das estações, dos empreendimentos imobiliários e do restante património não afeto à exploração.

Estes serviços têm um forte impacto no utente, quer ele seja o passageiro ferroviário, um concessionário ou o utilizador do património desativado e requalificado, por exemplo, uma ecopista.

- c) **REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, SA** – tem como objeto o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas, sistemas de telecomunicações e sistemas de informação ao serviço do Grupo REFER.

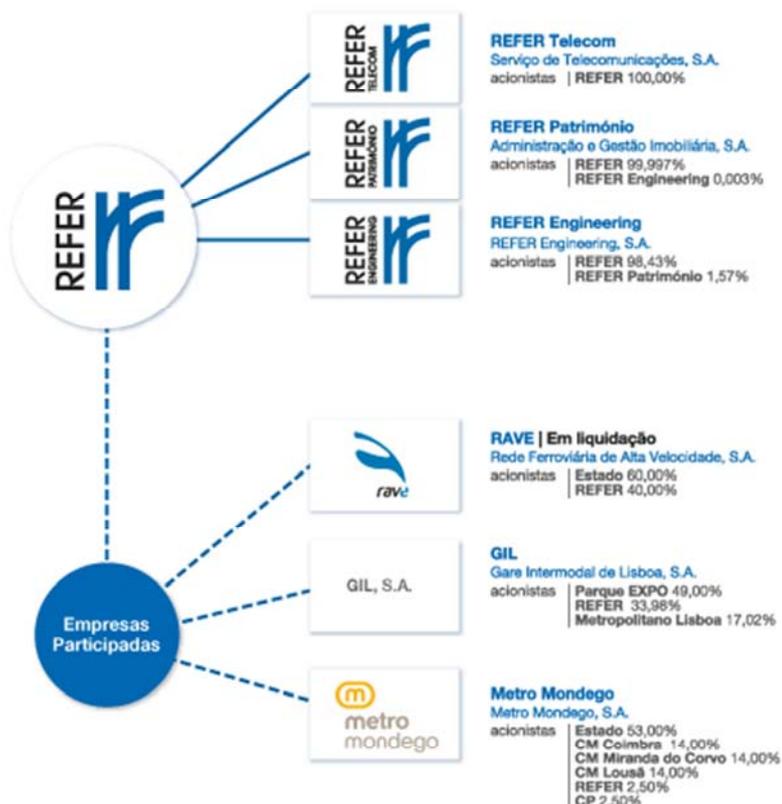
A sua missão consiste em assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações concessionada pela REFER garantindo-lhe a excelência na prestação de um conjunto alargado de serviços e a vanguarda do que mais moderno se faz na área das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicações) bem como a obtenção de mais-valias junto do mercado em geral.

Como se referiu, para além da prestação de serviços de Telecomunicações Ferroviárias, a REFER Telecom presta também o apoio ao Grupo no que diz respeito à gestão e desenvolvimento dos sistemas de informação que suportam a sua atividade.

Paralelamente à atividade direcionada para o Grupo REFER, a REFER Telecom tem assegurado também o fornecimento de infraestrutura de fibra ótica e instalações de suporte aos operadores de telecomunicações.

A REFER Telecom está licenciada pela Autoridade Nacional de Telecomunicações (ANACOM) como Prestador de Serviço Fixo Telefónico como Operador de Redes Públicas no Território Nacional e registada enquanto Prestador de Serviços de Transmissão de Dados e Serviços Internet. Em 2009 a REFER Telecom passou também a ser Operador de serviços de voz através da Internet (VoIP) de uso nómada e Operador autorizado a operar o Sistema GSM-R nas faixas de frequências de 876 – 880 MHz e 921 – 925 MHz.

Figura 1 – Participações REFER



### 2.3. OS PRINCIPAIS AGENTES NO FERROVIÁRIO NACIONAL

O modelo ferroviário Português assenta essencialmente em três grupos de entidades, designadamente, as entidades tutelares sectoriais, o gestor de infraestrutura ferroviária e os operadores.

Acresce naturalmente o papel do estado que além de ser o acionista da empresa determina um conjunto de políticas relevantes, com impacto relevante a diferentes níveis como sejam a gestão de pessoas e os investimentos.

#### A ENTIDADE REGULADORA

O Instituto de Mobilidade e dos Transportes, IP (IMT) é a entidade tutelar com a competência na regulação do setor ferroviário.

Por sua vez, o Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários (GISAF) é a entidade que tem por missão a investigação de acidentes ferroviários, sendo independente do regulador, operadores e gestor de infraestrutura.

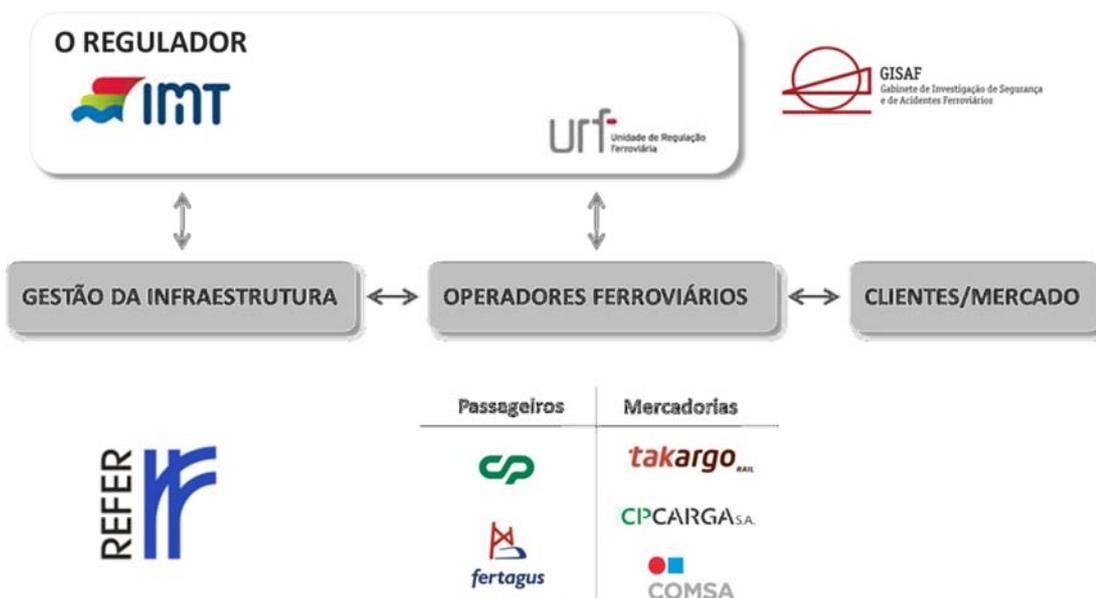
## OS OPERADORES FERROVIÁRIOS - PRINCIPAIS CLIENTES DAS OPERAÇÕES DA REFER

Como se referiu a REFER é a entidade que tem por missão essencial a gestão da Rede Ferroviária Nacional e os operadores são os seus clientes diretos no que diz respeito à componente estritamente ferroviária.

No que diz respeito aos operadores, estes dividem-se segundo o seu nicho particular de mercado, ou seja, o transporte de passageiros e o transporte de mercadorias.

Presentemente, há duas empresas a assegurar o transporte de passageiros na rede nacional que são a Comboios de Portugal EPE e a Fertagus SA. No setor das mercadorias destaca-se a empresa CP Carga (do grupo CP), a Takargo e a Comsa sendo estas duas últimas, empresas do setor privado.

Figura 2 – Representação dos principais agentes no mercado ferroviário nacional



A representação anterior é uma simplificação, no sentido em que reflete a componente de serviços essenciais ferroviários que constitui o cerne da missão da REFER.

A CP - Comboios de Portugal é o operador que mais impacto tem na atividade da REFER, constituindo cerca de 80% no total de CK utilizados na infraestrutura.

Na realidade o mercado do Grupo REFER é mais vasto como se viu, posicionando-se as empresas do grupo em nichos específicos nos mercados de engenharia, das

telecomunicações e da gestão patrimonial (incluindo a componente de gestão das estações e respetivos comerciais).

Nesse sentido, os clientes diretos daquelas empresas são mais diversos (empresas de engenharia, entidades promotoras de obras públicas nacionais e internacionais, operadores de telecomunicações, empresas que exploram áreas comerciais) sendo que, é importante realçar que os clientes finais dos operadores de transporte de passageiros e dos espaços comerciais nas estações, são também os clientes mais relevantes da REFER Património que tutela a gestão das Estações integrantes no Domínio Ferroviário.

#### OS FORNECEDORES

Importa também destacar o conjunto das principais empresas que são parceiras da REFER na prossecução da sua missão.

Presentemente, o maior volume de trabalho que a REFER contrata no mercado para garantir as suas operações resulta da necessidade de manter a infraestrutura ferroviária.

Esta progressiva contratação externa dos trabalhos de manutenção constituiu, há muito, uma das grandes alterações de paradigma na gestão do caminho-de-ferro em Portugal.

Assim, são parte importante neste desiderato as [empresas que asseguram a manutenção](#) dos sistemas de sinalização, telecomunicações, via e catenária. Acrescem as empresas que asseguram as operações de manutenção de sistemas de baixa tensão, construção civil (cuja ação incide essencialmente no parque de edifícios ao serviço das operações) subestações, deservagem da via, aparelhos de mudança de via, ascensores e tapetes rolantes para destacar as mais relevantes.

Pese embora nos últimos anos a REFER tenha diminuído o seu volume de investimento, é preciso reconhecer o papel das principais [empresas de obras públicas](#). Trata-se de um mercado em reestruturação em Portugal por força da quebra de investimento. Esta realidade trouxe em si mesmo maior complexidade na gestão das empreitadas na empresa, por força de alguns casos de insolvência a que ainda se assistiu em 2013.

Por fim, há que destacar as [empresas fornecedoras de bens e equipamentos](#) algumas das quais a produzir bens de utilização muito exclusiva ao caminho-de-ferro, como sejam travessas (de betão ou de madeira) carril e balastro para designar os materiais que representam o maior volume de fornecimentos à empresa.

Um dos objetivos traçados pela REFER no contexto da sua estratégia de internacionalização, tem também em conta a possibilidade de estabelecer parcerias com os seus fornecedores, facilitando a internacionalização dos seus negócios ou contribuir para a sua consolidação além-fronteiras. Pretende-se fomentar uma relação

simbiótica que contribua para melhorar as condições de sustentabilidades dos diferentes negócios, alargando o horizonte de mercado.

## 2.4. SÍNTESE DO CONTEXTO, A NOVA ESTRATÉGIA DE GESTÃO E MODELO DE ORGANIZAÇÃO

### 2.4.1. O Contexto Externo e Principais Orientações Tutelares

#### O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA

O ano de 2013 decorre no quadro do programa de assistência financeira concedido ao Estado Português, com as consequências que daí advieram para o país por força do ajustamento que foi necessário efetuar ao nível das suas finanças.

Tal ajustamento implicou um esforço significativo de redução de despesa do Estado Português, com naturais consequências nas empresas que consolidam as suas contas com o Orçamento de Estado como é o caso da REFER.

Em 2013 assiste-se a uma inversão, no sentido da melhoria, dos indicadores da atividade económica, sem que tal tenha tido um efeito imediato na vida da empresa, algo que deve acontecer na medida do ajustamento do Estado.

Sem prejuízo disso, permanece a necessidade de manter o esforço de ajustamento para além do período do programa de assistência financeira que se espera concluir em meados de 2014.

O Plano 2014-2016 da REFER é o espelho desta preocupação, elegendo a sustentabilidade como ponto focal da sua ação.

#### A REFER EM LINHA COM O PAÍS

Na sua qualidade de empresa pública a REFER tem a sua gestão alinhada com as políticas nacionais nas suas mais diferentes dimensões.

A disciplina da sua atividade está também balizada pelas diretrizes enunciadas no orçamento do país, com as inerentes repercussões ao nível da gestão das pessoas, do investimento e da manutenção.

Assim, as decisões que incidem sobre o Orçamento de Estado têm um efeito direto na gestão da empresa ao longo do ano.

Como é sabido ao longo do ano de 2013 foram revistas algumas normas face ao previsto no orçamento inicial, com consequências, predominantemente, no que concerne rubrica salarial e nos resultados operacionais da empresa, que foram afetados em função desta alteração de pressuposto.

A necessidade de conter ou reduzir custos tem sido um aspeto muito presente na atividade da empresa, pese embora haja que estabelecer um equilíbrio que garanta a operacionalidade necessária, salvaguardando a operação em segurança da infraestrutura ferroviária.

Como o reconhece o Plano Estratégico dos Transportes, há ainda que encontrar formas para efetuar investimentos que são, eles próprios, parte importante para garantir a sustentabilidade de tal operação.

#### O PLANO ESTRATÉGICO DOS TRANSPORTES 2011-2015

O **Plano Estratégico dos Transportes — Mobilidade Sustentável – 2011-2015** (adiante designado por PET) aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros 45/2011, de 10 de Novembro, prossegue sendo o quadro de referência estruturante para as opções de gestão da Rede Ferroviária Nacional.

É no quadro do PET que se tem ancorado a conceção e planeamento dos investimentos previsíveis para a Rede Ferroviária Nacional, observando os princípios enunciados no documento, que naturalmente refletem o contexto do país, em particular o facto de o mesmo estar sob um programa de assistência financeira.

Nestes termos importa destacar os critérios essenciais que enquadram os novos investimentos na RFN que devem:

- a) Destinar-se a assegurar a imperiosa necessidade de segurança de pessoas e bens;
- b) Contribuir para aumentar a competitividade da economia e das exportações nacionais, enquadrando-se nas prioridades de atuação enunciadas no PET;
- c) Apresentar um retorno financeiro positivo para a empresa ou para o país;
- d) Constituir ações de renovação, essenciais à manutenção da atividade da empresa.

Estes princípios, a par de outras orientações relevantes do PET, designadamente, os que remetem particularmente para a necessidade de conter gastos operacionais, moldam o quadro de gestão da REFER.

#### RECOMENDAÇÕES PARA O INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO

Importa realçar que pelo Despacho n.º 11215-A/2013 de 29 de agosto de 2013 da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações foi criado o [Grupo de Trabalho](#) com a missão de produzir as recomendações ao Governo relativamente ao [investimento em Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado](#) (GTIEVA).

Este Grupo de Trabalho integra representantes de entidades com interesses em matéria dos transportes, tais como a Associação Nacional de Municípios, associações

de operadores logísticos, associações empresariais, entidades reguladoras e gestores de infraestruturas viárias.

A constituição do GTIEVA tem por propósito fomentar a concertação de uma estratégia, que seja reconhecida de forma transversal aos principais agentes do setor dos transportes terrestres e portuários, com o objetivo de produzir um alinhamento dos investimentos, identificando os que possam ser potenciadores da economia.

Um dos aspetos a destacar é que o GTIEVA ficou incumbido de produzir recomendações para a resolução dos constrangimentos da rede rodoviária e ferroviária nacional.

Daqui se percebe que as recomendações que o GTIEVA produzir terão, potencialmente, um efeito disciplinador dos futuros investimentos da empresa.

#### **2.4.2. A Nova Estratégia de Gestão – Plano 2014-2016 para o Grupo REFER**

##### **A SUSTENTABILIDADE É O PONTO CENTRAL DO PLANO 2014-2016 DO GRUPO REFER**

A REFER prosseguiu, por inerência, o seu próprio processo de ajustamento, do qual resulta uma das orientações essenciais para a sua gestão, isto é, a necessidade de encontrar a sustentabilidade nas suas operações, eliminando os défices crónicos e que contribuíram, em parte, para o endividamento conhecido.

Este esforço é conseguido na dupla vertente da (premente) redução de custos, mas também na vontade de encontrar novas fontes de receita.

A REFER lançou-se no desafio de procurar alterar a cultura da empresa de modo a desenvolver uma atitude mais empreendedora, procurando novos mercados, estabelecendo parcerias para rentabilizar as suas competências, desenvolvendo novos produtos e rentabilizando os que foram por si implementados com sucesso.

Esta alteração de paradigma é acompanhada ao nível da gestão da marca (conforme se detalha adiante) tendo-se procedido à uniformização da designação das empresas Grupo, que passam a partilhar uma identidade e imagem comum.

Cria-se um propósito comum entre as empresas do grupo visando atingir a sustentabilidade, que constitui o foco central do [Plano de 2014-2016 da REFER](#), onde se estabelecem os principais objetivos estratégicos e metas para todo o Grupo.

##### **A MISSÃO E VISÃO DA REFER SÃO REVISTAS – SUSTENTABILIDADE, COESÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO**

Sentiu-se a necessidade de fazer acompanhar esta nova dinâmica com a reformulação da redação da sua missão, tornando ainda evidentes preocupações inerentes à estratégia que tem presidido ao seu desenvolvimento ao longo do tempo, como sejam a coesão social e territorial.

**Quadro 1 – Redação da Missão da REFER**

<b>Missão</b>	
<b>Formulação Atual</b>	<b>Redação Anterior</b>
Proporcionar ao mercado uma rede ferroviária segura e eficiente, orientada por critérios de sustentabilidade e para a coesão social e territorial do país, otimizando a utilização dos ativos materiais, tecnológicos e humanos à sua disposição.	<i>Proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, respeitando o meio ambiente.</i>

De igual modo foi efetuada uma revisão da visão, por forma a traduzir a principal opção estratégica da empresa e a preocupação de considerar um horizonte mais alargado de mercado quer em termos de produtos quer em termos geográficos.

**Quadro 2 – Redação da Visão da REFER**

<b>Visão</b>	
<b>Formulação Atual</b>	<b>Redação Anterior</b>
O Grupo REFER será uma referência internacional na gestão eficaz e sustentável da infraestrutura ferroviária e na prestação de serviços associados.	<i>A REFER será uma referência europeia na gestão da infraestrutura ferroviária</i>

O processo de fusão das empresas do Grupo de modo a explorar o seu potencial conjunto e conferir maior identidade de imagem, é o ponto de partida de um caminho do qual se espera que, a médio prazo, possa resultar num corpo coeso e, no horizonte de 2020, o reconhecimento do alinhamento com a sua visão enunciada.

#### **O FOCO ESTRATÉGICO DA GESTÃO**

Os objetivos do Grupo orientam-se em torno de quatro pilares cada qual com objetivos estratégicos associados, organizados em torno do foco essencial da sustentabilidade.

Fig. 2 Foco estratégico e objetivos do Grupo



Cada um dos 10 objetivos estratégicos foi desenvolvido no Plano 2014-2016 com a redação das metas específicas que se pretendem alcançar no horizonte do plano.

Importa referir que este exercício ficou concluído de forma a ser um contributo estruturante para o Plano de Atividades da empresa para o ano de 2014 e já com o novo modelo de organização estabelecido.

## O POSICIONAMENTO E UM NOVO OLHAR PARA O MERCADO

Toda a atividade do Grupo será focada no mercado e orientada para os clientes, com um empenho permanente na preservação, reforço e ampliação do negócio.

A estratégia passará pelo tratamento diferenciado dos negócios core e não core e dos mercados nacional e internacional.

A atividade não core, seja no plano nacional ou internacional, deverá permitir rentabilizar a capacidade excedente sem comprometer a missão principal e a realização dos investimentos programados para a rede ferroviária.

### 2.4.3. O Modelo de Organização

#### O NOVO MODELO DE ORGANIZAÇÃO

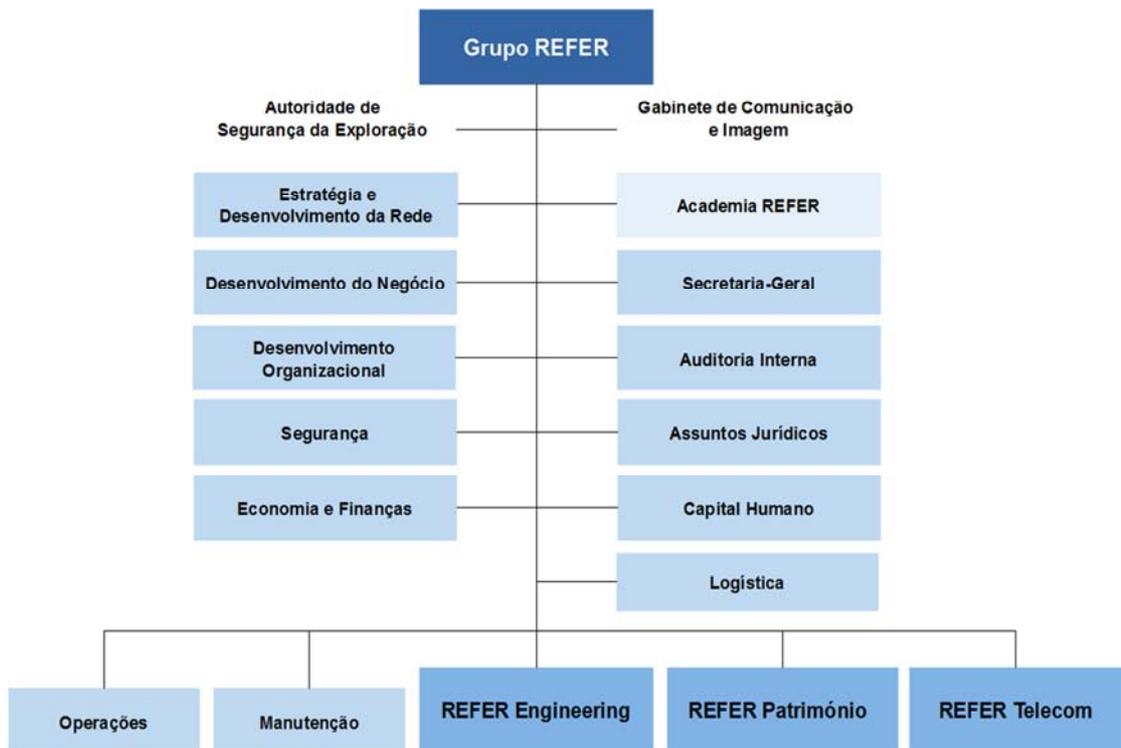
O novo modelo de Organização implementado em Abril de 2013 teve como propósito:

- Uma organização mais simples e mais horizontal;
- Novos perfis de liderança;
- Novo modelo de controlo de gestão;
- Concentração orgânica da gestão da infraestrutura ferroviária, do negócio, e das áreas de suporte;
- Gestão por processos e com integração de sistemas.

Ao nível da concentração orgânica, as opções organizativas adotadas foram:

- a centralização, na empresa sede, dos processos de desenvolvimento – da organização, do negócio, da infraestrutura/RFN – para permitir explorar sinergias, complementaridades e garantir intervenções convergentes para os mesmos objetivos estratégicos;
- a partilha de serviços de suporte, para permitir reduzir redundâncias, obter economias de escala, elevar capacidades e libertar as empresas participadas de atividades que as desfocalizam do seu *core*.

Figura 4 – Organograma da REFER



Este modelo orgânico “único” facilita a adoção de uma gestão por processos a disciplinar num novo Sistema de Gestão Integrado (SGI) comum para o Grupo, seguindo práticas e referenciais universalmente reconhecidos.

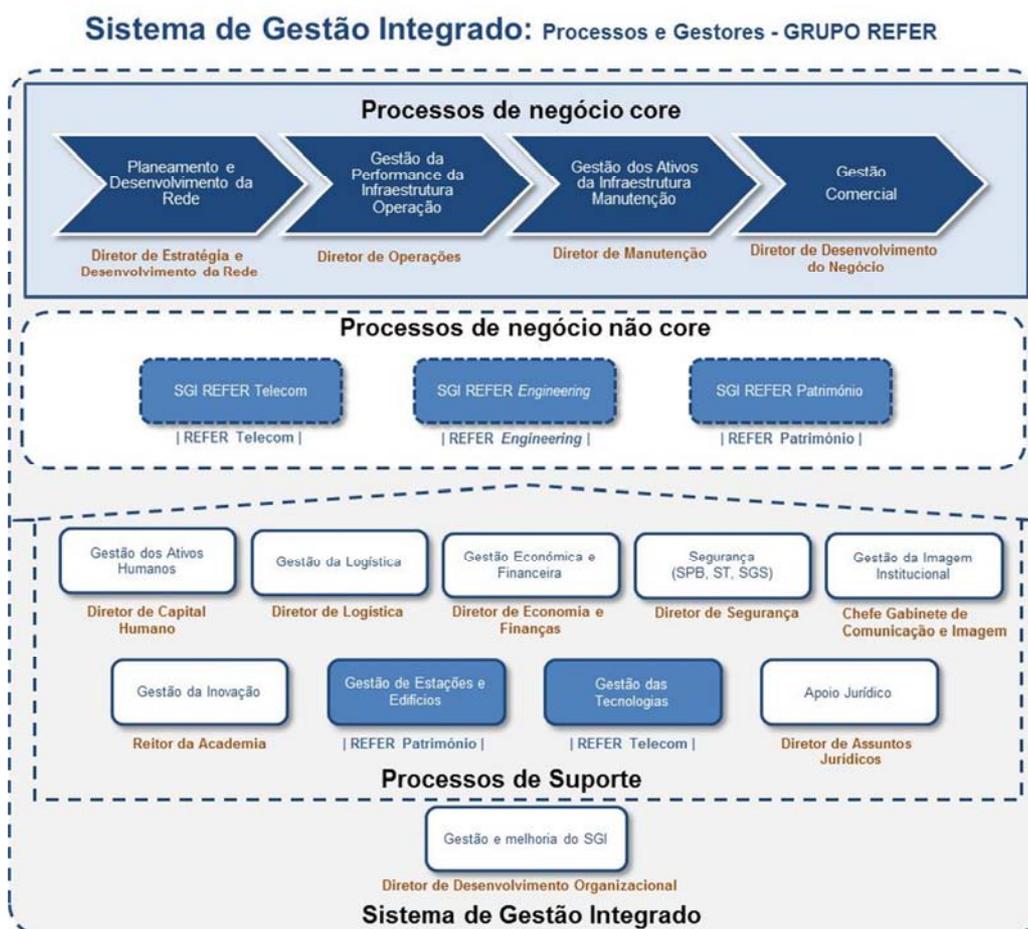
Permitirá estabelecer objetivos e gerir atividades e recursos, atuando diretamente sobre os *outputs* das empresas que a gestão “departamentalizada” não garante.

#### 2.4.4. O Sistema de Gestão Integrado

Concomitantemente com a reformulação da estratégia, surge a necessidade de evidenciar e disciplinar a abordagem num SGI assente numa gestão por processos.

Assim, foi redesenhado o Mapa de Processos considerando o necessário alinhamento entre este, a estratégia e na medida do possível, com o modelo de organização concebido.

Figura 5 – Mapa de Processos da REFER



No âmbito do SGI, foram identificados os principais processos do Grupo (macro processos) e definidos os respetivos parâmetros: indicadores de desempenho, riscos, atividades, entradas, saídas, responsabilidades.

Na nova organização, foi contemplada uma Direção com a responsabilidade de implementar, gerir e promover a melhoria contínua do SGI. Nomearam-se gestores de processos, acompanhados por delegados (facilitadores da articulação corporativa da estratégia ao nível do SGI) para cada macroprocesso.

O controlo do desempenho dos processos será feito trimestralmente, tendo a primeira Reunião de Controlo de Processos (RCP) decorrido em dezembro de 2013.

São parte integrante do SGI – agora em fase de revisão - normativos internos, instruções técnicas e ordens de trabalho que identificam procedimentos, responsabilidades e mecanismos de controlo interno adotados, encontrando-se

disponíveis para consulta no portal interno da empresa. A revisão desta regulação interna será feita de forma sistemática no âmbito do controlo dos processos.

O mesmo se pode referir quanto ao sistema integrado de informação (ERP) – SAP e aplicações informáticas de apoio à atividade que abrangem as áreas de recursos humanos, financeira, aprovisionamento, manutenção, vendas e contratação pública, com mecanismos de segurança ao nível de acessos e de processos decisórios.

Como se referiu o novo SGI é suportado por conjunto de agentes dedicados a apoiar os gestores e garantir a operacionalização do sistema de gestão – delegados do SGI e *controllers* - facilitando o alcance dos seus propósitos.

#### 2.4.5. Valores Partilhados e Ética empresarial

##### VALORES PARTILHADOS

Por força da substancial alteração da estratégia de gestão foi necessário adequar os valores essenciais do grupo encontrando-se uma formulação sucinta e objetiva.

Quadro 3 – Valores do Grupo REFER

<b>Respeito</b>	Pelos clientes, os colaboradores e toda a comunidade influenciada pela atividade ferroviária, procurando fazer sempre melhor com os meios e recursos disponíveis, para oferecer continuamente um serviço que satisfaça as necessidades de quem o utiliza, respeitando a sociedade e o meio ambiente.
<b>Excelência e inovação</b>	Investir, continuamente, na excelência para assegurar um desempenho eficaz com elevados níveis de profissionalismo e competência e na inovação das práticas e dos serviços procurando metodologias inovadoras que potenciem a produtividade para responder aos desafios diários.
<b>Responsabilidade</b>	Garantir rigor na governação dos meios e do património ferroviário assente em elevados padrões de ética e integridade visando a transparência, a prestação de contas aos contribuintes e a sustentabilidade económica.
<b>Segurança</b>	Nas decisões do dia-a-dia, os critérios de segurança têm prioridade e sobrepõem se sobre outros critérios de gestão.

##### ÉTICA

O Código de ética constitui um espelho dos valores partilhados por uma organização.

A REFER foi pioneira na elaboração e implementação de um Código de Ética e de Conduta que configurasse um referencial válido sobre os princípios que orientam e constituem a sua base de atuação.

O Código prevê a existência de uma Comissão de Ética cuja missão é o acompanhamento, implementação e divulgação do Código.

A Comissão de Ética é composta por cinco pessoas e exerce as suas funções com isenção, autonomia, independência e sem vínculo hierárquico.

Isto permite uma permanente monitorização das atividades da Empresa, procurando que estas sejam sempre adaptadas à luz do consagrado no Código de Ética e de Conduta.

O código de Ética e de Conduta poderá ser consultado em [www.refer.pt](http://www.refer.pt).

Qualquer pessoa ou entidade pode dirigir-se à Comissão de Ética através do endereço eletrónico [1comissao.etica@refer.pt](mailto:1comissao.etica@refer.pt)

#### IGUALDADE DE GÉNERO

A REFER adotou em 2009 um Plano para a Igualdade decorrente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 relativa aos Princípios do Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado.

Em 2012 a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, tornou obrigatória para as entidades do setor empresarial do Estado a adoção de planos de igualdade, sendo que determinou igualmente a elaboração de diagnósticos da situação nas empresas.

Nesta conformidade, procedeu-se à avaliação do plano, através de um levantamento nas direções da REFER, e verificou-se a necessidade de atualizar o documento existente.

Em janeiro de 2013 foi aprovado pelo Conselho de Administração um novo Plano para a Igualdade na REFER, que tem como objetivos gerais:

- Reconhecer explicitamente que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um direito básico, pelo que se devem implementar políticas transversais e positivas que permitam que esse direito seja uma realidade.
- Promover uma mudança na cultura da empresa que integre a igualdade nos seus atos de gestão.
- Reduzir os desequilíbrios detetados e prevenir possíveis desequilíbrios no futuro.

Constata-se, ainda, que a REFER possui práticas estabelecidas que promovem uma política de igualdade e não discriminação com base no género, bem como medidas específicas que permitem contribuir para a conciliação entre trabalho, família e vida pessoal.

## PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

A observância do regime de incompatibilidades e impedimentos dos gestores públicos, assim como a comunicação de todas as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha na empresa em que exerce funções, é assegurada através da entrega de Declaração de Incompatibilidade à Procuradoria-geral da República.

Assim, os elementos do Conselho de Administração entregaram as declarações previstas no nº 8 e 9 do Art.º 22º do Estatuto do Gestor Público e na Lei nº 4/83.

As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos do Conselho.

A este propósito é possível encontrar informação mais detalhada no Relatório de Governo da Sociedade, parte integrante do Relatório de Gestão tal como o RS.

## 2.5. INOVAÇÃO E FORMAÇÃO

Para além da implementação efetiva do novo modelo de gestão, a sustentabilidade do Grupo vai resultar de uma combinação entre a sustentabilidade organizacional e o conhecimento/“saber”, garantindo a sua passagem e aperfeiçoamento interno, colocando-o ao seu serviço e do mercado ferroviário. A criação da Academia REFER decorre desta convicção.

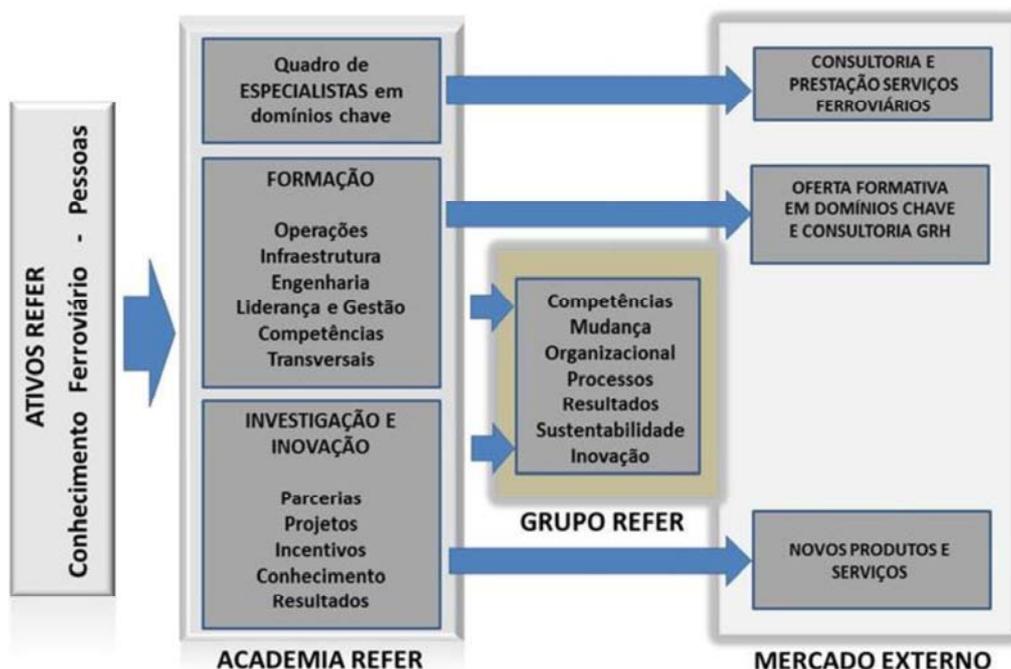
Será responsável pela estruturação de uma ação articulada ao nível da inovação, criando foco e sinergias nesta área tão relevante para alcançar eficiência na gestão do sistema ferroviário. Constituirá a sede própria para alavancar os projetos internos, com potencial para a criação de novos serviços ou produtos que possam ser postos ao serviço do mercado natural da REFER e empresas do grupo.

Irá ainda assegurar a formação necessária às pessoas na prossecução das atividades da REFER. Para além disso, irá enriquecer a oferta formativa em domínios do conhecimento considerados chave do ponto de vista da sustentabilidade, designadamente na engenharia ferroviária e tecnologias, liderança e gestão.

As atividades de formação e investigação serão asseguradas num quadro orçamental autossustentável. Tal será conseguido pela progressiva internalização de serviços de formação atualmente contratados no exterior. Já as atividades de investigação serão enquadradas nos atuais sistemas de financiamento e programas competitivos de incentivos à investigação, nacionais e europeus.

Complementarmente a Academia REFER irá posicionar-se como um fornecedor de excelência no domínio da prestação de serviços de formação e consultoria de gestão de recursos humanos, nos mercados nacional e internacional, através de uma aposta na comercialização externa destes produtos e serviços, conforme diagrama seguinte.

Figura 6 – Estratégia para a Inovação e Formação na REFER



## 2.6. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Tendo como propósito contribuir para a sustentabilidade das empresas do Grupo, a política de desenvolvimento organizacional foi reorientada para as seguintes prioridades:

- a melhoria das práticas de gestão;
- a simplificação e eficiência do modelo orgânico;
- o relacionamento da atividade produtiva com o ambiente.

A ação convergente destes fatores, articulada em todas as empresas, resultará num Grupo REFER mais eficiente, melhor preparado para dar resposta aos desafios antecipados para o triénio e melhor integrado na comunidade.

A componente humana do desenvolvimento organizacional será gerida no sentido de contribuir, enquanto instrumento, para a coesão do Grupo, fator crítico de sucesso para a sustentabilidade.

Esta gestão unificada envolverá a definição de valores, políticas e linhas de orientação comuns para o desenvolvimento, a renovação de quadros, as remunerações e incentivos, a avaliação de desempenho e a mobilidade interna.

## 2.7. GESTÃO DO RISCO E CONTROLO INTERNO

Durante o ano de 2013 foi adotado um conjunto de medidas relevantes que visam reforçar e demonstrar a importância que a REFER atribui aos mecanismos de controlo interno e à gestão de riscos.

O [Plano do Grupo 2014-16](#) e o novo modelo organizacional que dá suporte aos objetivos estratégicos planeados, são parte essencial neste desiderato.

Como se verificou anteriormente no Plano do Grupo constam dois objetivos diretamente relacionados com esta questão:

- Implementação de um sistema de gestão integrado;
- Implementação de um sistema de controlo de gestão.

### A GESTÃO DE RISCOS NO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

Com a implementação do SGI, iniciou-se uma nova abordagem à gestão de riscos, com a identificação dos riscos por macroprocesso e respetiva classificação quanto a impacto e probabilidade de ocorrência.

Esta abordagem será aprofundada em 2014, visando a aplicação generalizada do modelo previsto e modelos internacionalmente reconhecidos, nomeadamente, na norma ISO 31000.

Será com base nesse trabalho que se continuará a dar resposta à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, que veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano.

### CONTROLO DE GESTÃO

Para além de ser um dos dez objetivos do Grupo, a implementação de um modelo de controlo de gestão foi suportada na nova organização pela criação de uma unidade específica, integrada na Direção de Economia e Finanças e pela designação de *controllers* para cada Direção (âmbito REFER e participadas).

O trabalho dos *controllers* inclui a elaborar e controlar orçamentos de gastos e rendimentos, realizar o controlo financeiro de contratos e projetos, produzir informação de *reporting*, entre outras atividades, realizadas em estreita articulação com os Delegados dos processos.

Este novo modelo introduz e garante uma prática sistemática e mais aprofundada de controlo de gestão.

## 2.8. A GESTÃO DA MARCA E A IMAGEM DO GRUPO

### UNIFORMIZAÇÃO DA IMAGEM CORPORATIVA

Com o objetivo de reforçar uma identidade conjunta e coesa, harmonizadora de valores e objetivos comuns a todas as empresas que compõem o Grupo REFER, procedeu-se à uniformização da imagem corporativa, com incidência visível na adoção de uma logomarca comum entre as mesmas.

Este propósito assume-se como essencial também na vertente externa onde a REFER se pretende posicionar como um parceiro de referência nos diferentes domínios de especialidade, importando, portanto robustecer a notoriedade da marca.

#### **Reformulação de logomarcas do universo REFER**

Conforme referido, salvaguardando a especificidade de cada uma das empresas, procedeu-se à integração da denominação das empresas do Grupo na logomarca REFER.

#### **Desenvolvimento do Manual de Identidade do Grupo REFER**

Foi criado um documento referencial e guia em todos os contextos de aplicação da imagem corporativa. Este manual, ao conter um conjunto de especificações técnicas, recomendações e normas para utilização e aplicação das diferentes marcas do Grupo REFER, tem por objetivo preservar as suas propriedades visuais e facilitar a sua correta perceção, identificação, divulgação e memorização.

#### **Proteção e registo de marcas**

Face à relevância em proceder ao registo e proteção das marcas e logótipos que compõem o universo do Grupo REFER, procedeu-se ao registo da marca institucional REFER, das marcas de produto/serviço Ecopistas (renovação) e Largo da Estação e da marca da campanha Pare, Escute e Olhe.

Nas marcas institucionais, face à existência de elementos gráficos comuns, entendeu-se proceder ao registo da marca mista REFER, do símbolo figurativo e do símbolo nominativo. Desta forma, garante-se a proteção mínima necessária às restantes marcas institucionais do Grupo.

### COMUNICAÇÃO DE MARCA

Destacam-se de seguida as ações e suportes mais relevantes para a promoção e reforço da notoriedade da marca e projeção pública do grupo REFER:

#### **Presença em feiras/eventos nacionais**

- Congresso CMM – XI de Congresso de Construção Metálica e Mista e I Congresso Luso-Brasileiro de Construção Metálica Sustentável – Conceção e produção de *stand* | organização da presença;
- SIL - Salão Imobiliário de Lisboa – Conceção e produção de conteúdos audiovisuais;
- Conferência Mobilidade Urbana – Organização conjunta REFER e Instituto do Território;
- Conferência de apresentação de resultados do projeto internacional INTERAIL – Organização do evento e logística e conceção e desenvolvimento de suportes gráficos e audiovisuais;
- Assembleia Geral do AEIE - CFM4 e reuniões do Grupo Consultivo – Organização dos eventos e logística e conceção e desenvolvimento de suportes gráficos e audiovisuais;
- Inauguração da Estação de Aqualva-Cacém – Organização da cerimónia e desenvolvimento de suportes gráficos;
- Cerimónia de apresentação do projeto SOS Azulejo – Desenvolvimento da imagem/suporte e organização do evento na Estação de Campolide.

#### **Presença em feiras/eventos internacionais**

- FILDA – Feira Internacional de Angola - Conceção e produção de *stand* | organização da presença;
- FACIM – Feira Internacional de Maputo - Conceção e produção de *stand* | organização da presença;
- EXPOTRANS – Feira Internacional dos Transportes e Logística – Conceção e produção de *stand* | organização da presença.

#### **Suportes de comunicação**

Visando especificamente a estratégia de internacionalização do Grupo REFER, foram desenvolvidos alguns suportes de comunicação para divulgação junto dos mercados-alvo definidos, nomeadamente em feiras e eventos internacionais.

- Filme Institucional Grupo REFER elencando as áreas de competência, produzido com locução multilingue – português, inglês, francês, castelhano e árabe;
- Brochura Institucional Grupo REFER (versão impressa em português e inglês). Este suporte também se encontra disponível no *website* REFER, em versão portuguesa, francesa e inglesa.
- Brochura de especialidade – Manutenção Ferroviária.

#### **Publicidade Institucional**

A publicidade institucional, enquanto componente da comunicação empresarial, é uma das ferramentas estratégicas adotadas para veicular a missão do Grupo REFER, de proporcionar ao mercado uma rede ferroviária segura e eficiente, orientada por critérios de sustentabilidade e divulgar as suas atividades de serviço público.

No ano de 2013, a REFER centrou esta atividade na sensibilização para a promoção de valores como a segurança e a valorização do seu património. A estratégia adotada, dentro de uma ótica de otimização dos recursos financeiros, no que respeita à colocação de publicidade institucional nos diferentes órgãos de comunicação, teve como objetivos:

- Promover a imagem do Grupo REFER, reforçando a divulgação das suas competências, serviços e dimensões de negócio;
- Reforçar a imagem, a notoriedade e a projeção pública do Grupo REFER, melhorando a perceção social do carácter único e específico da atividade da empresa;
- Sensibilizar para a problemática da segurança ferroviária e divulgar ações da REFER com impacto nas populações.

#### A CAMPANHA “PARE ESCUTE E OLHE”

No ano de 2013 foi dada continuidade à campanha de sensibilização e segurança PARE ESCUTE OLHE, nomeadamente através da dinamização da página dedicada à temática no *website* REFER e no *Facebook*.

No dia 7 de maio de 2013, Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível (PN), foram realizadas várias ações de sensibilização e informação, nomeadamente em PN em Coimbrões, Lisboa e Faro acompanhadas de divulgação mediática.

Ao abrigo de parcerias estabelecidas, no âmbito desta campanha, foi inserida publicidade, a título gratuito, nos jornais nacionais “Diário de Notícias”, “Público” e no “Destak”.

Como medida de reforço foi também desencadeada uma nova ação de sensibilização no final do ano, nos jornais Diário de Notícias, Público, Destak, O Mirante, O Gaiense, Jornal do Fundão e Gazeta das Caldas. Foi igualmente promovida uma campanha televisiva na RTP1, RTP2 e RTP Informação e na TVI.

#### GESTÃO DOS CANAIS EXTERNOS ONLINE

No ano 2013 o *website* REFER teve 229 722 visitantes, mais 30 817 que em igual período no ano anterior, o que representa um crescimento de cerca de 13%, ultrapassando a meta assumida, de 5%, para o ano em análise.

Neste domínio e de modo a que a comunicação *online* reflita a nova estratégia do Grupo, iniciou-se um procedimento contratual para a prestação de serviços de desenvolvimento do conceito criativo, *web design*, estruturação e implementação de um único *website*, em substituição dos quatro sites atuais das diversas empresas do Grupo REFER.

Este processo, a concluir em 2014, terá em conta a reformulação e uniformização gráfica e reestruturação de conteúdos, bem como a agilização da navegabilidade.

Em linha com o projeto em curso, foi ainda renovado, em termos de imagem e conteúdo, o canal *YouTube* da Empresa.

#### EXPLORAÇÃO DE DIREITOS DE IMAGEM

Dando continuidade ao processo de desenvolvimento de promoção e visibilidade da marca REFER, estabeleceram-se e reforçaram-se os canais de contacto com as diversas produtoras e estações de televisão, procurando acolher em espaços ferroviários iniciativas e filmagens que promovam e projetem o caminho-de-ferro, o seu património material e imaterial, garantindo-lhe retorno de imagem e viabilizando a presença mediática que de outro modo nos estaria inacessível, chegando assim a um vasto e diversificado público.

### 2.9. INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

Presente em grande parte do território nacional e desenvolvendo uma atividade que interfere direta e indiretamente com a população, a REFER, no sentido de esclarecer a opinião pública, é questionada de forma regular pela comunicação social e outras entidades.

#### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Assegurou-se resposta a **149 questões** colocadas por jornalistas que originaram **4 643 notícias** relativas à atividade da REFER, entre fevereiro e dezembro de 2013, sujeitas a análise e divulgação diária junto do público interno.

Em 2013 promoveu-se o envio de **27 comunicados de imprensa** divulgando as principais intervenções, projetos e parcerias, assegurando de forma pró-ativa a divulgação da informação sobre a empresa e sua atividade.

#### GESTÃO DE PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E RECLAMAÇÕES

##### **Pedidos de informação**

Ao longo do ano 2013 foi elaborada resposta a **459 solicitações/pedidos de informação de cidadãos**, colocados através dos canais de contacto existentes.

##### **Reclamações**

O Grupo REFER dispõe de um processo de tratamento e monitorização de reclamações, ferramenta de gestão que assegura um processo de melhoria continua num contexto de um mercado cada vez mais exigente.

Tal potencia a definição de ações internas de aperfeiçoamento, que contribuem para o desenvolvimento das atividades aos mais diferentes níveis.

Deste modo a análise das reclamações apresentadas, o estabelecimento de circuitos internos de comunicação e o retorno da informação sobre o tratamento dado às reclamações, são aspetos que destacam a importância dos clientes finais e contribuem para a melhoria contínua do desempenho da REFER.

Durante o ano de 2013, e tendo presente as reclamações recebidas relativamente a Estações Ferroviária, destacam-se os seguintes elementos:

- O número de reclamações recebidas relativamente a Estações (1209) situa-se 27% acima da meta definida. Para este aumento contribuiu sobretudo a instalação de controlo de acessos nas instalações sanitárias da Estação de Cais do Sodré.
- O tempo médio de resposta e tratamento de reclamações foi de 21 dias para uma meta de 20 dias, o que representou um desvio de 5%.
- Analisando as Estações Ferroviárias com o maior número de reclamações destaca-se a Estação de Cais do Sodré com 10%, seguindo-se a Estação de Campanhã com 6% e a Estação do Rossio com 5%.
- No que respeita ao tipo de situações/ ocorrências que geram o maior volume de reclamações destacam-se as instalações sanitárias com 26%, seguindo-se o Sistema de Informação ao Público com 23%, e os Equipamentos com 10%.

## 3. SÍNTESE DO PONTO DE SITUAÇÃO E ESTRATÉGIA DE CURTO/MÉDIO PRAZO

### 3.1. VERTENTE ECONÓMICA

#### 3.1.1. Operações

##### SÍNTESE DO PONTO DE SITUAÇÃO

A REFER foi responsável pela gestão de 35,9 milhões de CK Operacionais, valor superior em 2,5% quando comparado com 2012.

O transporte de passageiros registou um acréscimo de 1,2 milhões de CK para um total de 29 682 CK, enquanto no transporte de mercadorias se assistiu a uma quebra na ordem dos 0,2 CK, o que representou cerca de 5540 CK no final de 2013.

As cinco linhas com maior produção de CK representam 67% do volume total de CK Operacionais realizados: Linha do Norte (39%), Sul (10%), Minho (8%), Douro (5%) e Sintra (5%).

Em 2013 o índice de pontualidade global situou-se nos 85%, registando um ligeiro agravamento face a 2012, o qual foi de 86%. Este agravamento deve-se essencialmente à performance dos comboios de mercadorias (75% vs. 77% em 2012).

##### ESTRATÉGIA DE CURTO E MÉDIO PRAZO

A REFER continuará a prosseguir os seus esforços no sentido de procurar captar mais clientes e aumentar a utilização da rede ferroviária nacional.

Um dos propósitos da reestruturação efetuada em 2013 visa, precisamente, criar uma cultura ativa de procura e dinamização do mercado ferroviário, passando a REFER a ser um agente ativo na identificação de oportunidades de negócio.

Nesse sentido, pretende-se alargar o processo de divulgação do Diretório da Rede de modo a alargar a divulgação do serviço ferroviário a outros interessados.

Por outro lado, a prossecução da estratégia de investimento, com especial enfoque no aumento da cobertura da rede pelos mais modernos sistemas de sinalização e telecomunicações (na senda do preconizado no Plano Estratégico dos Transportes) permitirá melhorar índices de pontualidade, de segurança e fiabilidade, que contribuirão para a atratividade do modo ferroviário.

O investimento na eletrificação da rede gerará ganhos em diferentes níveis, com especial impacto na operação e gestão do parque de material circulante, designadamente, pela maior economia dos comboios elétricos e possibilidade de

harmonização e flexibilização do referido parque com ganhos ao nível dos processos de manutenção. Estes dois fatores contribuirão para a redução dos custos dos operadores tornando o transporte ferroviário mais competitivo.

Importa realçar a importância de materializar os investimentos em novas ligações, assim como, os previstos para os três troços da Linha do Norte ainda não modernizados e proceder à eliminação de alguns estrangulamentos que subsistem na rede (entre Alhandra e Vila Fanca de Xira, na Linha do Norte, assim como, do troço Contumil Ermesinde na Linha do Minho) e que muito contribuirão para a se gerarem ganhos de capacidade nestes dois troços de linha.

### 3.1.2. Manutenção

#### SÍNTESE DO PONTO DE SITUAÇÃO

A atividade da manutenção é primordial para o desempenho da missão essencial da empresa, garantindo a disponibilidade da via e eliminando os constrangimentos que possam colocar perturbações à circulação, resultando em afrouxamentos e conseqüente perda de capacidade.

Fator fundamental no planeamento da manutenção é a atividade de inspeção que permite aferir o nível de qualidade da via e planear as intervenções a realizar.

Apresenta-se de seguida informação que visa destacar alguns aspetos mais relevantes da atividade de manutenção, bem como da atividade inspetiva realizada em 2013.

Sem prejuízo dos processos de melhoria que resultam da avaliação dos contratos de manutenção nas diferentes especialidades, destaca-se ainda a Estratégia de Manutenção da Sinalização Eletrónica concebida em 2013.

A par do Plano de Gestão da Manutenção (que produz as orientações essenciais nesta área até ao final de 2014) constitui um exemplo da forma como a empresa pretende robustecer a sua prática de gestão e valências numa área de forte base tecnológica.

#### **A concretização das atividades de manutenção**

No final do ano de 2013 foi garantida a execução do [Plano de Manutenção Preventiva e Sistemática \(MPS\)](#) em cerca de **87% face ao planeado**, enquanto o [Plano de Manutenção Preventiva Condicionada \(MPC\)](#) foi executado em a **90%**.

#### **Inspeção da geometria de via – Campanhas de Inspeção na Rede Ferroviária Nacional**

Foram realizadas campanhas semestrais de toda a rede em exploração, tanto de via larga, como de via estreita.

A campanha de 2013 à rede geral de via larga, foi realizada com o veículo EM-120 e resultou na inspeção de cerca de 2450 quilómetros de via-férrea. Deste trabalho importa realçar a confirmação da tendência da melhoria dos índices de qualidade da via, designadamente ao nível do indicador QN3 (traduz os troços de via que carecem de uma ação de manutenção a curto prazo) que atingiu o valor de 5,9%.

Um dos objetivos da estratégia da manutenção é o de manter a um nível mais reduzido possível os troços de via que carecem de uma intervenção a curto prazo (no período do ano) sendo que a tendência revela que há melhoria a este nível.

#### **Implementação da Estratégia de Manutenção da Sinalização Eletrónica**

Em 21 de março de 2013 foi aprovada a estratégia de contratação da manutenção de sinalização eletrónica com os seguintes objetivos:

- Garantir a aplicação dos adequados padrões de qualidade e segurança;
- Reforçar as competências técnicas internas;
- Reduzir custos operacionais.

Para este efeito foi decidido concretizar o seguinte plano faseado de contratação:

- Contratar a Assistência Técnica pelo período de 36 meses;
- Contratar a manutenção de primeira linha em conjunto com a Assistência Técnica pelo período necessário à internalização de um troço com todas as tecnologias (12 meses) e de criação de um mercado de prestadores de serviços habilitados (24 meses).

A implementação da estratégia de contratação da sinalização eletrónica passa por criar as condições para reduzir o âmbito das prestações de serviços a coberto de critério material à sua mínima expressão, o que implica o estudo e desenvolvimento de roteiros de manutenção com segregação entre funções core indissociáveis do fornecedor de tecnologia e funções suscetíveis de poderem ser realizadas por outras prestações de serviços.

#### **ESTRATÉGIA DE CURTO E MÉDIO PRAZO**

Para o ano de 2014 pretende-se garantir a execução do Plano de Manutenção Preventiva e Sistemática a um nível não inferior a 87% e do Plano de Manutenção Preventiva Condicionada a um nível não inferior a 80%.

Pretende-se ainda assegurar um nível de qualidade no indicador QN 3, menor ou igual a 8,34%.

Um dos objetivos essenciais é ainda a elaboração do Plano de Gestão de Ativos 2015/2035 (inclui Plano Operacional 2015/2017) bem como, a revisão do 'Manual de Manutenção Preventiva e Sistemática', conjuntamente, com a redefinição dos níveis de serviços da infraestrutura.

Outra atividade que importa destacar é o lançamento dos novos contratos de Prestação de Serviços nas especialidades de Construção Civil e Baixa Tensão, de modo a poderem estar em condição de iniciar em 2015.

### 3.1.3. Desenvolvimento da Rede e Investimento

#### SÍNTESE DO PONTO DE SITUAÇÃO

Os constrangimentos que resultam das medidas restritivas resultantes da conjuntura económica e financeira desfavorável, levaram a uma redução substancial do nível de investimento realizado, registando-se, em 2013, um dos níveis mais baixos dos últimos anos situando-se nos 57 milhões de euros. Verificando-se, no entanto, uma subida de 11,2 milhões de euros face a 2012.

Todavia, 2013 constitui ainda um ano em que se realiza uma importante reflexão sobre a estratégia do investimento público no setor dos transportes, que se espera que venha permitir consolidar uma linha orientadora a médio prazo.

Esta análise foi realizada no seio do GTIEVA, grupo de trabalho responsável por identificar e hierarquizar as infraestruturas de elevado valor acrescentado. Este trabalho teve início em agosto de 2013, tendo o final do ano como horizonte para a produção da recomendação ao Governo.

Sem prejuízo disso, a REFER tem diligenciado o desenvolvimento dos principais projetos de engenharia forma alinhada com a estratégia preconizada no PET.

Na linha de orientação do PET estão os investimentos que proporcionarão ganhos operacionais na gestão da infraestrutura, designadamente o aumento da cobertura da rede pelos mais recentes sistemas de sistemas de controlo – comando e sinalização, controlo automático de velocidade (CONVEL) e de Telecomunicações. A estes investimentos que internamente são designados como ‘Investimentos Sustentáveis’ se junta a possibilidade de efetuar outros investimentos que eliminem estrangulamentos conhecidos na rede.

Complementarmente, efetuou-se um importante trabalho na constituição de processos de candidatura de um conjunto de investimentos executados no período 2007/2013 de modo a poder beneficiar da comparticipação financeira por fundos comunitários.

Por fim, é importante referir o esforço efetuado no fecho de contas de um conjunto de empreendimentos já concluídos em anos transatos.

#### ESTRATÉGIA DE CURTO E MÉDIO PRAZO

No final do ano a que respeita o presente relatório, o Grupo de Trabalho IEVA tinha em preparação final a sua proposta.

Espera-se que este trabalho venha permitir o estabelecimento de uma linha estável para a priorização e programação dos investimentos a efetuar numa lógica transversal e integrada no setor dos transportes.

Sem prejuízo deste importante instrumento, a REFER continuará a prosseguir a diligências em curso, no sentido de preparar ou consolidar os projetos que são essenciais para o desenvolvimento da rede.

Entre estes projetos destacam-se (pela escala e estágio mais adiantado de desenvolvimento) os que dizem respeito à Renovação Integral da Via dos três troços ainda não modernizados na Linha do Norte (Ovar/Gaia, Alfarelos/Pampilhosa e Santana-Cartaxo/Entroncamento) a Eletrificação da Linha do Minho no troço Nine/Valença e a conclusão da ligação do Porto de Sines à fronteira no rio Caia, compreendendo a construção de uma nova ligação entre Évora e a fronteira, integrada no corredor aprovado para a Ligação Lisboa-Madrid e beneficiando do trabalho de estudo de corredores já efetuado.

Tal como já referiu, acrescem os designados ‘investimentos sustentáveis’ cujo desenvolvimento prosseguirá.

#### **3.1.4. Contratação e Logística**

##### **PRINCÍPIOS DE CONTRATAÇÃO E PRÁTICAS DE CONTRATAÇÃO DISCIPLINADAS E ROTINADAS**

Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, a REFER, EPE fez diligências com vista à adequação dos seus procedimentos internos às regras de contratação pública constantes daquele Código, na medida da aplicabilidade das mesmas a esta empresa.

Para o cumprimento desse desiderato, têm sido constituídos grupos de trabalho com o objetivo de manter atualizado o Manual Interno de Contratação editado em 2008, bem como todo o conjunto de minutas tipo já existentes (Programas de Concurso, Cadernos de Encargos, etc.).

A REFER, EPE continua a utilizar, designadamente, documentação relativa à decisão de contratar contendo adequada fundamentação da necessidade e dos objetivos a atingir, sempre na ótica da melhor prossecução do interesse público subjacente a cada procedimento pré-contratual e da observância, entre outros, do princípio da transparência.

Não obstante, sempre numa perspetiva de melhoria e com vista ao acatamento das determinações que impendem sobre as empresas públicas (designadamente no tocante aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€) continuaram em vigor as minutas tipo referentes à fundamentação da iniciativa, bem

como à avaliação dos contratos celebrados, aprovadas em 2011, procurando sistematizar os dados e homogeneizar os procedimentos na empresa.

#### A CONTRATAÇÃO NUMA LÓGICA DE SERVIÇOS PARTILHADOS AO GRUPO

É ainda de referir que o modelo organizativo do grupo adotado em 2013 instituiu uma lógica de serviços partilhados, no âmbito da qual a contratação passou a estar incluída.

Tal teve como principal consequência o envolvimento das empresas participadas, no cumprimento dos Princípios de Bom Governo que impendem sobre a própria REFER.

Deste modo, a prática de contratação em vigor na empresa foi alargada às demais empresas do grupo, salvaguardando disposições específicas aplicáveis a cada caso.

O ano de 2013 marca a implementação desta lógica transversal ao grupo que se pretende consolidar para o ano de 2014, criando as necessárias rotinas.

Desencadeou-se ainda um trabalho que visa disciplinar a contratação intergrupo de modo a facilitar o processo de prestação de serviços de parte a parte.

#### 3.1.5. Gestão Financeira

##### SÍNTESE DO PONTO DE SITUAÇÃO

A concretização do objetivo estratégico de alcançar o ponto de equilíbrio do resultado operacional é fundamental para a sustentabilidade da REFER, permitindo anular os défices crónicos que são uma realidade desde a sua génese.

A REFER definiu e tem vindo a implementar medidas que visam a redução dos gastos afetos à atividade de gestão de infraestrutura (designadamente nos gastos com pessoal, nos fornecimentos e serviços externos, custos com deslocações e comunicações) assim como dos investimentos, tendo superado os objetivos propostos, conforme é detalhado no Relatório de Gestão da empresa.

Por outro lado, tem havido um esforço no sentido de maximizar as receitas próprias, juntando à taxa de uso outro tipo de receitas não core. Acresce o objetivo essencial de maximizar as oportunidades de financiamento dos investimentos necessários, com recurso a financiamento não remunerado, alavancando os seus meios próprios, com financiamento através de fundos comunitários. Este esforço deu origem em 2013 à apresentação de um conjunto de candidaturas para projetos de investimento, aproveitando o contexto excecional proporcionado para o efeito.

Em 2013 os **rendimentos operacionais totalizaram 166,8 milhões de euros** (uma subida de 9%) enquanto os **gastos atingiram o valor de 206,3 milhões de euros** (um acréscimo de 13%).

Face ao ano de 2012 o resultado operacional da REFER registou um **agravamento de cerca de 10 milhões de euros** (-39 milhões de euros em 2013 face a -29 milhões de euros em 2012) invertendo a tendência de melhoria registada nos últimos anos.

Verifica-se que cerca de metade do aumento dos custos operacionais resulta do incremento dos gastos com pessoal e a restante metade se divide, praticamente, em partes iguais entre o aumento dos custos com Fornecimento e Serviços Externos bem como provisões para riscos e encargos.

Considerando o resultado financeiro conclui-se que o resultado líquido registou, em 2013, uma melhoria de **3 milhões de euros**.

#### **Gastos com Pessoal**

Os **gastos com os colaboradores** da empresa apresentaram um acréscimo de **12,7 milhões de euros** (16,4%) face a igual período de 2012, resultante da reposição do pagamento do subsídio de férias e de Natal consagrado no Orçamento Retificativo 2013 após a decisão do Tribunal Constitucional.

#### **Fornecimentos e serviços Externos**

A rubrica de **Fornecimentos e Serviços Externos** registou um incremento de **4,3 milhões de euros** face a 2012, devido ao facto de alguns contratos de manutenção terem tido o seu início ao longo de 2012 comparativamente a uma execução de 12 meses em 2013.

Nesta rubrica registam-se basicamente as ações de manutenção com recurso a subcontratação, nomeadamente manutenção de via, sinalização, telecomunicações, catenária, representando estas especialidades **87% do total de gastos com subcontratação**.

#### **Frota Automóvel**

A frota automóvel da REFER tem vindo a ser alvo de um processo de ajustamento relativamente ao nível de atividade da empresa e à necessidade de reduzir custos.

No ano de 2013 registou uma **redução de custos na ordem dos 18%** e uma **redução de 47 viaturas** dado que alguns contratos de AOV tiveram o seu término tendo as necessidades de viaturas sido supridas com recurso ao parque disponível na empresa. O gasto por viatura registou uma **redução de 6%** face a 2012.

#### **Prazo médio de pagamentos a fornecedores**

Em 2013 o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) registou uma melhoria significativa de 63 dias em 31 dezembro de 2012 para **35 dias em 31 dezembro de 2013**, o que significa que se está a aproximar da meta dos 30 dias.

## ESTRATÉGIA DE CURTO E MÉDIO PRAZO

Do ponto de vista financeiro a estratégia manter-se-á na senda do que tem ocorrido desde que o país aderiu ao plano de assistência financeira.

Ainda que concluindo os seus efeitos do plano de assistência (nos moldes conhecidos) sabe-se que o país terá um longo caminho para reequilibrar as suas contas pelo que a REFER, enquanto empresa que está no perímetro do Estado, tem de ter uma prática alinhada.

Nesse sentido, deve zelar pela progressiva redução do défice operacional que em 2014 deve situar-se a um nível menor ou igual a **32,6 milhões de euros**. Deve ainda procurar promover a **redução do stock da dívida em 10%** passando a situar-se em cerca de **6 500 milhões de euros** no final do ano.

É ainda um objetivo contribuir para a cobertura integral dos investimentos, isto é, sem o recurso a financiamento bancário, o que implica procurar maximizar a parcela de participação do financiamento comunitário e por via dos recursos próprios a que se junta a parcela que advém do fundo PIDDAC do Estado Português, que se pretende minimizar.

### 3.1.6. Segurança da Infraestrutura

A segurança é um valor essencial na gestão da REFER, sendo fundamental para sustentabilidade do mercado ferroviário, que faz da segurança um fator diferenciador da sua oferta relativamente aos demais modos de transporte terrestre.

Como se viu, esta preocupação essencial tem reflexo na sua estratégia de investimento, designadamente, no que respeita à progressiva maior cobertura da rede pelo sistema Convel e também na implementação dos mais recentes sistemas de telecomunicações, garantindo níveis intrínsecos de segurança maiores na exploração.

Outro reflexo evidente encontra expressão na sua prática nos seguintes níveis:

- Segurança da Exploração Ferroviária;
- Gestão de Emergências;
- Proteção da infraestrutura – Segurança Pessoas e Bens;
- Supressão de Passagens de Nível e Gestão de *Trespassing*.

Todavia, esta dimensão tem de ser vista na dupla perspetiva do negócio, mas também na interação da infraestrutura com o meio que a rodeia, com especial incidência na vertente dos atravessamentos à ferrovia.

## SEGURANÇA DA EXPLORAÇÃO FERROVIÁRIA

No domínio da segurança da exploração ferroviária, e indo ao encontro da missão da REFER como entidade gestora de uma infraestrutura ferroviária fiável e segura destacam-se seguintes atividades:

- Criação e divulgação de indicadores na valência da segurança ferroviária, com periodicidade diária e mensal, promovendo a análise e o acompanhamento dos desvios, com o objetivo de manter sob controlo os adequados níveis de segurança da infraestrutura ferroviária;
- Promoção de análises de riscos e realização de inspeções e auditorias aos processos inerentes à segurança ferroviária, por forma a identificar situações de risco e respetivas medidas mitigadoras, atendendo ao objetivo da minimização de incidentes/acidentes. Neste particular foram desenvolvidas o total de **46 ações inspetivas** ao longo do ano de 2013;
- Coordenação da certificação de segurança relativa a material circulante e a sistemas ou equipamentos ferroviários, garantindo coerência nos processos e a compatibilidade entre os vários componentes da infraestrutura ferroviária. Nesta área foram produzidos **16 pareceres de segurança ferroviária** e emitidas **7 autorizações especiais de circulação**.

Pretende-se a promoção de uma atitude pessoal proactiva com enfoque nas temáticas da segurança ferroviária e a adequação de comportamentos focados na segurança em geral.

Espera-se induzir uma crescente consciência coletiva face às sensíveis matérias da segurança e muito em particular na sua vertente ferroviária, com impacto direto e positivo no desempenho das atividades da REFER.

Nesta perspetiva conjunta de segurança, a realização das atividades pretendeu fomentar o desenvolvimento do conhecimento na vertente da segurança ferroviária, promovendo o reforço de colaboração com as diversas especialidades técnicas ferroviárias.

O indicador relativo aos **acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro** atingiu um valor de **1,295** no final do ano de 2013. Este dado é provisório uma vez que à data da edição do RS 2013, decorre o acerto do mesmo com os registos das Empresas de Transporte Ferroviário, processo este supervisionado pelo IMT.

Em 2014 pretende-se manter os níveis de segurança da Rede Ferroviária Nacional, tendo como meta a melhoria (face a 2013) do indicador relativo ao número de acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro.

## GESTÃO DE EMERGÊNCIAS

Tem sido dado continuidade ao trabalho que visa assegurar a existência de planos de segurança, garantindo a continuidade do negócio em situação de contingência.

Como parte da atividade, destaca-se a realização de simulacros/exercícios para teste de procedimentos de emergência, desenvolvimento de procedimentos/planeamento de emergência e Ações de avaliação das condições de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE), cujas atividades se identificam seguidamente:

- Realização de 5 simulacros, dos quais 4 em ambiente de operação ferroviária e 1 de evacuação de edifício;
- Elaboração/revisão de Planos de Emergência, tendo sido concluída a revisão e publicação do Plano Nacional de Emergência e de Proteção Civil;
- Realização de 14 ações de sensibilização para diversos Agentes de Proteção Civil;
- Elaboração de Planos Prévios de Intervenção na Ferrovia;
- Elaboração de medidas de autoproteção no seguimento do trabalho realizado com a Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Representações a nível Nacional, Distrital e Municipal, no âmbito do Planeamento de proteção Civil e Defesa da Floresta Contra Incêndio;
- Análise a peças de projeto/documentação técnica existente referentes a equipamentos SCIE, tendo sido emitidos 52 pareceres;
- Realização de visitas a edifícios/recintos em articulação com a DMN na ótica SCIE.

Pretende-se dinamizar a prática adotada na realização periódica de simulacros/exercícios aumentando a capacidade de reação face a situações de emergência.

A repetição de estes exercícios permitirá melhorar a articulação entre os diversos órgãos da REFER, assim como com Entidades Públicas de Socorro, promovendo a melhoria das condições de SCIE de edifícios/recintos sob gestão REFER

#### PROTEÇÃO DA INFRAESTRUTURA – SEGURANÇA PESSOAS E BENS

É um objetivo essencial da política de segurança da empresa a proteção da infraestrutura ferroviária, zelando pela sua integridade, algo que contribui de forma crítica para a sustentabilidade do seu negócio. Acresce o efeito desta ação sobre as pessoas que utilizam o caminho-de-ferro, ou os espaços comerciais nas suas estações.

Deste modo, tem sido promovido um conjunto de estratégias e ações concretas que visam a redução dos atentados ao património ferroviário e o seu impacto financeiro e operacional na atividade do Grupo.

Este trabalho assenta na identificação e análise de vulnerabilidades, realizado em articulação com as unidades orgânicas relevantes na empresa, designadamente, com as áreas funcionais responsáveis pela manutenção, operações e engenharia. Ao nível externo merece destaque a articulação com as Forças de Segurança.

Na gestão dos recursos de segurança disponíveis foram disponibilizadas 562 gravações de imagens de videovigilância a entidades policiais e judiciais e efetuadas 56 inspeções à infraestrutura, tendentes a caracterizá-la e identificar vulnerabilidades, promovendo a sua mitigação.

O ano de 2013 apresenta resultados positivos, dos quais merece destaque o furto de metais não preciosos, com grande impacto no panorama criminal nacional, baixado de 395 ocorrências em 2012 para 232 em 2013.

Em 2014, para além da manutenção dos baixos índices de ocorrências lesivas do património ferroviário, pretende-se ter um papel mais ativo na sua gestão, assegurando a responsabilidade de participar criminalmente as ocorrências às autoridades policiais.

Tal alteração de procedimento, que se encontra em fase de preparação, possibilitará um melhor controlo sobre o processo e libertará outros órgãos da empresa, nomeadamente a Manutenção e as Operações, para as suas atribuições core.

#### ATRAVESSAMENTOS E PASSAGENS DE NÍVEL

Tem sido prosseguido o desenvolvimento e implementação de estratégia para a redução da sinistralidade, quer nos atravessamentos de nível da via-férrea (no final de 2013 existiam 870 passagens de nível no universo das linhas com exploração ferroviária) quer na que resulta da violação do canal ferroviário por terceiros, definindo objetivos e fixando metas.

Para a prossecução do objetivo enunciado desenvolveram-se um conjunto de atividades que se destacam de seguida.

##### **Ações em PN Plano de Supressão e Reclassificação de PN**

Em concretização do Plano de supressão e reclassificação de Passagens de Nível (PN) para 2013, Plano este a que a REFER está obrigada nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei nº 568/99 de 23 de dezembro e cuja materialização está atribuída à REFER, às autarquias e às Estradas de Portugal, foram executadas 12 ações, com a seguinte distribuição:

- Passagens de nível suprimidas: 8
- Passagens de nível reclassificadas: 4

Estas intervenções foram todas realizadas pela REFER, uma das quais em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa.

Face ao planeado (4 supressões e 14 reclassificações), resulta uma concretização de 67%, devido sobretudo ao adiamento das automatizações de PN previstas.

### **Mitigação do Risco em PN**

Para o alcançar dos objetivos definidos de redução da sinistralidade, em complemento das ações de supressão e reclassificação, é importante a adoção de outras medidas de menor custo e prazo de concretização que, atuando em fatores identificados, conduzam à minimização do risco nos atravessamentos ao caminho-de-ferro.

Neste âmbito, foram concretizadas 9 ações em 2013.

Tendo em vista a avaliação de fatores de risco e a consequente apresentação de propostas de medidas mitigadoras desses riscos, deu-se continuidade às peritagens técnicas em PN na sequência de acidentes, ou de outras PN que, mesmo sem registo de acidentes, revelaram fatores de risco passíveis de mitigação.

### **Ações Estratégicas em PN**

No âmbito das ações que, pelo seu caráter inovador ou por permitirem um planeamento mais sustentado dos investimentos nos próximos anos, contribuem decisivamente para a redução na sinistralidade, foram desenvolvidas em 2013:

- Acordos de Protocolo com Entidades Externas  
Para a programação e desenvolvimento sustentado dos Planos de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível, bem como de mitigação do risco, tem sido objetivo promover acordos técnicos/financeiros para as PN e atravessamentos em estação, com as respetivas Câmaras Municipais.  
Neste âmbito, em 2013 foram celebração acordos de protocolo com as Câmaras Municipais de Lisboa (uma reclassificação), Palmela (uma supressão), Valença (uma reclassificação) e Viana do Castelo (5º aditamento ao protocolo de supressão e reclassificação das PN do concelho).
- Avaliação do Risco em PN  
Na área de avaliação do risco em PN, fundamental para o cumprimento dos objetivos traçados para a sinistralidade, e na sequência do projeto desenvolvido nos anos transatos, procedeu-se em 2013 à avaliação do risco das Passagens de Nível com recurso a *software* específico - que permite determinar para cada PN os fatores e índice global de risco, bem como o impacto no mesmo, das possíveis intervenções – bem como à sua consequente hierarquização segundo o risco.

– Caracterização das PN

Em cumprimento do Regulamento de Passagens de Nível (Decreto-Lei nº 568/99), procedeu-se em 2013 à [recolha dos dados de 201 PN](#), incluindo características físicas, de utilização e da envolvente.

**Regularização Contratual das PN Particulares**

As licenças que vigoravam para as PN Particulares resultavam na sua generalidade de contratos celebrados ainda nos anos 1980 ou início de 1990, verificando-se que já não correspondiam em grande parte à realidade no terreno, em face da alteração da titularidade das parcelas servidas (venda ou sucessão), ou do seu uso.

Em sequência, e após a alteração em 2011 das anuidades e garantias devidas nas licenças das PN Particulares – para melhor refletirem o risco associado ao atravessamento –, deu-se continuidade em 2013 ao processo de regularização contratual das PN Particulares.

**Ações de Sensibilização para a Segurança em PN**

Durante o ano de 2013 foi dada continuidade à campanha de sensibilização e segurança [“Pare Escute Olhe”](#).

No dia 7 de maio, Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, foram realizadas várias ações de sensibilização e informação em passagens de nível, acompanhadas de divulgação mediática e da realização da 2ª edição do concurso de desenho sobre segurança em PN.

Promoveu-se ainda em dezembro uma Campanha de Natal, com divulgação de Spot publicitário na televisão e publicação de anúncio em jornais

**Sinistralidade em PN**

Em 2013 [ocorreram 27 acidentes em PN](#), sendo 24 colisões e três colhidas, de que resultaram dez mortos, cinco feridos graves e sete feridos ligeiros.

A sinistralidade em Passagens de Nível verifica-se que a política de supressão e melhoria das condições de segurança nas PN tem contribuído para a redução continuada da sinistralidade, salientando-se que, em resultado, se antecipou em 2011, e consolidou em 2012 e 2013, a meta definida para 2015 nas orientações estratégicas para o setor ferroviário, de redução da sinistralidade em 60% face a 2005 (isto é, menos de 29 acidentes).

**Atravessamentos de Nível em Estação (ATV)**

Tendo em vista a redução da sinistralidade nos atravessamentos de nível em estação (ATV) e a redução dos seus custos globais de manutenção, deu-se continuidade em 2013 às ações de racionalização e de mitigação do risco neste tipo de

atravessamentos, com [intervenção em ATV de 25 estações ou apeadeiros](#), das linhas do Norte, Sul, Algarve, Alentejo e Vendas Novas.

Na sequência da caracterização e avaliação do risco de todos os ATV concluída em 2012, procedeu-se em 2013, à semelhança já efetuado para a Linha do Norte, à definição de soluções para os ATV das restantes linhas férreas, determinadas com base em análise custo/benefício tendo em conta o risco associado e os recursos disponíveis. Estas soluções, de racionalização ou mitigação do risco, foram consideradas de forma individual ou, para as estações mais complexas, para o conjunto dos ATV aí existentes.

#### **Atravessamentos em locais não autorizados (*Trespassing*)**

Dando sequência à estratégia de intervenção para a melhoria da segurança por redução dos atravessamentos (e circulações) em locais não autorizados, vulgo “*trespassing*”, procedeu-se em 2013 à [vedação de 32 locais](#) de “*trespassing*”.

#### **Objetivos e Perspetivas para 2014**

Visando a redução da sinistralidade nas várias tipologias de atravessamentos à via-férrea, prevê-se para 2014 um conjunto de ações em Passagens de Nível (PN), Atravessamentos em Estação (ATV), Atravessamentos em Locais Não Autorizados “*Trespassing*” e “Suicídios”, compreendendo intervenções diretas em locais de risco (supressão, reclassificação ou mitigação do risco), auxiliadas por campanhas de educação e sensibilização para os cuidados a ter no atravessamento da via-férrea e para as quais se pretende um maior envolvimento da sociedade civil.

Neste âmbito, preveem-se [252 intervenções](#) que proporcionarão a [supressão de 62 atravessamentos](#) (13 PN e 49 ATV) e a [melhoria de segurança em 121](#) (39 PN e 82 ATV), para além da [inviabilização de 69 locais](#) de “*Trespassing*”.

### **3.2. VERTENTE SOCIAL (INTERNA)**

Apesar de a REFER ter completado [16 anos de existência em 2013](#), as suas origens remontam à criação dos caminhos-de-ferro em Portugal.

Consequentemente, os seus colaboradores são detentores de um *know-how* centenário e único no país, razão pela qual o Capital Humano é um dos principais ativos estratégicos da empresa.

Neste sentido, a Política de Recursos Humanos tem como objetivo maximizar a valorização, desenvolvimento profissional e motivação dos colaboradores, de forma alinhada com os objetivos estratégicos da organização.

Complementarmente, a REFER tem zelado por proporcionar aos seus colaboradores condições progressivamente melhores para o exercício das suas funções, salvaguardando os requisitos de segurança do trabalho. Neste caso, tem também

explicitado requisitos para que as empresas que para si trabalham põem em prática as normas legais exigíveis, para os seus trabalhadores.

### 3.2.1. Emprego

#### EVOLUÇÃO DO EFETIVO

Durante o ano de 2013 continuou a verificar-se a tendência de redução do efetivo médio da REFER.

Esta tendência ocorre desde há uma década a esta parte, resultado de uma constante adaptação e modernização da empresa perante os vários desafios com que se tem deparado ao longo dos últimos anos.

Neste período a REFER contou com uma **média de 2642 colaboradores** a cargo, **menos 142** que no ano transato. Em Dezembro estavam **ao serviço da empresa 2540 pessoas**, o que representa um novo mínimo histórico ao nível da dimensão do efetivo da empresa.

Para 2014 prevê-se que o número de trabalhadores continue a ser ajustado em função das reais necessidades da organização, contudo de uma forma menos acelerada da verificada nos últimos três anos.

#### SAÍDAS

Em 2013 ocorreram **115 saídas** da REFER, das quais **99** foram motivadas por **Rescisões por Mútuo Acordo (RMA)**.

Estes dados revelam o esforço efetuado pela REFER no sentido de ajustar o seu efetivo às necessidades financeiras e operacionais do negócio.

As 99 RMA assinadas durante o ano permitirão à REFER uma poupança anual a rondar os 2,6 milhões de euros e terão um prazo de retorno médio de 19 meses.

Face ao atual ambiente económico-social vivido em Portugal, a estratégia passará forçosamente por continuar a reduzir o efetivo, considerando a conjugação de fatores externos e internos, dos quais se destacam:

- A deterioração da conjuntura económica e financeira do país, que obrigou a Empresa a acelerar a estratégia de redução de Gastos de Pessoal no longo prazo;
- Possíveis alterações às regras de atribuição do subsídio de desemprego e da idade de reforma;
- Concretização de projetos que visam a modernização da atividade ferroviária, e que permitem aos órgãos operacionais a utilização de menos colaboradores para este propósito específico;

- O ajustamento por força da diminuição do nível de investimentos na Infraestrutura Ferroviária, e conseqüente impacte no volume de trabalho da REFER.

Em 2014 não se esperam grandes alterações ao nível do contexto económico-social no qual a empresa se insere, pelo que se espera que as RMA continuem a ser o principal motivo de saída da REFER, embora em menor grau do que em anos anteriores.

#### TURNOVER (TAXA DE ROTAÇÃO)

O ‘Turnover’ traduz a rotação de pessoal numa organização, isto é, a relação entre entradas e saídas de trabalhadores de uma empresa, fornecendo informação sobre a percentagem de substituições de colaboradores antigos por novos e desta forma perceber qual a capacidade que a empresa tem para manter os seus colaboradores.

Verifica-se que em 2013 o rácio entre as saídas e o efetivo médio foi superior em cerca de 2% ao verificado no ano anterior, significando que as cessações de contrato representaram 4,4% do seu efetivo médio. A taxa de rotação fixou-se nos 2,7% em 2013.

#### ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE

A idade média do universo de colaboradores da REFER em 2013 situava-se nos 47,01 anos de idade. Depois de um ligeiro recuo no ano de 2011, verifica-se que a idade média tem vindo a aumentar progressivamente.

No diz respeito à estrutura etária do pessoal da REFER, constata-se que existe uma predominância de colaboradores com idades compreendidas entre os 46 e 55 anos (44,6%).

Uma análise mais cuidada permite concluir que desde 2011 existe uma tendência de envelhecimento gradual no efetivo da REFER.

É expetável que em 2014 estas tendências se acentuem, atendendo à já referida provável diminuição do ritmo de redução do efetivo, e às restrições impostas na contratação de novos colaboradores no setor empresarial do estado.

#### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

Historicamente o grupo de colaboradores classificado como “profissionais qualificados” representa cerca de 45% do pessoal da REFER. Contudo é notório que ao longo dos anos existe uma tendência no aumento das qualificações dos trabalhadores da REFER.

Ao contrário dos “profissionais qualificados”, que têm mantido o seu peso ao longo dos anos, existe uma clara redução dos “profissionais não qualificados” de 40% para 16%.

No sentido contrário encarregados e chefes de equipa duplicaram o seu peso e os quadros superiores quase que quadruplicaram desde a criação da REFER em 1999. Esta tendência é justificada pela concretização das políticas de modernização e automatização da atividade ferroviária, que deram lugar à necessidade de recrutamento de técnicos altamente qualificados, e permitiram a saída de pessoal operacional, tradicionalmente com níveis de habilitação significativamente inferiores.

No futuro a REFER deparar-se-á com uma situação interessante, uma vez que existem vários colaboradores que concluíram as respetivas licenciaturas, aguardando a passagem para a carreira técnica, inviabilizada nos últimos anos por imposições legais.

Neste momento, estes trabalhadores continuam a exercer funções nas suas categorias de origem, sendo classificados como “profissionais qualificados”.

#### MOBILIDADE 2013

Em 2013 foi dada continuidade ao processo de ajustamento do efetivo, tendo as saídas da empresa incidido sobretudo nos colaboradores com elevados níveis de antiguidade e pertencentes a categorias de enquadramento (chefias intermédias) e com especialidades relevantes ao nível da importância da experiência profissional e competências técnicas, sendo fundamental voltar a assegurar o provimento desses postos de trabalho com recurso a processos de mobilidade interna.

Neste esforço de adequação dos recursos humanos às necessidades do negócio, devem ser salientadas as dificuldades acrescidas resultantes do desfavorável enquadramento legal e financeiro. Não obstante, foi possível preencher de uma forma célere aqueles postos de trabalho considerados críticos.

No âmbito destes processos destaca-se a reorientação funcional de trabalhadores ocorrida entre as áreas de Circulação e Manutenção, sem haver necessidade de alterar os estatutos profissionais, com distintos perfis e categorias profissionais.

A profunda reestruturação do Grupo REFER, ocorrida no mês de abril, obrigou a um complexo processo de mobilização de recursos humanos entre a REFER e empresas participadas, acompanhado por uma redistribuição e transferência de atribuições.

A avaliação do perfil de competências técnicas e comportamentais dos colaboradores foi o garante do melhor ajustamento do efetivo às necessidades verificadas.

Ao longo do ano de 2013, foram geridos [1701 processos de mobilidade interna](#), sendo que destes [1503](#) resultaram do processo de reorganização da empresa.

#### DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL

Cerca de [70% dos trabalhadores](#) da REFER estão sediados em [Lisboa](#) e no [Centro](#). Apenas [8%](#) dos colaboradores se encontram a [Sul de Lisboa](#).

Este facto explica-se porque é neste distrito onde se concentra a maior parte dos órgãos corporativos da empresa e onde existe maior volume de tráfego ferroviário.

#### ESTÁGIOS EMPREGO "IMPULSO JOVEM"

No segundo semestre de 2013 teve início o programa dos Estágios Emprego "Impulso Jovem" - Portaria n.º 204-B/2013 de 18 de junho, que teve amplo acolhimento nas empresas do Grupo, evidenciando a sua disponibilidade para participar em programas de desenvolvimento profissional e aquisição de competências, que no caso da REFER tem especial significado dado o interesse que a engenharia ferroviária suscita.

Foram identificadas um total **73 vagas de estágio**, de norte a sul do país, com diferentes perfis e que cobrem praticamente todas as áreas funcionais.

No último trimestre do ano foram concluídos 17 processos para as áreas consideradas como prioritárias, estando previsto a sua conclusão até final do primeiro semestre de 2014.

Para o ano de 2014 será dada prioridade à contínua adequação do capital humano às reais necessidades de cada órgão da empresa que tem vindo a ser feita, com base no respetivo perfil de competências de cada um, procurar-se-á mobilizar e enquadrar os diversos colaboradores, atendendo às condições vigentes e à otimização dos escassos recursos, onde se inclui a renovação de chefias intermédias.

#### 3.2.2. Diálogo Social

Em sede do diálogo social (DLS) promove-se a articulação entre a Empresa e as organizações representativas dos trabalhadores ao serviço da Empresa, com vista à obtenção de consensos entre as partes, não só através da negociação coletiva como também de reuniões com as referidas organizações sempre que tal se mostre necessário.

#### SINDICALIZAÇÃO

A REFER, no seguimento da tradicional prática ferroviária, mantém uma taxa de sindicalização bastante elevada, sendo que as organizações representativas dos trabalhadores ao serviço da Empresa desempenham papéis bastante ativos na mediação de questões entre os seus associados e a Empresa.

As matérias controversas são reportadas quer por forma escrita, quer telefonicamente, sendo todas objeto de adequado tratamento. Sempre que tal se mostra necessário, são realizadas reuniões, para que as diversas questões possam ser debatidas presencialmente, visando chegar mais facilmente a plataformas de entendimento.

Através da taxa de sindicalização é possível aferir a relevância que os sindicatos detêm no setor ferroviário. Em 2013, os números apontam para um total de **1692 colaboradores sindicalizados**, o que representa **64% dos trabalhadores** da REFER.

Embora o seu peso tenha vindo a diminuir de uma forma ténue ao longo dos anos, continuam a ter uma importância que deve ser considerada.

Os colaboradores são representados por **22 organismos sindicais**, dos quais 20 estão ligados ao setor ferroviário, destacando-se que as duas principais federações sindicais nacionais abrangem quase 50% do pessoal sindicalizado da REFER.

#### PAZ SOCIAL

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do grande número de organizações sindicais que os representam, a REFER mantém um bom relacionamento com todas as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) e com a Comissão de Trabalhadores.

Embora em 2013 se tenham verificado alterações legislativas do qual surtiu a revisão em baixa rendimento e o direitos dos trabalhadores, foi efetuada uma gestão do clima social com o objetivo de procurar evitar ou minimizar o impacto das **16 greves decretadas** pelos sindicatos procurando salvaguardar, na medida do possível, a normal circulação ferroviária.

Em 2014, a REFER continuará a trabalhar na manutenção e melhoria contínua do diálogo e clima de paz social na e com as OTS, privilegiando a adoção de soluções consensuais,

No âmbito das condições de trabalho, será concluído em 2014 o levantamento, já iniciado em finais de 2013, das condições nos locais de trabalho e instalações sociais em toda a rede ferroviária.

#### BENEFÍCIOS SOCIAIS

Durante o ano de 2013, a REFER manteve o plano de benefícios sociais que tem vigorado na empresa nos últimos anos, e que visa proporcionar aos seus trabalhadores um conjunto de apoios em áreas sociais importantes como a saúde, educação, cultura e desporto.

##### **Área da Saúde**

É importante referir que a REFER é uma empresa com uma assinalável dispersão geográfica dos seus trabalhadores, com um tipo de atividade operacional com relevante desgaste físico.

Neste sentido, um benefício como o seguro de saúde surge com um papel reforçado, na medida em que possibilita um acesso facilitado a cuidados de saúde em qualquer ponto do país.

Deste modo os colaboradores da empresa beneficiam dos seguintes seguros:

- Seguro de Saúde - Aplicável a qualquer trabalhador da Empresa, com cobertura de 90% das despesas de saúde de qualquer especialidade médica realizadas na ampla rede definida. Para além disso, todas as consultas realizadas fora da rede convencionada (qualquer médico, clínica ou hospital) beneficiam também de uma comparticipação de 50%. Sublinha-se que também os familiares poderão beneficiar deste seguro, ficando neste caso o prémio do agregado familiar a cargo do trabalhador;
- Seguro de Acidentes Pessoais - Cobre qualquer tipo de riscos profissionais e extra profissionais de invalidez permanente ou morte, com indemnização de quinze mil euros para estes casos.

#### **Área da Educação**

A empresa apoia os seus trabalhadores na fase de pré-escolaridade dos seus filhos e incentiva as boas classificações durante todo o ensino secundário e superior.

- Subsídio de Pré-Escolaridade - Atribuído mensalmente a filhos e equiparados dos trabalhadores, dos 4 meses aos 6 anos, e que frequentam creches, jardim-de-infância ou amas reconhecidas pela segurança social. O valor/criança destes subsídios varia entre os 50€ e 89€, tendo sido atribuído a [333 beneficiários](#);
- Bolsa de Estudo - Atribuída aos filhos e equiparados dos trabalhadores que consigam obter uma média igual ou superiores a 14 valores entre o 9º ano de escolaridade e o final do ensino superior, este benefício abrangeu [183 alunos](#).

Como complemento destes apoios sociais à escolaridade, a REFER passou a conceder passe de estudante aos filhos dos trabalhadores que deles necessitem. Em 2013 foram atribuídos cerca de [317 passes escolares](#).

#### **Área de Concessões de Viagem**

Os trabalhadores ao serviço da REFER mantiveram o direito a viajar através de transporte ferroviário, sem custos, nas suas viagens de serviço e no percurso de casa/trabalho.

Trata-se de um benefício de extrema relevância no âmbito da atividade profissional dos trabalhadores da REFER, uma vez que aquela exige, na maior parte das situações, deslocações frequentes por toda a rede ferroviária.

### 3.2.3. Desenvolvimento do Capital Humano

O ano transato ficou marcado pelo alargamento da construção de perfis de competências funcionais para além da área da circulação ferroviária, e pelo início da reimplementação do Sistema de Gestão do Desempenho e Potencial (SGDP) na REFER.

A identificação das competências críticas necessárias ao correto desempenho de todas as funções da Empresa é um trabalho fundamental, com vista à concretização do objetivo de desenvolvimento de competências-chave, previsto no Plano 2014-2016 do Grupo REFER.

Deste modo, foram construídos os perfis das áreas de auditoria interna, secretaria-geral e gestão da frota de vagões REFER, tendo sido igualmente aprofundado o trabalho que já estava parcialmente realizado nas áreas da segurança e circulação ferroviária.

A metodologia utilizada na construção dos referidos perfis assenta na:

- Análise das atribuições e responsabilidades dos órgãos e respetivas áreas;
- Entrevistas com colaboradores (máximo duas entrevistas por função);
- Sistematização dos dados recolhidos e identificação das competências técnicas críticas;
- Construção dos perfis e validação com chefia direta;
- Validação final pelo responsável do órgão.

Paralelamente consolidou-se o modelo do novo SGDP, estruturando e concretizando as suas características. Procedeu-se ainda à identificação de todas as ações necessárias à concretização do projeto de implementação desta ferramenta.

O novo modelo tem por base duas vertentes:

1. **Gestão de Competências:** Baseada nos perfis de competências funcionais a construir ancorados a indicadores comportamentais. A avaliação de competências tem como missão determinar quais as valências existentes na empresa e de que formas estão distribuídas pela organização. Desta forma, é exetável conseguir uma melhor definição das medidas a tomar tanto ao nível do desenvolvimento dos trabalhadores, como do suprimento de lacunas de competências que possam existir nas diferentes direções;
2. **Gestão por Objetivos:** A definição, monitorização e avaliação do cumprimento de objetivos é a novidade mais significativa do novo SGDP. Pretende-se com esta gestão alinhar as expectativas e ações de cada individuo com os objetivos das respetivas equipas e, conseqüentemente, com a concretização dos objetivos corporativos da REFER.

Espera-se que o novo SGDP confira uma maior objetividade e justiça à avaliação do desempenho dos trabalhadores, dando lugar à identificação de oportunidades de

melhoria para cada um deles, bem como à identificação do talento existente na organização, e respetivo reconhecimento e recompensa.

Neste contexto de mudança de paradigma, realizou-se, no último trimestre de 2013, um teste ao modelo do SGDP no Centro de Comando Operacional (CCO) de Lisboa. Este projeto visou não só pôr à prova os perfis funcionais de competências da área da circulação, mas também fazer uma primeira aproximação a uma gestão por objetivos numa atividade do core *business* da Empresa, e num estabelecimento crítico para a gestão da circulação ferroviária no país.

No primeiro trimestre de 2014, serão avaliados os resultados deste piloto, para que se possam planear ações a desenvolver com os trabalhadores e identificar matérias que devem ser melhoradas no modelo.

O próximo ano ficará também associado ao alargamento do SGDP piloto a todas as direções da REFER, para que todas as áreas possam testar o modelo e dar feedback sobre o mesmo. Com esta estratégia espera-se implementar definitivamente o SGDP no Grupo REFER em 2015, com um modelo sólido, coerente, devidamente testado e validado por todos os intervenientes no processo.

O futuro do Capital Humano do Grupo REFER será marcado por uma gestão estruturada e criteriosa do desenvolvimento de cada trabalhador, adaptada à realidade do setor ferroviário, e que permitirá uma gestão do talento orientada para a melhoria contínua, o que se traduzirá num contributo decisivo para concretização dos objetivos que a Empresa se propôs atingir.

#### **3.2.4. Formação**

A formação na REFER está especialmente vocacionada para a promoção da melhoria do desempenho individual e organizacional através do desenvolvimento e consolidação das competências associadas ao negócio e aos domínios do conhecimento de suporte ao mesmo, bem como, do desenvolvimento de competências transversais que promovam, junto dos colaboradores do Grupo, a apetência por uma cultura de inovação, eficácia e compromisso com os objetivos organizacionais.

A Academia REFER coordena a elaboração do Plano de Formação do Grupo REFER dando corpo à estratégia definida para o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores.

Compete à Área de Formação da Academia REFER a responsabilidade pelo planeamento, execução, acompanhamento e garantia da qualidade da formação prevista.

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NA ÁREA DA FORMAÇÃO

A formação prossegue os seguintes objetivos estratégicos, no âmbito das quatro dimensões do negócio, Clientes, Processos, Financeira e Aprendizagem e Crescimento:

- Promover a formação profissional e o desenvolvimento de competências profissionais e pessoais, de forma transversal e equitativa no grupo REFER, tendo como padrão de referência as 35 horas de formação por colaborador exigidas por lei;
- Reforçar e desenvolver competências nas áreas chave do negócio e reforçar a capacidade de liderança/gestão internas;
- Promover a qualidade da formação e do processo formativo, bem como o seu reconhecimento, assegurando a visibilidade enquanto entidade formadora reconhecida, com *know-how* específico, no mercado nacional e internacional;
- Promover a qualificação e o correto dimensionamento da Bolsa de Formadores internos, de forma a responder às necessidades de forma inovadora e eficaz;
- Promover a eficácia e eficiência da cadeia de processos e da logística associada à atividade formativa;
- Desenvolver um orçamento economicamente sustentável na área da formação, através da diminuição dos custos de contratualização de serviços externos de formação e da aposta em metodologias inovadoras que potenciem a economia de custos e a obtenção de incentivos externos;
- Promover a comercialização de produtos e serviços de formação e consultoria de gestão de recursos humanos nos mercados nacional e internacional.

## SÍNTESE DA PRINCIPAL ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2013

Ao longo do ano de 2013 destaca-se a execução do plano de formação, assim como, o denodado trabalho de preparação do plano de formação de 2014.

### **Execução do Plano de Formação de 2013**

Em 2013 foram asseguradas **681 ações de formação**, que envolveram **2786 formandos** e representaram um volume de formação total de **57 990 horas**.

Verificou-se um decréscimo do volume global da formação face ao ano anterior, devido essencialmente ao processo de reestruturação organizacional e criação da Academia, circunstâncias que não possibilitaram um desenvolvimento mais regular das atividades afetas à formação.

O volume de formação *per capita* situou-se nas **19,3 horas de formação por colaborador**.

No ano de 2013 cumpre realçar que cerca de **80% da oferta formativa foi assegurada com recursos internos da empresa**.

No que diz respeito à qualidade da formação realizada, a mesma situa-se ao nível 4 (Muito Boa), correspondendo este indicador ao nível de satisfação global (perfeccionada) tanto no que diz respeito à avaliação dos formandos, quanto à dos formadores, em todas as áreas e domínios do conhecimento.

#### **Preparação do Plano de Formação de 2014**

A preparação do plano de formação para o ano de 2014 ocorre numa altura em que se efetivou o modelo de reorganização do grupo visando uma maior integração e adoção de uma lógica de serviços partilhados, na qual a Academia REFER se inseriu na dupla vertente de Investigação e Desenvolvimento, bem como na vertente de Formação.

A metodologia seguida na preparação do plano compreendeu:

##### **1 A identificação das Necessidades de Desenvolvimento Individuais**

Foi desenvolvido um vasto processo de avaliação das competências individuais dos colaboradores, que ocorreu em duas fases distintas uma primeira orientada para os colaboradores com funções técnicas no âmbito das especialidades associadas à Infraestrutura e uma segunda para todos os colaboradores não cobertos pelo 1º processo, incluindo os pertencentes às empresas afiliadas, bem como aqueles que entretanto mudaram de funções.

##### **2 A Identificação das necessidades de desenvolvimento organizacionais e funcionais**

A identificação das necessidades de desenvolvimento atendeu à estratégia traçada para o ano de 2014, enquadrando a informação relativa às necessidades específicas individuais dos colaboradores respondendo a necessidades que se situam aos níveis Organizacional e Funcional, designadamente:

- Reforço das capacidades e competências no âmbito da inovação e competitividade;
- Reforço das capacidades e competências técnicas no âmbito das áreas core e de suporte ao negócio e ainda no âmbito dos processos organizacionais-chave
- Reforço das competências de Liderança;
- Reforço das competências de Gestão.

#### **AS ORIENTAÇÕES DO PLANO DE FORMAÇÃO DE 2014**

As orientações para a atividade formativa em 2014 estão agrupadas em cinco eixos fundamentais que se sintetizam seguidamente.

### **Formação e Desenvolvimento**

A Academia estará em condições, em 2014, de prestar de forma consistente e estruturada, serviços de formação para todo o Grupo REFER.

Articuladamente, será desenvolvido um processo de comunicação apelativo, adequado aos objetivos de promoção da imagem e desenvolvimento do negócio da Academia, incidindo na oferta formativa e de serviços de formação, mas também no reporte da atividade desenvolvida e do impacto dos processos de aprendizagem nos resultados do negócio.

Na realização da formação prevista, assume-se a continuidade da estratégia de internalização das funções de formação em todas as áreas em que o conhecimento reside na REFER.

### **Bolsa de Formadores**

Para a operacionalização do Modelo de Formação em todas as áreas e domínios do conhecimento em que existe *know-how* interno, é de fundamental importância a existência de uma Bolsa de Formadores corretamente dimensionada, qualificada, dotada das competências técnicas e pedagógicas. Também nesta se garantirá a alimentação adequada da Bolsa através da seleção de colaboradores vocacionados para o exercício da função Formador nas suas diversas vertentes.

### **Metodologias de Formação**

Para além das metodologias tradicionais de formação em sala, prática e em contexto de trabalho, a Academia-Formação pretende, apostar em projetos de formação assentes em metodologias de formação inovadoras, como sejam o *e-learning* e o *b-learning*.

Considera-se ser possível apostar, já em 2014, no aumento do volume da formação a realizar nestes moldes, nomeadamente no âmbito da formação que contratualizamos ao exterior para o desenvolvimento das competências de suporte ao negócio e transversais.

Paralelamente, prepara-se para lançar em 2014 um projeto de desenvolvimento de ações de formação a realizar no formato *b-learning*, com recurso a meios exclusivamente internos, no âmbito das competências do negócio, para um público interno e externo.

### **Reconhecimento da qualidade da atividade e eficácia do processo formativo REFER**

Encontra-se em preparação o processo de candidatura à certificação DGERT, o qual permitirá o reconhecimento da qualidade da atividade formativa desenvolvida pela REFER em áreas específicas.

### Otimização dos meios de financiamento da atividade formativa

Assegurar a sustentabilidade do Orçamento para Formação constitui um objetivo estratégico. O seu alcance dependerá, em 2014, da conjugação de esforços em três planos:

- Num 1º plano, diminuindo os custos de contratualização de serviços externos de formação por via da internalização da formação nas áreas em que a REFER detém o *know-how* interno e apostando, igualmente, no âmbito da formação externa, em metodologias de formação inovadoras que potenciem a economia de custos, como sejam os regimes *e-learning* e *b-learning*.
- Num 2º plano, criar-se-ão as condições para a certificação da atividade e qualidade do processo formativo, com vista à candidatura a fundos estruturais e à obtenção e canalização de financiamento externo.
- Num 3º plano, situa-se a prestação de serviços de formação e de consultoria no âmbito da Gestão de Recursos Humanos e da Gestão da Formação, nos mercados nacional e internacional, iniciativas a empreender diretamente pela Academia ou, indiretamente, através de parceiros de negócio.

Ao longo de 2014 a REFER continuará a colaborar em planos de aprendizagem específicos, designadamente em programas de estágios profissionais e curriculares, em articulação com instituições de ensino superior e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

### 3.2.5. Segurança no Trabalho

Foi desenvolvida a avaliação dos riscos profissionais e definição das respetivas medidas de prevenção, coordenações de Segurança em Obra/Prestações de Serviço e auditorias de 2ª parte (Prestadores de Serviço), cujas atividades se identificam seguidamente:

- Elaboração de 51 [Fichas de Análise de Risco](#) e definição de medidas de prevenção para a realização das atividades, assegurando 31 [coordenações de segurança](#);
- Conceção e desenvolvimento de Formação no âmbito da segurança do trabalho;
- Análise e contributos dos documentos a patentear a concurso e elaboração do instrumento de gestão de segurança;
- Análise ao desenvolvimento do instrumento de gestão da segurança para o empreendimento;
- Acompanhamento da execução das medidas de prevenção através da realização de 58 [inspeções](#) e 12 [auditorias](#), promovendo a sua eficiência e operacionalidade;
- Realização de auditorias com vista à verificação da implementação do sistema de gestão de segurança do trabalho, definido para o empreendimento.

Verificando-se um agravamento dos indicadores nesta matéria (os dados de 2013 são provisórios e terão de ser analisados em detalhe), tal vem reforçar a necessidade de reforçar a aposta na melhoria das condições de segurança dos trabalhadores para o conjunto das atividades da empresa e promover a cooperação com as entidades externas que desenvolvam atividades na infraestrutura ferroviária.

Acresce a preocupação da REFER em garantir contratualmente, que as empresas que lhe prestam serviços integram estas preocupações na sua gestão. Nesse sentido, há muito que a empresa tem a preocupação em acompanhar regularmente a gestão de segurança destas entidades externas.

### 3.2.6. Diversidade e Oportunidade

#### IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Historicamente o sector ferroviário sempre foi marcado pelo elevado peso da população masculina nos seus quadros.

Este facto deve-se sobretudo à natureza da atividade desenvolvida nas áreas operacionais, onde está concentrada a maioria dos colaboradores da REFER, marcada pela elevada exigência física e exposição a condições de risco.

Na última década o rácio Homens / Mulheres ficou ainda mais desequilibrado tendo em conta o elevado número de rescisões por mútuo acordo realizadas na categoria com maior presença feminina, Guarda de Passagem de Nível.

Verifica-se um ligeiro aumento do [rácio de Homens/Mulheres](#) no total de colaboradores da REFER em 2013 (5,02) que se têm refletido ao longo dos anos.

Porém, a REFER tem pautado a sua atuação pelo tratamento semelhante dos colaboradores de ambos os sexos. Realça-se que entre 1999 e 2013 o [rácio de chefias Homens/Mulheres](#) baixou de 4,07 para 2,06.

Adicionalmente verifica-se que não existem desvios significativos no que diz respeito às diferenças de Vencimentos Base (VB) entre Homens/Mulheres e que em duas das categorias profissionais em que as mulheres têm maior representação, a sua remuneração base média é superior à dos seus colegas do sexo masculino (Assistentes de Gestão e Técnicos).

### 3.2.7. Ações de Melhoria do Clima Social

#### INREFER - INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DO CLIMA SOCIAL

Com o propósito de assegurar informação regular e atempada a todos os colaboradores do Grupo, contribuindo assim para uma melhoria do clima social da Empresa, foi desenvolvido, em 2013, um novo suporte de comunicação interna – a *newsletter* eletrónica InREFER.

Com periodicidade mensal e uma linha editorial orientada para a divulgação dos principais projetos e iniciativas do Grupo e do setor ferroviário, incluindo rubricas de entrevistas a colaboradores do Grupo, promove a proximidade e coesão, tendo registado um **número crescente de visualizações**, na ordem dos **21%**, com uma **média mensal de 3121**.

#### EVENTOS E INICIATIVAS COLETIVAS

Neste domínio, a empresa promove regularmente iniciativas que permitem aproximar os seus colaboradores (ou filhos) mantendo o espírito de grupo (festa de natal, de aniversário) e também proporciona o acesso facilitado a serviços úteis sem que daí decorram custos para a empresa.

- **16.º aniversário da Empresa** – Compreendeu a homenagem aos colaboradores que completaram 25 ou 40 anos de ferrovia, numa cerimónia que teve lugar na Sala do Rei, na Estação do Rossio;
- **Eventos de Natal** – em 2013 este evento compreendeu:
  - A organização de uma visita dos colaboradores do Grupo REFER ao Lar dos Ferroviários;
  - A realização de mais uma edição da Feira do Livro de Natal para os colaboradores, no Centro de Documentação da Empresa;
  - A Festa de Natal no Museu da Eletricidade, com entrega de presente simbólico aos filhos dos colaboradores.
- **Campos de Férias REFER** – Há já alguns anos que a REFER proporciona aos filhos dos seus trabalhadores, dos 6 aos 16 anos, a possibilidade de usufruírem de colónias de férias na páscoa e verão, o que constitui já um marco importante para os respetivos períodos de férias escolares. Este benefício é suportado por ambas as partes através de uma modalidade de copagamento, sendo que nos casos dos trabalhadores com menores recursos a empresa assume um encargo superior;
- **Cultura e Lazer** - Também há a destacar o retorno proporcionado aos colaboradores do Grupo REFER como resultado de parcerias estabelecidas com entidades na área de cultura e lazer, traduzido na disponibilização de **um total de 186 convites** para diversos espetáculos, nomeadamente:
  - Teatro
    - “E a que Brindamos?”, Teatro Rápido, Lisboa;

- “A Visita da Velha Senhora”, Teatro Nacional de São João, Porto.
- Festivais
  - Festival Vodafone Mexefest, Lisboa;
  - Festivais de Outono, Universidade de Aveiro;
  - Festival Panda, Estádio do Dragão, Porto, e Estádio do Belenenses, Lisboa.
- Exposições
  - Amadora BD – “Os Cenários na Banda Desenhada”
- **Descontos e Parcerias** – Protocolos estabelecidos com diversas entidades dos mais distintos setores como combustíveis, telecomunicações, hotelaria, produtos bancários, ginásios, farmácias, teatros entre outros, sem custos para a empresa, e que permitem o acesso a produtos e serviços com descontos e/ou facilidades.

### 3.3. VERTENTE SOCIAL (EXTERNA)

#### 3.3.1. Iniciativas e Apoio a Associações do Setor Ferroviário

A REFER apoia algumas atividades específicas, de caráter social, cultural e desportivo, levadas a cabo por entidades de cariz ferroviário. Em 2013, foram concedidos apoios, distribuídos pelas seguintes entidades:

- Associação de Lares Ferroviários
- Fundação Museu Nacional - Armando Ginestal Machado
- SANGFER
- Clube Ferroviário de Portugal
- FERROFER
- Grupo Desportivo dos Ferroviários de Campanhã
- Clube Ferroviário de Vendas Novas
- Grupo Desportivo Ferroviário do Barreiro
- BTT Train Alfarelos
- Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário
- Clube de Entusiastas do Caminho-de-Ferro

Os últimos dois casos ilustram o apoio da REFER a instituições sem fins lucrativos, ligadas à defesa e promoção do caminho-de-ferro, pela inserção de publicidade nas suas revistas, nomeadamente: “O Foguete” (edição da Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário) e “Flecha de Prata” (edição da responsabilidade do Clube de Entusiastas do Caminho-de-Ferro).

Na sequência do apoio, permanente, ao Museu Nacional Ferroviário, em 2013 foi concebida a logomarca daquela entidade, assim como o Manual de Normas Gráficas. Foi ainda dado apoio, em termos logísticos, à cerimónia de inauguração do Comboio Presidencial, que decorreu na Estação de Santa Apolónia no dia 12 de dezembro.

Em 2014, pretende-se aumentar o número de parcerias, e da respetiva qualidade, por forma a proporcionar a todos os trabalhadores o maior número possível de benefícios, nas mais variadas áreas.

### 3.3.2. Iniciativas e Apoio a Associações da Sociedade Civil

#### O PATRIMÓNIO FERROVIÁRIO AO SERVIÇO DAS COMUNIDADES

Com o objetivo de promover a ligação das comunidades ao caminho-de-ferro e a projetos de caráter humanitário, social e cultural, a REFER dinamizou, participou e apoiou diversas ações em espaços ferroviários, dos quais se destacam:

##### **Comboio Escolhas para a Cidadania**

A REFER associou-se ao “Comboio Escolhas para a Cidadania”, projeto diligenciado pelo Programa Escolhas (programa nacional de promoção da inclusão social de crianças e jovens, do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural - ACIDI), pelo facto do mesmo promover a inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e coesão social.

Num ambiente de descoberta pessoal e cultural, de inclusão e de cidadania ativa, [110 jovens do Programa Escolhas](#) partiram à descoberta de Portugal de comboio.

##### **Violence in Transit**

Promovido pela EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, decorreu na cidade do Porto, incidindo a sua intervenção no território da Estação Ferroviária de São Bento e sua envolvente, analisando-o enquanto mosaico social de vários fenómenos de pobreza e exclusão, tais como a delinquência juvenil, alcoolismo, toxicodependência, imigração, prostituição e sem abrigo.

O mesmo projeto decorreu, em simultâneo, em Espanha e Itália, incidindo sobre a Estação Del Nord em Barcelona e a Estação de Pescara em Roma.

No âmbito deste projeto a REFER foi convidada, na qualidade de parceiro estratégico em Portugal, a apresentar a sua intervenção, na Conferência final que decorreu em outubro na cidade de Roma.

##### **Banco Alimentar Contra a Fome**

A REFER associou-se uma vez mais ao Banco Alimentar (BA) Contra a Fome, participando nas duas campanhas anuais de recolha de alimentos, nas lojas Pingo Doce das Estações Ferroviárias de Santa Apolónia e Cais do Sodré.

Para a sua concretização, contou, em 2013, com a colaboração de cerca de [50 voluntários do Grupo REFER](#).

Através da cedência das suas instalações em Lisboa e Évora, a REFER apoia permanentemente o BA.

#### **Cerciesta**

Inauguração de um painel de azulejos na Estação de Estarreja, produzido pelos alunos da Cerciesta, ao abrigo de uma ação de responsabilidade social dos colaboradores do Grupo REFER em prol daquela instituição.

#### **AMI**

No âmbito das comemorações do Dia Internacional do Voluntário, que se celebra a 5 de dezembro, a Estação do Rossio acolheu, pelo segundo ano consecutivo, a iniciativa promovida pela AMI “Há várias formas de abraçar”, a qual contou com a participação de alguns colaboradores do Grupo REFER.

#### **Campanha de sensibilização contra o Tráfico de Seres Humanos**

A REFER apoiou a campanha de sensibilização «Contra a violência eu dou a cara», lançada por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres pela Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

#### **MEXE II - Encontro de Arte e Comunidade**

No âmbito da iniciativa MEXE II - Encontro de Arte e Comunidade, que visa o intercâmbio e partilha entre projetos artísticos comunitários nacionais e internacionais, assumindo a arte como espaço de encontro e diálogo entre territórios e gentes, a Estação de São Bento acolheu, em novembro, a atuação de um coro comunitário – grupo “Outra Voz” - constituído por 100 elementos, e a Estação de Campanhã a performance “Estás a Olhar para Mim”, do grupo “Poesia no Corpo. Corpo na Poesia”.

Deste modo, a REFER associou-se à PELE - Espaço de Contacto Social e Cultural, instituição que desenvolve projetos com o objetivo de colocar os indivíduos e as comunidades no centro da intervenção artística, promovendo a arte comunitária.

#### **Exposição ADORARTE**

Esteve patente na Estação do Rossio a exposição “ADORARTE” que, sob a curadoria de Andreia Salvador, mostra o resultado do Projeto Mão à Obra, uma pesquisa desenvolvida pela Disciplina de Reumatologia da Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, com pacientes de fibromialgia, utilizando as artes como recurso terapêutico.

#### **Iniciativas de carácter social em Estações**

A REFER procedeu à análise e acompanhamento de vários processos de disponibilização de espaços nas estações ferroviárias para diversas iniciativas de

carácter social, promovidas por instituições de solidariedade tais como: Cais, Casa Pia, AMI, Terra do Nunca, Liga Portuguesa Contra o Cancro, CEDEMA, Amnistia Internacional, Associação Raríssimas, Associação Salvador, entre outros. Neste domínio, a REFER apoiou ainda as iniciativas Arca de Natal, na Estação de São Bento, e ações de colheita de sangue, promovidas pelo Instituto Português do Sangue e da Transplantação, em colaboração e articulação com o Grupo Ferroviário de Dadores de Sangue (SANGFER), que decorreram em diversas estações ferroviárias.

#### **Semana Europeia da Mobilidade**

Estendendo-se o compromisso social da empresa a diferentes áreas de intervenção, nomeadamente a conservação da natureza e a promoção da biodiversidade, a REFER apoiou a Semana Europeia da Mobilidade através da divulgação da campanha em algumas estações ferroviárias, tendo em vista a promoção do tema central da Semana Europeia da Mobilidade, “Ar limpo – está nas tuas mãos!”

#### **OUTROS APOIOS NÃO FINANCEIROS**

A empresa tem prestado apoios a outros eventos através de disponibilização de espaços e ou de recursos não financeiros importando ainda destacar:

##### **Apoio a provas desportivas**

A REFER apoiou várias provas desportivas como por exemplo: a corrida/caminhada de São Valentim UVA, promovida pela Associação Portuguesa de Deficientes.

##### **Sustentabilidade ambiental**

Participou também na iniciativa De Bicicleta para o Trabalho, no âmbito do Dia Europeu sem Carros, e apoiou duas iniciativas promovidas pela Câmara Municipal da Amadora, nomeadamente a Comemoração dos 100 Anos da Festa da Árvore no Concelho e a Semana Europeia de Prevenção de Resíduos.

No quadro da promoção da reutilização de equipamentos que já não reúnem as condições adequadas para o serviço da empresa, doou à ENTRAJUDA, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) associada do Banco Alimentar, um lote constituído por duzentos e trinta e um equipamentos obsoletos de vários tipos, nomeadamente: aparelhos portáteis, monitores, impressoras, fotocopiadoras, entre outros.

Esta prática, que tem vindo a ser adotada pela REFER desde 2011, contribui para o combate ao desperdício, promovendo a preservação do ambiente.

#### **PARECERIAS PARA A PROMOÇÃO DO CAMINHO-DE-FERRO**

Com o objetivo de fortalecer o papel do caminho-de-ferro na sociedade e de atrair novos públicos para os espaços ferroviários, através da criação de valores

emocionais, a REFER aposta na arte, cultura, ciência e desporto, destacando-se em 2013 as seguintes iniciativas:

#### **Lumina 2013 – Festival de Luz**

Espetáculo de luz e cor, vídeo, *mapping*, efeitos 3D, graffiti de luz, projeções multimédia gigantes, esculturas luminosas e instalações que interagiram com o público, o qual teve lugar na vila de Cascais. A REFER apoiou este evento, nomeadamente através de apoio logístico na estação ferroviária.

#### **Ciência Viva no Verão**

À semelhança de anos anteriores, os Centros de Comando Operacional foram integrados no Programa Ciência Viva no Verão, que tem por missão a promoção da cultura científica e tecnológica, permitindo ao cidadão conhecer de perto vários domínios da ciência e seu impacto na vida quotidiana.

#### **Lisboa Open House**

No âmbito da segunda edição desta iniciativa, que tem como objetivo proporcionar ao grande público acesso a locais habitualmente inacessíveis, foram realizadas quatro visitas ao Centro de Comando Operacional (CCO) de Lisboa.

#### **Festival Amadora BD**

No âmbito da 24<sup>a</sup> edição do Festival Internacional de Banda Desenhada a REFER acolheu nas estações do Rossio, Santa Apolónia, Sete Rios, Cais do Sodré, Reboleira e Amadora quiosques para divulgação e promoção desta iniciativa.

#### **Festival Vodafone Mexefest**

Evento musical realizado na cidade de Lisboa, sendo a Estação do Rossio, pelo segundo ano consecutivo, um dos palcos principais.

#### **Tango na Rua**

Iniciativa promovida pela Tango na Rua que promoveu a realização de milongas (bailes de tango argentino) nas estações ferroviárias do Rossio, Roma-Areeiro, Santa Apolónia e Cais do Sodré.

Para além destas iniciativas, os espaços ferroviários acolheram concertos, performances, exposições, bem como outros eventos de cariz cultural e artístico.

Em resultado das parcerias estabelecidas e apoios concedidos, assegurou-se a inclusão da marca REFER, acrescentando-lhe visibilidade e notoriedade, nos meios e suportes de divulgação dos eventos.

## PARECERIAS PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO FERROVIÁRIO

### **Visitas guiadas às Estações do Rossio e de São Bento**

Com o objetivo de dar a conhecer o seu património azulejar, gerando assim valor para a comunidade que o visita, a REFER associou-se uma vez mais à “Festa no Chiado”, inserida na iniciativa Portas Abertas, da responsabilidade do Centro Nacional de Cultura, com uma visita guiada à Estação do Rossio, e à “Festa na Baixa”, promovida pelo Centro Nacional de Cultura do Porto, com uma visita guiada à Estação de São Bento, denominada “ Estação de São Bento – particularidades de um espaço”.

### **Arte Comunitária**

Nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro de 2013, numa maratona de mais de 24 horas, foi realizada uma ação, que contou com o apoio da REFER, que juntou idosos e crianças institucionalizadas, entre os quatro e os oitenta anos de idade, que consistiu na pintura de cerca de 20 metros de um muro da Estação de Torres Vedras, na Linha do Oeste.

### **Exposição de Arte Urbana**

Exposição de arte urbana na Estação de São Bento, promovida pela Idiot Mag, em colaboração com a Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos e Gare Porto, que contou com o apoio da REFER.

A parede lateral e adjacente ao parque de estacionamento da Rua da Madeira foi cedida, temporariamente, pela REFER para ser “forrada” com parte de 250 auto retratos de 250 alunos.

Em 2014, a REFER espera poder organizar o primeiro Festival de Arte Urbana, em Portugal, dedicado ao caminho-de-ferro, com o objetivo de:

- Dinamizar a arte urbana em Portugal;
- Dignificar os espaços ferroviários, transformando-os em mostras de arte pública;
- Promover uma reflexão sobre o conceito de espaço público e do papel de cada cidadão na sua preservação;
- Motivar a interação e o respeito por espaços que a todos pertencem;
- Desafiar artistas, populações locais e instituições de solidariedade social a contribuírem para a transformação de alguns espaços ferroviários públicos.

## 3.4. VERTENTE AMBIENTAL

### 3.4.1. Principais áreas de desenvolvimento

A empresa prossegue com a implementação de um conjunto de práticas no domínio ambiental, considerando a sua **Política Ambiental** (de 30 de agosto de 2007) e os princípios nela enunciados, bem como, os aspetos que reputa de mais relevantes em cada momento, função da própria atividade da empresa.

Nesse sentido, destacam-se linhas de estratégia ao nível:

- a) do apoio operacional (desde sempre uma prioridade, pelo que representam no serviço ao cliente interno e como instrumento para a sensibilização da empresa para o tema) com especial ênfase para a área de manutenção, investimento e logística;
- b) do desenvolvimento de áreas de especialidade essenciais, como sejam a gestão do ruído, a gestão de resíduos e temas como a conservação da natureza;
- c) da estruturação de uma abordagem sistémica ao ambiente, integrada com o desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado da REFER.

#### **Apoio Operacional**

No domínio do apoio operacional à área da Manutenção o esforço que se vem prossequindo incide sobre o [acompanhamento dos contratos de Prestação de Serviços](#), designadamente, na fiscalização do acompanhamento dos requisitos contratuais.

Para além da fiscalização regular das atividades há a destacar a [implementação do Programa Anual de Auditorias](#), incidindo sobre estas mesmas prestações de serviços.

Importa realçar que é por via destas Prestações de Serviço que a empresa garante a manutenção essencial da infraestrutura ferroviária e, conseqüentemente, o acompanhamento garantido é fundamental para assegurar o controlo operacional das atividades.

No que diz respeito à área de investimento, o novo modelo organizacional adotado em abril de 2013, introduz uma alteração de paradigma. [A REFER Engineering assume agora um papel mais abrangente na fase de gestão de projeto](#). As funções da REFER Engineering incluem prestar o apoio aos gestores dos projetos na casa mãe, desenvolvendo e prestando o apoio técnico para a obtenção dos licenciamentos ambientais aplicáveis aos diferentes investimentos. A esta nova função se junta a gestão ambiental das empreitadas conseqüentes.

Para o ano de 2014, é objetivo da empresa manter e reforçar o acompanhamento das atividades operacionais, aproveitando o momento em que se estão a lançar novos

concursos para prestações de serviço da manutenção, para introduzir a aprendizagens obtidas.

#### **Áreas de Especialidade**

No que diz respeito à [Gestão do Ruído](#) prosseguem as diligências em várias frentes tendo em vista consolidar ou produzir os Planos de Ação, que serão o instrumento essencial na materialização da estratégia em curso nesta área.

Foi concluído o mapeamento de mais um troço da 2.<sup>a</sup> fase, abrangendo a Linha do Sul (entre a Ponte 25 de Abril e Setúbal) assim como a parcela da Linha do Oeste que também está classificada como uma Grande Infraestrutura Ferroviária.

Tem sido traçado um caminho progressivo nesta matéria pela REFER, devendo ser reconhecido que seria desejável poder estar mais avançada na prossecução deste objetivo, que tem sofrido do contexto económico-financeiro da empresa, assim como, dos constrangimentos administrativos e técnicos que são transversais às demais empresas gestoras de infraestruturas de transporte.

A este respeito importa ainda realçar o papel ativo da REFER, entre fevereiro e Julho de 2013, na consolidação de uma proposta de revisão do D.L. 146/2006, no âmbito do qual procurou assegurar a integração de princípios de equilíbrio e adaptação progressiva nesta matéria.

Do ponto de vista da [Gestão de Resíduos](#), sem prejuízo da prática regular que a empresa já possui nesta matéria, deve destacar-se:

- a) a operação de remoção de resíduos valorizáveis economicamente do Entroncamento, num trabalho operacionalizado pela área de Logística da empresa;
- b) os esforços no sentido de promover uma revisão ao normativo interno nesta matéria, aproveitando a nova lógica do Sistema de Gestão Integrado da empresa.

Ainda no domínio das áreas de especialidade, é importante realçar o prosseguimento dos trabalhos no quadro da [Cátedra REFER Biodiversidade](#), cujos primeiros resultados surgem no final de 2013.

Este trabalho tem-se revelado rico em termos de informação, esperando-se que possa sustentar uma avaliação do real impacte de uma infraestrutura ferroviária, num ecossistema rico como é o Estuário do Sado, permitindo também à empresa a internalização de conhecimento nesta matéria.

Para o ano de 2014 destacam-se os seguintes objetivos:

- No domínio do ruído - os Mapas Estratégicos de Ruído da 2.<sup>a</sup> fase até ao final de 2014. Este foi um objetivo incluído no quadro do Plano de Atividades Corporativo.

A prossecução deste objetivo significará que em 2015 a REFER terá na sua posse o quadro global das intervenções que necessita de desenvolver para promover a adaptação da RFN aos requisitos nacionais em matéria do ruído.

- No domínio da Gestão de Resíduos e da Conservação da Natureza e Biodiversidade, será dada continuidade ao trabalho em curso em 2013.
- No que concerne à Cátedra REFER Biodiversidade, o ano de 2014 permitirá a apresentação dos primeiros resultados e a ponderação da sua prossecução para além do ano de 2015.

#### **Abordagem Sistémica ao Ambiente**

Como resultado do diagnóstico (concluído em final de 2012) levado a cabo no estágio inicial do projeto de implementação do SGI da REFER, concluiu-se pela necessidade de progredir na sistematização de muita informação já existente na empresa e a adoção de uma abordagem sistémica, para a qual o SGI se revela como o veículo ideal.

Nesse sentido, ao longo de 2013 efetuou-se o levantamento e sistematização das atividades desenvolvidas na empresa e consolidou-se a metodologia para a construção da matriz de Aspetos Ambientais Significativos.

A construção da referida matriz constituirá o primeiro passo na formalização do Sistema de Gestão Ambiental da REFER.

Espera-se que ao longo de 2014 fique consolidada a primeira abordagem à Matriz de Aspetos Ambientais Significativos, permitindo avançar para outras fases de estruturação do Sistema de Gestão Ambiental, de forma concertada com o SGI.

#### **3.4.2. Especialidades Transversais e Apoio Operacional**

##### **AVALIAÇÃO AMBIENTAL PRÉVIA**

Em 2013 há a destacar o trabalho de constituição de processos documentais que serviram para a elaboração de um conjunto de seis propostas de candidatura a financiamento comunitário envolvendo a Linha do Norte (nos troços Santana-Cartaxo/Entroncamento, Alfarelos/Pampilhosa e Ovar (Válega/Gaia) a Linha do Leste, Linha do Algarve e ainda a 1.ª fase das ações compreendidas na Modernização da Linha do Minho.

Este trabalho vem realçar a importância da prática consolidada na empresa no prévio licenciamento ambiental das suas ações, visando garantir as necessárias condições de elegibilidade a financiamento comunitário.

Complementarmente, manteve-se a metodologia em curso de procurar manter válidas as Declarações de Impacte Ambiental (DIA) de projetos que foram sujeitos ao regime da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Esta prática aplicou-se aos projetos de Alta

Velocidade (com o objetivo essencial de dotar a REFER com um instrumento válido para incluir os canais aprovados, nos Planos Diretores Municipais em revisão) e da rede convencional.

Cumpra ainda realçar o especial empenho que a REFER colocou no processo que resultou na revisão do regime jurídico de AIA, que culminou no Decreto-lei 151-B de 2013 de 31 de Outubro.

Destaca-se ainda o acompanhamento ambiental ao nível do planeamento, de um conjunto significativo de projetos em avaliação pelo GTIEVA.

#### ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL NA ÁREA DA MANUTENÇÃO/EXPLORAÇÃO

##### **Atividade de Fiscalização**

Dando continuidade aos trabalhos de acompanhamento da implementação dos requisitos ambientais estabelecidos nos cadernos de encargos, no ano de 2013, [45 contratos de prestações de serviços de manutenção](#) e [27 empreitadas](#) contaram com fiscalização permanente da área ambiente.

Dentre as prestações de serviços constam as especialidades de construção civil, baixa tensão, controlo de vegetação e limpeza de órgãos hidráulicos, via e catenária e manutenção de passagens de nível, geridos localmente pelos Centros de Manutenção e 12 contratos nacionais, geridos centralmente pela Direção de Manutenção, nomeadamente contratos de sinalização, manutenção de elevadores e escadas rolantes, passagens de nível, deservagem química e energia de tração.

As empreitadas em 2013 traduziram-se essencialmente na área da manutenção, designadamente nas especialidades de construção civil, via, geotecnia e estruturas especiais (pontes e túneis).

Em 2013, dos [45 contratos de prestação de serviços de manutenção](#), foram auditados na área ambiente [29 contratos](#). Dos resultados obtidos verifica-se uma maior incidência de falhas ao nível do controlo operacional – gestão de resíduos/materiais usados (27%), formação (18%), recursos (11%) e conformidade com requisitos legais (10%). Com vista à melhoria de desempenho, em futuros contratos, foram desenvolvidos modelos, a integrar nos documentos de concurso tipo, para clarificação de registos no âmbito dos sistemas de gestão ambiental a implementar.

Com o intuito de formar, sensibilizar e dar competência aos colaboradores da REFER sobre as boas práticas ambientais, requisitos legais e contratuais aplicados à atividade da empresa, em 2013 foram realizadas as ações de formação integradas no plano de formação anual da REFER, designadamente, Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e de Demolição, Ambiente – Noções Gerais, Requisitos de Ambiente e Gestão de contratos – Vertente de Ambiente.

Paralelamente procedeu-se ao levantamento de necessidades, tendo sido planeados e realizados dois ciclos de formação, designadamente, Legislação Ambiental Nacional e Gestão de Resíduos e PPGRCD. O 1.º ciclo de formação abrangeu dois grupos de formandos, em Lisboa e Porto e o 2.º ciclo de formação contemplou seis sessões de formação pelos três Centros de Manutenção da Gestão Operacional Sul. No conjunto as ações extra plano de formação abrangeram [117 colaboradores](#) da REFER.

Por fim, foram garantidas as ações inscritas nos planos de reconversão das carreiras na REFER, coordenado pela Academia REFER, ministrando-se o módulo de ambiente, ao longo do ano de 2013.

Complementa-se igualmente o apoio à área de manutenção na devida articulação no processo de autorização de poda e corte de árvores, junto do órgão central, com a análise prévia da necessidade de pedido de autorização junto de organismos competentes, realizada localmente.

#### **Diagnóstico Ambiental na área da manutenção/exploração**

Em 2013 sistematizaram-se as metodologias de articulação com os órgãos operacionais de Manutenção, ao nível do apoio da preparação de elementos para o lançamento de procedimentos contratuais e acompanhamento e fecho devido de Empreitadas e Prestações de Serviços.

Prosseguiu-se igualmente, no âmbito do diagnóstico ambiental, à identificação de passivos REFER e resíduos produzidos por equipas internas, salientando-se o levantamento dos resíduos existentes nas Instalações da REFER – Estação de Campolide, estimando-se um passivo de 2,40 toneladas de resíduos perigosos.

Encontra-se previsto para 2014 o encaminhamento a destino final, a limpeza e constituição de um parque de resíduos para o armazenamento preliminar de resíduos resultantes das atividades de equipas de execução interna.

Acrescenta-se igualmente a identificação de necessidades ao nível de apoio e sistematização metodológica, no que respeita, à gestão dos sobrantes/ resíduos verdes e material lenhoso, bem como, da gestão dos resíduos dos produtos fitofarmacêuticos, no âmbito das atividades realizadas por equipas internas, encontrando-se em curso o seu desenvolvimento e implementação.

#### **MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL**

Decorrente do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto da Variante de Alcácer, no ano de 2013 foi dada continuidade ao programa de monitorização da fauna na fase de exploração.

Em fase de construção, foi efetuado o acompanhamento arqueológico do projeto de execução para a Montagem de Passagem Superior Pedonal ao km 106,355, da Linha do Norte.

## RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

### Reabilitação do Património Desativado - Ecopistas/Ciclovias

Considerando o impacto das ecopistas do ponto de vista ambiental, dado constituir uma infraestrutura com escala e continuidade na paisagem cabe ressaltar a sua função ecológica traduzida por:

- Promoção e defesa fauna e flora;
- Eficácia das bacias drenantes, com impacto na paisagem;
- Conectividade entre habitantes;
- Segurança contra incêndios florestais:
  - Pela dinamização de presença humana em troços pouco povoados (vigilância de 1º nível/1º alerta);
  - Acessibilidade de meios de emergência (viaturas ligeiras).

Cerca de 953 km do canal desativado na rede ferroviária nacional são elegíveis para o Plano Nacional de Ecopistas, a atual rede de Ecopistas/Ciclovias contratualizadas atinge os 444 km (47%), estando em utilização aproximadamente 220 km.

No ano de 2013, foi inaugurado um troço de cerca de 7km entre Celorico e Amarante, na Linha do Tâmega.

Figura 7 – Ecopista do Tâmega. Troço Celorico/Amarante.



<http://www.biclanoporto.org/?p=1560>

A rede atual integra troços nas seguintes linhas Guimarães/Fafe, Tâmega, Corgo, Sabor, Dão e Vouga, assim como, nos Ramais de Monção, Famalicão de Montemor e Mora.

No ano de 2013, complementarmente à inauguração do troço Celorico/Amarante, na Linha do Tâmega, foram iniciados trabalhos com vista ao alargamento da rede de ecopistas/ciclovias:

- Ecopista do Sabor: troço Miranda do Douro início de trabalhos em agosto de 2013, estimando-se conclusão trabalhos 2014/15 (14 km);
- Ecopista de Famalicão: projeto em curso, estimando-se elaboração candidatura para financiamento de construção em 2014;
- Ecopista da Maia: Processo de candidatura em curso pelo município em 2014;
- Ecopista do Minho: troço final até centro da vila (final da antiga Linha do Minho), com conclusão estimada para 2014;
- Ecopista de Pinhal Novo: início trabalhos em 18 de dez.2013, estimando-se a sua conclusão para 2014 (2,2 km).

#### **Recuperação de património Edificado**

No ano de 2013 foi concluída a recuperação do edificado da estação ferroviária de Marvão Beirã para equipamento hoteleiro. A reconversão consistiu na transformação do antigo edifício restaurante da estação ferroviária e da antiga casa de função para alojamento com uma área total de 600 m<sup>2</sup> e do cais coberto para armazém.

**Figura 8 – Antiga estação Marvão Beirã – Train Spot Guesthouse**



<http://www.lifecooler.com/artigos/trainspot-guest-house-marvao/17392/>

No ano de 2013 foram ainda desencadeadas ações no sentido da recuperação do seguinte património edificado:

- Cais Coberto de Peso da Régua, classificado pelo IGESPAR, área coberta de 1258,58 m<sup>2</sup>, volume global de investimento estimado (projeto no âmbito de candidatura ao QREN – parceria para a regeneração urbana): início de obra Julho de 2013, esperando-se o seu término para 2014;
- Estação de Sendim (recuperação de edificado e painel de azulejos do edifício da estação ferroviária, do antigo cais coberto e da antiga casa de função), área total de 281m<sup>2</sup> - início em 2013 estimando a sua conclusão em 2014;

- Estação de Castelo de Vide (recuperação e reconversão da antiga estação - estação ferroviária, antigas instalações sanitárias e cais coberto - para Hostel Ecológico, área total de 250 m<sup>2</sup>. Elaboração de candidatura em 2013, com aprovação em final do ano do financiamento no âmbito do programa PRODOR, prevêem-se final dos trabalhos em Maio de 2014.

#### **Projetos de Medidas Compensatórias**

Tendo a REFER a gestão de uma área de 81ha de sobreiros, plantada como compensação pelo abate necessário à implantação dos seus projetos de investimento, no ano de 2013 foram efetuadas vistorias conjuntamente com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) às duas zonas de plantação, Herdades da Bêbada e do Pinheiro Manso, em Sines e Mata Nacional da Quinta da Nogueira, em Penamacor.

O estado de desenvolvimento dos exemplares era distinto, indiciando uma taxa de mortalidade em Sines e Penamacor, respetivamente superior e inferior à esperada.

**Figura 9 – Plantações de Sobreiros Sines e Penamacor**



**Sines**



**Penamacor**

Na origem do potencial desvio em Sines poderiam estar as temperaturas elevadas que se fizeram sentir durante o verão ou as condições do solo que se teriam revelado inadequadas. Face às condições encontradas, o ICNF reformulou o projeto inicial que passa pela alteração do compasso na replantação e inclusão de rega nos meses mais quentes de verão, caso se mostre necessário em 2014. A replantação, a efetuar em 2014, será precedida de ações de limpeza de mato.

Em Penamacor, devido às intempéries que se fizeram sentir no inverno de 2013 foi necessário proceder à recolocação de um número avultado de protetores individuais, trabalho esse a estender por 2014.

### **Paisagem**

Os requisitos estabelecidos nesta vertente têm sido devidamente assegurados em Empreitadas de estabilização de taludes e em ações de manutenção na vertente de geotecnia, respeitando os princípios paisagísticos (ecológicos funcionais e estéticos), de forma a garantir a sua integração na paisagem.

Os requisitos, em 2013, foram garantidos em fase de execução de empreitadas e prestações de serviços, privilegiando-se a utilização/ reutilização de materiais existentes na área de intervenção (material rochoso) e a preservação de espécies arbóreas autóctones.

Salienta-se o projeto de integração paisagística da empreitada, Reforço e Reabilitação das fundações da Ponte internacional de Valença, previsto em sede de contratação e que cuja implementação encontra-se prevista em 2014.

### **3.4.3. Biodiversidade**

#### **Afetação de áreas sensíveis**

Não se registou em 2013 qualquer alteração significativa relativamente a novas interferências com áreas sensíveis, tendo a constituição da rede ferroviária nacional permanecido inalterada.

#### **Compromisso Business & Biodiversity**

Durante o ano de 2013 deu-se continuidade ao compromisso Business & Biodiversity (B&B) da REFER, do qual subsiste o Projeto do Continuum Ecológico, que tem como objetivo apoiar a investigação no tema da continuidade ecológica, designadamente no que concerne à infraestrutura ferroviária.

Neste ano concretizaram-se os trabalhos previsíveis no âmbito da Cátedra REFER/Biodiversidade merecendo destacar a recolha de material genético ao nível dos anfíbios. Ainda dentro deste âmbito foi desencadeado o trabalho de *benchmarking* que permitirá perceber quais os trabalhos de natureza científica que estudam o efeito das infraestruturas ferroviárias na fragmentação de habitats e nos continuuns ecológicos, incluindo nesta análise também as infraestruturas rodoviárias, a fim de permitir uma análise comparativa.

Complementarmente, a Cátedra contempla ainda a execução do plano de monitorização da Variante de Alcácer do Sal, que foi concretizado conforme previsto tendo dado azo a 4 campanhas no ano.

### 3.4.4. Consumo de Recursos

#### MATERIAIS

Fruto do decréscimo das atividades de investimento, em 2013, assiste-se a uma diminuição no consumo dos principais materiais. Face a 2012 o consumo de **balastro e travessas** sofreu uma diminuição, respetivamente de **67%** e de **38%** sendo que em 2013 a percentagem de **reutilização de travessas** sofreu um **aumento**, relativamente a 2012, de **46%**.

O consumo de carril ligeiramente superior em 2013 (28 km) face a 2012 (22 km) apresentou, tal como o ano anterior, um decréscimo relativamente a 2011 (90 km).

Para o controlo de vegetação recorrendo à aplicação de herbicida por equipas internas bem como no âmbito das prestações de serviços de manutenção, no ano de 2013 foram aplicados cerca de **30 000 litros**, traduzindo-se num **aumento de cerca de 39%** face a 2012. Mantém-se o empenho em recorrer a produtos toxicologicamente isentos para o ambiente.

#### ENERGIA

No ano de 2013 relativamente aos anos de 2011 e 2012, assiste-se a um **aumento no consumo total de energia**, respetivamente de **5%** e **16%**.

Embora o aumento do consumo de energia se tenha verificado quer ao nível do consumo de combustíveis fósseis (gás natural para aquecimento de instalações, gasolina e gasóleo para abastecimento de viaturas e equipamentos para apoio à atividade) quer ao nível do consumo de energia elétrica, o aumento deste último, com valores cerca de 20 vezes superior ao primeiro, foi o principal responsável pelo aumento verificado no consumo total de energia.

Importa referir que este aumento se deve à integração no perímetro de gestão da REFER de um conjunto de estações que estavam na concessão da CP.

O transporte ferroviário de passageiros e mercadorias no ano de 2013 relativamente a 2011 e 2012 apresentou uma **diminuição no consumo de energia**, respetivamente de **4,9%** e **2,5%**. A **energia devolvida à rede** pelo processo de frenagem mantém-se, à semelhança de 2012, em cerca de **15% da energia consumida**.

#### ÁGUA

Dada a dispersão de património a nível nacional e os diferentes tipos de fontes de abastecimento, não é possível uma quantificação efetiva do consumo de água. Com base na faturação, para os casos de abastecimento público, o consumo estima-se em cerca de **200 mil m3/ano**. A REFER mantém-se empenhada em desenvolver uma metodologia para o diagnóstico do consumo efetivo deste recurso, em substituição da

visão estimada bem como em dar continuidade à implementação de medidas para o uso eficiente da água.

#### 3.4.5. Emissões, efluentes e resíduos

##### EMISSÕES

A emissão de CO<sup>2</sup> associada ao consumo direto de eletricidade, com base no fator de emissão caracterizador do Sistema Elétrico Nacional, foi de **25 mil toneladas de CO2** equivalente no ano de 2013, cerca de 15% e 5% superior aos valores registados, respetivamente em 2012 e 2011.

##### EFLUENTES

A produção de efluentes de origem doméstica tem vindo a decair nos últimos anos, com relação direta à diminuição do efetivo. O ano de 2013 apresenta, face ao ano de 2012, uma **redução de 8%**.

##### RESÍDUOS

Assente na política de gestão de resíduos implementada na empresa, a triagem e separação dos resíduos permitiu para além do correto encaminhamento de resíduos não valorizáveis (óleos usados, massas lubrificantes, acumuladores, equipamento elétrico e eletrónico, resíduos de construção e demolição, pneus, pilhas, lâ de vidro, resíduos biodegradáveis, lamas de fossas sépticas) lançar vários processos de consulta para alienação de resíduos valorizáveis a operadores licenciados. Foram encaminhadas por via destes processos cerca de **39 mil toneladas de resíduos metálicos ferrosos e 50 toneladas de resíduos não ferrosos**. Foi também efetuada a **venda de 12 117 travessas de madeira** usadas, não aptas para uso ferroviário mas com utilização para outros fins.

De salientar no encaminhamento de resíduos não valorizáveis o apoio necessário prestado à equipa interna de pontes, na preparação do procedimento contratual para a gestão de quatro toneladas de resíduos provenientes dos trabalhos de decapagem a jato de areia realizados na estrutura, placa giratória da Torre das Vargens, bem como, o encaminhamento a destino final de 5,5 toneladas estimadas de resíduos de massas lubrificantes em articulação com a gestão de manutenção.

#### 3.4.6. Ruído

Foi apresentado à tutela em 2012 o Plano de Redução de Ruído para as Grandes Infraestruturas de transporte Ferroviário com mais de 60 000 comboios por ano (Avaliação de Cenários). A estratégia proposta nesse documento congrega:

1. O esforço necessário despendido para que se consiga cumprir com os requisitos legais em matéria de ruído;

2. A necessidade de concertação de uma estratégia para endereçar este assunto que carece da intervenção dos demais responsáveis nesta matéria, assim como dos recursos associados;
3. A sistematização de uma disciplina de ação e uma atuação com critério.

A análise e discussão sobre o referido plano constituem, num primeiro momento, a base essencial para viabilizar a consolidação, em momento oportuno, dos planos de ação por linha.

No domínio da ação da REFER destaca-se que a modernização das vias constitui ação imprescindível para que as demais medidas surtam efeito, sendo esta a medida de redução na fonte, por excelência, ao nível da infraestrutura, que deverá ser acompanhada por igual ação no material circulante.

Para além das conhecidas, e por vezes contestadas, barreiras acústicas, a REFER tem em estudo outras medidas de redução de ruído que poderão ser aplicadas, depois de comprovado o seu efeito e depois de devidamente homologadas. Tais medidas compreendem, entre as mais significativas:

- Instalação de Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril (*Rail Dampers*);
- Lubrificadores Fixos de Via;
- Esmerilagem Acústica;
- Revestimentos Absorventes para muros de betão;
- Barreiras Acústicas (inclinadas ou curvas), com maior superfície transparente.

Por último, mas não menos importante, é de referir que, desde a publicação do primeiro Regulamento Geral do Ruído (em 1987) ficou explícita a necessidade de se promover uma nova dinâmica à gestão do território em torno de infraestruturas vitais, como o são as principais artérias de comunicação nas áreas metropolitanas e principais cidades. Desde essa data, que se torna evidente o desígnio de estancar a ocupação, por usos sensíveis, do espaço contíguo a estes canais, que no caso da infraestrutura ferroviária conhecida, se encontram implantados no território há mais de um século. Só esta ação partilhada permitirá um efeito efetivo neste desiderato.

## 4. PRINCIPAIS INDICADORES

### 4.1. VERTENTE ECONÓMICA

#### 4.1.1. Operações

O número total de CK em 2013 situou-se em 35,9 milhões, dos quais 29,68 milhões corresponderam a comboios de passageiros e 5,45 milhões de mercadorias.

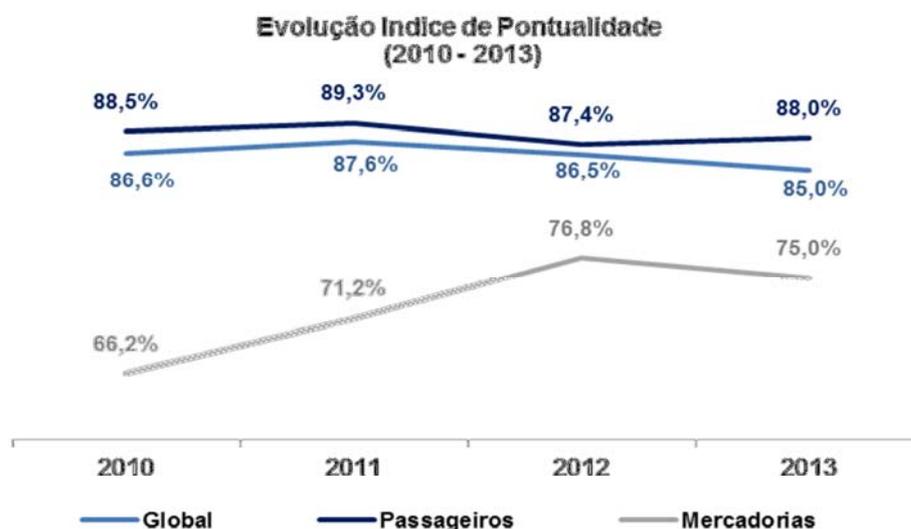
Quadro 4 – Evolução da utilização da Rede por tipo de Serviço

unidade: milhões de CK

UTILIZAÇÃO da REDE	2012	2013	Var 2013/2012	%
Passageiros	28.490	29.682	1.192	4%
Mercadorias	5.693	5.450	-243	-4%
Marchas	839	820	-19	-2%
<b>TOTAL</b>	<b>35.022</b>	<b>35.952</b>	<b>930</b>	<b>3%</b>

O índice de pontualidade global situou-se nos 85%.

Figura 10 – Evolução do índice de Pontualidade



#### 4.1.2. Manutenção

O índice de qualidade QN3 registou em 2013 um valor de 5,9%

Quadro 5 – Evolução dos Índices de Qualidade da Via Larga

Ano	Análise Percentual aos Índices de Qualidade (%)		
	QN1	QN2	QN3
2013	81,6	12,5	5,9
2012	76,6	15,3	8,1
2011	75,2	11,7	13,1
2010	75,1	14,2	10,7

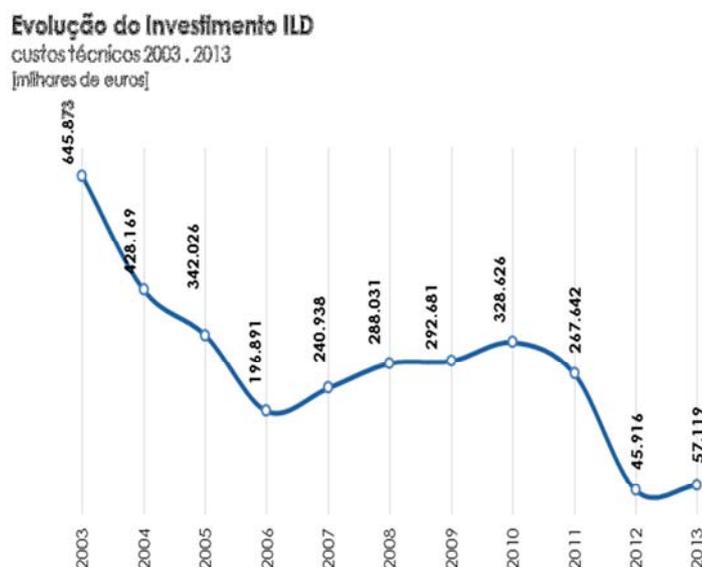
O nível:

- QN1, retrata Troço em bom estado. Aplicação do roteiro de MPS em vigor.
- QN2, Troço com indícios de necessidade de manutenção a médio prazo.
- QN3, Troço com necessidade de manutenção no período do ano.

#### 4.1.3. Desenvolvimento da Rede e Investimento

O investimento global executado em 2013 registou 57,119 milhões de euros

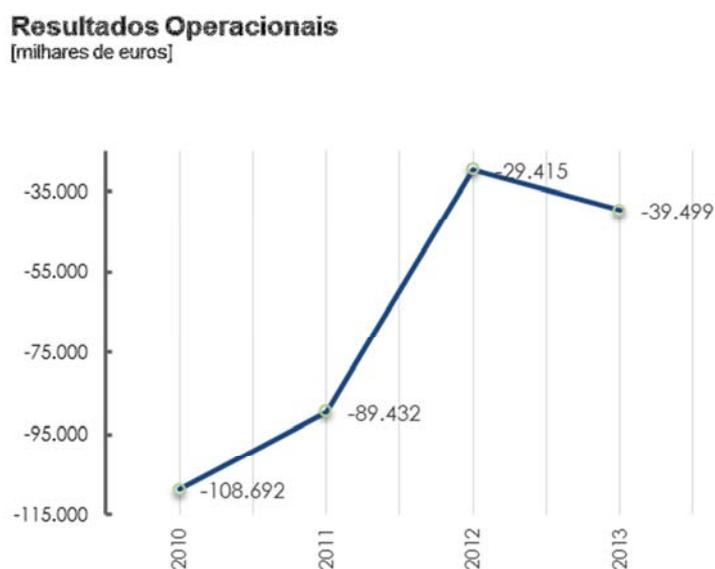
Figura 11 – Evolução dos Investimentos de Longa Duração



#### 4.1.4. Gestão Financeira

O resultado operacional da REFER em 2013 foi negativo em 39,5 milhões de euros.

Figura 12 – Evolução dos Resultados Operacionais



A evolução dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 7%.

Quadro 6 – Evolução dos Custos com Fornecimentos e Serviços Externos

unidade: milhões de euros

Fornecimentos e Serviços Externos	2012	2013	Desvio	%
Subcontratos	58,975	63,336	4,361	7%
Frota Automóvel	2,956	2,436	-0,520	-18%
Comunicações - fixo e móvel	0,334	0,316	-0,018	-5%
Formação	0,082	0,124	0,042	50%
Limpeza	1,785	2,012	0,227	13%
Vigilância	4,734	4,598	-0,136	-3%
Electricidade	6,167	6,239	0,071	1%
Energia para Tração	5,127	5,302	0,175	3%
Outros FSE	7,881	10,039	2,159	27%
<b>Total Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>88,041</b>	<b>94,404</b>	<b>6,362</b>	<b>7%</b>

Os rendimentos gerados cifraram-se em 169,6 milhões de euros, dos quais 109,2 milhões correspondem a receitas próprias.

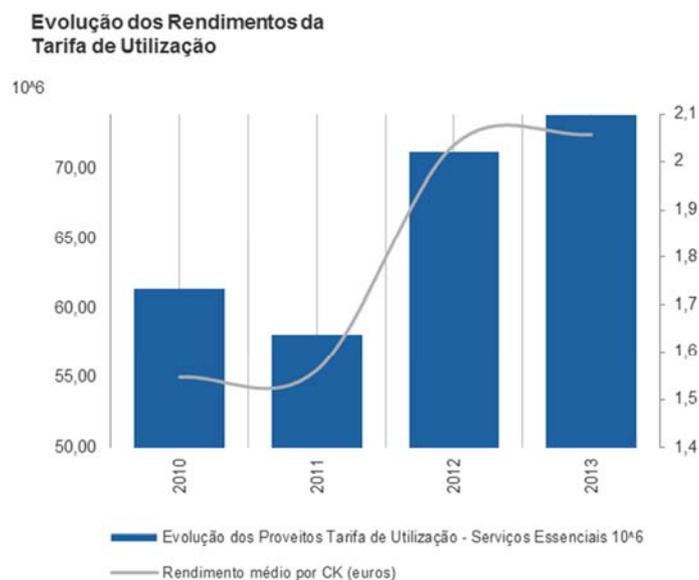
#### Quadro 8 – Evolução das Receitas

unidade: milhões de euros

Rendimentos Operacionais	2012	2013	Desvio	%
Tarifa de Utilização	71,258	73,929	2,671	3,7%
Outras Prestações de Serviços	9,726	9,465	-0,261	-2,7%
Outros Rendimentos	11,897	25,811	13,914	117,0%
<b>Sub-Total</b>	<b>92,881</b>	<b>109,205</b>	<b>16,324</b>	<b>17,6%</b>
Indemnizações Compensatórias	39,600	43,700	4,100	10,4%
Concedente Estado	20,934	16,727	-4,208	-20,1%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>153,415</b>	<b>169,631</b>	<b>16,216</b>	<b>10,6%</b>

O rendimento devido pela tarifa de utilização cresceu 3,7%.

Figura 13 – Evolução dos Rendimentos da Tarifa de Utilização



**Quadro 9 – Evolução da Tarifa de Utilização por serviço**

unidade: milhões de euros

TARIFA de UTILIZAÇÃO	2012	2013	Var 2013/2012	%
Passageiros	59,195	62,939	3,744	6%
Mercadorias	7,613	7,475	-0,138	-2%
Marchas	1,421	1,516	0,095	7%
<b>TOTAL TARIFA BASE</b>	<b>68,230</b>	<b>71,930</b>	<b>3,700</b>	<b>5%</b>
Capacidade Pedida Não Utilizada	3,028	1,999	-1,029	-34%
<b>TOTAL</b>	<b>71,258</b>	<b>73,929</b>	<b>2,671</b>	<b>4%</b>
<b>TARIFA BASE / CK</b>	<b>1,95 €</b>	<b>2,00 €</b>	<b>0,05 €</b>	<b>3%</b>

A venda de resíduos registou em 2013 um acréscimo de 207,9%.

**Quadro 10 – Evolução dos rendimentos não core por natureza de serviço**

unidade: milhões de euros

Rendimentos Não Core	2012	2013	Desvio	%
Espaços Comerciais	6,245	5,108	-1,138	-18,2%
Telecomunicações	1,255	3,023	1,768	140,9%
Terrenos, Edifícios e Outras Instalações	0,476	0,609	0,133	28,0%
Cedência de Energia e Água	0,552	1,086	0,534	96,9%
Venda de Resíduos	3,324	10,237	6,913	207,9%
Material Circulante e Outro Equip Ferroviário	0,117	0,001	-0,117	-99,2%
Locação de Espaços Publicitários	0,032	0,015	-0,016	-51,4%
Cedência de Pessoal	0,047	1,220	1,173	2495,8%
Ganhos (perdas) em subsidiárias e associadas	-1,530	2,961	4,491	-293,5%
Outros	1,379	1,550	0,171	12,4%
<b>TOTAL</b>	<b>11,897</b>	<b>25,811</b>	<b>13,914</b>	<b>117,0%</b>

**Quadro 11 – Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores**

O prazo médio de pagamento a fornecedores é de 35 dias no último trimestre de 2013.

**Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009**

PMP	2012			
	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	78	87	75	63

PMP	2013			
	1ºT 2013	2ºT 2013	3ºT 2013	4ºT 2013
PMP a Fornecedores (dias)	51	42	43	35

**4.1.5. Segurança da Infraestrutura**

**SEGURANÇA DA EXPLORAÇÃO**

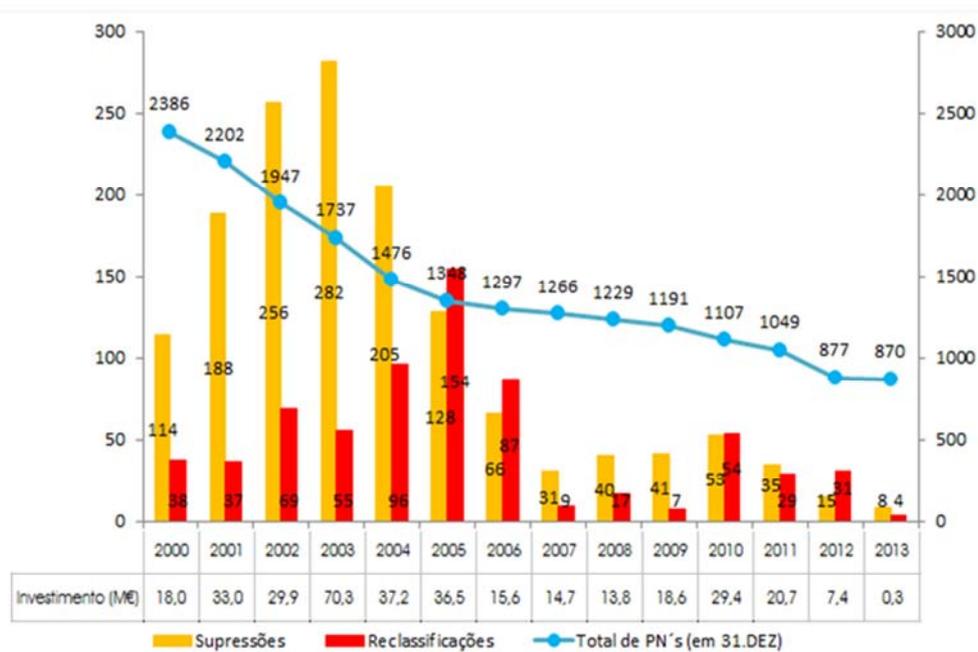
O indicador de **acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro** registou o valor de **1,295** no final do ano de 2013.

Trata-se de um dado provisório uma vez que à data da edição do RS 2013, decorre o acerto do mesmo com os registos das Empresas de Transporte Ferroviário, processo este supervisionado pelo IMT.

**ATRAVESSAMENTOS E PASSAGENS DE NÍVEL**

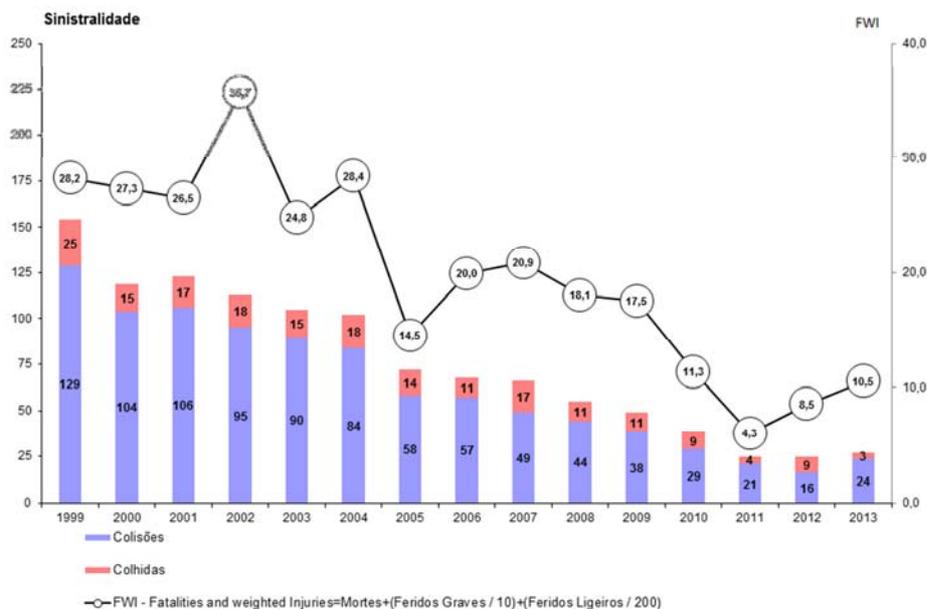
No final do ano de 2013 subsistiam 870 passagens de nível.

Figura 14 – Evolução do número de PN e ações desenvolvidas



Quadro 12 – Composição de PN por tipo

Figura 15 – Sinistralidade – Acidentes e consequências nos últimos 15 anos



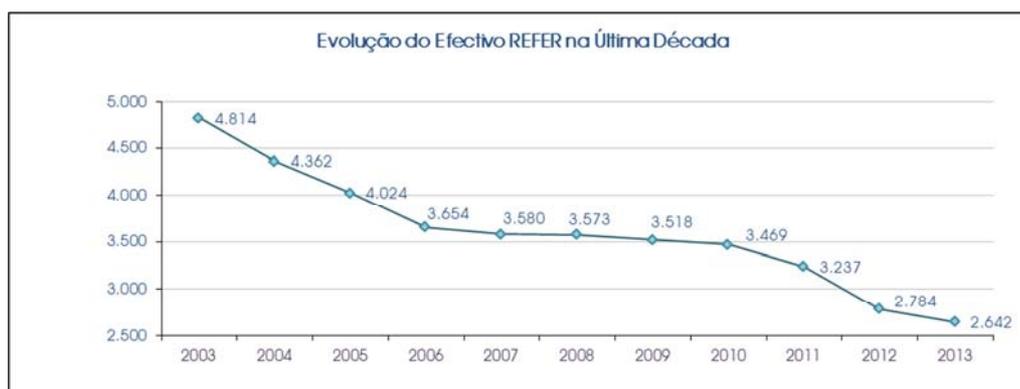
## 4.2. VERTENTE SOCIAL (INTERNA)

### 4.2.1. Emprego

#### EVOLUÇÃO DO EFETIVO

Em dezembro de 2013 estavam ao serviço da empresa 2540 pessoas sendo valor médio ao longo do ano 2642 pessoas.

Figura 16 – Evolução do Efetivo na REFER (2003/2013)



## SAÍDAS

Em 2013 ocorreram 115 saídas da REFER, das quais 99 foram motivadas por Rescisões por Mútuo Acordo (RMA).

Figura 17 – Saída de Pessoas da REFER por motivo em 2013



## TURNOVER (TAXA DE ROTAÇÃO)

O rácio entre as saídas e o efetivo médio foi superior em cerca de 2% ao verificado no ano anterior. A taxa de rotação fixou-se nos 2,7% em 2013.

Quadro 13 – Turnover 2008 a 2013

Turnover	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Saídas / Efetivo Médio	1,8%	3,5%	2,2%	19,9%	2,4%	4,4%
$((\text{Saídas} + \text{Entradas})/2) / \text{Efetivo Médio}$	1,5%	2,6%	1,3%	10,4%	1,2%	2,7%

## ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE

A idade média do universo de colaboradores da REFER situa-se nos 47,01 anos de idade com tendência a aumentar.

Quadro 14 – Evolução da idade média

Ano	2010	2011	2012	2013
Idade Média (31 Dez)	46,67	45,36	46,29	47,01

Existe uma predominância de colaboradores com idades compreendidas entre os 46 e 55 anos (44,6%).

Figura 18 – Evolução da Estrutura Etária

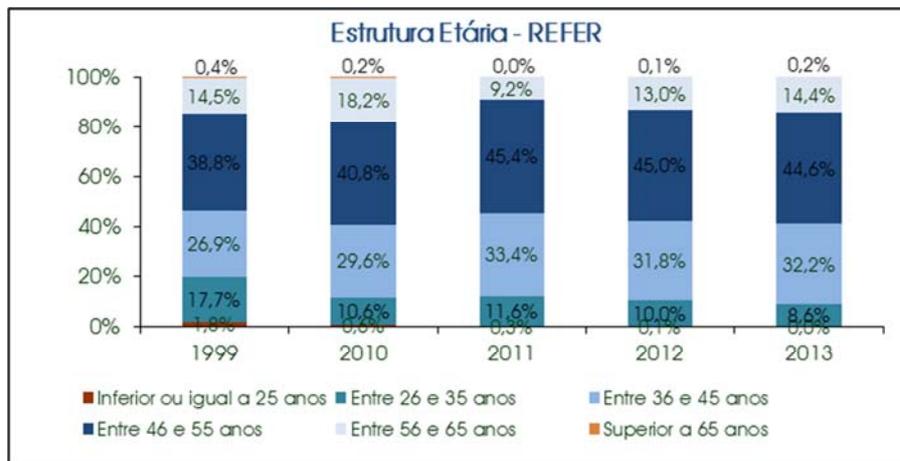
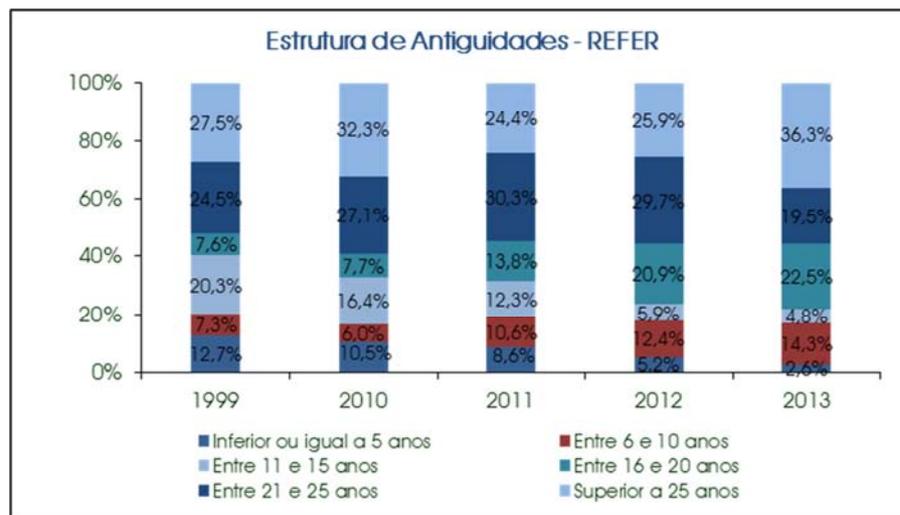


Figura 19 – Evolução da Estrutura de Antiguidades



#### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

Historicamente o grupo de colaboradores classificado como “profissionais qualificados” representa cerca de 45% do pessoal da REFER.

Figura 20 – Evolução dos Níveis de Qualificação do Pessoal REFER



### MOBILIDADE 2013

Ao longo do ano de 2013, foram geridos 1701 processos de mobilidade interna.

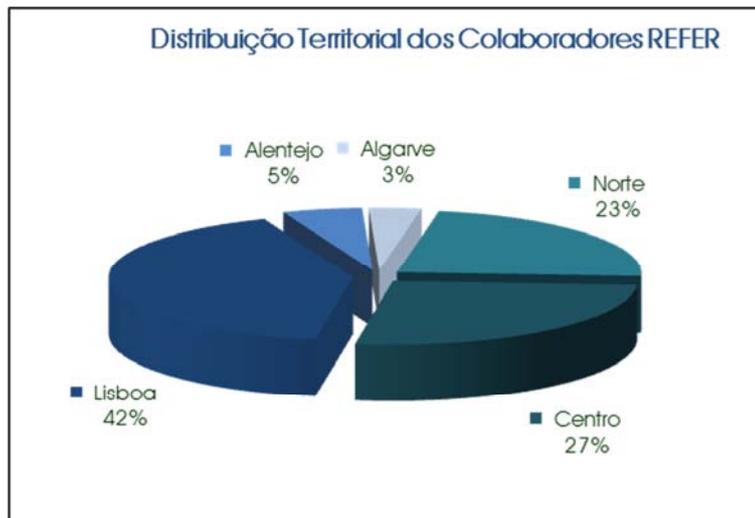
Quadro 15 – Processo de Mobilidade em Quantidades

Processos de Mobilidade	Quantidade
Mobilidade funcional com o objetivo de suprir lacunas operacionais (com alteração de funções)	82
Mobilidade geográfica de cariz operacional	35
Centrados nas transferências por necessidade de serviço	27
Centrados na Reestruturação Organizacional de abril de 2013	1503
Cedências entre empresas do Grupo por motivo de centralização de atribuições	54

### DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL

Cerca de 70% dos trabalhadores da REFER estão sediados em Lisboa e no centro. Apenas 8% dos colaboradores se encontram a Sul de Lisboa.

Figura 21 – Distribuição dos Colaboradores REFER – 2013



#### 4.2.2. Diálogo Social

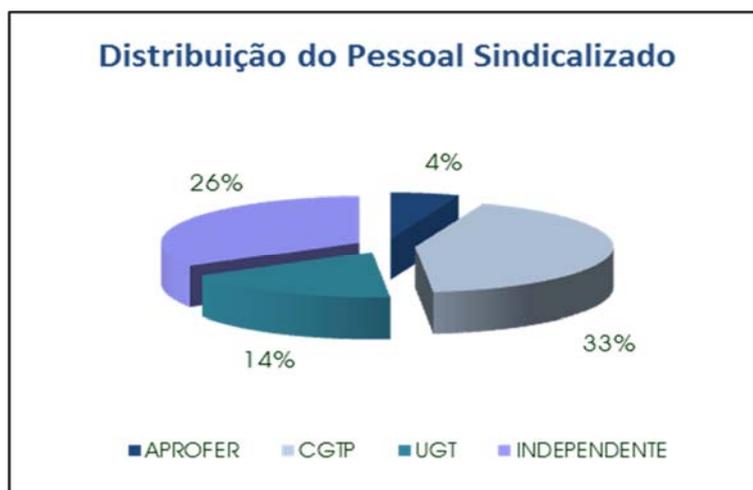
##### SINDICALIZAÇÃO

64% dos trabalhadores da REFER são sindicalizados, sendo representados por 22 organismos sindicais, dos quais 20 estão ligados ao setor ferroviário.

Figura 22 – Taxa de Sindicalização 2013



Figura 23 – Distribuição - Pessoal Sindicalizado 2013



## BENEFÍCIOS SOCIAIS

### Área da Educação

- Subsídio de Pré-Escolaridade - O valor global anual deste subsídio em 2013 foi de 216 544 mil euros distribuídos por 333 beneficiários;
- Bolsa de Estudo – O valor deste benefício social abrangeu 183 beneficiários;
- Em 2013 foram atribuídos cerca de 317 passes escolares.

### 4.2.3. Formação

O número de formandos abrangidos pelo plano em 2013 foi de 2786.

Quadro 16 – Síntese dos Principais Indicadores de Atividade

	2013 (executado)	2014 (planeado)
N.º de Formandos	2 786	7 900
Volume de Formação (h)	57 990	107 000
Volume de Formação <i>per capita</i> (h)	19,3	35
Orçamento (euros)	103 900	198 000
% de colaboradores abrangidos	nd	69%

#### 4.2.4.

##### Quadro 17 – Síntese dos Principais dados ao Nível da Segurança no Trabalho

O número (provisório) de acidentes de trabalho registado em 2013 foi de 133.

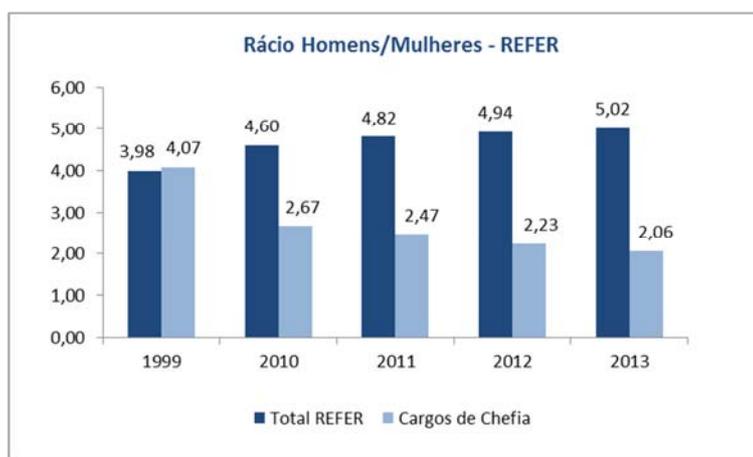
	2011	2012	2013 (valores provisórios)
Nº de trabalhadores	3237	2784	2540
Nº de horas trabalhadas	5937025	4707938	4553586
Nº de acidentes de trabalho	130	104	133
Nº de dias perdidos	2037	2949	2529
Índice de frequência (OIT)	20,42	19,12	29,21
Índice de gravidade (OIT)	475,67	553,53	555,39

#### 4.2.5. Diversidade e Oportunidade

##### IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

O rácio de Homens/Mulheres no total de colaboradores da REFER em 2013 (5,02).

Figura 24 – Rácio Homens/Mulheres - REFER



Entre 1999 e 2013 o rácio de chefias Homens/Mulheres baixou de 4,07 para 2,06.

Quadro 18 – Rácio M/F – VB por Categoria Profissional - 2013

M F	Rácio M/F - VB por Categoria Profissional - 2013*	M/F
24DA	Auxiliar de Apoio Geral	1,04
25JC	Assistente de Gestão	0,91
27LD	Técnico Júnior	1,00
27LE	Técnico	0,98
27LF	Técnico Especialista	1,01

\* Categorias Profissionais com dez ou mais homens e mulheres

### 4.3. VERTENTE SOCIAL (EXTERNA)

#### 4.3.1. Iniciativas e Apoio a Associações do Setor Ferroviário

Em 2013, foram concedidos apoios distribuídos por oito entidades ligadas ao setor ferroviário.

#### 4.3.2. Iniciativas e Apoio a Associações da Sociedade Civil

Foram mais de uma centena as parcerias estabelecidas com entidades da sociedade civil, visando o serviço à sociedade, a promoção do caminho-de-ferro e do património ferroviário.

### 4.4. VERTENTE AMBIENTAL

#### 4.4.1. Especialidades Transversais e Apoio Operacional

##### ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL NA ÁREA DA MANUTENÇÃO/EXPLORAÇÃO

##### Atividade de Fiscalização

No ano de 2013 foram fiscalizadas na vertente de ambiente Prestações de serviços e empreitadas, apresentando-se as mais relevantes.

**Quadro 19 – Prestações de Serviço alvo de Acompanhamento Ambiental**

<b>Prestações de Serviço com Fiscalização de Ambiente, em 2013</b>		
<b>Designação da PS</b>	<b>Prestador de serviços</b>	<b>Órgão REFER afeto ao contrato</b>
Manutenção Integral da Sinalização nos Troços com Tecnologia ESTW e PIPC.	Thales	DMN
Manutenção Integral da Sinalização nos Troços de Tecnologia SSI.	Siemens	DMN
Manutenção Integral da Sinalização da Estação de Vendas Novas	Siemens	DMN
Manutenção de Elevadores e Escadas Rolantes	Schmitt	DMN
Prestação de Serviços de Manutenção Completa de Ascensores e Escadas Mecânicas da Área Suburbana de Lisboa e Porto – Equipamentos ThyssenKrupp	ThyssenKrupp	DMN
Manutenção completa de ascensores e escadas mecânicas da área suburbana de Lisboa e Porto – Equipamentos Otis	Otis	DMN
Prestação de serviços de manutenção completa de ascensores e escadas mecânicas da área suburbana de Lisboa e Porto – Equipamentos Schmitt	Schmitt	DMN
Controlo de Vegetação e Limpeza dos Órgãos Hidráulicos	Consórcio Fernandes & Remelhe, Maranhão e Framegas & Santos	GS
Deservagem química na rede ferroviária nacional - via larga	Consórcio Ferrovias e Tecnocarril	DMN
Prestação de Serviço Manutenção de Via e Catenária (5 contratos)	Mediante o contrato: Ferrovias/Mota-Engil, Fergrupo/Somafel, Neopul/EIP e Somafel/Fergrupo	GN/GS
Prestação de Serviço de Manutenção de CC (9 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo, SCTV, Cadimarte, PLM, Arada e Visacasa	GN/GS
Prestação de Serviço Baixa Tensão Manutenção de BT (9 contratos)	Mediante o contrato: Manindústria, Aramus e Consórcio Efacec-Manvia	GN/GS

Prestação de Serviço Manutenção de Energia de Tração (2 contratos)	Mediante o contrato: Efacec e Siemens	DMN
Manutenção e Reparação de Avarias de Passagens de Nível Automatizadas e Sinalização Mecânica de Estações.	Siemens	DMN
Prestação de Serviços de "Automatização de 23 PN"	Efacec	DMN
Linha do Vouga: Automatização de 52 Passagens de Nível	Alstom	GN
Prestação de Serviços de "Manutenção de Construção Civil, para as estações suburbanas da área de Lisboa e Porto" (4 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo, SCTV, Cadimarte e Visacasa	GN/GS
Prestação de Serviços de "Manutenção de Instalações de Baixa Tensão, para as estações suburbanas da área de Lisboa e Porto" (4 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo, Visacasa e Manvia/Efacec	GN/GS

#### Quadro 20 – Empreitadas alvo de Acompanhamento Ambiental

Linha	Empreitadas com Fiscalização de Ambiente, em 2013	Empreiteiro
Ramal de Moura	Demolições de Edifícios em Ruínas	Visacasa
Linha do Algarve	Apeadeiro da Luz – Alçamento da Plataforma de Passageiros	Algarrelevo
Linha do Algarve	Estações de Olhão, Fuzeta, Tavira, Cacela e VRSA – Substituição de Travessas de Madeira por Travessas de Betão, Substituição de Carris Defeituosos e Constituição de Barras Longas Soldadas	Fergrupo
Linha do Algarve	Empreitada de Conceção, Fornecimento/Montagem de Sinalização Eletrónica no Troço Olhão/VRSA na Linha do algarve	Dimetronic SIEMENS
Linha do Sul	Troço Pragal/Pinhal Novo – Reposição da Solução de projeto RCT+TP	Neopul
Linha do Sul	Empreitada de Substituição de Fixações RNP por Fixações do tipo NABLA e Regularização de Barras Longas Soldadas na Linha do Sul entre o PK 255+150 e o PK 271+995	Rodrigues & Neves
Linha do Algarve	Empreitada de Conceção, Fornecimento e Montagem do Sistema de Controlo Automático de Velocidade (ATPN) no Troço Olhão/VRSA, da Linha do Algarve	Bombardier
Linha do Sul	Empreitada de Recuperação da Habitação 20A em Tunes	Algarelevo
Linhas do Minho e do Algarve	Automatização de 8 Passagens de Nível	Efacec

Linha do Sul	Empreitada da Linha do Sul – Estação da Funcheira: Recuperação das Fachadas, da cobertura do EP e das Instalações Sanitárias	Visacasa
Linha de Sintra	Quadruplicação da via entre os km 13+750 e 18+250 da Linha de Sintra, incluindo a remodelação das estações de Barcarena e do Cacém	Edifer
Linha de Sintra	Ressinalização da Linha de Sintra – 4ª Fase	Thales
Linha de Sintra	Barcarena – Cacém – RCT+TP entre os km 13+750 e 18+250 da Linha de Sintra	Thales
Linha de Sintra	Conceção e Execução de Fornecimento e Instalação do Sistema de Controlo Automático de Velocidade para a Quadruplicação do troço Barcarena – Cacém, Linha de Sintra”	Bombardier
Linha de Sintra	Proteção sonora para a Urbanização da Cidade Desportiva em Massamá, Linha de Sintra	Auroconstro
Linha do Douro	Estabilização dos taludes de escavação entre os km 124+500/700 e os km 125+460/800, na Linha do Douro	Obrecol
Linha do Minho	Reforço e reabilitação das fundações da ponte internacional de Valença	Teixeira Duarte
Linha do Norte	Reabilitação estrutural da ponte de Esgueira, ao km 274,094	Conduril
Linha do Norte	Empreitada, com elaboração de projeto de execução para a Montagem de Passagem Superior Pedonal ao km 106,355 da Linha do Norte.	Metaloviana
Linha da Beira Baixa	Empreitada “Linha da Beira Baixa – km 62,300 a 62,600 – Drenagem”.	Rodrigo & Neves
Linha do Norte	Empreitada de Proteção Anticorrosiva da Ponte de Sacavém ao PK 9,717 da Linha do Norte.	Caetano Coatings
Linha do Leste	Estação da Torre das Vargens – Beneficiação do EP	Obrimofor
Linha da Beira Baixa	Linha da Beira Baixa - Terraplenagem e Drenagem - km55+900 ao km56+180.	Nortejuvil
Linha do Sul	Empreitada de Beneficiação de 3 Passagens Hidráulicas ao PK 287+709; 288+496 e 292+929 da Linha do Sul.	Htecnic
Linha da Beira Baixa	Empreitada de Reforço, Proteção e Reabilitação das Fundações da Ponte da Praia, ao PK 118+860.	Obrecol
Linha da Beira Alta	Empreitada de Pequenas Reparações do Túnel do Grande Salgueiral.	Fergrupo
Linha do Norte	Troço Válega/Gaia - Ação de melhoria na superestrutura de via-Válega/Gaia III	Fergrupo

Foram auditados 29 contratos de prestações de serviços de manutenção.

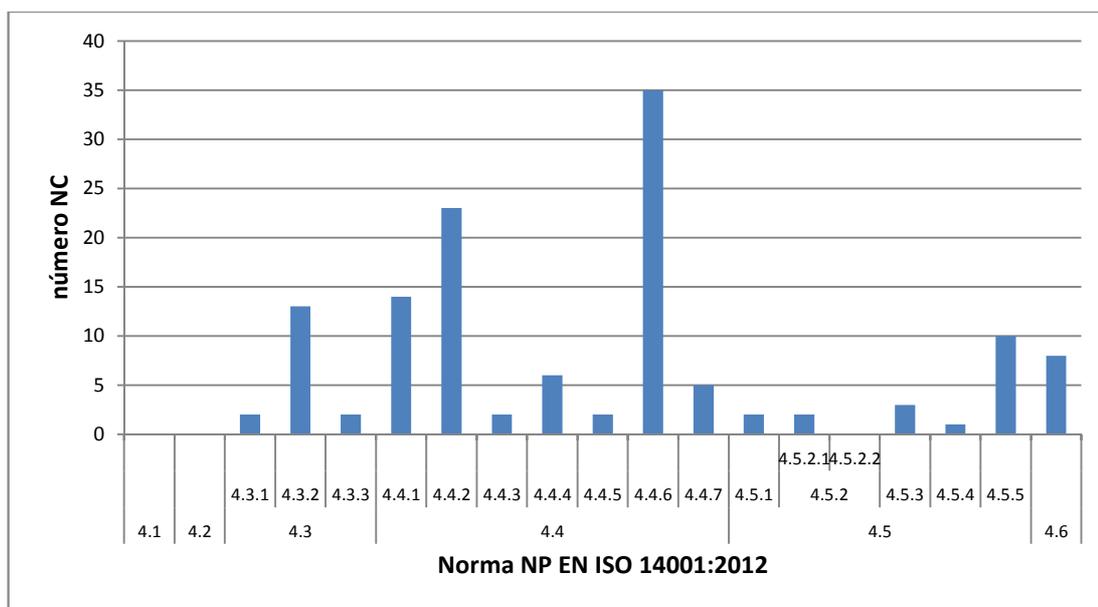
**Quadro 21 – Programa de Auditorias de 2.ª Parte**

Foram auditados 29 contratos de prestações de serviços de manutenção,

<b>Auditorias de Ambiente realizadas, em 2013</b>		
<b>Designação da PS</b>	<b>Prestador de serviços</b>	<b>Órgão REFER afeto ao contrato</b>
Prestação de Serviços na Especialidade de Energia de Tração (2 contratos)	Mediante o contrato: Efacec e Siemens	DMN
Prestação de Serviços na Especialidade de Construção Civil (4 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo, SCTV, Cadimarte e Visacasa	GN/GS
Prestação de Serviços na Especialidade de Construção Civil nas Estações Suburbanas de Lisboa e Porto (4 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo, SCTV, Cadimarte e Visacasa	GN/GS
Prestação de Serviços na Especialidade de Baixa Tensão (6 contratos)	Mediante o contrato: Aramus e Manindústria	GN/GS
Prestação de Serviços na Especialidade de Baixa Tensão nas Estações Suburbanas de Lisboa e Porto (3 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo e Visacasa	GN/GS
Manutenção de Sinal. nos troços com tecnologia ESTW e PIPC (1 contrato)	Thales	DMN
Manutenção Integral da Sinalização da Estação de Vendas Novas (1 contrato)	Siemens	DMN
Manutenção de Elevadores e Escadas Rolantes (1 contrato)	Schmitt	DMN
Prestação de Serviços nas Especialidades de Via e Catenária (5 contratos)	Mediante o contrato: consórcio Ferrovias/Mota-Engil, consórcio Fergrupo/Somafel, consórcio Neopul e consórcio Somafel/Fergrupo	GN/GS
Deservagem química na rede ferroviária nacional - via larga (1 contrato)	Consórcio Ferrovias/Tecnocarril	DMN
Manutenção Integral de Passagens de Nível Automatizadas (1 contrato)	Siemens	DMN

Os resultados das auditorias realizadas em 2013 traduzem-se nas falhas identificadas por ponto da norma NP ISO 14001:2012.

Figura 25 – Constações do Programa de Auditorias de Ambiente



## MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

### Quadro 22 – Ações de Monitorização Ambiental realizadas

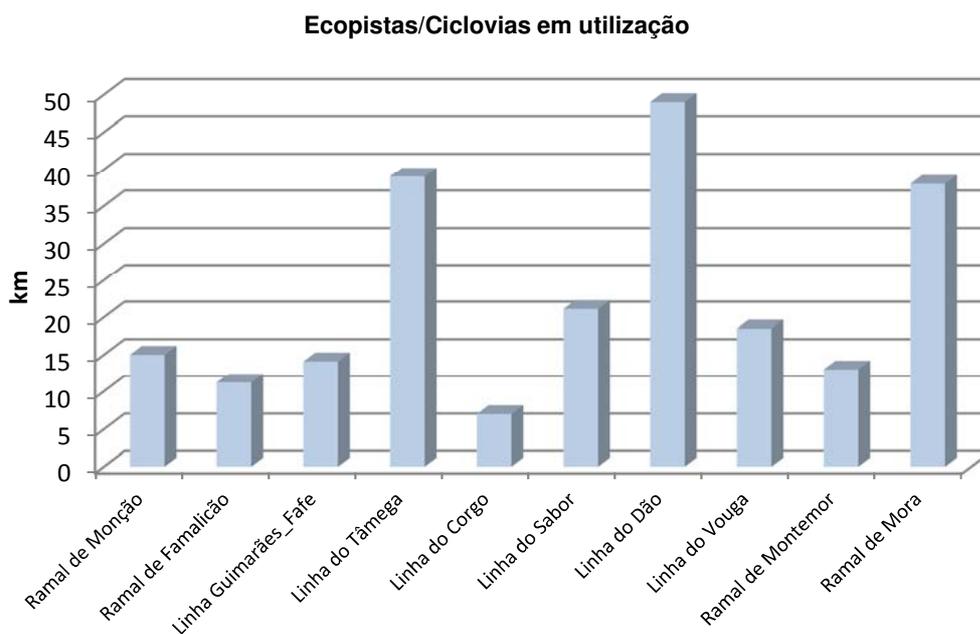
Fase de construção	
Linha do Norte: Projeto de execução para a Montagem de Passagem Superior Pedonal ao km 106,355.	- Arqueologia
Linha do Douro: Estabilização dos taludes de escavação entre os km 124,500/700 e os km 125,460/800.	- Ruído
Reforço e reabilitação das fundações da ponte internacional de Valença.	- Águas superficiais
Fase de exploração	
Variante de Alcácer	- Monitorização fauna

## RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

### Reabilitação do Património Desativado - Ecopistas/Ciclovias

As ecopistas em utilização totalizam 444 km

Figura 26 – Ecopistas e Ciclovias em Utilização



#### 4.4.2. Consumo de Recursos

##### MATERIAIS

Figura 27 – Evolução do Consumo de Balastro

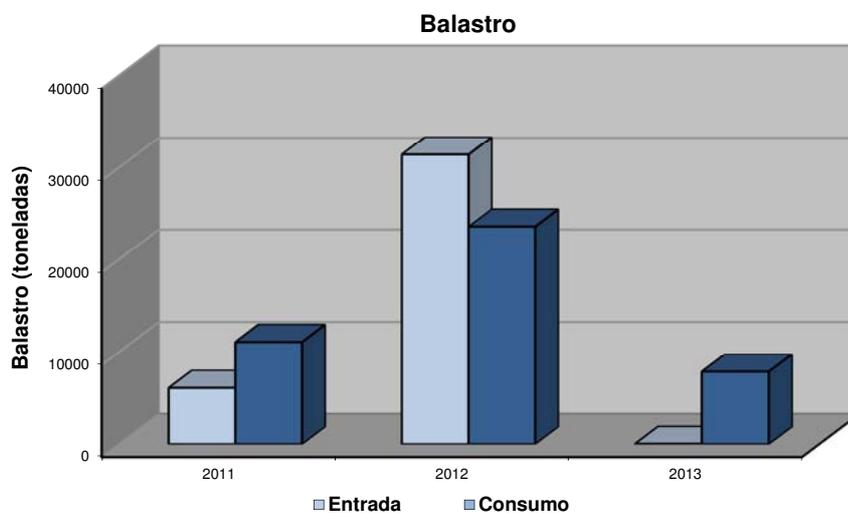


Figura 28 – Evolução do Consumo de Travessas

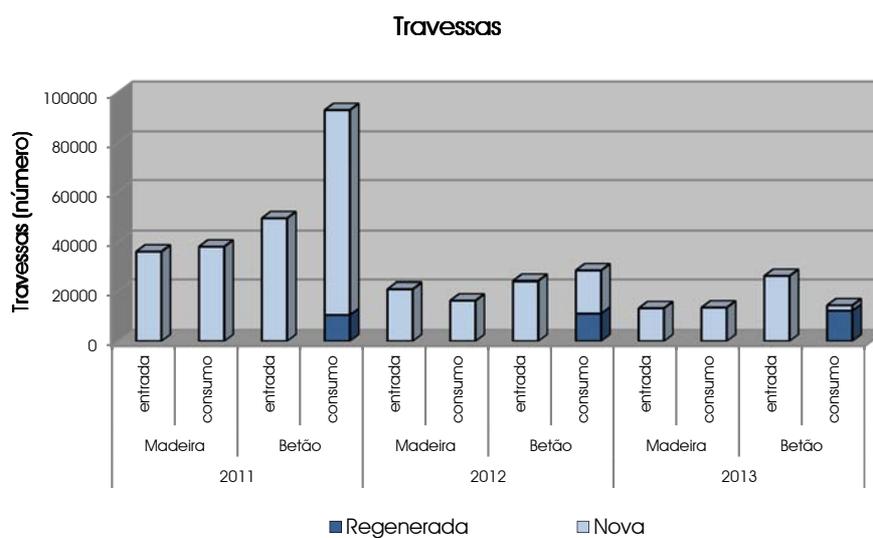


Figura 29 – Evolução do Consumo de Carril

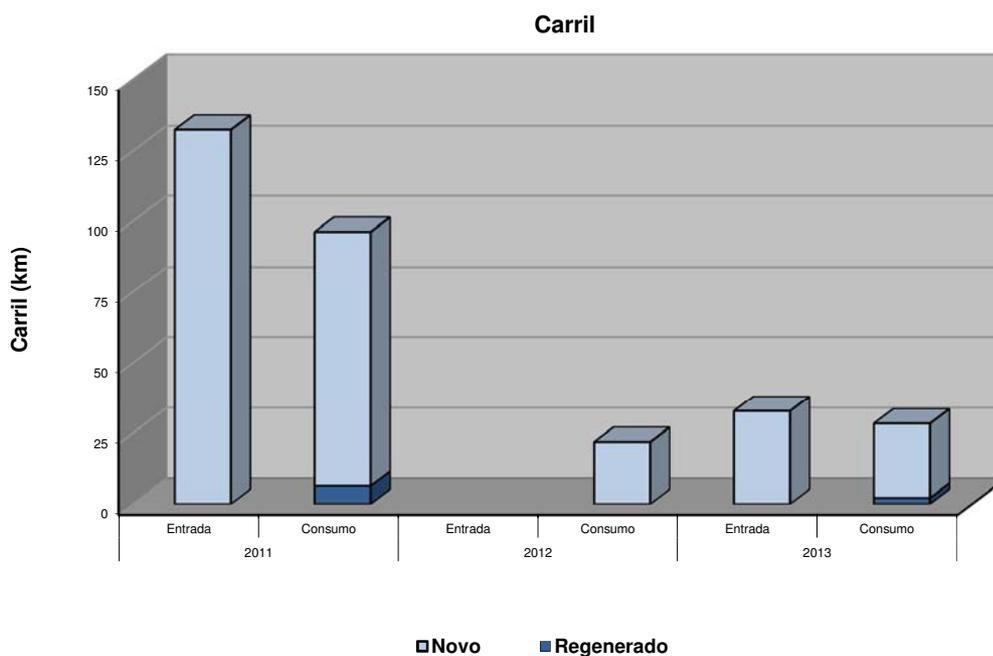
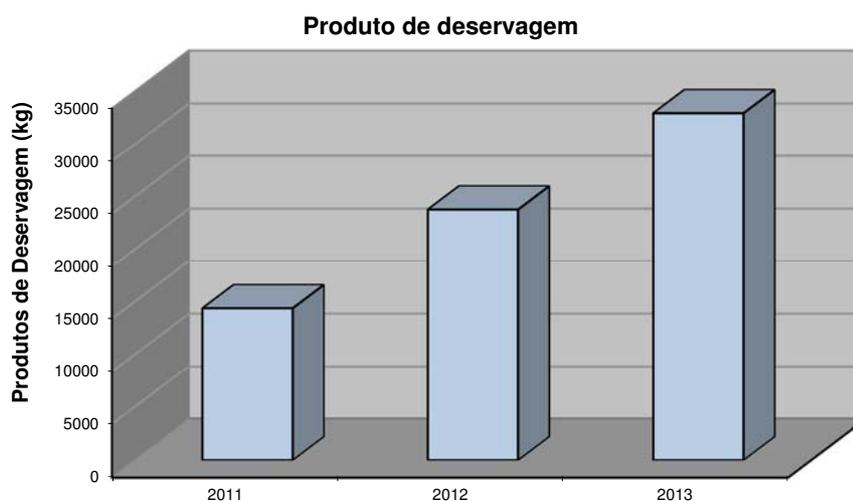
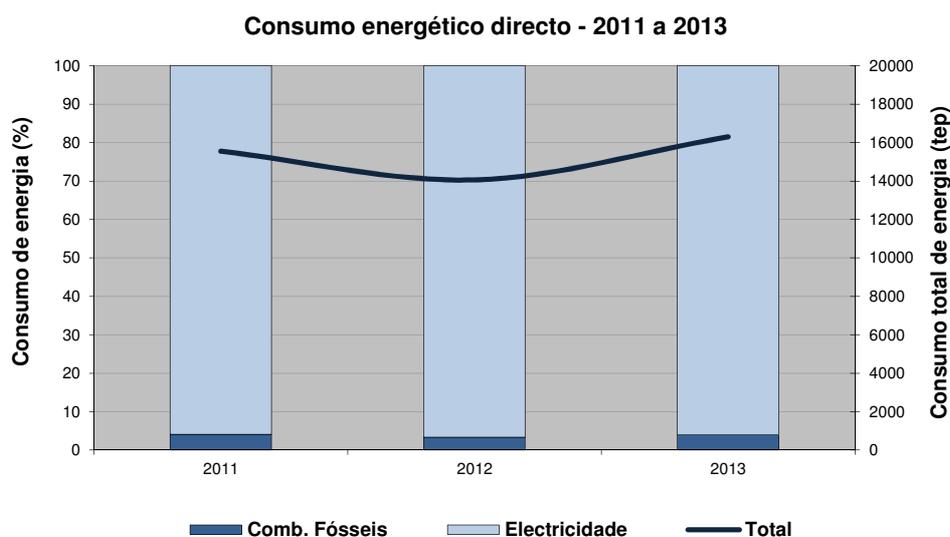


Figura 30 – Evolução do Consumo de Produtos de Deservagem



## ENERGIA

Figura 31 – Evolução do Consumo Energético Direto



### 4.4.3. Emissões, efluentes e resíduos

Quadro 23 – Encaminhamento de Resíduos Valorizáveis

Encaminhamento de Resíduos	Quantidade	Unidades
<b>Resíduos Ferrosos</b>	<b>38 787,11</b>	<b>t</b>
Alienação de resíduos de carril e de outro material ferroso miúdo - SN Seixal - Siderurgia Nacional, SA	37 578,50	t
Alienação de cerca de 150 toneladas de resíduos vários - Estação da Granja	161,42	t
Alienação de cerca 480 toneladas de resíduos ferrosos - Estremoz	472,43	t
Alienação de resíduos ferrosos - Estações Coimbra/Coimbra B	287,38	t
Alienação de cerca de 90 toneladas de resíduos ferrosos - Linha da Matinha	287,38	t
<b>Resíduos Não Ferrosos</b>	<b>50,15</b>	<b>t</b>
Alienação de cerca de 150 toneladas de resíduos vários - Estação da Granja – Isoladores cerâmicos	21,45	t
Alienação de resíduos de travessas de betão bibloco - Estações Coimbra/Coimbra B	28,70	t
<b>Venda de Travessas Lote C</b>	<b>12 117</b>	<b>Un</b>

**Quadro 24 – Reaplicação de Materiais Para Uso Diferente do Original**

<b>Reaplicação de materiais para uso diferente do original</b>	
<b>Material</b>	<b>Quantidade Total</b>
Travessas de Betão Bibloco	530
Fixações	1 000
Carril 54	254,1 m
Carril 36	169,3 m
Carril 26	18,24 m
Tirefons	1 500
Barretas de 6 furos para carril 54	1 300

#### 4.4.4. Ruído

**Quadro 25 – GIF e respetiva cobertura com MER**

<b>GIT</b>	<b>Extensão [km]</b>	<b>Proporção no total de GIT</b>	<b>Proporção no total de GIT 60k ou GIT30k</b>	<b>Elaboração do MER</b>
<b>GIT60k</b>				
Linha do Minho (Porto São Bento – Ermesinde)	11,107	2,17%	10,13%	100,0%
Linha do Norte (Lisboa Santa Apolónia – Azambuja)	46,926	9,18%	42,78%	100,0%
Linha de Sintra (Lisboa Rossio – Sintra)	27,223	5,33%	24,82%	100,0%
Linha de Cascais (Lisboa Cais do Sodré – Oeiras)	16,121	3,15%	14,70%	100,0%
Linha de Cintura (Lisboa Campolide – Terminal Técnico de Chelas)	5,135	1,00%	4,68%	100,0%
Concordância de Sete Rios (Sete Rios – Interseção Sintra/Cintura)	3,181	0,62%	2,90%	100,0%
<b>TOTAL GIT60k</b>	<b>109,693</b>	<b>21,5%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>GIT30k</b>				
Linha do Minho (Ermesinde – Lousado)	17,001	3,33%	4,24%	100,0%
Linha do Douro (Ermesinde – Penafiel)	29,580	5,79%	7,37%	50,0%
Linha do Norte (Azambuja – Porto)	289,329	56,61%	72,08%	27,1%

Campanhã)				
Linha do Oeste (Bifurcação de Meleças – Mira Sintra-Meleças)	2,124	0,42%	0,53%	100,0%
Linha de Cintura (Terminal Técnico de Chelas – Braço de Prata)	2,865	0,56%	0,71%	100,0%
Linha de Cascais (Oeiras – Cascais)	9,246	1,81%	2,30%	100,0%
Linha do Sul (Ponte de Santana – Setúbal)	49,629	9,71%	12,36%	100,0%
Ramal da Lousã (Coimbra B – Coimbra)	1,645	0,32%	0,41%	0,0%
<b>TOTAL GIT30k</b>	<b>401,419</b>	<b>78,5%</b>	<b>100,0%</b>	<b>43,8%</b>
<b>TOTAL GIT</b>	<b>511,112</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>	<b>55,8%</b>

GIT – Grande Infraestrutura de Transporte Ferroviário, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho.

GIT60k - Grande Infraestrutura de Transporte Ferroviário com mais de 60 000 comboios por ano, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho.

GIT30k - Grande Infraestrutura de Transporte Ferroviário com mais de 30 000 comboios por ano e menos de 60 000 comboios por ano, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho.

MER – Mapa Estratégico de Ruído, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho.

**Quadro 26 – Planos de Redução de Ruído – Ponto de Situação**

**Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário e respetiva cobertura com PRR**

<b>GIT</b>	<b>Elaboração do PRR</b>
<b>GIT60k</b>	
Linha do Minho (Porto São Bento – Ermesinde)	100,0%
Linha do Norte (Lisboa Santa Apolónia – Azambuja)	100,0%
Linha de Sintra (Lisboa Rossio – Sintra)	100,0%
Linha de Cascais (Lisboa Cais do Sodré – Oeiras)	100,0%
Linha de Cintura (Lisboa Campolide – Terminal Técnico de Chelas)	100,0%
Concordância de Sete Rios (Sete Rios – Interseção Sintra/Cintura)	100,0%
<b>TOTAL GIT60k</b>	<b>100,0%</b>
<b>GIT30k</b>	
Linha do Minho (Ermesinde – Lousado)	0,0%
Linha do Douro (Ermesinde – Penafiel)	0,0%
Linha do Norte (Azambuja – Porto Campanhã)	27,1%
Linha do Oeste (Bifurcação de Meleças – Mira Sintra-Meleças)	100,0%
Linha de Cintura (Terminal Técnico de Chelas – Braço de Prata)	100,0%
Linha de Cascais (Oeiras – Cascais)	100,0%
Linha do Sul (Ponte de Santana – Setúbal)	100,0%
Ramal da Lousã (Coimbra B – Coimbra)	0,0%
<b>TOTAL GIT30k</b>	<b>40,1%</b>
<b>TOTAL GIT</b>	<b>53,0%</b>

**Quadro 27 – Reclamações de ruído, desde 2003 por linha**

<b>Ordem</b>	<b>Linha</b>	<b>Proporção do total</b>
1	Linha de Sintra	31,12%
2	Linha do Norte	29,22%
3	Linha de Cintura	14,01%
4	Linha do Sul	6,41%
5	Linha de Cascais	5,70%
6	Linha do Minho	5,23%
<b>Restantes</b>		8,31%
<b>TOTAL</b>		100,00%

**Quadro 28 – Reclamações de ruído, desde 2003 por concelho**

<b>Ordem</b>	<b>Concelho</b>	<b>Proporção do total</b>
1	Lisboa	28,27%
2	Sintra	17,81%
3	Vila Nova de Gaia	11,16%
4	Amadora	6,65%
5	Oeiras	4,99%
6	Vila Franca de Xira	3,56%
<b>Restantes</b>		27,55%
<b>TOTAL</b>		100,00%

**Quadro 29 – Reclamações de ruído, desde 2003 por tipo de ruído**

<b>Ordem</b>	<b>Tipo de Ruído</b>	<b>Proporção do total</b>
1	Circulação	60,16%
2	Campainha PN	9,36%
3	Trabalhos Ferroviários	7,49%
4	Buzina	6,68%
5	Sistema de Informação ao Público	5,35%
6	Manobras	4,81%
<b>Restantes</b>		6,15%
<b>TOTAL</b>		100,00%

**Quadro 30 – Medidas de Redução de Ruído (até 31/12/2013)**

<b>Medida</b>	
Eletrificação da Rede	64,1% da rede com exploração 100% das GIT
Via com barra longa soldada (BLS)	72% da rede com exploração 83% das GIT
Utilização de Material Circulante pouco ruidoso (Esta medida é da responsabilidade exclusiva dos Operadores Ferroviários)	Parcialmente em 121 km 24% das GIT
Lubrificadores Fixos de Via (específico para ruído)	1 unidade 1 unidade em GIT
Barreiras Acústica	64,5 km 49,5 km em GIT

(\*) Neste momento está em estudo a aplicação de medidas de redução de ruído em 123 km de via-férrea (123 km em GIT).



Relatório de Gestão  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

2013

**PARTE V**  
RELATÓRIO DOS ÓRGÃOS  
DE FISCALIZAÇÃO

**Rede Ferroviária Nacional-REFER,  
E.P.E.**

Criada pelo D.L. n.º 104/97 de 29.04, alterado e  
republicado pelo D.L. n.º 141/2008 de 22.07

Sede: Estação de Santa Apolónia, 1100-468 Lisboa

N.º único de matrícula na Conservatória do Registo  
Comercial de Lisboa e NIPC 503 933 813

*2 86*

**CONSELHO FISCAL**

**RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL**

**SOBRE O**

**RELATÓRIO E CONTAS SEPARADAS DE 2013**

**DA**

**REDE FERROVIÁRIA NACIONAL – REFER, EPE**

## CONSELHO FISCAL

### I - INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e no mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o presente Relatório e Parecer sobre Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas separadas da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE (REFER), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração. As contas consolidadas serão objecto de Relatório e Parecer separados.

### II - ATIVIDADE DO CONSELHO FISCAL

O presente Conselho Fiscal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 10.º dos Estatutos da REFER, EPE, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 141/08, de 22 de julho, foi nomeado por Despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e do Setor dos Transportes, datado de 29 de maio de 2013.

O Conselho Fiscal, ao abrigo do disposto no artigo 11.º do supra citado diploma legal, procedeu ao acompanhamento da atividade da empresa desde 29 de maio de 2013, não obstante só ter emitido parecer sobre a execução orçamental a partir do 3.º trimestre de 2013, considerando que a Comissão de Fiscalização cessante da REFER ainda emitiu parecer sobre a execução orçamental do 2.º trimestre de 2013.

O Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Carlos António Lopes Pereira, pediu a renúncia ao seu cargo em 17 de janeiro de 2014, tendo a mesma produzido efeitos a 28 de fevereiro de 2014, não tendo até à presente data os respetivos membros do Governo procedido à nomeação de novo titular, mantendo-se, contudo, os restantes membros efetivos do Conselho Fiscal em plenitude de funções.

No âmbito do processo de encerramento de contas, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações financeiras separadas da REFER e correspondente Anexo, do exercício de 2013, bem como o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade e o Relatório de Sustentabilidade referente a 2013.

Procedeu-se igualmente à análise da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria das Contas Separadas emitido pelo ROC, em 7 de abril de 2014.

Assim, é opinião da SROC que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da REFER, não tendo expressado qualquer reserva, o que mereceu o nosso acordo. Este documento confirma o cumprimento de requisitos legais associados às exigências constantes no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários na elaboração do Relatório do Governo das Sociedades.

O ROC expressou as seguintes Ênfases:

- “Em 31 de dezembro de 2013 a empresa apresenta capitais próprios negativos de 1.978,7 milhões de euros, tendo apurado no exercício de

#### CONSELHO FISCAL

2013 um resultado negativo de cerca de 89,1 milhões de euros. Não obstante a empresa ter vindo a apresentar uma melhoria dos seus resultados operacionais desde 2011, na sequência na sequência de medidas de racionalização dos seus encargos de estrutura e funcionamento, impostas através das Leis de Orçamento de Estado e orientações preferidas pelas Tutelas, o financiamento das suas actividades e de investimento futuras está dependente da continuação dos apoios financeiros do accionista – Estado Português, representado pelos Ministérios das Finanças e da Economia”.

De acordo com esta afirmação o capital próprio negativo não impede a prossecução da atividade da empresa, no entanto deverá ter-se em conta o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

“Em 31 de dezembro de 2013 a associada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. (“GIL”), na qual a empresa detém uma participação financeira de cerca de 34%, apresenta capitais próprios negativos, no montante de cerca de 11,4 milhões de euros, tendo recorrido, anualmente, a suprimentos concedidos pelos acionistas. Conforme descrito na nota 5.7 do anexo às contas separadas, em 31 de dezembro de 2013, a totalidade dos suprimentos concedidos à GIL pela empresa, no montante de cerca de 19,1 milhões de euros, foram integralmente ajustados por imparidades.”

O Conselho Fiscal considera esta contabilização adequada.

- “As demonstrações financeiras separadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram examinadas por outro Auditor. A Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitidos com data de 28 de março de 2013, não expressam quaisquer reservas por desacordo ou por limitação de âmbito.”

Esta consideração face à presente Certificação Legal de Contas reforça ausência de reservas ao Relatório e Contas de 2013 ao apresentar uma avaliação semelhante nos dois últimos anos.

## CONSELHO FISCAL

### III - ANÁLISE DO RELATÓRIO DE GESTÃO

A actividade da REFER tem duas componentes: a Gestão de Infra-estruturas e Investimentos de Longa Duração (ILD).

Ao nível da Gestão Infra-estrutura sublinham-se os seguintes aspectos:

- A quantificação da circulação de comboios é medida em milhões de comboios/Km (cK). Este indicador cifrou-se em 35,952 milhões cK, ou seja de 0,930 milhão de cK superior a 2012. Os principais operadores são a CP no segmento dos passageiros e CP Carga no segmento das mercadorias, sendo que a circulação de comboios de passageiros aumentou, enquanto o de mercadorias diminuiu;
- Face a este aumento de actividade os proveitos resultantes da taxa de utilização da infra-estrutura aumentaram de cerca de 71,3 milhões de euros (em 2012) para cerca de 73,9 milhões de euros em 2013;
- Quanto ao nível de serviço o indicador mais relevante é a pontualidade cujo índice diminuiu de 86% para 85% de 2012 para 2013;
- A segurança da Rede Ferroviária é um aspeto fundamental da actividade da REFER, pelo que se vê com preocupação o aumento dos incidentes significativos de 36 para 47 (valor provisório a rectificar face aos registos do IMTT) entre 2012 e 2012. O índice de segurança em 2013, com os dados disponíveis é de 1,295 acidentes significativos por milhões cK;

Ao nível do Investimento sublinham-se os seguintes aspectos:

- O volume global de investimento cifrou-se em cerca de 57,8 milhões de euros;
- O valor previsto de investimento era de 69 milhões de euros, ou seja a taxa de realização foi de 83%;
- O investimento em ILD foi de cerca de 57,1 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de realização, face ao previsto no orçamento, de 89%;
- O valor de investimento em estruturas de apoio a gestão foi de apenas 0,7 milhões de euros.

Os rendimentos da REFER aumentaram de 2012 para 2013 em cerca de 16 milhões de euros, associados a um aumento da taxa de utilização de cerca de 2,7 milhões de euros e dos "rendimentos não core" (incluindo venda de resíduos) no valor de cerca de 14 milhões de euros. Estes resultados poderiam representar uma recuperação muito positiva da empresa se não decorressem de proveitos "não core", que têm uma natureza temporária (venda de resíduos) e não estivessem acompanhados de aumento de encargos, como a seguir se

#### CONSELHO FISCAL

descreve na análise das demonstrações financeiras. Assim, apesar destes factos positivos os resultados operacionais negativos agravaram-se em cerca de 10 milhões de euros de 2012 para 2013.

#### IV - APRECIACÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal verificou que as Demonstrações Financeiras separadas da REFER foram elaboradas de acordo com o estabelecido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia. A adoção das IFRS na apresentação das demonstrações financeiras está de acordo com a exigência associada à emissão por esta empresa de valores mobiliários, nomeadamente, obrigações cotadas em mercado regulamentado. Em resultado da análise efectuada às demonstrações financeiras e respectivo anexo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, destacam-se os seguintes aspectos:

- A REFER realizou um aumento de capital de 21 milhões de euros em 2013;
- A RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., foi objeto de partilha pelos seus acionistas após a empresa ter entrado em liquidação em 27 de novembro de 2012. O valor do Ativo desta empresa foi valorizado de acordo com o seu valor recuperável no momento da partilha (em 2012 a percentagem de participação da REFER atingia 40%). O montante de 120.494.048 euros, à data de 31 de dezembro de 2013, foi contabilizado em ILD e resultou da transferência de Ativos, no âmbito da conclusão do processo de integração da RAVE na REFER. A este Ativo estavam associados subsídios do mesmo montante que também foram transferidos para a REFER;
- A GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., é participada pela REFER (33,98%), tendo o valor de capitais próprios de – 11.350.891 euros. A empresa tem cumprido o serviço da dívida através, essencialmente, da utilização de encaixes financeiros resultantes de suprimentos concedidos pelos accionistas, sendo que em 2013 a participação da REFER neste apoio foi de 50% por decisão do seu accionista. O valor destes suprimentos era de 14.054.971 euros no final de 2012 acrescidos de 5.092.660 euros em 2013. Mais se refere que, a valorização deste Ativo da REFER é nula, uma vez que os fluxos destes suprimentos foram contabilizados na totalidade como imparidades, face ao risco de crédito dos saldos a receber desta entidade;
- Releva-se como preocupante o aumento das rubricas de clientes, nomeadamente as dívidas resultantes do não pagamento da Taxa de

## CONSELHO FISCAL

Uso, que no caso da CP aumentou de 73.383.450 euros no final de 2012 para 146.160.587 euros no final de 2013.

A seguir referem-se outros aspetos da análise da Demonstração da Posição Financeira (que indica um valor global do Ativo de 5.385.496.605 euros), Demonstração de Resultados (Resultado Líquido negativo de 89.135.977 euros) e Demonstração do Rendimento integral (rendimento integral negativo de 115.395.936 euros) de 2013.

As contas de 2013 apresentam um Resultado Líquido negativo de 89,135 milhões de euros, o que implica uma variação positiva de 2,978 milhões de euros face ao resultado alcançado em 2012.

- Refira-se que o Resultado Operacional negativo da REFER atingiu cerca de 39,499 milhões de euros, o que significa que agravou o resultado em cerca de 10,084 milhões de euros face a 2012. Esta variação de resultados em 2013 face a 2012 resultou das variações das seguintes rubricas: aumento de encargos com o pessoal no valor de cerca de 12,759 milhões de euros, decorrentes essencialmente da declaração da inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, do normativo constante da Lei n.º 66-B/2012 (OE/2013), de 31 de dezembro, que suspendia o pagamento de subsídio de férias e de natal (aumento de cerca de 10 milhões de euros) e do aumento do custo com as compensações no âmbito de rescisões por mútuo acordo (cerca de 2,7 milhões de euros);
- aumento de Provisões em cerca de 7,453 milhões de euros;
- aumento do custo com fornecimento e serviços externos em cerca de 6,362 milhões de euros; e em sentido oposto, aumento de outros rendimentos no valor de cerca de 9,591 milhões de euros, essencialmente resultando do aumento da venda de resíduos, carril e outro material ferroviário (aumento de cerca de 6,9 milhões de euros).

Para a referida variação positiva do resultado líquido, contribuem além do efeito do aumento do prejuízo associado ao resultado operacional, um impacto menos negativo do resultado financeiro de 62,371 milhões de euros em 2012 para 55,860 milhões de euros em 2013 (variação positiva de cerca de 6,511 milhões de euros), e também o efeito positivo do reconhecimento de ativo por impostos diferidos associado a prejuízos fiscais reconhecidos em 2013 (6,223 milhões de euros).

O Passivo da REFER (com a dívida associada a ILD) aumentou em 2013 cerca de 215,9 milhões de euros, ou seja um aumento de cerca de 3,1% face ao valor de 2012 (cerca de 6.944,975 milhões de euros).

Reforça-se que o Resultado Antes de Imposto em 2013 (95,359 milhões de euros negativos) é superior ao de 2012 (91,786 milhões de euros negativos),

2 PG

#### CONSELHO FISCAL

pelo que a diminuição dos Resultados Líquidos da empresa deve ser analisada com esta observação.

Acresce referir que em 2013 além do Resultado Líquido negativo de 89,1 milhões de euros existe o valor negativo do outro rendimento integral da REFER, relacionado com o reconhecimento de passivo por imposto diferido em 2013 (26,3 milhões de euros), pelo que o resultado integral foi de 115,396 milhões de euros negativos.

Assim, a variação negativa do capital próprio ocorrido em 2013 (94,396 milhões de euros) corresponde ao efeito agregado do rendimento integral do exercício, o qual foi parcialmente compensado pelo aumento de capital de 21 milhões de euros.

O capital próprio relevado no relatório e contas separado da REFER de 2013 é negativo no valor de 1.978.653.641 euros, o que implicou um agravamento de 94.395.936 euros face a 2012.

#### V - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES EMANADAS PELO ACCIONISTA

As instruções do acionista foram comunicadas à REFER pelo ofício circular n.º 832 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, datado de 14 de fevereiro de 2014. Neste contexto deve-se verificar o cumprimento destas instruções, sendo de relevar os seguintes aspetos do Relatório do Governo Societário de 2013, que segue estas orientações quer na forma quer na substância:

- Enquadrado no âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, por remissão do disposto no n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, declara-se que, tanto quanto é do conhecimento deste Conselho Fiscal, a REFER deu cumprimento às orientações legais vigentes para o SEE, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, quer ao nível dos órgãos de gestão, quer ao nível dos trabalhadores;
- Em termos de gestão do risco financeiro, a REFER a partir do último trimestre de 2012 processou a transferência da gestão da carteira de derivados para o IGCP, tendo sido liquidados antecipadamente todos os derivados contratados pela mesma, exceto um, o qual já foi liquidado em 2014. A taxa média de financiamento da empresa diminuiu de 4,2% em 2012 para 3,428% em 2013, tendo a empresa respeitado o disposto no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril, que estabelecia um limite para o acréscimo de endividamento remunerado de 4% para 2013 (3,1%);
- O prazo médio de pagamento a fornecedores diminuiu de 63 dias no quarto trimestre de 2012 para 35 dias no quarto trimestre de 2013, o que não permite o cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 62/2013, de

#### CONSELHO FISCAL

10 de maio, que estabelece um valor de 30 dias. Não obstante, considera-se que a evolução é bastante positiva uma vez que, neste período, ocorreu uma redução do prazo de pagamento em 44%;

- O Relatório em causa refere o cumprimento da legislação aplicável aos órgãos sociais e trabalhadores em relação às reduções das remunerações legalmente exigidas;
- A REFER indica que o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público foi cumprido, nomeadamente através da não permissão de utilização de cartões de débito ou crédito e da realização de despesas de representação pessoais;
- O Conselho Fiscal evidencia a política de aprovisionamento de bens e serviços adotada pela REFER, nomeadamente através da adesão em 2011 ao Sistema Nacional de Compras Públicas;
- Nos termos das instruções para a elaboração dos IPGs de 2013, comunicadas por ofício n.º 7896, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, datado de 8 de outubro de 2012, destaca-se que:
  - O Plano de Redução de Custos permitiu a redução dos Gastos com Pessoal, CMVC e FSE em 24%, face a 2010, ultrapassando o estabelecido no artigo 64.º da Lei n.º 66-B/2012 (Lei OE);
  - A diminuição dos custos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, superior a 50%, ou seja 56%;
  - As despesas com comunicações não atingiram a orientação de redução de 50% atingindo apenas 45%;
- A empresa procedeu a uma redução do número de trabalhadores superior a 2%;
- A REFER, de acordo com o Relatório e Contas de 2013, cumpriu com o princípio da unidade de tesouraria do Estado.

#### VI - PROPOSTA

Assim e face aos elementos disponibilizados e aos esclarecimentos prestados pela REFER e pelo ROC, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório e Contas de 2013 corresponde adequadamente às exigências legais, divulgando corretamente a situação financeira e a atividade da empresa.

Este Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer, sem prejuízo da análise feita por este órgão às Ênfases contantes na Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, nomeadamente a referência ao capital próprio negativo e ao disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro,

**Rede Ferroviária Nacional-REFER,  
E.P.E.**

Criada pelo D.L. n.º 104/97 de 29.04, alterado e republicado pelo D.L. n.º 141/2008 de 22.07  
Sede: Estação de Santa Apolónia, 1100-468 Lisboa  
N.º único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503 933 813

**CONSELHO FISCAL**

bem como a preocupação que se evidencia relativamente ao valor do Passivo remunerado e o seu custo financeiro.

Pelo supra exposto, propõe-se que sejam aprovados:

- O Relatório e Contas de 2013 apresentado pelo Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE;
- A proposta de aplicação integral dos Resultados Líquidos apurados no exercício, no valor negativo de 89.135.977 euros, na conta de Resultados Acumulados apresentada pelo Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE, a qual se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Lisboa, 10 de abril de 2014.

O Conselho Fiscal,



Pedro Ventura

(Vogal)



Pedro Grilo

(Vogal)



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras separadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, da **Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.** ("Empresa"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total do activo de 5.385.496.605 euros e um total de capital próprio negativo de 1.978.653.641 de euros, o qual inclui um resultado líquido negativo de 89.135.977 euros), as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas anexas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa;
- b) que a informação financeira histórica preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- b) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações;
- d) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- e) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS, tal como adoptadas pela União Europeia, e a informação nelas constantes é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4. acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.



## ÊNFASES

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8. Em 31 de Dezembro de 2013 a Empresa apresenta capitais próprios negativos, de cerca de 1,98 mil milhões de euros, tendo apurado no exercício de 2013 um resultado líquido negativo de cerca de 89,1 milhões de euros. Não obstante a Empresa ter vindo a apresentar uma melhoria dos seus resultados operacionais desde 2011, na sequência de medidas de racionalização dos seus encargos de estrutura e funcionamento, impostas através das Leis de Orçamento do Estado e de orientações proferidas pelas Tutelas, o financiamento das suas atividades operacionais e de investimento futuras está dependente da continuação dos apoios financeiros do accionista - Estado Português, representado pelos Ministérios das Finanças e da Economia.

9. Em 31 de Dezembro de 2013 a associada GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. ("GIL"), na qual a Empresa detém uma participação financeira de cerca de 34%, apresenta capitais próprios negativos, no montante de cerca de 11,4 milhões de euros, tendo recorrido, anualmente, a suprimentos concedidos pelos accionistas. Conforme descrito na nota 5.7. do anexo, em 31 de Dezembro de 2013, a totalidade dos suprimentos concedidos à GIL pela Empresa, no montante acumulado de cerca de 19,1 milhões de euros, foram integralmente ajustados por imparidade.

10. A nossa nomeação como ROC/Auditor Externo da Empresa ocorreu no final do ano de 2013 pelo que as demonstrações financeiras separadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram examinadas por outro Auditor. A Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitidos com data de 28 de Março de 2013, não expressam quaisquer reservas por desacordo ou por limitação de âmbito.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 7 de Abril de 2014

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por

Dr. Pedro Matos Silva (ROC 491)